

DM

**Contributos da Migração para o Desenvolvimento Regional**  
**O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Daniela Paula de Sousa Faria**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

*A Nossa Universidade*

[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

outubro | 2025

# **Contributos da Migração para o Desenvolvimento Regional** **O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Daniela Paula de Sousa Faria**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ORIENTAÇÃO

Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis



Faculdade de Ciências Sociais

Departamento de Ciências da Educação

2.º ciclo em Educação e Desenvolvimento Comunitário

Ano letivo: 2025-2026

Mestranda: Daniela Paula de Sousa Faria

**Dissertação para a Obtenção de Grau de Mestre em Educação e Desenvolvimento  
Comunitário**

***Contributos da Migração para o Desenvolvimento Regional:  
O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira***

Orientadora: Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis

Funchal e UMa, outubro de 2025

*“A Educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína”  
(Hannah Arendt, 1992, p. 247).*

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim desta dissertação representa muito mais do que a conclusão de um trabalho acadêmico; é o culminar de uma etapa cheia de desafios, aprendizagens e momentos de superação. Nada disto teria sido possível sem o apoio, carinho e inspiração de pessoas muito especiais, a quem deixo aqui a minha mais profunda gratidão.

À minha orientadora, Liliana Rodrigues, agradeço não apenas a orientação científica, mas também a paciência, a dedicação e a confiança que sempre depositou em mim. O seu rigor, disponibilidade e encorajamento foram fundamentais para que eu conseguisse acreditar nas minhas capacidades e levar este trabalho até ao fim.

Aos colegas e professores do mestrado em educação e desenvolvimento comunitário, obrigada pelas trocas de ideias, pela partilha de conhecimentos e pela motivação ao longo deste percurso. À Universidade da Madeira, expresso também o meu reconhecimento pelo apoio prestado e pelos recursos que tornaram esta investigação possível.

Quero agradecer de forma especial a todas as pessoas que participaram neste estudo, pela generosidade em partilhar as suas experiências. Cada contributo foi essencial e deu vida a esta investigação.

Por fim, mas de forma muito sentida, agradeço à minha família e amigos. À minha família, por nunca me deixar desistir, por cada palavra de incentivo e por todo o amor incondicional. Aos amigos, pela compreensão nos momentos de ausência, pelas palavras de apoio e pelas alegrias partilhadas. Sem vocês, esta caminhada teria sido muito mais difícil.

A todos, o meu mais sincera obrigada.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	v
SUMÁRIO.....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS .....	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....	xiii
RESUMO .....	xv
ABSTRACT .....	xvi
RESUMÉ.....	xvii
RESUMEN.....	xviii
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>PROBLEMÁTICA.....</b>	<b>4</b>
1. Delimitação do campo de estudo.....	6
1.1. Caracterização do público-alvo.....	6
2. Questão da investigação .....	8
3. Objetivos da investigação.....	8
3.1. Objetivo geral .....	8
3.2. Objetivos específicos.....	8
<b>PARTE I –.....</b>	<b>10</b>
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE PORTUGUESA E MADEIRENSE.....</b>	<b>11</b>
1. Fenómeno da migração.....	11
2. Tipologia das migrações.....	13
3. Fenómeno migratório em Portugal.....	14
4. Fenómeno migratório na RAM .....	15
5. Diáspora luso-venezuelana.....	17
<b>CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A MIGRAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
1. Abordagens transeuropeias e europeias.....	19
2. Abordagens em Portugal .....	22
2.1. A nível migratório .....	22
2.2. A nível educativo .....	25
3. Igualdade de género: as mulheres migrantes.....	28

<b>CAPÍTULO 3 - MIGRAÇÃO E EMPREGO: REALIDADES E CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO ATUAL .....</b>	<b>31</b>
1. Qualificação, empregabilidade e migração .....	31
2. Migração qualificada .....	34
3. Migração e mercado de trabalho .....	35
3.1. Desafios de empregabilidade .....	37
3.2. Taxas de empregabilidade da população migrante .....	39
3.3. Migração e <i>dumping social</i> .....	42
<b>CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO .....</b>	<b>44</b>
1. Relação de conceitos: educação, desenvolvimento e comunidade .....	44
2. Justiça Social e Educação .....	46
3. Educação como instrumento para a coesão social .....	48
4. Identidade e diversidade cultural .....	52
5. Empoderamento, migração e desenvolvimento comunitário .....	56
6. Contributos da migração no desenvolvimento regional .....	58
<b>PARTE II – .....</b>	<b>67</b>
<b>ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....</b>	<b>67</b>
1. Metodologia .....	68
2. Dimensão ética .....	69
3. Estudo de caso .....	71
4. Técnicas de recolha de dados .....	72
4.1. Entrevista .....	72
4.2. Inquéritos por questionário .....	74
4.3. Análise documental .....	75
5. Técnicas de análise e interpretação dos dados .....	76
5.1. Análise de conteúdo .....	77
5.2. Triangulação dos dados .....	78
<b>PARTE III – .....</b>	<b>81</b>
<b>APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>81</b>
1. Mapa de anonimização .....	82
2. Categorização e classificação .....	83
3. Análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas .....	84
3.1. Perfil e contributo dos migrantes .....	84

3.2.	Caraterização da comunidade e desafios apresentados pelos informantes .	87
3.3.	Sobrequalificação, <i>dumping social</i> e programas de integração.....	90
3.4.	Síntese da análise das entrevistas semiestruturadas .....	92
4.	Análise de conteúdo dos Inquéritos por questionário semifechado .....	96
4.1.	Caraterização dos respondentes.....	96
4.2.	Situação laboral e sobrequalificação ou <i>dumping social</i> .....	104
4.3.	Desafios, barreiras e integração.....	110
4.4.	Síntese da análise dos inquéritos por questionário .....	123
5.	Análise documental .....	127
5.1.	Síntese da análise da análise documental .....	134
6.	Triangulação de dados das entrevistas semiestruturadas, os inquéritos por questionário e a análise documental .....	136
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>166</b>
	Apêndice 1: Consentimento informado para a realização de entrevistas .....	167
	Apêndice 2: Pedidos de autorização de participação na investigação .....	170
	Apêndice 3: Guião de entrevista realizada ao responsável político da DRCCE.....	172
	Apêndice 4: Guião de entrevista realizada ao responsável de uma associação que representa a comunidade venezuelana na região .....	177
	Apêndice 5: Guião do inquérito por questionário versão em português.....	182
	Apêndice 6: Guião do inquérito por questionário versão em espanhol .....	198
	Apêndice 7: Análise de conteúdo das entrevistas – leitura horizontal.....	213
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>227</b>
	Anexo 1: Parecer do Encarregado de Proteção de Dados da UMA.....	228
	Anexo 2: Parecer da Comissão de Ética da UMA .....	229
	Anexo 3: Relatório <i>Qualtrics</i> dos resultados dos inquéritos por questionário versão em português.....	232
	Anexo 4: Relatório <i>Qualtrics</i> dos resultados dos inquéritos por questionário versão em espanhol .....	264

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.....	15
<i>População residente conforme os Censos de 2021: total e por nacionalidade .....</i>	<i>15</i>
Figura 2.....	16
<i>Principais destinos dos emigrantes madeirenses no século XX.....</i>	<i>16</i>
Figura 3.....	21
<i>Percentagem do nível educativo da UE por tipo de cidadão em 2023 .....</i>	<i>21</i>
Figura 4.....	29
<i>Diferença nas taxas de emprego entre homens e mulheres até 2020.....</i>	<i>29</i>
Figura 5.....	33
<i>Perfil de emigrantes e imigrantes em Portugal até 2022 (%).....</i>	<i>33</i>
Figura 6.....	36
<i>Resultados da questão: Imigração má ou boa para a economia do país? No Inquérito Social Europeu .....</i>	<i>36</i>
Figura 7.....	39
<i>Varição regional nas percentagens das pessoas no grupo etário entre os 25 aos 64 anos com ensino superior até 2020.....</i>	<i>39</i>
Figura 8.....	40
<i>Emprego, desemprego e ensino superior nas Regiões Ultraperiféricas da UE, 2020... 40</i>	<i>40</i>
Figura 9.....	41
<i>Taxas de emprego para nativos e migrantes entre os 20 aos 64 anos na UE, 2015-2020 .....</i>	<i>41</i>
Figura 10.....	65
<i>Saldos populacionais anuais: saldo total, saldo natural e saldo migratório.....</i>	<i>65</i>
Figura 11.....	82
<i>Mapa de anonimização da investigação .....</i>	<i>82</i>
Figura 12.....	83
<i>Categorização e classificação para a análise de conteúdo – Blocos A e B.....</i>	<i>83</i>
Figura 13.....	84
<i>Categorização e classificação para a análise de conteúdo – Bloco C .....</i>	<i>84</i>
Figura 14.....	97
<i>Sexo dos RQ.....</i>	<i>97</i>

Figura 15.....	97
<i>Idades dos RQ.....</i>	97
Figura 16.....	98
<i>País de nascimento dos RQ.....</i>	98
Figura 17.....	98
<i>Nacionalidade dos RQ.....</i>	98
Figura 18.....	99
<i>Residência dos RQ por concelho da RAM.....</i>	99
Figura 19.....	100
<i>Habilitações académicas dos RQ.....</i>	100
Figura 20.....	100
<i>Ciclo de estudos que detêm os RQ com ensino superior.....</i>	100
Figura 21.....	101
<i>Área de formação superior dos RQ.....</i>	101
Figura 22.....	102
<i>Reconhecimento dos diplomas ou certificados estrangeiros dos RQ.....</i>	102
Figura 23.....	102
<i>Ciclo de estudos reconhecido ou em processamento de acreditação dos RQ.....</i>	102
Figura 24.....	103
<i>Ciclo de estudos reconhecido ou em processamento de acreditação dos RQ.....</i>	103
Figura 25.....	104
<i>Frequência do ensino superior dos RQ.....</i>	104
Figura 26.....	105
<i>Trabalho sem contrato.....</i>	105
Figura 27.....	105
<i>Situação laboral dos RQ.....</i>	105
Figura 28.....	106
<i>Tempo no emprego atual dos RQ.....</i>	106
Figura 29.....	106
<i>Tipo de contrato dos RQ.....</i>	106
Figura 30.....	107
<i>Carga horária realizada pelos RQ.....</i>	107
Figura 31.....	107
<i>Salário médio mensal dos RQ.....</i>	107

Figura 32.....	108
<i>Trabalho atual de acordo com o nível académico dos RQ</i> .....	108
Figura 33.....	109
<i>Áreas de trabalho dos RQ</i> .....	109
Figura 34.....	110
<i>Salário recebido vs. O nível de habilitações académicas dos RQ</i> .....	110
Figura 35.....	111
<i>Perceção dos RQ de conseguir emprego na RAM</i> .....	111
Figura 36.....	111
<i>Tempo sem emprego dos RQ</i> .....	111
Figura 37.....	112
<i>Experiências de discriminação ou xenofobia sentido pelos RQ</i> .....	112
Figura 38.....	112
<i>Situações de discriminação e xenofobia identificadas pelos RQ</i> .....	112
Figura 39.....	113
<i>Definições de discriminação escolhidas pelos RQ</i> .....	113
Figura 40.....	114
<i>Integração dos RQ</i> .....	114
Figura 41.....	115
<i>Motivos pelos quais os RQ consideram que ser migrante dificulta conseguir emprego</i> .....	115
Figura 42.....	116
<i>Desafios vividos como migrantes na RAM de acordo com os RQ</i> .....	116
Figura 43.....	118
<i>Aumento da qualificação superior e o seu impacto no desenvolvimento dos RQ e da comunidade</i> .....	118
Figura 44.....	118
<i>Recursos e iniciativas por parte do governo regional para o aumento da qualificação</i> .....	118
Figura 45.....	120
<i>Realização de cursos para o aumento da qualificação dos RQ e quais são</i> .....	120
Figura 46.....	121
<i>Impacto das formações e cursos académicos no percurso profissional e na integração dos RQ</i> .....	121

Figura 47.....	122
<i>Meio de conhecimento sobre os cursos e formações segundo os RQ</i> .....	122
4.4. Síntese da análise dos inquéritos por questionário .....	123
5. Análise documental .....	127
Figura 48.....	128
<i>Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 1 – leitura horizontal</i> .....	128
Figura 49.....	129
<i>Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 2 – leitura horizontal</i> .....	129
Figura 50.....	130
<i>Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 3 – leitura horizontal</i> .....	130
Figura 51.....	131
<i>Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 4 – leitura horizontal</i> .....	131
Figura 52.....	132
<i>Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 5 – leitura horizontal</i> .....	132

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACM – Alto Comissariado para as Migrações  
ARM – Águas e Resíduos da Madeira  
CE – Comissão Europeia  
CEDAW – Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres  
CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial  
CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
DGE – Direção-Geral de Educação  
DRCCE – Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa  
DREM – Direção Regional de Estatística da Madeira  
DRJ – Direção Regional da Juventude  
ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação – Portugal + Igual  
GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio  
IDG – Índice de Desigualdade de Género  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade  
IPM – Índice de Pobreza Multidimensional  
ISCED – Classificação Internacional Normalizada de Educação  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OIM – Organização Internacional para as Migrações  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNCRD – Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação  
PNIPGM – Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações  
RAM – Região Autónoma da Madeira  
RUP – Regiões Ultraperiféricas  
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TIDH – Tribunal Interamericano de Derechos Humanos

UE – União Europeia

## RESUMO

Esta dissertação parte de uma realidade muito presente na história da Região Autónoma da Madeira (RAM) e da Venezuela: a migração. Durante décadas, muitos madeirenses deixaram a sua terra em busca de melhores condições de vida no país sul-americano. Hoje, o movimento inverteu-se e são milhares de venezuelanos e lusodescendentes, que regressam à região. Estes trazem consigo percursos académicos, experiências profissionais e um forte desejo de contribuir para a comunidade acolhedora. O estudo tem por base uma pesquisa qualitativa a partir de um estudo de caso, cujo objetivo principal é compreender de que forma estes migrantes, sobretudo os que possuem formação superior, podem ser uma mais-valia para o desenvolvimento regional. A educação surge aqui como fio condutor, já que, é através dela que se constroem oportunidades, que se reconhecem competências e que se abrem caminhos de inclusão. Por esta razão, a formação é vista como um motor de coesão e justiça social, de mobilidade e de desenvolvimento comunitário.

A investigação procura, assim, problematizar os desafios e as oportunidades que existem nesta comunidade, mais do que avaliar estatísticas, trata-se de compreender como estas pessoas se inserem na sociedade, como enfrentam barreiras burocráticas e culturais, o impacto que traz na economia e enriquecer a vida coletiva. Este trabalho pretende mostrar que a valorização das qualificações e o acesso à educação não são apenas políticas de integração. São escolhas humanas e estratégicas, capazes de transformar vidas individuais e de impulsionar o desenvolvimento coletivo, ajudando a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

Neste sentido, serão utilizadas as técnicas da entrevista semiestruturada, os inquéritos por questionário e a análise documental, sendo que os dados recolhidos irão ser tratados por meio da análise de conteúdo, do tratamento estatístico e da triangulação dos dados.

**Palavras-chave:** Migração, Qualificação, Educação, Desenvolvimento Comunitário, Inclusão, Coesão Social.

## ABSTRACT

This master's thesis is based on a reality that is deeply present in the history of the Autonomous Region of Madeira (RAM) and Venezuela: migration. For decades, many Madeirans left their homeland in search of better living conditions in the South American country. Today, the trend has reversed, with thousands of Venezuelans and people of Portuguese descent returning to the region. They bring with them academic backgrounds, professional experience, and a strong desire to contribute to the host community.

The study is based on qualitative research based on a case study, whose main objective is to understand how these migrants, especially those with higher education, can make a difference in regional development. Education emerges as a guiding principle here, as it is through education that opportunities are created, skills are recognized, and pathways to inclusion are paved. Therefore, education is seen as a driver of social cohesion and justice, mobility, and community development. The research therefore seeks to problematize the challenges and opportunities that exist in this community. Rather than evaluating statistics, it seeks to understand how these individuals integrate into society, how they face bureaucratic and cultural barriers, the impact this has on the economy, and how it enriches collective life. This work aims to demonstrate that valuing qualifications and access to education are not merely integration policies. They are human and strategic choices, capable of transforming individual lives and driving collective development, helping to build a more just, inclusive, and supportive society.

To this end, semi-structured interviews, questionnaire surveys, and document analysis will be used, and the collected data will be processed through content analysis, statistical processing, and data triangulation.

**Keywords:** Migration, Qualification, Education, Community Development, Inclusion, Social Cohesion.

## RESUMÉ

Cette thèse s'appuie sur une réalité profondément ancrée dans l'histoire de la Région autonome de Madère (RAM) et du Venezuela : la migration. Pendant des décennies, de nombreux Madériens ont quitté leur pays d'origine à la recherche de meilleures conditions de vie dans ce pays sud-américain. Aujourd'hui, la tendance s'est inversée : des milliers de Vénézuéliens et de personnes d'origine portugaise reviennent dans la région. Ils apportent avec eux leur formation universitaire, leur expérience professionnelle et une forte volonté de contribuer à la communauté d'accueil.

L'étude repose sur une recherche qualitative basée sur une étude de cas, dont l'objectif principal est de comprendre comment ces migrants, en particulier ceux diplômés de l'enseignement supérieur, peuvent contribuer au développement régional. L'éducation apparaît ici comme un principe directeur, car c'est par elle que se créent des opportunités, que se reconnaissent les compétences et que se dessinent les voies de l'inclusion. L'éducation est ainsi perçue comme un moteur de cohésion sociale et de justice, de mobilité et de développement communautaire. La recherche vise donc à problématiser les défis et les opportunités qui existent au sein de cette communauté. Plutôt que d'évaluer des statistiques, il s'agit de comprendre comment ces individus s'intègrent à la société, comment ils font face aux barrières bureaucratiques et culturelles, l'impact de ces obstacles sur l'économie et comment ils enrichissent la vie collective. Ce travail vise à démontrer que la valorisation des qualifications et de l'accès à l'éducation ne se limite pas à des politiques d'intégration. Il s'agit de choix humains et stratégiques, capables de transformer la vie des individus et de stimuler le développement collectif, contribuant ainsi à la construction d'une société plus juste, inclusive et solidaire.

À cette fin, des entretiens semi-directifs, des enquêtes par questionnaire et des analyses documentaires seront utilisés. Les données collectées seront traitées par analyse de contenu, traitement statistique et triangulation des données.

**Mots-clés :** Migration, Qualification, Éducation, Développement communautaire, Inclusion, Cohésion sociale.

## RESUMEN

Esta tesis se basa en una realidad profundamente presente en la historia de la Región Autónoma de Madeira (RAM) y Venezuela: la migración. Durante décadas, muchos madeirenses abandonaron su tierra natal en busca de mejores condiciones de vida en el país sudamericano. Hoy, la tendencia se ha revertido, con miles de venezolanos y personas de ascendencia portuguesa que regresan a la región. Traen consigo formación académica, experiencia profesional y un fuerte deseo de contribuir a la comunidad que los acoge.

El estudio se basa en una investigación cualitativa basada en un estudio de caso, cuyo principal objetivo es comprender cómo estos migrantes, especialmente aquellos con educación superior, pueden impactar en el desarrollo regional. La educación surge como un principio fundamental, ya que a través de ella se crean oportunidades, se reconocen habilidades y se establecen los caminos hacia la inclusión. Por lo tanto, la educación se considera un motor de cohesión y justicia social, movilidad y desarrollo comunitario. Por lo tanto, la investigación busca problematizar los desafíos y las oportunidades que existen en esta comunidad. En lugar de evaluar estadísticas, se busca comprender cómo estas personas se integran en la sociedad, cómo afrontan las barreras burocráticas y culturales, el impacto que esto tiene en la economía y cómo enriquece la vida colectiva. Este trabajo pretende demostrar que la valoración de las cualificaciones y el acceso a la educación no son meras políticas de integración. Son decisiones humanas y estratégicas, capaces de transformar la vida de las personas e impulsar el desarrollo colectivo, contribuyendo a la construcción de una sociedad más justa, inclusiva y solidaria.

Para ello, se utilizarán entrevistas semiestructuradas, encuestas por cuestionarios y análisis documental, y los datos recopilados se procesarán mediante análisis de contenido, procesamiento estadístico y triangulación de datos.

**Palabras clave:** Migración, Cualificación, Educación, Desarrollo Comunitario, Inclusión, Cohesión Social.

## INTRODUÇÃO

A migração é um fenómeno global que atravessa fronteiras, épocas e culturas, moldando as sociedades de origem e de acolhimento (Nolasco, 2016; OIM, 2009). Mais do que deslocações geográficas, ela representa processos sociais, económicos e humanos, carregados de desafios e oportunidades. Consoante os contextos, pode assumir diferentes formas, de tipo voluntária, forçada, temporária, circular ou permanente (Cohen, 2008, citado em Sousa, 2014), mas em todos os casos transforma vidas e comunidades.

No caso da RAM, no século passado, muitos madeirenses emigraram para a Venezuela em busca de melhores condições de vida, estabelecendo comunidades que durante décadas mantiveram laços estreitos com a região (Sousa, 2014). Nos últimos anos, esse movimento inverteu-se e, perante a crise económica, social e política vivida na Venezuela, milhares de cidadãos, muitos deles lusodescendentes, regressaram ou escolheram a Madeira como destino de acolhimento (Jesus, 2023; Corugedo & Guajardo, 2019). Esta realidade coloca novos desafios à região, mas também abre oportunidades, sobretudo quando olhamos para os recursos humanos, académicos e profissionais que acompanham estes migrantes.

É neste enquadramento que se situa o presente estudo, centrado na comunidade venezuelana residente na Madeira e no seu contributo para o desenvolvimento regional. Como objetivo geral, procuramos analisar o papel da educação, da valorização das qualificações e da formação contínua na integração desta comunidade e no fortalecimento do desenvolvimento comunitário. A este objetivo central juntam-se objetivos específicos, entre os quais identificar o perfil dos migrantes em termos de habilitações, compreender a incidência da sobrequalificação, analisar os obstáculos ao reconhecimento académico e profissional e refletir sobre a adequação das políticas e programas de integração (Góis & Marques, 2007, 2014; OCDE, 2019).

Assim sendo, organizamos a revisão da literatura em quatro capítulos, cada um dedicado a uma dimensão essencial para compreender a problemática. O primeiro capítulo aborda os fundamentos da migração, discutindo conceitos, tipologias e dinâmicas que ajudam a enquadrar o fenómeno a nível global e europeu (Nolasco, 2016; OIM, 2009). Nele, destacamos as diferentes formas de migração e os seus impactos sociais e económicos, sublinhando que as migrações são mais do que movimentos populacionais, pelo contrário, são processos que transformam tanto quem parte como quem acolhe (Cohen, 2008, citado em Sousa, 2014).

O segundo capítulo centra-se nas políticas de migração e integração, analisando os enquadramentos normativos a nível transeuropeu, europeu e em Portugal. São explorados documentos e estratégias que definem pilares como acolher, proteger, integrar e promover (Comissão Europeia, 2020a), e é feita referência às limitações que ainda persistem, nomeadamente a existência de desigualdades no acesso ao emprego e na valorização das competências (Eurostat, 2024; De Dominicis & Grzegorzewska, 2022). Este capítulo permite-nos perceber que a integração é um processo multidimensional, que depende de políticas eficazes, mas também da forma como estas se concretizam no terreno.

O terceiro capítulo trata do papel da educação e da qualificação, assumidos como motores de inclusão social e de mobilidade. A literatura demonstra que a educação é um fator-chave para a integração dos migrantes, não apenas por facilitar o acesso ao mercado de trabalho, mas também por promover coesão social e participação cívica (Heckmann, 2004, citado em Hortas, 2013a; Freire & Shor, 1986; Mendes, 2023). Neste ponto, são igualmente discutidas as dificuldades do reconhecimento académico e profissional em Portugal (Dantas et al., 2010; Nascimento et al., 2022), que muitas vezes impedem que migrantes altamente qualificados vejam o seu capital humano aproveitado.

E por fim, o quarto capítulo aborda a migração e o desenvolvimento comunitário, explorando o impacto das diásporas na revitalização económica, social e demográfica das regiões de acolhimento. A literatura mostra que as comunidades migrantes podem desempenhar um papel fundamental no rejuvenescimento populacional, na dinamização de setores económicos e na diversidade cultural (OCDE, 2022; De Dominicis & Grzegorzewska, 2022). No caso da Madeira, esta reflexão ganha especial pertinência, dado o contributo visível da comunidade venezuelana na vitalidade social e económica da região.

Após a revisão teórica, apresentamos a metodologia do estudo, a qual justifica a escolha de uma abordagem qualitativa, adequada para compreender em profundidade as experiências de integração. Foram utilizadas diferentes técnicas de recolha de dados, como as entrevistas semiestruturadas, os inquéritos por questionário e a análise documental. Esta diversidade metodológica permitiu uma triangulação de dados sólida (Yin, 2005; Zapellini & Feuerschütte, 2015), garantindo maior vigor às conclusões.

A seguir, surge a análise empírica, a qual constituímos em três blocos principais, correspondentes a cada técnica de recolha de dados. As entrevistas oferecem uma visão mais pessoal e institucional sobre o processo de integração; os inquéritos por questionário

forneem uma leitura quantitativa do perfil e das perceções dos migrantes; e a análise documental permite enquadrar os programas e relatórios institucionais no contexto real nacional e regional. Como síntese da análise dos dados, apresentamos a seguir a triangulação, onde os dados empíricos são cruzados, evidenciando tanto as confirmações como as tensões entre a informação recolhida. É neste ponto que se torna visível o contraste entre o potencial académico e profissional da comunidade e as barreiras que enfrentam no seu reconhecimento, pois, a valorização da educação e das qualificações é essencial para transformar a migração num motor de desenvolvimento comunitário e numa oportunidade partilhada.

Por fim, nas considerações finais, são sintetizados os principais resultados fazendo relação com a revisão da literatura, o que possibilita dar resposta a questão da investigação e avaliar os objetivos traçados. É também neste ponto que identificamos algumas recomendações práticas para políticas públicas mais eficazes e sugestões para futuras investigações, que poderão aprofundar o acompanhamento desta comunidade, a comparação com outras regiões de acolhimento e a análise de questões de género (Peixoto, 2007, citado em Brito, 2019).

## PROBLEMÁTICA

A emigração madeirense para a Venezuela, especialmente a partir dos anos 50, representou uma das maiores comunidades de portugueses fora do país. Entre 1950 e 1970, chegaram à Venezuela mais de 73 mil portugueses, dos quais quase 39 mil eram madeirenses, que inicialmente se dedicaram ao setor agrícola, mas rapidamente se destacaram no comércio, sobretudo no ramo alimentar (DRCCE, 2024a). Hoje, muitos destes lusodescendentes exercem profissões altamente qualificadas, revelando a diversidade e a adaptação desta comunidade. O fenómeno migratório foi impulsionado na Venezuela, pelo boom petrolífero de 1973-1974, ao mesmo tempo que Portugal enfrentava crises económicas e políticas (Gomes, 2009).

Com o tempo, este movimento teve uma inversão: a crise humanitária e económica venezuelana levou milhões de pessoas a emigrar. Só até 2019, cerca de 4,6 milhões de venezuelanos deixaram o país (Corugedo & Guajardo, 2019). De acordo com Testa (2019, citado em Jesus, 2023), este fluxo ocorreu em três fases: a primeira (2005-2006) composta por empresários e profissionais altamente qualificados; a segunda (2016-2017) marcada pela saída de jovens de classe média, muitos forçados a aceitar empregos abaixo das suas qualificações, especialmente na saúde; e a terceira (2017-2018), impulsionada pela deterioração generalizada das condições de vida, que levou à emigração de pessoas com baixos recursos económicos e menor escolaridade. Atualmente, a migração venezuelana está fortemente associada à procura de bens e serviços básicos como saúde, alimentação e segurança (Jesus, 2023).

Este movimento repercutiu-se em Portugal, onde a comunidade venezuelana aumentou de 2 010 residentes em 2015 para quase 9 mil em 2022 (SEF, 2022). Embora não figure entre as dez principais comunidades estrangeiras do país, na Região Autónoma da Madeira (RAM) os venezuelanos representam a maior população estrangeira, correspondendo a 19,7% do total de imigrantes (DREM, 2023a). Os Censos de 2021 confirmam ainda que vivem em Portugal 32 546 venezuelanos, ocupando o oitavo lugar no conjunto de residentes de nacionalidade estrangeira (Pordata, 2023a). Na RAM, dos mais de 24 mil residentes estrangeiros, metade é de origem venezuelana, constituindo-se como a maior comunidade regional (DREM, 2023b). Importa notar que muitos destes indivíduos têm dupla nacionalidade, resultante da migração anterior de portugueses para a Venezuela, o que dificulta a contabilização real da dimensão da comunidade.

A integração dos migrantes venezuelanos em Portugal levanta questões sobre a valorização do seu potencial humano. Góis e Marques (2007) salientam que os imigrantes qualificados constituem um recurso valioso, mas frequentemente subaproveitado no mercado de trabalho português, estando muitos deles sobrequalificados para as funções que exercem. Esta realidade não é exclusiva de Portugal: o Reino Unido, por exemplo, desenvolveu políticas para atrair trabalhadores qualificados, permitindo a sua entrada sem necessidade de contrato prévio, através de um sistema de pontos (Góis & Marques, 2007). Tal exemplo mostra como políticas públicas adequadas podem transformar fluxos migratórios em benefícios económicos e sociais de longo prazo.

Neste mesmo sentido, Corugedo e Guajardo (2019) afirmam que os migrantes venezuelanos, frequentemente detentores de altas qualificações, podem contribuir significativamente para o crescimento do PIB dos países de acolhimento, estimando um impacto positivo de até 0,3 pontos percentuais entre 2017 e 2030. Contudo, alertam para a necessidade de políticas públicas que facilitem a inserção destes imigrantes em empregos condizentes com as suas competências, garantindo benefícios para ambos os lados. A OCDE (2019) acrescenta que o acesso ao mercado laboral continua difícil para grupos específicos, como jovens e pessoas com baixas habilitações, reforçando as desigualdades na integração.

Apesar disso, verificamos que Portugal tem atraído migrantes altamente qualificados, muitos dos quais enfrentam barreiras burocráticas que os impedem de exercer plenamente a sua profissão. Como alertam Góis e Marques (2007, 2014), a ausência de políticas positivas para a atração de profissionais qualificados limita o desenvolvimento do país, desperdiçando recursos humanos valiosos. Para estes autores, os migrantes com ensino superior, mesmo perante processos migratórios desafiantes, representam um fator de desenvolvimento e transformação para as sociedades de acolhimento:

Apesar de apresentarem níveis de qualificação superior ou equivalente (bacharéis, licenciados, mestres e doutorados), são objeto de tratamento diferencial por parte da sociedade de acolhimento em resultado dos seus processos migratórios específicos e da procura de realização de oportunidades de inclusão em distintos sistemas funcionais e nas suas organizações (Góis & Marques, 2014, p. 126).

De forma semelhante, Delfim (2017) sublinha a mobilidade humana como motor de progresso em múltiplas dimensões.

Os fluxos migratórios entre Portugal e Venezuela demonstram não apenas a circularidade das populações, mas também a importância de reconhecer o potencial dos migrantes, sobretudo os qualificados. Os venezuelanos em Portugal, e em particular na Madeira, representam uma comunidade numerosa e com competências que podem beneficiar a economia e a sociedade portuguesa. Porém, a falta de políticas de integração e valorização adequadas revela um vazio que importa colmatar, a fim de transformar estes fluxos humanos numa verdadeira oportunidade de desenvolvimento sustentável.

## **1. Delimitação do campo de estudo**

### **1.1. Caracterização do público-alvo**

A Venezuela é um país pertencente a América do Sul, que faz fronteira com a Colômbia, o Brasil e a Guiana. É um país com uma grande riqueza no referente a biodiversidade, recursos naturais e reservas petrolíferas.

Nas últimas décadas, têm atravessado uma grande crise económica e política, fortemente marcada pelo aumento da inflação (ultrapassando um 800% por ano) e pela instabilidade e forte autoritarismo do governo de Nicolás Maduro (Sousa, s.d.). Como resultado disto, o país encontra-se num colapso socioeconómico, caracterizando principalmente, pela “falta de acesso aos serviços de saúde, falhas na energia e falta de água potável, assim como a subida dos preços devido a alta taxa de inflação” (Jesus, 2023, p. 49), deixando condições miseráveis para viver.

De acordo com Jesus (2023) “a crise multidimensional venezuelana provocou um grande fluxo migratório, sendo que milhões de venezuelanos foram forçados a abandonar o seu país para sobreviverem” (p. 49). A partir de 1999, confirmamos um aumento de migrantes venezuelanos a escolher Portugal como país de destino ou acolhimento no seu processo migratório. Contudo, verificamos que a partir do ano 2015 esse número tem crescido exponencialmente, localizando-se especificamente no Distrito de Aveiro e na RAM (Jesus, 2023).

O acolhimento e integração das comunidades migrantes nas sociedades é de grande importância e traz múltiplos benefícios para o desenvolvimento das regiões, “em média, os migrantes dos países mais pobres para países de rendimento elevado possam

ver aumentar em 15 vezes o seu rendimento, duplicar a taxa de escolaridade e até reduzir em 16 vezes a taxa de mortalidade infantil (Banco Mundial, 2017, citado em Ferreira, 2017, p. 45). Contudo, esta integração dos migrantes para contribuir com o desenvolvimento económico e social, tanto nos países de origem, como nos países de destino, é representada maioritariamente em documentação, legislação, planos estratégicos, entre outros, e de baixo interesse no desenvolvimento de estudos e evidências científicas concretas (Ferreira, 2017).

Ferreira (2017) salienta que a Europa atualmente possui uma elevada taxa de envelhecimento que supera a taxa de natalidade, e cada vez mais este fenómeno acentua-se. Neste sentido, e conforme a opinião da mesma autora, é necessário olhar para os migrantes com diferentes níveis de qualificações profissionais e competências, já que existe, em várias áreas, falta de pessoal e mão-de-obra, “isto significa que, em muitos casos, as competências desses trabalhadores migrantes são complementares às dos trabalhadores locais e vêm preencher lacunas importantes, em setores que serão relevantes para o futuro das economias europeias” (p. 54). Como foi referenciado anteriormente, os migrantes altamente qualificados são indivíduos que poderiam proporcionar uma resposta eficiente para as necessidades presentes no mercado laboral, que cuja formação foi a custo zero para o Estado (Góis & Marques, 2007).

Em suma, “debater e compreender os impactos das migrações é importante para aumentar o conhecimento e para desenvolver políticas em vários setores que possam maximizar os efeitos positivos e mitigar os negativos” (Ferreira, 2017, p. 48). A integração dos imigrantes nas sociedades é fundamental para o desenvolvimento comunitário das mesmas, ao reconhecer as suas qualificações e ajudá-los na criação de identidade, irá a propiciar um sentimento de pertença e de cidadania, daí a importância de garantir efetivamente esta integração.

Deste modo, o público-alvo selecionado para este estudo é composto pela comunidade migrante venezuelana residente na RAM, considerando dentro deste grupo os indivíduos pertencentes ao grupo da população estrangeira residente; os indivíduos luso-descendentes, que são naturais da Venezuela, detentores de dupla nacionalidade (venezuelana e portuguesa) e que residem na região; e, aos indivíduos que são naturais de Portugal mas que migraram por algum período à Venezuela e que atualmente residem na região. Sendo todos estes maiores de 18 anos e que se encontram em idade ativa.

É importante que ainda salientemos que, iremos a referir ao longo do trabalho o termo “migrante” e não “imigrante”, já que, dentro da amostra selecionada estão incluídos

os portugueses que viveram na Venezuela algum período, o que faz que, não sejam considerados imigrantes em Portugal por ser a sua terra, mas ao viver tanto tempo fora da região, experienciam o mesmo processo de migração que o resto.

Ressaltamos ainda que, esta amostra foi selecionada devido a que a comunidade venezuelana é a mais numerosa de migrantes na RAM.

## **2. Questão da investigação**

Após ter exposto à problemática deste estudo, consideramos relevante a temática do mesmo, sendo proposta a seguinte questão da investigação: *Será que a qualificação superior dos migrantes da Venezuela contribui para o desenvolvimento regional na RAM?*

## **3. Objetivos da investigação**

### **3.1. Objetivo geral**

O objetivo principal e orientador deste estudo é: Analisar se os migrantes venezuelanos trazem contributos para o desenvolvimento regional tendo por base a variável da qualificação superior.

### **3.2. Objetivos específicos**

Para melhor desenvolvimento e ótima concretização do objetivo geral, surgem também um conjunto de objetivos específicos a seguir, sendo eles:

- a) Determinar qual o perfil dos migrantes da Venezuela sobre a variável da qualificação superior e de que forma o mesmo contribui para o desenvolvimento regional.
- b) Realizar uma análise social, económica e demográfica da comunidade migrante venezuelana residente na RAM.
- c) Determinar quais os desafios ou barreiras que os migrantes venezuelanos residentes na região têm vivenciado.

- d) Identificar se esta população se encontra em situação de sobrequalificação ou *dumping social*, e de que forma esta condição pode afetar a sua integração na comunidade.
- e) Conhecer quais as ferramentas e políticas do governo regional são implementadas para a integração dos migrantes e do aumento da qualificação destes.

**PARTE I –  
ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **CAPÍTULO 1 - MIGRAÇÃO E TERRITÓRIO: UMA ANÁLISE DA REALIDADE PORTUGUESA E MADEIRENSE**

A migração é uma realidade que atravessa gerações e geografias. Apesar de ser um fenómeno muito mencionado na atualidade, é um processo antigo, que vai mudando as suas causas, o volume e os seus efeitos. Assim iremos analisar os diferentes tipos de migração, bem como, os motivos que levam as pessoas a deslocar-se de país ou região. Em Portugal, a história migratória é marcada tanto pela saída de indivíduos como pelo acolhimento. Mais recentemente, o país passou de exportador de mão de obra para destino de pessoas de vários contextos. No caso da Madeira, a realidade tem contornos próprios, influenciados pela insularidade e pelas ligações históricas à emigração. A situação da diáspora luso-venezuelana é um exemplo disso: muitas famílias regressam agora a Portugal, após anos ou décadas na Venezuela, trazendo consigo histórias de pertença cruzada. O capítulo ajuda a contextualizar estas dinâmicas e prepara o terreno para os temas que se seguem.

### **1. Fenómeno da migração**

O século XXI é comumente demarcado como a “*era da migração*”, mesmo que seja um processo de deslocação que já acontece há muito tempo e que esta longe de ser novo. A migração tem sido um meio elementar para o crescimento económico e para a melhoria das condições de vida dos indivíduos. Migrar é uma realidade universal, que foi e que ainda continua a ser a base para garantir a subsistência humana e o progresso das sociedades. A migração é um fenómeno que acontece desde a existência do homem na Terra como consequência do povoamento do planeta, iniciando com um desenvolvimento lento, mas que notavelmente acelerou a partir do século XV. Por essa razão, a Organização das Nações Unidas (ONU) (2024) diz que:

Desde os tempos mais remotos que a humanidade está em movimento. Algumas pessoas movem-se em busca de oportunidades de trabalho ou económicas, para se unir à família ou para estudar. Outros deslocam-se para escapar de conflitos, perseguições, terrorismo ou violações de Direitos Humanos. Muitos outros movem-se na sequência dos efeitos adversos das alterações climáticas, desastres naturais ou outros fatores ambientais (s.p.).

É relevante salientar que não existe uma única definição para migração, devido as próprias características referentes a ser uma ação simultânea no espaço-tempo. De acordo com Nolasco (2016), todas as definições são autocráticas porque não existem parâmetros específicos que sejam consensuais nesta matéria, o autor enfatiza que “não há consenso relativamente à amplitude geográfica a percorrer, nem à duração da permanência no destino, nem tão pouco às consequências sociais implicadas no movimento para que o mesmo possa ser considerado como migratório” (p. 3).

Assim sendo, exploraremos algumas definições para este fenómeno. Consoante a ONU (1998) citado em Nolasco (2016), um migrante é a pessoa que “ao ir para outro país muda a sua residência habitual, (...) é uma mudança de espaços político-administrativos com alguma duração, por implicar uma alteração de residência, e permitindo assim uma distinção entre migrações e outras formas de mobilidade” (p. 3). Por outro lado, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2009) define a migração como uma modalidade de cruzamento de um perímetro internacional ou de um Estado, sendo “um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicas” (p. 40). Paralelamente, Michaelis (2009) citado em Miranda (2019) diz que a migração “alude ao movimento espacial de um povo ou multidão ao passar de um lugar para outro” (p. 567), e que neste caso, migrante seria “toda pessoa que se muda do seu lugar de residência habitual para outra região ou país” (p. 567).

Usualmente, o perfil típico pensado sobre os migrantes é aquele onde o deslocamento acontece, normalmente no sentido “sul-norte”, noutras palavras, dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, mas que segundo Vitorino (2007) citado em Brito (2019) unicamente um terço do total de migrantes encaixa neste perfil, “corresponde efetivamente a tal padrão, enquanto outro terço se movimenta num sentido «sul-sul», isto é, migra de um país em desenvolvimento para outro país em desenvolvimento, conferindo aos fluxos migratórios um padrão muito mais complexo e diversificado” (p. 20). Além disto, atualmente existem países que atravessam uma crise humanitária, fazendo que estes indivíduos se desloquem por diversas razões, não apenas económica, mas sim por questões de segurança, de acesso aos serviços básicos de saúde, falta de oportunidades de emprego, falta de acesso a alimentos e medicinas, perseguição política, guerras, entre outras (Brito, 2019).

## 2. Tipologia das migrações

As migrações podem assumir diferentes formas, consoante a sua natureza, duração e enquadramento social. Podem ser internas, quando ocorrem dentro de um mesmo território, como no êxodo rural, no êxodo urbano ou na transumância, ou externas, quando envolvem movimentos internacionais, distinguindo-se entre imigração (entrada) e emigração (saída). Neste estudo, o foco recai sobre as migrações externas, cuja diversidade reflete a complexidade crescente do fenómeno migratório, motivada por razões políticas, económicas, sociais ou ambientais.

Segundo Petersen (1958), existem duas grandes dimensões para classificar os movimentos migratórios: as forças que impulsionam a emigração e a intencionalidade dos indivíduos, que pode ser conservadora, quando procuram restabelecer ou manter condições de vida, ou inovadora, quando procuram melhorá-las. A partir destas dimensões, o autor identifica cinco tipos de migração: a primitiva, ligada a fatores ecológicos; a forçada, imposta por Estados ou instituições sociais; a impelida, em que os indivíduos têm apenas uma autonomia parcial na decisão de migrar; a livre, que resulta da vontade individual, embora em escala reduzida; e a massiva, quando a decisão de migrar surge de forma coletiva.

Numa perspetiva mais abrangente, Peixoto (1998, citado em Nolasco, 2016) propõe uma tipologia baseada em múltiplos critérios. Entre eles destacam-se os limites territoriais atravessados (internos ou internacionais), a duração da migração (temporária ou definitiva), o grau de voluntariedade (livre ou forçada), e as motivações (laborais, políticas ou ambientais). Outros critérios incluem a condição laboral e o setor de atividade, o estatuto profissional, o nível de instrução, o estatuto administrativo (legal ou ilegal) e a posição da migração no percurso individual (primária, secundária, de retorno ou múltipla). Esta abordagem evidencia a pluralidade de fatores que moldam os fluxos migratórios, tornando impossível reduzi-los a uma única explicação.

Já Portes (1999, citado em Nolasco, 2016), acrescenta uma dimensão centrada no país de acolhimento, analisando a forma como os migrantes são recebidos. Para o autor, a integração depende de três níveis principais: a política imigratória desenvolvida pelo governo, a atitude da sociedade em relação aos estrangeiros e a existência ou não de comunidades étnicas de pertença no país de destino.

Deste modo, a tipologia das migrações revela-se multifacetada, abrangendo desde a motivação individual até às condições estruturais impostas pelos países de origem e

destino. Ao integrar diferentes perspetivas, compreende-se que migrar não é apenas um ato de deslocação geográfica, mas um processo complexo, atravessado por variáveis sociais, económicas, políticas e culturais que moldam profundamente as trajetórias individuais e coletivas.

### **3. Fenómeno migratório em Portugal**

Os traços característicos da migração portuguesa não divergem muito do que acontece noutros países. Portugal, antigamente, era um país associado a emigração, no qual os portugueses deixavam o país na procura de melhores condições e oportunidades, nomeadamente em países como França, Inglaterra, Venezuela, África do Sul, entre outros (Brito, 2019). Contudo, é uma situação que nas últimas décadas tem mudado, sendo agora um país caracterizado tanto pela emigração como pelo acolhimento de migrantes, passando assim a ser um país tanto de origem como de destino, e que segundo Vitorino (2007) citado em Brito (2019), é um país “onde continuam a sair nacionais para irem residir e trabalhar no estrangeiro (...), ao mesmo tempo que continuam a afluir pessoas oriundas de outros países, incluindo europeus, com o objetivo de residir e trabalhar em Portugal” (p. 25).

Em conformidade com os Censos realizados em 2021, a população portuguesa encontra-se constituída por um total de 10 343 066 habitantes, dos quais 9 800 752 são portugueses e 542 165 indivíduos são a população estrangeira residente no país, os quais são oriundos maioritariamente da América e da Europa (Pordata, 2023a). Nas nacionalidades mais representativas da população estrangeira no país, no ano 2022, encontrávamos indivíduos provenientes de: Brasil, Reino Unido, Cabo Verde, Índia, Itália, Angola, França, Ucrânia, Nepal, Guiné-Bissau, entre outros (SEF, 2022).

Corroboramos nos Censos realizados nas últimas cinco décadas que existe um aumento considerável da população estrangeira em Portugal, enquanto a população portuguesa encontra-se sem ter grande diferença e, inclusive, para 2021 diminuiu o número da população nacional comparativamente ao ano 2011. Quando são analisados os dados, conseguimos chegar a conclusão de que, já os Censos de 2021 revelaram uma diminuição da população total, e que se for retirado a esse número a quantidade de indivíduos estrangeiros no território, esta diminuição da população total seria ainda muito mais impactante (ver figura 1).

**Figura 1**

*População residente conforme os Censos de 2021: total e por nacionalidade*

Anos	Nacionalidade				
	Total	População Portuguesa	População Estrangeira	Dupla nacionalidade	Apátrida
1960	8.889.392	8.859.964	29.428	151	x
1981	9.833.014	9.724.488	108.526	12.502	1.175
1991	9.867.147	9.760.576	106.571	30.256	19.698
2001	10.356.117	10.129.402	226.715	127.253	1.075
2011	↓ 10.562.178	↓ (R) 10.167.129	↓ (R) 394.496	↓ x	↓ 553
2021	10.343.066	9.800.752	542.165	x	149

Fonte: Pordata, 2023b.

Esta redução da população é uma problemática que se encontra a atingir a maioria da Europa, onde as taxas de mortalidade superam as taxas de natalidade. O envelhecimento da população “é um problema europeu e Portugal assume uma das primeiras colocações no UE 28 com maior proporção de idosos, acarretando consequências diretas para o desenvolvimento da população” (Oliveira & Gomes, 2018, citados em Brito, 2019, p. 26). Pelo que, os mesmos autores salientam que por um lado, existe uma quebra no número de nascimentos, representando uma perda importante nos primeiros patamares etários. Por outro lado, o aumento da esperança média de vida tem-se elevado como produto do controlo da mortalidade precoce, traduzindo-se numa maior quantidade de indivíduos com idades avançadas. E por fim, uma causa mais indireta, é referente aos fluxos migratórios, onde a maior parte dos sujeitos que emigram (especialmente indivíduos em idade ativa) não se vê compensada pela entrada de imigrantes (Oliveira & Gomes, 2018).

#### **4. Fenómeno migratório na RAM**

O fenómeno migratório na RAM tem marcado profundamente a sua evolução demográfica, económica e social ao longo dos séculos. De acordo com De Oliveira (1999), a região contava com 112 000 habitantes até 1864, número que cresceu para 270 000 a meio da década de 1950, revelando um forte aumento populacional. Contudo, a partir da década de 1960, registou-se uma diminuição, com 268 937 habitantes, resultado

de saldos migratórios negativos associados a movimentos emigratórios significativos. Como refere a autora, a expansão do turismo e o surgimento de novas ligações aéreas facilitaram simultaneamente a saída de milhares de madeirenses, num processo de “saídas massivas da população para os vários países de acolhimento” (De Oliveira, 1999, p. 28).

Na década de 1970, a população voltou a decrescer, situando-se nos 251 135 habitantes. Este decréscimo está associado a movimentos demográficos intensos, condicionados pela crise petrolífera, pelo fim do Estado Novo, pelo retorno das ex-colónias e pela criação das Regiões Autónomas.

Já nos anos 80, a crise económica manteve-se, ainda que controlada, mas sem crescimento significativo, registando-se também um saldo migratório mais reduzido, associado sobretudo a emigração sazonal ligada à hotelaria (De Oliveira, 1999). Na seguinte figura (figura 2), podemos certificar o saldo migratório da RAM no século XX, no qual desde a década de 40, aumenta significativamente pelas razões apresentadas anteriormente.

## Figura 2

*Principais destinos dos emigrantes madeirenses no século XX*

Principais destinos dos emigrantes									
Data	África	Brasil	Amér.Sul	Venezuela	Curaçau	Am.Norte	Oceânia	Europa	Desc/Out
1900-1911	3,4 a)	48,1	4,4	-	-	25,6	15,5	0,3	0,0
1911-1920	2,0	37,1	1,4	-	-	58,3	0,0	1,1	0,0
1920-1930	3,6	58,0	10,5	-	-	18,6	0,0	9,3	0,0
1930-1940	23,2	25,3	1,9	7,3	-	19,5	0,0	16,7	12,5
1940-1950	6,9	33,6	1,1	17,5	28,4	6,3	0,0	5,8	5,8
1950-1960	11,1	46,4	0,3	35,9	4,3	0,5	0,0	0,0	2,4
1960-1970	9,1	18,2	0,0	65,4	2,3	2,2	0,0	2,2	2,8
1970-1981	3,8	1,7	1,8	62,2	-	11,3	5,2	15,4	0,0
1981-1991	3,9	0,0	0,0	20,0	-	22,2	21,1	32,7	0,0

Fonte: De Oliveira, 1999, p. 51.

No século XX, a Venezuela destacou-se como o principal destino dos emigrantes madeirenses, sobretudo entre 1960 e 1981, registando saldos migratórios de 65,4 e 32,2. O Brasil também foi um destino importante, com destaque desde o início do século, embora a partir da década de 1960 se tenha verificado uma redução significativa (De Oliveira, 1999). De acordo com a DRCCE (2024a), outros destinos relevantes foram a

África do Sul, as Antilhas Holandesas, a Austrália, o Canadá, os Estados Unidos, a França, o Reino Unido e o Panamá, sendo que só na Venezuela reside atualmente uma das maiores comunidades madeirenses no exterior, com cerca de 300 mil pessoas.

A relevância da diáspora levou à criação de órgãos representativos como o Fórum Madeira Global e o Conselho da Diáspora Madeirense (Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/M). Estes organismos têm como funções promover a troca de experiências entre comunidades dispersas, apreciar questões relativas aos madeirenses no estrangeiro e propor medidas que fortaleçam os laços entre a diáspora e a RAM (DRCCE, 2024a).

No que respeita à imigração, a RAM tem-se afirmado também como território de acolhimento. Entre os residentes estrangeiros encontram-se sobretudo cidadãos oriundos da Venezuela, do Reino Unido, da Alemanha, do Brasil, da Itália, da Rússia, da Espanha, da França, dos Estados Unidos, da Polónia e da Ucrânia (DRCCE, 2024b). Esta diversidade confirma que a Madeira é simultaneamente espaço de partida e de chegada, marcada por fluxos migratórios que continuam a moldar a sua identidade.

## **5. Diáspora luso-venezuelana**

Na história, o conceito de diáspora estava comumente associado a uma disparidade entre as antigas e novas culturas. Atualmente como produto da globalização, o conceito de diáspora está associado à emigração, sem importar as causas que estejam implicadas na deslocação (Sousa, 2014).

Para Cohen (1997) citado em Sousa (2014), a palavra diáspora na atualidade “está associada ao espaço transnacional, incluindo todas as raças provenientes das culturas que perderam as suas amarras territoriais (...) Já as diásporas pós-modernas põem em causa o conceito de ‘estado-nação’, não como um local cultural homogéneo, mas plural” (p. 516). É importante sublinhar que as novas diásporas são produto do processo de globalização e do grande fluxo migratório de indivíduos, devido ao amplo acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o esbatimento de fronteiras. Por conseguinte, não podemos olhar para nenhum país como um povo que se desenvolve apenas nas fronteiras de um único Estado, já que “todas as nações, em vez disso, são globais no sentido de que, apesar de terem uma pátria, muitos dos seus membros vivem espalhados por todo o globo” (Riggs, 2000, citado em Sousa, 2014, p. 516).

No caso da diáspora portuguesa, sabemos que foi fortemente marcada pela emigração aos países lusófonos, essencialmente, aos pertencentes da Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa (CPLP), contudo, as diásporas portuguesas não se limitam apenas a estes. Podemos certificar que atualmente existem mais de 20 milhões de lusodescendentes, distribuídos em 17 comunidades portuguesas, nos 5 continentes (Diáspora Lusa, 2024).

Desse modo, realçamos neste estudo, a diáspora decorrida entre Portugal e a Venezuela, onde a meados dos anos 80 e com uma extensão de aproximadamente 40 anos, existiu uma grande emigração de portugueses, mais especificamente, madeirenses, para o mencionado país americano, representando uma das maiores comunidades portuguesas distribuídas pelo mundo. Esta deslocação teve nas suas bases a própria crise europeia (desvalorização da moeda, aumento do desemprego e ditadura) o que levou a uma migração em massa para os países anteriormente mencionados. Contudo, como já foi referenciado na problemática deste estudo, desde o início do século XXI, decorre o fluxo inverso, pois o número de portugueses que residiam na Venezuela acabou por diminuir, e o número de venezuelanos a sair do seu país aumentou exponencialmente, produto da crise humanitária e o colapso económico que atravessa o país. É essencial destacar que esta emigração forçada de venezuelanos é considerada uma das maiores crises de deslocamento do mundo, como os casos da migração da Síria, que se encontra em constante conflito, e a migração da Ucrânia, produto da guerra (Jesus, 2023). Como resultado deste fluxo migratório, afirmamos que, de Portugal, a RAM é a região que possui a maior comunidade de migrantes venezuelanos, sendo a população estrangeira residente mais representativa.

## **CAPÍTULO 2: POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A MIGRAÇÃO**

Num ambiente educativo cada vez mais influenciado pela multiplicidade cultural global, torna-se imperativo fomentar práticas que reconheçam e incorporem a riqueza das diferentes línguas, tradições e experiências de vida dos alunos. Ao promover uma convivência assente na inclusão e na valorização da diversidade, a escola transforma-se num espaço propício ao desenvolvimento integral dos indivíduos e ao fortalecimento da coesão social. Não podemos falar de migração sem olhar para as políticas que moldam a vida dos migrantes, pois seria injusto. Neste sentido, neste capítulo serão abordadas algumas das diversas políticas sobre a integração e a educação, especificamente direcionadas para a migração, tanto a nível transeuropeu, europeu e em Portugal. Desta forma, salientamos a importância da educação como via fundamental para a integração.

Um ponto importante mencionado é também a experiência das mulheres migrantes, que muitas vezes enfrentam desafios (seja pela origem, pelo género ou pela condição socioeconómica). Neste caso, a educação surge não só como um direito, mas como uma chave para a inclusão. O objetivo é pensar em políticas mais completas, que não se limitem à presença física, mas criem verdadeiras condições de participação e pertença.

### **1. Abordagens transeuropeias e europeias**

Durante as décadas de 1980 e 1990, a migração era muitas vezes vista como um entrave ao desenvolvimento, associada à fuga de cérebros e a pressões sociais derivadas do “subdesenvolvimento” (Ferreira, 2017). Esta perceção começou a alterar-se a partir dos anos 2000, quando organismos internacionais passaram a reconhecer a migração como um fenómeno global complexo, com contributos positivos tanto para os países de acolhimento como para os de origem. Em 2005, a migração foi considerada um dos maiores desafios do século XXI, o que levou ao surgimento de estratégias internacionais e agendas globais mais abrangentes e consistentes, que refletem não apenas os impactos económicos e sociais, mas também a necessidade de integrar direitos, educação e inclusão (Ferreira, 2017).

Neste quadro, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) continua a ser um documento fundamental. O artigo 13 estabelece a liberdade de locomoção e

residência, reconhecendo a migração como um direito universal (ONU, 2024), enquanto o artigo 26 consagra a educação como um direito humano, sublinhando que o acesso ao ensino deve ser garantido em condições de igualdade e que deve promover valores como a tolerância e a amizade entre povos (Diário da República, s.d.).

Outros referenciais relevantes incluem os relatórios da OIM, em especial o *Quadro de Gestão das Migrações* de 2015, que orienta os países para políticas fundamentadas e sustentáveis, e a Agenda 2030, com os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 4, dedicado à educação de qualidade, destaca a necessidade de garantir ensino inclusivo, eliminar disparidades de género e assegurar que todas as crianças, jovens e grupos vulneráveis tenham acesso à educação em igualdade (BCSD Portugal, 2022). Também a ONU (2015, citado em Ferreira, 2017) chama a atenção para os grupos mais vulneráveis, como refugiados, deslocados internos e migrantes, que devem ser empoderados e incluídos nos processos de desenvolvimento.

Outro aspeto central prende-se com as remessas enviadas pelas diásporas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento dos países de origem. Os ODS estabelecem como meta a redução dos custos de envio das remessas para 3% e a União Europeia (UE) comprometeu-se a adotar medidas nesse sentido (Ferreira, 2017). Assim, confirma-se a interligação entre migração e educação como fatores de sustentabilidade e de promoção da coesão social.

No caso europeu, os números são expressivos, pois, em 2022, a União Europeia contava com 446,7 milhões de habitantes, dos quais 23,8 milhões eram nacionais de países terceiros, representando 5,3% da população total, e 38 milhões tinham nascido fora da UE, perfazendo 8,5% da população (Comissão Europeia, 2022). Gerir estes fluxos implica estratégias de integração que a Comissão Europeia (2020a) considera essenciais para o bem-estar, a prosperidade e a coesão das sociedades.

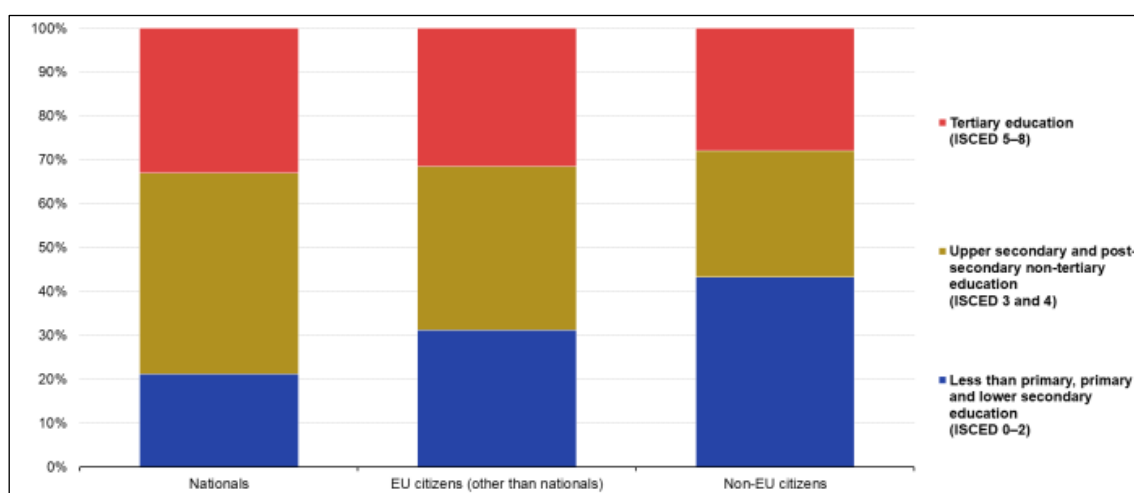
Para concretizar estas estratégias, a UE dispõe de vários fundos: o Fundo de Asilo, Migração e Integração (9,88 mil milhões de euros para 2021–2027), o Instrumento de Gestão de Fronteiras (6,7 mil milhões) e o Fundo de Segurança Interna (1,93 mil milhões) (Comissão Europeia, 2024a). Do lado da educação, destacam-se programas como o Erasmus+, o Fundo Social Europeu+ e o FEDER. Apesar destes esforços, persistem desigualdades: em 2023, o abandono escolar precoce era de 25,3% entre indivíduos não pertencentes à UE, contra 8,2% entre nacionais (Eurostat, 2024).

De acordo com o Eurostat (2024) em 2023 o abandono precoce do ensino e formação foi de 25,3% para os indivíduos não pertencentes a UE, enquanto este valor nos

Europeus que vivem noutro país da UE era de 22,8% e nos nacionais rondava os 8,2%. Na seguinte figura (figura 3), podemos verificar que os cidadãos que não são da UE possuem maiores níveis de apenas o ensino primário e médias mais baixas a nível secundário e superior, quando comparados com os nacionais e de outros países da UE, isto quer dizer que, os nacionais e os indivíduos pertencentes a outros países da UE contam com níveis de ensino mais elevados quando comparados com os não pertencentes a UE.

### Figura 3

*Percentagem do nível educativo da UE por tipo de cidadão em 2023*



Fonte: Eurostat, 2024, p. 2.

Neste contexto, iniciativas como a Rede Internacional de Políticas sobre a Educação de Migrantes (SIRIUS), criada em 2012, têm sido fundamentais. A rede apoia a inclusão educativa de crianças e jovens migrantes, promovendo políticas adaptadas e partilhando boas práticas (Comissão Europeia, 2024d).

Entre os marcos políticos, destacam-se o Plano de Ação sobre Integração de Nacionais de Países Terceiros (2016), que apresentou medidas em áreas como educação, emprego, habitação e participação social, e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2017), que sublinha o acesso universal à educação inclusiva e de qualidade (Comissão Europeia, 2024c). Mais recentemente, o Plano de Ação sobre a Integração e Inclusão 2021–2027 reforçou estas dimensões, apostando na aprendizagem linguística, no reconhecimento rápido de qualificações, no acesso à saúde e à habitação digna (Comissão Europeia, 2020a).

Em abril de 2024, a Comissão Europeia (CE) apresentou ainda o Pacto em Matéria de Migração e Asilo, que procura responder aos desafios atuais, equilibrando solidariedade e responsabilidade entre Estados-Membros e defendendo que a gestão das migrações deve ser eficaz e humana, em consonância com os valores europeus e o direito internacional (Comissão Europeia, 2024b).

Confirmamos que, a UE tem vindo a afirmar-se como um espaço que procura conciliar a gestão dos fluxos migratórios com o respeito pelos Direitos Humanos e a promoção da inclusão. Como refere Ramos (2013, citado em Sampaio, 2022), “o trabalho, a educação, as competências linguísticas e multiculturais, juntamente com a dupla nacionalidade, possibilitam a integração e a participação civil nos países de acolhimento e de origem” (p. 9). Assim, políticas eficazes de migração e educação não apenas favorecem a integração dos migrantes, mas também reforçam a coesão e o desenvolvimento sustentável das sociedades europeias.

## **2. Abordagens em Portugal**

A Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, representou o fim da ditadura em Portugal e abriu caminho para a criação de uma nova Constituição, mais democrática e progressiva. Este marco histórico também significou uma virada no campo dos Direitos Humanos e das liberdades civis, criando um ambiente mais favorável, tanto para a educação como para a imigração. Até então, Portugal era marcado por uma forte tendência de emigração; a partir de 1974, o país passou a se tornar um destino para imigrantes, enriquecendo sua cultura, economia e sociedade (Malta, 2024). Por outro lado, no aspeto educativo e cultural, encontravam-se “as altas taxas de analfabetismo no país, afetando principalmente as mulheres (...), a fraca escolaridade e a marginalização da cultura no antigo regime, entravam em contradição com a democratização do país após 1974” (Marie, 2017, p. 372).

### **2.1. A nível migratório**

Costa (2024) identifica três grandes ondas migratórias em Portugal. A primeira onda ocorreu antes e logo após o 25 de abril de 1974. Inicialmente, a presença de estrangeiros era pequena, mas a partir de 1975 houve um crescimento notável, especialmente com a chegada de pessoas retornadas das ex-colônias africanas. A Lei 308-

A/75, criada para tratar da perda de nacionalidade desses retornados (posteriormente revogada), acompanhou esse crescimento, refletindo na necessidade de políticas para a reunificação familiar e a formação de novas famílias.

A segunda onda iniciou-se em 1986, com a adesão de Portugal à UE. A abertura económica e política levou ao aumento da imigração, principalmente de pessoas vindas do Brasil e da Ásia, que ocuparam postos de trabalho em áreas como construção civil e obras públicas. Portugal passou a ser considerado um ponto de entrada importante no sistema migratório europeu (Góis & Marques, 2018).

A terceira onda teve início nos anos 2000, impulsionada por oportunidades de emprego na construção, turismo e obras públicas. Houve um aumento da presença de imigrantes vindos do Leste Europeu e da América do Sul, consolidando a imagem de Portugal como um país de emigração e também de imigração (Costa, 2024).

Com o aumento da imigração, o governo português implementou diversas políticas para a integração dos imigrantes. Em 2003, foi criada a Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), com 156 centros em todo o país, que oferecem acolhimento, informação e apoio a pessoas migrantes, em parceria com autarquias, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil (Alto Comissariado para as Migrações, 2024a).

Em 2006, o Decreto-Lei n.º 237-A/2006 reformou a lei da nacionalidade, facilitando a naturalização de imigrantes, inclusive de descendentes sem residência legal. No ano seguinte (2007), foi aprovada a Lei de imigração n.º 23/2007, que regulamentou a entrada e permanência de estrangeiros no território nacional. Ainda em 2007, foi lançado o I Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (2007–2009), com 120 metas e 20 áreas de intervenção, abrangendo temas como emprego, habitação, saúde, educação, cultura, língua, justiça, segurança, e combate à discriminação.

Em 2010, foi implementado o II Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (2010–2013), dando continuidade às políticas sociais com 90 medidas e 17 áreas de intervenção, reforçando o compromisso com a plena integração dos imigrantes. Em 2014, surgiram os Planos Municipais de Integração de Imigrantes, documentos que orientam estratégias de intervenção local, promovendo a interculturalidade e a participação cívica (Alto Comissariado para as Migrações, 2024b).

Em 2015, o ACM (Alto Comissariado para as Migrações) lançou o Plano Estratégico sobre as Migrações 2015-2020, estruturado em cinco eixos: (i) integração de imigrantes, com foco na luta contra a discriminação e promoção cultural; (ii) integração

dos novos nacionais, com atenção à capacitação e empreendedorismo; (iii) coordenação dos fluxos migratórios, incluindo a atração de profissionais qualificados; (iv) reforço da legalidade migratória e qualidade dos serviços; e (v) apoio ao retorno dos emigrantes portugueses (Alto Comissariado para as Migrações, 2021).

Em 2019, foi criado o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM), aprovado pela ONU e adaptado à realidade migratória de Portugal. O PNIPGM inclui 97 medidas, 23 objetivos e 5 eixos principais: (i) promoção de migrações seguras e regulares; (ii) gestão integrada de fronteiras; (iii) acolhimento e integração de imigrantes; (iv) apoio ao retorno e ligação aos países de origem; e (v) parcerias com países de origem e trânsito (Diário da República, 2019).

A pandemia de COVID-19, como ressaltam Esses e Hamilton (2021), trouxe desafios adicionais, como o crescimento do autoritarismo, da xenofobia e do racismo, além de aumentar a incerteza global. Para responder a este cenário, o governo português lançou em 2021 o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (PNCRD) 2021-2025, o primeiro do tipo no país. O plano é guiado por quatro princípios: desconstrução de estereótipos; governança integrada e territorial; intervenção contra desigualdades; e interseccionalidade, e abrange 10 áreas de intervenção com foco na promoção da igualdade e inclusão (Diário da República, 2021).

Em 2023, Portugal criou a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), substituindo o SEF e representando uma mudança de paradigma na relação do Estado com os cidadãos estrangeiros. A AIMA tem como objetivo centralizar e melhorar os serviços migratórios, tornando-os mais eficientes e integrados, desde a entrada até a permanência dos migrantes, promovendo migrações regulares e ordenadas (Agência para a Integração, Migrações e Asilo, 2024).

Por fim, em 2024, foi instituída a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), através da Lei n.º 3/2024, de 15 de janeiro, com o objetivo de prevenir, proibir e sancionar práticas discriminatórias baseadas em origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência ou território de origem (Diário da República, 2024).

Assim, observamos que, desde o 25 de abril de 1974, Portugal trilhou um caminho significativo no que diz respeito à imigração, transformando-se de um país predominantemente de emigrantes para um espaço cada vez mais plural e multicultural. As sucessivas políticas, planos e reformas legais refletem o compromisso português com a promoção dos Direitos Humanos, da integração social e do combate à discriminação.

Portugal, além de acolher pessoas de diferentes origens, também busca fortalecer sua posição como um país de referência na gestão de fluxos migratórios, combinando políticas inclusivas e respeito pela diversidade.

## **2.2. A nível educativo**

Após o 25 de Abril, Portugal sofreu uma profunda transformação no campo educativo, orientada pela democratização do acesso, pela integração social e cultural, e pelo combate às desigualdades. Embora enfrentando obstáculos, essas políticas impulsionaram as bases para uma escola pública mais inclusiva e participativa, que continua a evoluir até os dias de hoje (Barroso, 2003; Canário, 1999).

O novo regime procurou garantir o acesso universal à educação e combater as desigualdades sociais, culturais e regionais, de acordo com Pintassilgo (2014), era necessário olhar, “o 25 de Abril como a convicção de que se tornava ainda necessário investir nessa construção da nova sociedade, designadamente por via da transformação educativa” (p. 4). Por outro lado, esta mudança necessária após o 25 de Abril, não poderia ser apenas política, também deveria ser económica e cultural, segundo Pintassilgo (2014) “tornava-se necessária uma revolução cultural que a complementasse e aprofundasse. A construção do homem novo – objetivo último de todas as revoluções culturais – implicava um processo de “desalienação espiritual” e a assunção de um humanismo novo” (p. 5).

Nas palavras de Torres (2023), vieram a surgir algumas transformações necessárias no sistema educativo português, alguns exemplos são:

A Reforma Educativa de José Veiga Simão (período marcelista, pós-Salazar), o alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos e o estabelecimento da Lei de Bases, a unificação do ensino, a introdução da educação pré-escolar e, em especial, a mudança radical nos parâmetros e métodos pedagógicos resultaram em uma mudança significativa no ensino-aprendizagem dos alunos portugueses, contribuindo para a igualdade de acesso ao ensino superior. Apenas após esta Revolução é que a cultura e as artes passaram a ter uma importância maior em Portugal, e hoje os estudantes podem desfrutar da criação de uma infraestrutura ampla que envolve museus, bibliotecas e novas tecnologias aliadas ao ensino no país (s.p.).

Confirmamos desta forma, que após a Revolução dos Cravos, distintas mudanças deram continuação ao processo democrático nas instituições escolares, sendo assim, iremos a explorar algumas destas ocorridas desde 1974 até a atualidade.

No ano 1986, foi criada a Lei de Bases do Sistema Educativo, por meio da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (ainda em vigor), estabelecendo o quadro geral do sistema educativo português, definindo que o mesmo é “o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” (Diário da República, 1986, p. 3067). Assim sendo, fica na responsabilidade do Estado de impulsionar a democratização do ensino, assegurando sempre a igualdade de oportunidades, tanto no acesso como no sucesso escolar.

Em 1993, por meio do Decreto-Lei n.º 301/93, de 31 de agosto, foi alargada a idade de cumprimento para a escolaridade obrigatória até o 9.º ano (15 anos), estabelecendo de igual forma o regime de matrícula e de frequência no ensino básico obrigatório.

A partir do ano 2006, a rede pública de ensino foi reformulada e agrupada de acordo ao nível de ensino (educação pré escolar, básico e secundário), tencionando facilitar a passagem entre um nível educativo e outro, como também, combater o isolamento geográfico e a exclusão social (OCDE, 2014). Da mesma forma, foram fechadas escolas isoladas e os alunos foram reencaminhados a escolas maiores, “esta política também teve como objetivo promover uma maior colaboração entre os docentes, melhorar a organização do trabalho e oferecer oportunidades de aprendizagem mais amplas para os alunos” (OCDE, 2014, p. 11).

No ano 2007, foi criado o Plano Tecnológico da Educação (2007-2010), o qual tinha por objetivo modernizar os recursos e infraestruturas dos centros educativos com a formação e implementação das novas TIC, tanto para o pessoal docente como os alunos.

No ano 2009, foi alargada a idade de cumprimento para a escolaridade obrigatória até os 18 anos, por meio da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, bem como consignar a universalidade da educação pré-escolar a partir dos 5 anos de idade. A execução de uma escolaridade obrigatória de 12 anos “é relevante para o progresso social, económico e cultural de todos os portugueses. Este processo deve ser seguro, contínuo e coerente, garantindo a promoção da qualidade e da exigência no ensino e o desenvolvimento de todos os alunos” (Diário da República, 2009, p. 4068).

Entre 2012 e 2013, foi realizada uma reapreciação do currículo dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, segundo a OCDE (2014) “o novo currículo visa estabelecer normas de competências básicas a serem alcançadas por todos os alunos nas disciplinas de português, matemática, ciências e línguas estrangeiras, e permitir às escolas uma maior flexibilidade sobre a gestão curricular” (p. 11).

No ano 2018, surge o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, o qual estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, tendo por objetivo ser um “processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (Diário da República, 2018, p. 2919). Este Decreto-Lei foi alterado em 2019, por meio da Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro, sofrendo alterações de redação em vários artigos. Tanto os Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, e o Despacho n.º 2044/2022 refletem que os diversos processos de ensino/aprendizagem dos alunos de origem migrante, devem considerar uma harmonia de personalização e “preveem várias medidas que permitem adequar as atividades letivas às necessidades específicas de cada aluno. Trata-se da implementação de uma abordagem a partir do desenho universal para a aprendizagem” (Direção-Geral da Educação, 2024, p. 6).

Comprovamos que, estas e outra série de mudanças que foram realizadas ao sistema educativo são de grande importância para a inclusão, visto que com a escolaridade obrigatória existe o dever de que todos os alunos entre os 6 e os 18 anos devem frequentar a escola, e que segundo a Direção-Geral da Educação (2024) isto deve acontecer apesar de não terem o seu processo de equivalências finalizado ou da sua regularização de permanência no território. Segundo a mesma Direção (2024):

A inclusão dos alunos migrantes e suas famílias (que, muitas vezes, se encontram numa situação de vulnerabilidade) é fundamental para garantir o bem-estar e o sucesso de todos na integração no país de acolhimento e num sistema educativo que desconhecem. Implica, assim, um processo intencional estabelecido pela escola de forma participada (p. 6).

Em poucas palavras, num cenário cada vez mais marcado pela diversidade, é fundamental que as instituições de ensino estabeleçam, de forma deliberada e antecipada, estratégias apropriadas para a integração dos alunos migrantes. O pleno bem-estar destes alunos auxilia o trabalho educativo da escola, abrangendo desde a socialização até o

sucesso académico. Pois, a educação é o pilar central na integração destes migrantes nos países de acolhimento, proporcionando a base para a construção de uma cidadania ativa e plena (Nogueira, 2023).

### **3. Igualdade de género: as mulheres migrantes**

A igualdade de género é hoje reconhecida como um dos pilares fundamentais para a construção de sociedades mais justas, democráticas e inclusivas. Ao longo das últimas décadas, têm sido dados passos importantes a nível internacional e nacional no sentido de assegurar que mulheres e homens possam usufruir dos mesmos direitos e oportunidades, quer no acesso à educação, ao trabalho e à saúde, quer na participação política e social. No entanto, como sublinha Ferreira (2015), “a discriminação e o preconceito são um problema atual e mundial (...) que ofende diretamente a dignidade da pessoa humana” (p. 1), mostrando que, apesar dos avanços legais, as desigualdades persistem de forma estrutural.

No plano internacional, vários instrumentos normativos e políticos estabeleceram bases sólidas para a promoção da igualdade. A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção de Istambul, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, de 1995, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, particularmente o ODS 5, constituem marcos de referência que orientam os Estados no combate às desigualdades de género. Estes documentos, ao longo do tempo, foram consolidando o princípio de que a igualdade não pode ser apenas formal, mas tem de ser material e efetiva. A perspetiva do *gender mainstreaming*, também lançada em Pequim, reforça esta visão ao determinar que todas as políticas públicas devem integrar de forma transversal a dimensão de género, garantindo que mulheres e homens beneficiem de modo equitativo das medidas aplicadas (ECOSOC, 1997, citado em Cortez, 2021).

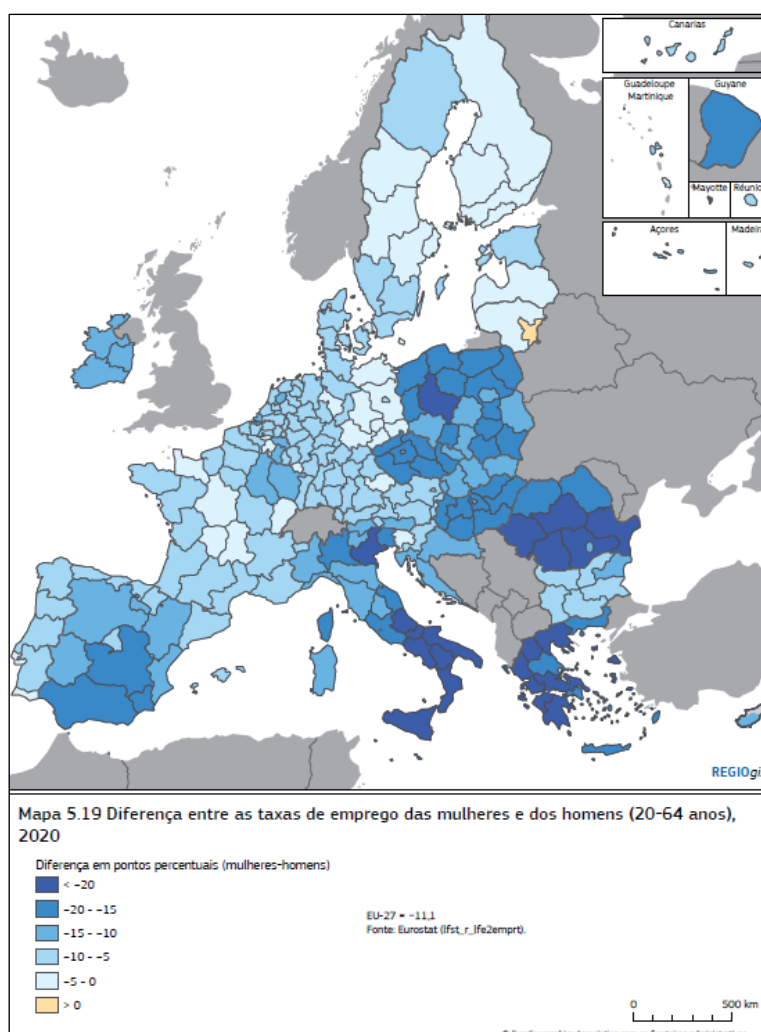
Em Portugal, este percurso traduziu-se na implementação de vários planos nacionais para a igualdade, culminando na Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND), que estabelece como prioridade “erradicar qualquer tipo de barreiras à igualdade, ao empoderamento e ao gozo dos direitos” (Cortez, 2021, p. 27). Esta estratégia evidencia o compromisso do Estado português com a promoção da igualdade de género, articulando medidas no campo da educação, do emprego, da

conciliação entre a vida profissional e familiar, bem como no combate à violência de género.

Apesar dos progressos normativos e institucionais, a realidade mostra que subsistem disparidades significativas. A União Europeia, que assume a igualdade de género como um dos seus princípios estruturantes, continua a enfrentar desafios consideráveis: a diferença salarial média entre homens e mulheres situa-se em 15,7% e a disparidade nas pensões ultrapassa os 30% (Comissão Europeia, 2019). Além disso, embora as mulheres apresentem taxas mais elevadas de ensino superior em comparação com os homens, continuam a estar sub-representadas nos cargos de liderança e enfrentam maiores dificuldades de inserção profissional, sobretudo quando se trata de mulheres migrantes (De Dominicis & Grzegorzewska, 2022) (ver figura 4).

#### Figura 4

*Diferença nas taxas de emprego entre homens e mulheres até 2020*



Fonte: De Dominicis & Grzegorzewska, 2022, p. 170.

A situação das mulheres migrantes é particularmente reveladora na interseção entre género e outras dimensões de discriminação. A literatura sobre interseccionalidade (Diário da República, 2018; Ramos, 2021) mostra que estas mulheres enfrentam múltiplas camadas de exclusão, resultantes não apenas da sua condição de género, mas também da origem étnica, nacionalidade, religião ou orientação sexual. Esta sobreposição de fatores coloca-as em maior vulnerabilidade em todas as etapas do processo migratório: desde a saída dos países de origem, frequentemente marcada por contextos de violência e insegurança, até à chegada às sociedades de acolhimento, onde podem enfrentar exploração laboral, dificuldades no acesso a serviços básicos e exclusão social (Jerónimo, 2019).

A União Interparlamentar (2018) sublinha que as mulheres migrantes estão mais expostas à violência de género, ao tráfico de pessoas e a formas de trabalho precarizadas, sendo por isso fundamental adotar políticas públicas sensíveis ao género que respondam de forma concreta a estas vulnerabilidades. Como observa Cortez (2021), o *mainstreaming* de género deve deixar de ser apenas um princípio orientador para se tornar uma prática transversal em todas as áreas da governação.

O paradoxo entre a elevada qualificação das mulheres e a desigualdade de oportunidades é um dos aspetos mais evidentes desta realidade. Embora apresentem, em média, maiores níveis de escolaridade do que os homens, as mulheres continuam a enfrentar barreiras estruturais que dificultam o reconhecimento e a valorização das suas competências (De Dominicis & Grzegorzewska, 2022). Este desajuste entre qualificações e condições de trabalho reflete uma desigualdade persistente que compromete não apenas a realização individual das mulheres, mas também o desenvolvimento económico e social das comunidades em que estão inseridas.

Em suma, a análise da igualdade de género, especialmente quando cruzada com a condição migrante, mostra que ainda há um longo caminho a percorrer. Os avanços jurídicos e políticos são fundamentais, mas não suficientes. É necessário garantir que os princípios de igualdade se traduzem em práticas concretas, em políticas eficazes e em mudanças culturais profundas. Reconhecer a vulnerabilidade específica das mulheres migrantes, investir no combate às discriminações múltiplas e assegurar o pleno aproveitamento das qualificações das mulheres, são passos essenciais para transformar a igualdade de género numa realidade vivida e não apenas proclamada.

### **CAPÍTULO 3 - MIGRAÇÃO E EMPREGO: REALIDADES E CONTRADIÇÕES NO CONTEXTO ATUAL**

Neste capítulo, a temática principal é o emprego. Mais concretamente, de como as pessoas migrantes, incluídas aquelas com formação, nem sempre conseguem ver as suas qualificações reconhecidas ou usadas. A realidade é esta: muitos chegam com experiência, diplomas e vontade de contribuir, mas deparam-se com barreiras. Sendo assim, iniciaremos por explorar a questão do emprego em si mesmo, o mercado laboral dos migrantes, as condições e os desafios que enfrentam neste processo. Por um lado, temos as estatísticas de empregabilidade, as quais mostram desequilíbrios que não podem ser ignorados. E por outro lado, surge a questão do *dumping social*, ou seja, quando o migrante é explorado no contexto laboral, não sendo bem reconhecido o seu trabalho, ou pago por baixo do que corresponde, muitas vezes à custa dos próprios direitos. Este capítulo propõe, assim, uma reflexão sobre o valor das pessoas e a urgência de políticas que reconheçam competências em vez de apenas preencherem lacunas no mercado laboral.

#### **1. Qualificação, empregabilidade e migração**

Num mundo cada vez mais globalizado e caracterizado pelos fluxos migratórios, é essencial ter em consideração os quadros de qualificação destes migrantes, e como podem os mesmos contribuir para o mercado de trabalho nacional. Existe ainda uma tendência, que incute que a população migrante altamente qualificada, acaba por se integrar mais facilmente na comunidade do país recetor, já que tendem a ter mais atenção as oportunidades que surjam profissionalmente, possuem maiores redes de contacto e recursos económicos (Kerr et al., 2017, citado em Sampaio, 2022).

A sobrequalificação da população estrangeira ativa encontra-se a aumentar quando comparada com a estrutura ocupacional da população nacional, como produto da teoria comum da polarização do mercado de trabalho nas grandes cidades dos países desenvolvidos (Baganha et al., 1999). Podemos dizer que até a década de 90 os trabalhadores detentores de qualificação eram complementares à população ativa portuguesa, este aditamento deve-se também ao facto de Portugal ser um dos Estados-Membros da UE com baixos níveis de escolaridade e pela existência da carência de

trabalho qualificado em áreas profissionais específicas (Baganha, 1996; 1998, citada em Baganha et al. 1999):

Por um lado, o aumento do nível de escolaridade médio das gerações mais novas leva essas pessoas a procurarem empregos com maior valor económico (e particularmente social) (...) Por outro lado, as diferenças de salário entre Portugal e certos países da UE, (...), explicam a emigração, especialmente a migração temporária de portugueses não qualificados, reforçando, assim, a tendência para a abertura desses segmentos do mercado de trabalho a trabalhadores estrangeiros não qualificados (p. 154).

Baganha et al. (1999) confirmam também que, relativamente a população estrangeira não qualificada, estes trabalham em “atividades como a construção civil e os serviços de limpeza doméstica e industrial permitem responder às necessidades de mão de obra destes sectores, substituindo, por vezes, a população nacional” (p. 153).

Paralelamente, os autores Nascimento et al. (2023) no seu estudo, chegaram a várias conclusões sobre os imigrantes venezuelanos, destacando que os mesmos não têm a prioridade de procurar um emprego que permita o alargamento das suas competências académicas, isto como resultado da mobilidade forçada produto da crise humanitária do país. Outra conclusão que estes autores obtiveram no estudo é que os imigrantes afirmam que entre os desafios apresentados, a validação dos seus certificados profissionais é morosa e burocrática, mas, ao mesmo tempo, conseguem oportunidades de progresso de carreira em Portugal realizando, por vezes, ajustes as suas expectativas e reorganização de objetivos pessoais. Contudo, esta população continua em sobrequalificação em Portugal (mesmo aqueles que já residem no país há mais tempo) sendo um problema que existe nesta população que parece não desaparecer com o tempo. Neste sentido, realçam a importância de continuar a estudar esta temática, para conseguir perceber como reduzir a sobrequalificação (Nascimento et al., 2023).

Em suma, “os imigrantes contribuem para o desenvolvimento dos países de acolhimento, com novos conhecimentos e competências e reduzindo a escassez de trabalho” (Ramos, 2013, p. 81). A população altamente qualificada continua a elevar-se em número dia traz dia, crescendo não só em Portugal, mas também em todo o globo. Contudo, “a formulação das políticas de migração altamente qualificadas e as avaliações

sobre a sua eficácia estão sendo prejudicadas por diferentes interpretações do que é ser qualificado” (Parsons et al., 2020, citado em Sampaio, 2022, p. 17).

De acordo com dados do Pordata (2023c), conseguimos realizar um perfil com algumas características dos migrantes em Portugal, abrangendo tanto dos imigrantes como dos emigrantes (ver figura 5).

### Figura 5

*Perfil de emigrantes e imigrantes em Portugal até 2022 (%)*

		Entradas em Portugal <b>Imigrantes</b>	Saídas de Portugal <b>Emigrantes</b>
<b>Sexo</b>	<b>Mulheres</b>	37,8	35,4
	<b>Homens</b>	62,2	64,6
<b>Idade</b>	<b>Menos de 15 anos</b>	9,4	5,4
	<b>15-24 anos</b>	10,7	25,7
	<b>25-34 anos</b>	22,3	33,8
	<b>35-44 anos</b>	19,8	18,6
	<b>45-54 anos</b>	13,2	11,2
	<b>55-64 anos</b>	11,9	4,3
	<b>65 ou mais</b>	12,6	1,0
	<b>Escolaridade</b>	<b>Até ao ensino básico</b>	-
<b>Ensino secundário</b>		-	34,3
<b>Ensino superior</b>		-	47,6
<b>Nacionalidade</b>	<b>Portuguesa</b>	48,8	95,4
	<b>Estrangeira</b>	51,2	4,6
<b>Naturalidade</b>	<b>Portuguesa</b>	27,2	-
	<b>Estrangeira</b>	72,8	-
<b>Residência</b>	<b>UE27, sem Portugal</b>	29,8	51,1
	<b>Fora da UE27</b>	70,2	47,2

Fonte: Pordata, 2023c, p. 14.

É interessante assinalar relativamente a estes aspetos que: a população jovem está a emigrar mais comparativamente com os imigrantes jovens que entram ao país, pelo menos na faixa dos 15 até os 44 anos; pelo contrário, a população imigrante mais idosa encontra-se a aumentar; e, por outro lado, existem dados da escolaridade dos emigrantes, reconhecendo que a maior parte destes possui ensino superior, contudo, não existem dados sobre a escolaridade dos imigrantes que ingressam ao território nacional.

## 2. Migração qualificada

A definição de migrante altamente qualificado está comumente relacionada a indivíduos com conhecimentos que podem acabar por colaborar para o desenvolvimento científico e tecnológico. Adicionalmente, a migração de estudantes também é acreditada como um tipo de imigração qualificada, já que os seus estudos irão proporcionar competências necessárias para contribuir na sociedade de acolhimento, uma vez que o potencial económico dos estudantes e outros migrantes altamente qualificados é perspectivada como uma mais-valia. Paralelamente, a heterogeneidade geográfica dos fluxos migratórios qualificados pode favorecer tanto os países de origem quanto os de acolhimento, potenciando o aproveitamento da mão de obra qualificada (Simões et al., 2020).

O fenómeno da imigração qualificada, adquiriu maior ênfase na fase pós-Segunda Guerra Mundial, baixo o termo de *brain drain*. De acordo com Young (2024) o *brain drain* “is a slang term that refers to a substantial emigration or migration of individuals out of a country. It can result from turmoil, the existence of favorable professional opportunities in other countries” (s.p.). Com a progressão de estudos nesta temática, surgiu uma outra perspetiva sendo o *brain gain*, “em que a emigração das pessoas altamente qualificadas poderia trazer benefícios para os países de origem mediante o envio de remessas e a transferência de conhecimento ou tecnologia” (Gaillard & Gaillard, 1998 citados em Simões et al., 2020, p. 8). Estas visões inversas permitiram novos focos teóricos como o *brain networking*, *brain exchange* e o *brain circulation*, trazendo importantes controvérsias sobre o tema a partir da década de 1990, que continua a ser considerado uma abordagem primordial para o desenvolvimento económico e tecnológico.

Com tudo, definir o conceito de migrante altamente qualificado ainda é um desafio. Assim sendo, para definir o que o caracteriza, apresentamos a Classificação Internacional Normalizada de Educação (ISCED) por meio da Deliberação n.º 343/2017, de 2 de maio, esta compõe um quadro de indicadores que possibilita “uniformizar a apresentação normalizada de estatísticas muito diversas e relevantes para a elaboração das políticas relativas à educação, de acordo com um conjunto de definições e de conceitos acordados internacionalmente, garantindo assim a comparabilidade, ao nível internacional” (Diário da República, 2017, p. 8203). Neste sentido, definiu-se como

altamente qualificados os trabalhadores que são detentores de formação de nível superior ou equivalente (níveis ISCED 5-6) ou mais.

Segundo a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, a atividade altamente qualificada é definida como “aquela cujo exercício requer competências técnicas especializadas ou de carácter excecional e, conseqüentemente, uma qualificação adequada para o respetivo exercício, designadamente de ensino superior” (Diário da República, 2007, p. 4290).

Em Portugal, existem algumas concessões para pedidos de autorização de residência para imigrantes altamente qualificados contratados por empresas da área da tecnologia e inovação, como também outras empresas que promovam atividades cujo exercício precise de competências técnicas especializadas ou uma qualificação determinada para o exercício. É a chamada Autorização de Residência para Atividade Altamente Qualificada Exercida para Empresa Certificada – Art. 90.º – “Tech Visa” (Portaria n.º 59-A/2022, de 28 de janeiro).

### **3. Migração e mercado de trabalho**

A migração em Portugal apresenta-se de forma polarizada, reunindo tanto indivíduos altamente qualificados como migrantes com baixas qualificações, muitos deles envolvidos em fluxos sazonais e circulares. O Plano Estratégico para as Migrações confirma esta realidade, destacando a necessidade de políticas que consigam dar resposta às especificidades de ambos os perfis (ACM, 2015, citado em Brito, 2019). Esta dualidade tem repercussões diretas no mercado de trabalho, como referem Góis e Marques (2008), uma vez que coexistem situações em que migrantes qualificados são integrados em profissões compatíveis com as suas habilitações, mas também em ocupações que não aproveitam o seu potencial, gerando fenómenos de sobrequalificação e desperdício de capital humano.

Segundo Brito (2019), este cenário traduz-se num *brain waste*, fenómeno comum em contextos migratórios, em que se verifica um subaproveitamento dos recursos humanos disponíveis. Aliado a isso, surge o *deskilling* ou desqualificação profissional, que, de acordo com Góis e Marques (2012), resulta na perda de oportunidades de empreendedorismo e na incapacidade de valorizar os recursos internos e externos. Além de limitar o desenvolvimento dos migrantes, o *deskilling* contribui para a desatualização dos seus conhecimentos e para um sentimento de desvalorização (Brito, 2019). Como consequência, grande parte destes trabalhadores acabam por ingressar no mercado laboral

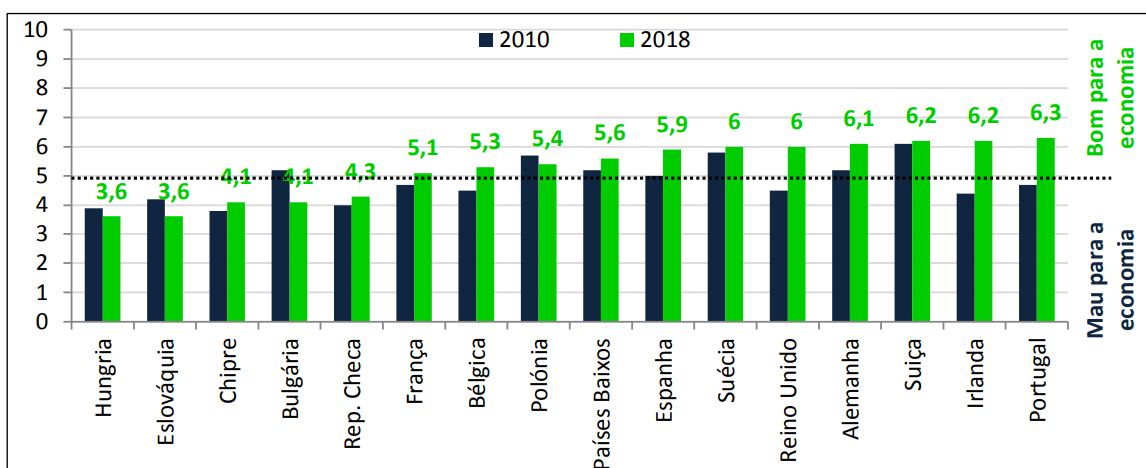
secundário, caracterizado por baixos salários, contratos temporários ou irregulares, ausência de mobilidade e práticas de *dumping social* (Malheiros, 2013).

Neste quadro, a construção de políticas públicas que evitem a exclusão social e o desperdício de competências é fundamental. Peixoto (2007, citado em Brito, 2019) defende que as necessidades de mão de obra qualificada devem orientar políticas pró-ativas a médio e longo prazo. Contudo, Brito (2019) lembra que a responsabilidade não recai apenas sobre o Estado e os empregadores: a motivação e perseverança dos próprios migrantes é igualmente determinante para alcançar a integração laboral qualificada, embora o percurso seja mais complexo e desgastante do que nos países de origem.

A relevância da migração no mercado de trabalho português é evidenciada no Relatório Estatístico Anual de 2022, que sublinha o papel central dos estrangeiros em setores muitas vezes rejeitados pela população nacional, contribuindo para a continuidade de atividades essenciais (Oliveira, 2022). A perceção social sobre a imigração tem vindo a ser estudada no Inquérito Social Europeu de 2018, que mostrou Portugal como o país da UE onde mais se acredita que a imigração é benéfica para a economia, com uma média de 6,3 numa escala de 0 a 10 (Oliveira, 2022) (ver figura 6). Ainda assim, quando questionados sobre a atribuição de empregos em contextos de escassez, 60% dos inquiridos portugueses indicaram que a prioridade deve ser dada aos nacionais, contra 22% que escolheram os imigrantes (Ramos & Magalhães, 2020, citados em Oliveira, 2022).

**Figura 6**

*Resultados da questão: Imigração má ou boa para a economia do país? No Inquérito Social Europeu*



Fonte: Oliveira, 2022, p. 148.

Apesar desta ambivalência, é inegável que a migração tem sido orientada para o mercado de trabalho, com impacto expressivo em áreas como a construção civil, restauração, hotelaria e limpeza, setores caracterizados por precariedade e baixos salários (Peixoto, 2008; Oliveira & Pires, 2010, citados em Oliveira, 2022). Contudo, alguns migrantes também demonstram capacidade empreendedora, criando empresas e gerando empregos, o que amplia os efeitos positivos da imigração na economia nacional.

Face ao envelhecimento da população portuguesa, à redução da força de trabalho e à escassez de mão de obra, a contratação de trabalhadores estrangeiros é crucial para o futuro do país. Como sublinha Brito (2019), a integração profissional é o primeiro passo para uma integração social plena, sendo essencial a existência de redes de apoio como os Gabinetes de Inserção Profissional, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, as universidades e associações de migrantes. Estes organismos desempenham um papel decisivo no acompanhamento e valorização dos migrantes, mas também é indispensável a sensibilização dos empregadores, públicos e privados, para criar condições justas de acesso ao trabalho e potenciar o contributo da imigração para o desenvolvimento sustentável de Portugal.

### **3.1. Desafios de empregabilidade**

A migração de indivíduos altamente qualificados coloca inúmeros desafios à sua integração social e profissional. Como salientam Dantas et al. (2010), “o contacto continuo com outra cultura supõe conflito, crise e posteriormente adaptação ao novo ambiente cultural” (p. 48), processo que envolve identidade pessoal, vivência de preconceitos e dinâmicas familiares. O impacto não é apenas sobre os migrantes, mas também sobre o país de acolhimento, que pode experienciar tanto enriquecimento cultural como o aumento de preconceitos e políticas restritivas.

Um dos principais obstáculos para os migrantes qualificados é o reconhecimento das suas qualificações académicas e profissionais. Este processo, além de complexo, limita oportunidades de carreira e acentua situações de sobrequalificação. Tal como referem Larsen et al. (2008, citados em Nascimento et al., 2022), estes migrantes “têm níveis mais altos de sobrequalificação percebida em comparação com a população nativa”, o que se traduz em barreiras adicionais no mercado laboral. Em Portugal, Góis e Marques (2008, citados em Brito, 2019) descrevem a situação como paradoxal: “ao mesmo tempo que existe um recrutamento de indivíduos altamente qualificados para o

exercício de profissões para as quais estão habilitados, existe o recrutamento de indivíduos altamente qualificados para o exercício de profissões em que essas qualificações não são aproveitadas” (p. 42).

A adaptação cultural e linguística surge como outra dificuldade comum, sendo considerada por Romero (2017) como “um dos impedimentos para a integração, além de ser um fator que promove mal-entendidos e alimenta o preconceito entre quem chega e quem acolhe” (p. 34). Nesse contexto, xenofobia e racismo assumem papéis centrais na exclusão dos migrantes. A OIM (2009) define a xenofobia como uma “atitude, preconceito ou comportamento que rejeita, exclui e, frequentemente, diminui pessoas com base na percepção de que são estranhas” (p. 80), enquanto o racismo é uma “construção ideológica que atribui a uma determinada raça ou grupo étnico uma posição de domínio sobre outros” (p. 60). Estas atitudes dificultam a integração plena e aumentam a vulnerabilidade dos migrantes, realidade agravada no pós-pandemia, quando cresceram as manifestações antimigratórias (Esses & Hamilton, 2021).

Outro desafio importante é a ausência de redes de apoio social e profissional. Como destacam Góis e Marques (2014, citados em Brito, 2019), “a insuficiência das estruturas de aconselhamento, a ausência ou limitação de bolsas de formação e de medidas de formação contínua direcionados para este grupo de imigrantes, impede frequentemente o sucesso da integração profissional” (p. 38). Esta falta de suporte pode ainda ter consequências na saúde mental, aumentando o risco de ansiedade, stress e depressão (Crollard et al., 2012, citados em Nascimento et al., 2022).

Por fim, a burocracia e as incertezas relacionadas com vistos de trabalho e autorizações de residência representam barreiras adicionais. Para Brito (2019), “a capacidade de os imigrantes qualificados participarem nos diferentes sistemas funcionais da sociedade portuguesa encontra-se condicionada pela forma desigual como o Estado, a sociedade e o mercado de trabalho (...) constroem as opções de participação dos cidadãos” (p. 47).

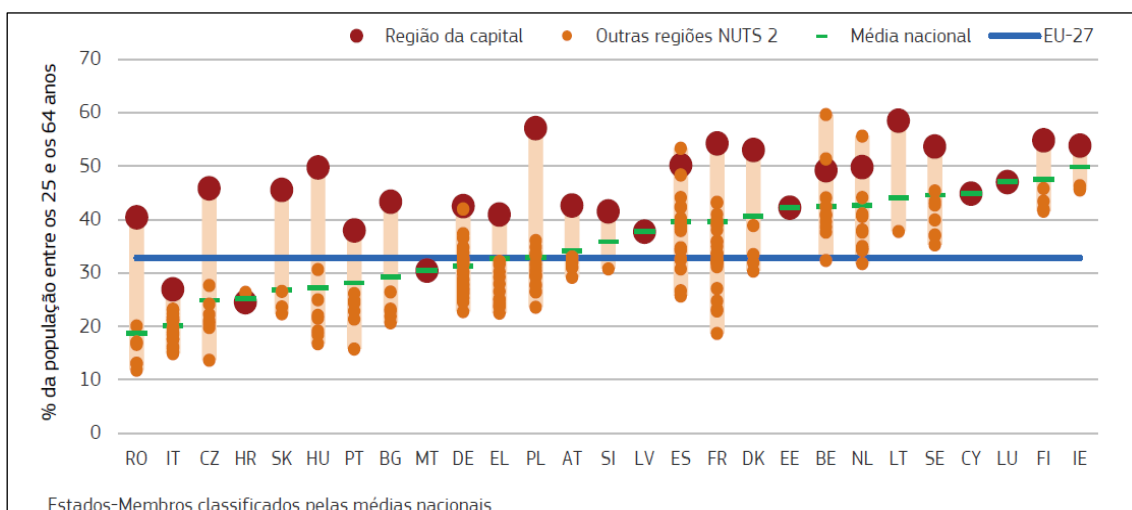
Conferimos que, os migrantes altamente qualificados enfrentam entraves que vão desde o reconhecimento de competências até preconceitos sociais e limitações legais. Superar estes desafios exige resiliência individual, mas sobretudo políticas públicas inclusivas que favoreçam o aproveitamento do capital humano qualificado, evitando desperdício de talento e promovendo o desenvolvimento coletivo.

### 3.2. Taxas de empregabilidade da população migrante

A mão de obra qualificada é de extrema importância para o desenvolvimento económico de qualquer região ou país. Comprovamos também, que o ensino superior possibilita a mobilidade ascendente, tanto social como económica, permitindo melhores oportunidades de emprego (De Dominicis & Grzegorzewska, 2022), contudo, dentro da UE, as pessoas da faixa etária dos 25 aos 65 anos que tem ensino superior, varia, e no caso português a média nacional encontra-se abaixo da média da UE (figura 7).

**Figura 7**

*Varição regional nas percentagens das pessoas no grupo etário entre os 25 aos 64 anos com ensino superior até 2020*



Fonte: De Dominicis & Grzegorzewska, 2022, p. 146.

No oitavo Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial da OCDE de 2022, afirma-se que os trabalhadores altamente qualificados, vivem principalmente nas capitais e seus redores, dos países da UE.

No que diz respeito às Regiões Ultraperiféricas (RUP), até 2020, as taxas de emprego de estas regiões encontravam-se abaixo da média da UE. Assim sendo, o seguinte gráfico apresenta as percentagens relativas ao emprego, desemprego e ensino superior nas RUP (ver figura 8).

## Figura 8

### *Emprego, desemprego e ensino superior nas Regiões Ultraperiféricas da UE, 2020*

	Taxa de emprego (% da pop. no grupo etário 20-64)	Taxa de desemprego (% da mão de obra)	Com ensino superior (% da pop. no grupo etário 25-64)
EU-27	72,3	7,1	32,8
Canárias	57,1	22,6	34,4
Guadeloupe	56,3	17,5	23,3
Martinique	62,4	12,4	27,1
Guyane	49,5	16,1	18,7
La Réunion	54,0	17,4	22,9
Mayotte (2019)	43,3	30,1	n.d.
Região Autónoma dos Açores	71,1	6,1	15,8
Região Autónoma da Madeira	70,9	8,1	22,9

As taxas de emprego e de desemprego para Mayotte dizem respeito a 2019 por questões de fiabilidade.

1 As nove regiões ultraperiféricas (Saint-Martin faz parte da região NUTS 2 da Guadeloupe) são regidas pelas disposições dos Tratados e são parte integrante da União.

Fonte: OCDE, 8.º Relatório da Coesão, 2022.

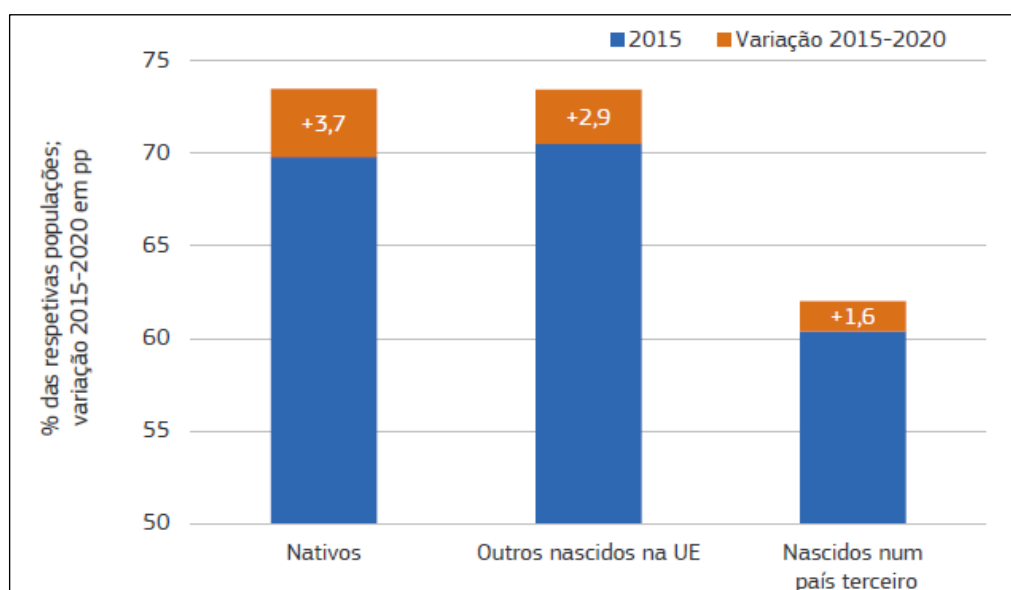
Na RAM, até 2020, a taxa de emprego da população total (faixa dos 20 aos 64 anos), encontrava-se num 70,9% (mais baixa do que a média da UE), uma taxa de desemprego de 8,1% (maior a média da UE) e apenas 22,9% desta população tinha ensino superior (quase 10 pontos percentuais abaixo da média da UE).

Por outro lado, no que refere a população migrante, conforme o mesmo relatório, os migrantes nascidos fora de UE, encontram-se localizados essencialmente nas cidades do noroeste da Europa, e estes enfrentam-se a maiores desafios a nível do mercado de trabalho e são propensos a correr maiores riscos de pobreza. É ainda essencial salientar que, cada Estado-Membro possui uma maior quantidade de migrantes que são oriundos de países fora da UE, do que migrantes nascidos na União. Da mesma forma, a percentagem da população migrante costuma ser maior em regiões onde o PIB é mais elevado, onde existem melhores oportunidades laborais e um histórico de migração (OCDE, 2021, citado em De Dominicis & Grzegorzewska, 2022).

As taxas de empregabilidade entre nativos e migrantes da UE entre os anos 2015 e 2020 não apresenta grande variação, tendo uma percentagem quase igual (74%), contudo, a taxa da população migrante nascida fora da UE já indica uma maior disparidade neste âmbito, tendo apenas 62% e uma variação de +1,6% (ver figura 9).

## Figura 9

Taxas de emprego para nativos e migrantes entre os 20 aos 64 anos na UE, 2015-2020



Fonte: OCDE, 2022, p. 165.

A taxa de empregabilidade dos migrantes nascidos na UE e os nativos, não apresenta grande variação, já que a maioria destes habitantes possui cidadania da UE, possibilitando os mesmos benefícios e direitos que os nativos, principalmente em termos de residência e mercado de trabalho. Desta forma, possuem maior facilidade de deslocação nas diferentes regiões, maiores oportunidades laborais, salários superiores e menor quantidade de barreiras (De Dominicis & Grzegorzewska, 2022).

Pelo contrário, a população migrante oriunda de países fora da UE, podem enfrentar maiores taxas de desemprego e instabilidade laboral. Esta população específica em Portugal, em 2022, apresentava uma taxa de desemprego que era igual a mais do dobro da média nacional (14,3% face 6,1%) (Pordata, 2023c). Portugal ocupa a posição 4.º com maior precariedade laboral na população estrangeira e em 2021, esta população ganhava menos 94 € menos da média nacional (Pordata, 2023c).

Em conformidade com o *International Migration Outlook* da OCDE (2023) destaca-se que até 2021, 28,3% de imigrantes tinham direito à mobilidade gratuita, 41,2% eram imigrantes com fins laborais, 24,7% eram membros familiares de imigrantes e 0,3% eram imigrantes por razões humanitárias, além disto, foram aprovadas aproximadamente 11 000 licenças para estudos de ensino superior de estudantes de países terceiros. É crucial enfatizar que, agora com a AIMA, existem mudanças a nível dos vistos de procura de emprego. Os estrangeiros podem permanecer em Portugal por um período até de 6 meses

à procura de emprego, se conseguirem trabalho, estes poderão mudar o seu visto para uma autorização de trabalho regular sem ter de abandonar o país, caso isto não se concretize, serão impedidos de poder solicitar um novo visto de procura de emprego por um ano. No que diz respeito aos nómadas digitais, assalariados e independentes, estes podem residir no território por um período máximo de um ano (OCDE, 2023).

### 3.3. Migração e *dumping social*

A Rodada Uruguai (1986-1994), considerada “o maior acordo comercial da história” (Lampreia, 1995), resultou na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na integração do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Este marco estabeleceu uma referência jurídico-institucional para a regulação do comércio agrícola e das políticas internas de longo prazo. Contudo, o final da rodada levantou debates sobre o que hoje conhecemos como *dumping social*, principalmente impulsionado pelos países desenvolvidos. Estes alegavam que as condições precárias de trabalho nos países em desenvolvimento ampliavam artificialmente a competitividade das suas empresas. Como explica Barros (1995), tal vantagem “não se baseia em um critério de eficiência económica” mas sim numa prática que compromete o bem-estar social, configurando-se como “produto da ineficiência económica” (pp. 325-326).

O *dumping social*, associado ao Direito Internacional e ao Direito do Trabalho, caracteriza-se pela redução de custos através da exploração laboral, prática comum em países periféricos ou emergentes. Frota (2014), observa que o *dumping* clássico surge quando empresas vendem produtos abaixo do custo de produção para eliminar concorrentes, recuperando depois os prejuízos com preços elevados, sendo uma prática “desleal e proibida em termos comerciais” (p. 206). No caso do *dumping social*, a lógica é semelhante, mas envolve sobretudo a violação sistemática de direitos trabalhistas. Souto et al. (2012), definem-no como prática recidiva de descumprimento da legislação laboral, com vista a ganhos competitivos, o que traz graves repercussões jurídicas e sociais.

De acordo com Santos (2015), o *dumping social* é uma “prática de gestão empresarial antijurídica, moldada pela concorrência desleal e ausência de boa-fé objetiva” (p. 210), afetando não só os trabalhadores explorados, mas também as empresas concorrentes que cumprem a lei. Essa degradação social manifesta-se em momentos de crise, quando a vulnerabilidade económica força os indivíduos a aceitar empregos irregulares. Como assinala Santos (2015), em contextos de desemprego, “o trabalhador

fica em condição vulnerável, e virtualmente insustentável, pois acaba aceitando qualquer tipo de proposta, até mesmo as irregulares” (p. 210).

Os migrantes constituem um dos grupos mais expostos ao *dumping social*, devido à sua vulnerabilidade socioeconómica. Andrade e Piffer (2023) destacam que esta população enfrenta elevados níveis de desemprego e risco de pobreza, o que facilita a sua exploração em condições laborais precárias e sem direitos sociais. Apesar da Declaração de Filadélfia (1994) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmar a proteção dos trabalhadores migrantes, a prática efetiva destes direitos permanece insuficiente, deixando esta população frequentemente desprotegida.

A relação entre migrações e *dumping social* é reforçada por Rato (2008), que identifica na liberalização global dos fluxos de mercadorias e capitais um estímulo às deslocalizações, favorecendo setores como os serviços e o financeiro. Segundo Ottonelli (2019, citado em Andrade & Piffer, 2023), a mobilidade laboral na Europa tem intensificado estas práticas, sendo necessária a inclusão dos migrantes no mercado de trabalho formal dos países anfitriões, de forma a “normalizar o trabalho migratório e, por tanto, evitar os efeitos do dumping” (p. 142).

Em suma, o *dumping social* representa uma ameaça transversal, que atinge tanto trabalhadores qualificados como não qualificados, nacionais ou migrantes. Todos podem ser forçados a aceitar empregos degradantes devido às suas circunstâncias económicas, perpetuando desigualdades e exploração. Esta prática, além de comprometer os direitos humanos e laborais, distorce a concorrência e fragiliza a justiça social no mercado global.

## **CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

A educação tem mais força do que se pensa. Neste capítulo, partimos dessa ideia para explorar como o acesso ao conhecimento transforma comunidades. Falamos de educação aqui, não só como escola, mas também tudo o que ajuda uma pessoa a participar mais e melhor na sociedade onde vive. Quando falamos de migrantes, esta dimensão é ainda mais importante. Não basta acolher; é preciso criar caminhos de envolvimento. A educação pode ser uma ponte entre culturas, um instrumento para combater a exclusão e uma forma de reforçar o sentimento de pertença. Uma educação inclusiva e de qualidade, é relevante para fomentar a coesão social e uma sociedade cada vez mais equitativa que promova a mobilidade social. Ao longo do capítulo, são discutidos temas como justiça social, identidade, diversidade e o empoderamento individual e coletivo. Na Madeira, onde a migração tem marcado a realidade local, pensar na educação a partir do território pode ser um caminho sólido para promover desenvolvimento, coesão e pertença. Acima de tudo, o que está em causa são as pessoas e a possibilidade de crescerem em conjunto.

### **1. Relação de conceitos: educação, desenvolvimento e comunidade**

Devido à complexidade e multiplicidade, a educação pode adotar diversos significados semânticos e pragmáticos, já que é uma prática sujeita as desiguais experiências dos indivíduos e das comunidades.

A educação é uma prática social essencial, mas de significado complexo e múltiplo, variando consoante as experiências individuais e comunitárias. Para Gómez et al. (2007), pode ser entendida como “o conjunto de atividades através das quais as pessoas aprendem e ensinam o seu universo natural e sociocultural” (p. 159). Com frequência, é perspectivada como a base da sociedade, sobretudo no ensino superior, que constitui um objetivo central ligado ao mercado de trabalho. No pensamento de Dewey (1930), a educação é vista como “uma reconstrução contínua da experiência” que visa preparar as gerações futuras para os desafios sociais, permitindo analisar, compreender e coordenar novas experiências.

A ligação entre educação e desenvolvimento revela-se particularmente importante no plano económico e social, uma vez que o crescimento de um país exige níveis elevados de escolaridade e qualificação. A educação e a formação funcionam como fatores de inclusão, empregabilidade e cidadania, mas a ausência delas pode levar ao abandono

escolar, desemprego, pobreza e exclusão social. Assim, a preparação de uma população qualificada está diretamente associada à qualidade de vida e ao progresso coletivo.

O conceito de desenvolvimento consolidou-se na segunda metade do século XX, como resultado dos discursos políticos e científicos. Embora geralmente associado ao crescimento socioeconómico, Sachs (1992, citado em Carmelo, 2009) sublinha que “o desenvolvimento é muito mais do que apenas uma questão socioeconómica; é uma percepção que modela a realidade” (p. 42). Numa linha semelhante, Lebret (1964, citado em Carmo, 1999) define o desenvolvimento como uma “série de passagens, para uma população determinada, de uma fase menos humana para uma fase mais humana (...) tendo em conta a solidariedade entre todas as populações” (p. 69). Esta visão evidencia que o desenvolvimento é um processo dinâmico e multidimensional, próximo de valores como solidariedade e qualidade de vida.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baseado em indicadores como esperança de vida, taxa de alfabetização, escolaridade e rendimento *per capita*. No entanto, o IDH “mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país” (PNUD, 2024, s.p.). Para colmatar estas limitações, em 2010 surgiram outros índices: o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Género (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Estes instrumentos reforçam a necessidade de avaliar o desenvolvimento de forma mais abrangente e equitativa.

No que se refere ao desenvolvimento comunitário, o conceito surgiu nos anos 50, reconhecido pela ONU como um “processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação ativa da sua população e a partir da sua iniciativa” (citado em Carmo, 1999, p. 77). Mais tarde, Ander-Egg (1980) definiu-o como uma “técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população (...) destinados a melhorar o seu nível de vida” (p. 69).

Carmo (1999) identifica quatro dimensões do desenvolvimento comunitário: a doutrinária (filosofia), a teórica (análise sociológica e económica), a metodológica (métodos para a mudança) e a prática (resultados aplicados no terreno). Já Rothman (1987, citado em Carmo, 1999) propôs uma tipologia de três estilos de intervenção: o Desenvolvimento Local, de carácter micro e socioeducativo, centrado na criação de grupos de autoajuda; o Planeamento Social, orientado para a resolução de problemas

concretos com uma abordagem meso e macro; e a Ação Social, que visa transformações nos sistemas de poder, com o investigador a assumir o papel de ativista ou defensor do sistema-cliente.

Desta forma, a educação, o desenvolvimento e o desenvolvimento comunitário estão profundamente interligados, representando não apenas instrumentos de progresso económico, mas também processos de transformação social e cultural. Enquanto a educação prepara indivíduos para uma participação ativa e consciente, o desenvolvimento amplia as oportunidades de bem-estar, e o desenvolvimento comunitário assegura que essas mudanças sejam construídas coletivamente, a partir da participação e da solidariedade social.

## **2. Justiça Social e Educação**

A justiça social constitui um princípio fundamental para o bem-estar individual e coletivo, estando intrinsecamente ligada à ética e aos valores que orientam a vida em sociedade. Para Leite et al. (2023), ela assume-se como um alicerce da transformação social, contribuindo de forma positiva para a coesão entre comunidades. No campo educativo, “a justiça social é muitas vezes associada a indicadores de equidade e inclusão, que implicam medidas de atenção às situações específicas da população de cada escola” (Leite et al., 2023, p. 96). Essa perspetiva reforça que a justiça social não se limita ao plano abstrato, mas concretiza-se em ações educativas e políticas que asseguram oportunidades justas.

Na visão da Presidência do Conselho de Ministros (2025), este conceito assenta na repartição equitativa de recursos, garantindo a adesão a oportunidades sociais, educativas e económicas, incluindo “direitos laborais, a erradicação do trabalho infantil e a criação de ambientes de trabalho justos e seguros” (s.p.). Já o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, destacou em 2009 que “a justiça social é um princípio fundamental de coexistência pacífica e próspera entre as nações” e que a sua promoção passa pela eliminação de barreiras relacionadas com género, idade, etnia, religião, deficiência ou origem cultural (Dicionário do Desenvolvimento, 2020, s.p.). Apesar do seu carácter universal, continua a ser um “sonho difícil de realizar”, já que pobreza, discriminação e negação de direitos persistem globalmente (Dicionário do Desenvolvimento, 2020, s.p.). Campos (s.d.), acrescenta que a sua concretização exige “ações redistributivas, educação

inclusiva, combate à discriminação e fortalecimento das instituições democráticas” (s.p.), estreitamente ligadas à defesa dos direitos humanos.

Neste contexto, a educação desempenha um papel central na promoção da justiça social, ao estimular o espírito crítico e contribuir para a transformação social. Para Serrano (1998, citado em Gómez et al., 2007), trata-se de potenciar qualidades cidadãs que promovam o respeito, a tolerância e o compromisso com o bem comum (p. 151). Assim, o desenvolvimento comunitário deve apoiar-se na multiplicidade de identidades e na rejeição de individualismos, promovendo cooperação e solidariedade. Como reforça Guerra (2002), a educação deve “provocar uma tomada de consciência permanente do meio social sobre os seus próprios problemas e capacidade de solução” (p. 102), condição necessária para que o desenvolvimento se concretize.

A escola, enquanto instituição central, não está isolada neste processo. Amiguiño et al. (1994, citado em Gómez et al., 2007) destacam que “a ação da escola e a sua dinâmica de transformação orientam-se no sentido de contribuir para a globalização da ação educativa (...) estabelecendo sinergias entre educação formal e não formal, articulando educação escolar e extraescolar, educação de adultos e de crianças” (p. 267). Desta forma, a ação educativa torna-se mais abrangente, articulando dimensões locais e globais. Gómez et al. (2007), reforçam que todo o desenvolvimento comunitário é, na sua essência, um processo educativo, uma vez que procura alterar a forma como os indivíduos interpretam a realidade e transformá-los em cidadãos do mundo.

Por conseguinte, a educação deve ser entendida como um instrumento dinâmico e valorativo. Sequeira (1992, citado em Gómez et al., 2007), defende que ela deve ser vista como “um instrumento da permanente obra de construção, em liberdade responsável, da personalidade e do progresso social” (p. 268). Para os mesmos autores, “sem educação não há desenvolvimento” (p. 269), pois só ela capacita os sujeitos a reconhecerem a sua comunidade e a melhorarem a sua qualidade de vida. Do mesmo modo, o desenvolvimento comunitário necessita da educação como motor para ativar processos formativos que não acontecem de forma espontânea.

A educação comunitária, entendida como “a educação da comunidade, para a comunidade e na comunidade” (Gómez et al., 2007, p. 269), surge assim como resposta às necessidades locais, fortalecendo a cooperação, a solidariedade e a cidadania participativa. Esta abordagem gera uma relação recíproca entre educação e desenvolvimento comunitário, em que a melhoria de um impulsiona o outro. Fletcher

(1985), enfatiza esta implicação, considerando que as comunidades, ao participarem nos processos educativos, conduzem a transformações que resultam no progresso social.

Do ponto de vista da intervenção prática, Menezes (1999, citado em Menezes, 2010), lembra que “se se trata de dar poder às pessoas, grupos, instituições e comunidades só existe uma maneira de intervir: fazendo-o” (p. 35). Ou seja, a justiça social e o desenvolvimento comunitário não se alcançam por teorizações, mas por práticas concretas de envolvimento ativo, que distribuem poder e estimulam a participação. Mendes (2023), reforça esta ideia ao defender que “a transformação da sociedade através do desenvolvimento é um processo dialógico complexo em que a educação é tanto um agente de mudança quanto, por sua vez, é alterada pela sociedade” (p. 170).

Este paradigma de diálogo entre educação e desenvolvimento assenta numa perspetiva humanista, onde se pretende empoderar comunidades e promover justiça social. McCowan (2015, citado em Mendes, 2023), sintetiza esta visão em três ideias-chave: “a educação é intrínseca ao desenvolvimento; a transformação social começa com a aprendizagem; existe uma relação dialógica entre reflexão e ação” (p. 166). Nessa ótica, a educação transcende o espaço escolar, assumindo-se como cidadania ativa, investigação, empoderamento e promoção de coesão social (Sousa, 2023).

Concluimos assim que, justiça social, educação e desenvolvimento comunitário estão profundamente entrelaçados. A justiça social fornece a base de dignidade e igualdade, a educação transforma consciências e cria cidadãos críticos e participativos, e o desenvolvimento comunitário mobiliza recursos e esforços coletivos para a melhoria da qualidade de vida. Como sublinha Gómez et al. (2007), o objetivo é construir uma sociedade mais coesa, onde a educação atua como ferramenta essencial para garantir inclusão, identidade e solidariedade. A articulação destes três conceitos constitui não apenas uma meta política e académica, mas sobretudo um compromisso ético com o futuro das comunidades e das próximas gerações.

### **3. Educação como instrumento para a coesão social**

A coesão social pode ser referida como “à eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social como (...) comportamentos e apreciações de parte dos sujeitos que conformam a sociedade” (CEPAL, 2007, p. 24). Contudo, salientamos que, a coesão social não se posiciona apenas nos aspetos de exclusão e inclusão social já estabelecidos,

mas também, na forma como estes influenciam e permitem moldar as diferentes percepções e comportamentos dos indivíduos de uma sociedade ou comunidade (CEPAL, 2007).

As problemáticas de coesão social são multiformes e “exigem a aplicação de um enfoque sistémico direcionado, entre outras coisas, para a inclusão socioeconómica, o reconhecimento da diversidade, o aperfeiçoamento das instituições de sanção e fiscalização, e o reforço da cultura cívica e da solidariedade” (CEPAL, 2007, p. 21).

Esta noção de inclusão social pode ser encarada como uma forma alargada de integração que visiona as melhorias das condições de acesso, mas também permite promover possibilidades que fomentam a autodeterminação dos indivíduos envolvidos.

Desta forma, o sentimento de pertença a uma determinada sociedade constitui um eixo fundamental na coesão social, compondo a mesma por percepções, estimações e disposições dos sujeitos (CEPAL, 2007).

Consequentemente, a coesão social opõe-se a uma sociedade desorganizada e “polarizada espacial e socialmente, que exclui pessoas, grupos ou mesmo territórios. Ora sendo o mundo das desigualdades (...) efetivar os direitos sociais no quotidiano é trabalhar no sentido de uma sociedade mais solidária, mais justa e, portanto, mais coesa” (Madeira, 1996, p. 5).

Pelo que, os recursos, tanto humanos como técnicos, desta ação social, devem sempre estar dirigidos para estes grupos minoritários da sociedade, que por diversas razões, acabam por ser vítimas de exclusão por não ter meios para agir autonomamente, impedindo o exercício da cidadania plena destes sujeitos.

Segundo Ferrelli (2015), no domínio das ciências naturais “o conceito de coesão aporta matizes do cruzamento de três variáveis que relacionam os elementos dados de um conjunto: a distância entre os elementos, a integração entre eles e o todo, e a força que os conecta” (p. 272).

Para Durkheim (1893, citado em Ferrelli, 2015):

Quanto menor for à divisão do trabalho nas sociedades, maior será o vínculo dos indivíduos com o grupo social. A divisão social do trabalho que advém da modernização desgasta e enfraquece esses vínculos, assim como a crescente autonomia que o indivíduo adquire na sociedade moderna. Nesse contexto, a coesão é parte da solidariedade social necessária para que os membros da sociedade continuem vinculados a ela com uma força análoga à da solidariedade mecânica pré-moderna. Isso requer que seus laços sejam mais fortes e numerosos,

cria obrigações para o indivíduo, exerce pressões funcionais que moderam o egoísmo e lhe permitem reconhecer sua dependência com respeito à sociedade (p. 272).

A coesão social desde esta ótica, é referenciada como à eficiência dos mecanismos de inclusão social como também das próprias atitudes e apreciações dos indivíduos que compõem uma sociedade. Nestes mecanismos de inclusão social ressaltam-se o emprego, o sistema educativo, os direitos e as estratégias de promoção da igualdade, o bem-estar e a proteção social.

Contudo, Ferrelli (2015) enfatiza várias dimensões e relações da coesão. Uma delas é perspetivar a coesão como capital social, “entendido como o património simbólico da sociedade em termos da capacidade de manejo de normas e laços sociais de confiança” (p. 273). Uma outra proximidade é com a integração social, “entendida como o processo dinâmico e multifatorial que possibilita às pessoas participar do nível mínimo de bem-estar compatível com o desenvolvimento alcançado em um determinado país” (Ferrelli, 2015, p. 273).

Em consequência, a ideia de inclusão social pode ser perspetivada como uma forma alargada de integração, já que não tenciona apenas melhorar as condições de acesso presentes nas vias de integração, mas também a expansão de hipóteses de autonomia e independência dos sujeitos na sociedade (Ferrelli, 2015).

Por outro lado, é importante sublinhar que a coesão social se encontra vinculada à educação, já que, fatores como o insucesso e abandono escolar podem traduzir-se em implicações negativas para a integração dos indivíduos nas sociedades e posterior desenvolvimento social e económico. Em conformidade com o Conselho Nacional de Educação (2013) o insucesso escolar é “entendido como a repetência ou retenção durante um ou mais anos ao longo do percurso escolar dos alunos, é apontado por alguns estudos como fator preditivo do abandono” (p. 40). Na investigação de Monteiro (2009) citado em Martins (2017), “o insucesso e o abandono escolar são associado aos alunos oriundos de meios económicos, sociais e culturais mais desfavorecidos, aos quais a escola não faculta oportunidades de acesso às aprendizagens iguais aos restantes alunos do meio educativo” (p. 7).

O abandono escolar está assim interligado com a falta de qualificações, e que, ao mesmo tempo encontra-se relacionado com uma abundância de fatores como o desemprego, à exclusão social e à pobreza (Comissão Europeia, 2020b). As razões pelas

quais os jovens abandonam a escola são muitas, desde problemas familiares e pessoais, problemas de saúde, situações económicas precárias, entre outras. Contudo, a adaptação de diversas políticas leva a que a nível europeu exista uma diminuição da taxa de abandono, passando de 13,4% em 2011 para 10,2% em 2019. Mas, a CE salienta que ainda existem diferenças substanciais entre os diversos países e grupos demográficos, “as pessoas de origem migrante, os jovens do sexo masculino e os residentes em zonas rurais têm maiores probabilidades de terminar o seu percurso escolar antes da conclusão da escolaridade obrigatória” (Comissão Europeia, 2020b). À luz da Pordata (2024), Portugal ocupa a posição n.º 13 relativamente ao abandono escolar dos 27 países da UE, e é o género masculino que prevalece no abandono precoce.

Vinculada a coesão social surge a política de coesão da UE, sendo uma política central de investimento criada até a data. Por esta razão, uma das onze prioridades existentes nesta política é o “investimento na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida” (Dijkstra, 2022, p. 268).

A política de coesão oferece vantagens a todas as regiões da UE, apoiando “o crescimento económico, a criação de emprego, a competitividade das empresas, o desenvolvimento sustentável e a proteção do ambiente” (Schwarz, 2023, s.p.). Esta política surge com a finalidade de colmatar as disparidades presentes nos diversos territórios, que podem chegar a representar obstáculos à integração e ao desenvolvimento na Europa. “A UE apoia a realização destes objetivos utilizando os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FSE, FEDER, Fundo de Coesão, Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e o Fundo para uma Transição Justa (FTJ)” (Schwarz, 2023, s.p.).

A política de coesão no período entre 2021-2027, possui cinco objetivos políticos para os fundos FEDER, o FSE+, o Fundo de Coesão e o FEAMP, sendo estes:

- (i) Uma Europa mais inteligente – transformação económica inovadora e inteligente;
- (ii) Uma Europa mais verde e hipocarbónica;
- (iii) Uma Europa mais conectada – mobilidade e conectividade das TIC a nível regional;
- (iv) Uma Europa mais social – aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- (v) Uma Europa mais próxima dos cidadãos – desenvolvimento sustentável e integrado das zonas urbanas, rurais e costeiras através de iniciativas locais (Parlamento Europeu, 2025, p. 6)

No oitavo relatório de coesão (Dijkstra, 2022) assinalam-se alguns impactos desta política até 2022, os quais são: entre 2014 e 2020 os programas auxiliaram 45,5 milhões de indivíduos a incorporarem-se no mercado de trabalho, como também a receberem ensino e formação; 5,4 milhões de indivíduos obtiveram auxílio para conseguir um emprego; no final do ano 2023 em estimativa, o que foi financiado pela política de coesão irá a influenciar no PIB em algumas regiões menos desenvolvidas até com um aumento dos 5%; um total de 53,3 milhões de sujeitos conseguiram ter cuidados de saúde em estabelecimentos construídos ou melhorados pelo fundo FEDER.

#### **4. Identidade e diversidade cultural**

Olhando para a visão intercultural, confirmamos que o próprio conceito de identidade não possui relação com outras culturas, comportando uma dimensão relativa face a uma visão essencialista (Liebkind, 2006, citada em Dantas et al., 2010), desta forma, “só podemos compreender o significado envolvido nesses sistemas se tivermos alguma ideia sobre quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados em seu interior” (Woodward, 2014, p. 17).

De acordo com Mercer (1990) citado em Woodward (2014), “a identidade somente se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe ser fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (p. 20). Neste sentido, a identidade como um processo de realização, não pode existir exceto contextualizada, tendo assim de conjecturar o reconhecimento da alteridade para afirmar-se (Dantas et al., 2010). Logo, quando existe um determinado contexto que permite definir quem eu sou, como resultado “é sempre um conceito relacional, contrastivo, resultado de um processo de negociação, com uma dimensão política sem a qual é impossível entendê-lo” (Montes, 1996, citada em Dantes et al., 2010, p. 47).

Nenhuma cultura é totalmente pura, pelo contrário sempre possuirá aspetos de outras culturas que foram adaptados e mudados com o passo do tempo. O grande desafio, atualmente, é criar unidade nas comunidades sem deixar de parte a diversidade.

Um autor de referência nesta temática é Tomaz Tadeu da Silva (2014), o qual chama a atenção ao facto de que muitas vezes o multiculturalismo “se limita a proclamar a existência da diversidade” (p. 73). Existe a perspectiva de que a identidade e a diferença encontram-se em relação de estreita dependência, contemplando comumente a diferença como um resultado decorrente da identidade, assim sendo “a identidade é a referência, é o

ponto original relativamente ao qual se define a diferença” (Silva, 2014, pp. 75-76). Contudo, Silva (2014), chama a atenção a uma outra perspectiva mais radical, na qual a identidade e a diferença são vistas como reciprocamente determinadas, sendo a diferença que se encontra em primeiro lugar, por esta razão seria necessário “considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (...) são produzidas” (p. 76), sendo assim ambas relações sociais.

Para o autor supramencionado, a identidade e a diferença também podem traduzir-se em exclusão ou inclusão, porque ao se afirmar a identidade existe uma delimitação de fronteiras, “significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora (...) dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar” (p. 82).

O acolhimento de migrantes nas comunidades abrange diversas dimensões: “legal e económica, cultural e educativa, religiosa, etc., valorizando a autonomia individual e a garantia do respeito pelos Direitos Humanos evitando a entrada em processos de segregação” (Ribas-Mateos, 2004, citado em Hortas, 2013a, p. 42).

O termo integração social é definido como “um processo complexo e interativo, com múltiplas facetas, que envolve o desenvolvimento de interdependências entre uma diversidade de atores, agentes e território. Trata-se de um conceito fundamental na análise das respostas às desigualdades existentes na estrutura social” (Hortas, 2013a, p. 40).

Na Europa, existe um retrocesso ao conceito de assimilação, relacionado com a necessidade de garantir a integração da população estrangeira em benefício da coesão social. Segundo Papademetriou (2008) citado em Hortas (2013a) a assimilação consiste em “um conceito unilateral, sustentado no princípio de que os recém-chegados mudam no tempo, independentemente dos percursos que realizam” (p. 41). Desta forma, nos referimos apenas à forma como os sujeitos se devem adaptar às comunidades de acolhimento, assumindo as características de estas e deixando de parte as suas origens.

Ao definir a integração como um processo significativo é importante destacar “o reforço das relações dentro do sistema social e, por outro, o estabelecimento de relações com novos atores e grupos, inserindo-os no sistema judicial já existente e nas instituições a este associado” (Heckmann, 2004, citado em Hortas, 2013a, p. 43). Consequentemente, os sujeitos intervêm diretamente na sociedade e geram interdependências, encarando um processo multinível e multidimensional. Pelo que, a integração poder-se-á compreender como um processo que comporta o desenvolvimento de interdependências entre, neste caso, os migrantes e a população de acolhimento, através da qual reside um intercâmbio

de valores e crenças.

Segundo vários autores existem 3 perspectivas ou modelos possíveis para a integração: o assimilacionista, o multiculturalista e o integracionista. Sendo assim, apresentaremos a seguir uma análise realizado sob o olhar da perspectiva do trabalho de Hortas (2013b).

Na perspectiva assimilacionista ou do monoculturalismo, valoriza-se uma sociedade homogênea a nível interno e, assim sendo, os novos membros precisam de adaptar-se às instituições da sociedade abrigo sendo os únicos responsáveis pela sua própria integração ou exclusão, para isto, devem seguir às práticas da sociedade acolhedora. Como defende Hortas (2013b), “este modelo toma como referência a cultura e histórias nacionais e os valores da classe dominante, assumindo a diversidade cultural como uma ameaça à identidade nacional” (p. 39). Em suma, podemos confirmar que se parte da teoria que os grupos minoritários e os discriminados não possuem competências, nem conhecimentos para a sua inclusão na sociedade e por esta razão, eles deverão de se sujeitar aos valores da cultura dominante com uma atitude de respeito e sem questionamento, acontecendo deste modo uma aculturação forçada.

Em segundo lugar, está a perspectiva multiculturalista ou do multiculturalismo, onde os indivíduos não têm de se tornar “iguais” aos outros, neste caso é dever e responsabilidade do Estado e da sociedade aceitá-los, permitindo-lhes o direito à diferença cultural. Segundo Hortas (2013b), “as instituições e regras sociais não são neutras face aos recém-chegados, são entendidas como produtos históricos e culturais e, neste sentido, devem ser revistas e adaptadas” (p. 39). É necessário então, um reconhecimento do pluralismo cultural e da adesão de uma atitude de tolerância em relação a diversidade cultural, dando-lhes maior liberdade de expressão, como também uma promoção das culturas dos grupos minoritários étnicos e das relações multiétnicas positivas, sendo estes alguns aspetos característicos deste modelo. Apesar de tudo, uma das essenciais críticas que lhe foram realizadas a este modelo, diz respeito ao risco de promover a fragmentação e a segregação social por estimular a coexistência de vários grupos sem fomentar a convivência entre os mesmos.

Por último, a perspectiva integracionista ou do interculturalismo, a qual segundo Lynch e Cardoso (1986, citados em Hortas, 2013b) fundamenta-se na:

Promoção e interação dos domínios público e privado, da vida dos grupos étnicos; em proporcionar a aquisição de conhecimentos e competências necessários para

participar na cultura cívica nacional e para aderir aos ideais democráticos da igualdade, da justiça e da liberdade; em garantir a manutenção e afirmação, com liberdade plena, das características identificadoras da cultura do indivíduo. Esta interação gera novos valores, normas, usos e costumes comuns que devem ser integrados num discurso estruturalmente inclusivo de todos os grupos culturais, desenvolvido em bases nacionais num contexto de plena liberdade (p. 39).

A partir do aumento de diversidade cultural nas sociedades modernas Horta (2013b) refere que “é possível construir um modelo de integração considerando princípios e elementos comuns que garantam o respeito por uma cultura democrática, realista e aberta” (p. 40). Assim sendo, defende um conceito dinâmico de cultura, o qual é frágil à mudança e que é o resultado das próprias interações do mundo global sendo assim cada vez mais de carácter plural.

O multiculturalismo não é caracterizado por ser um termo positivo ou negativo, mas sim uma construção social, sendo utilizado de maneira a promover a igualdade (Andrade, 2007, citado em Romero, 2017). Desta forma, o multiculturalismo “é a constatação de um fenómeno que envolve a convivência e a coexistência de diversas culturas num mesmo território e num mesmo tempo histórico.” (Andrade, 2009, citado em Romero, 2017, p. 6).

De acordo com Romero (2017):

O multiculturalismo vem promover o diálogo entre as várias culturas. O multiculturalismo e a globalização são processos desiguais, considerando que a cultura dos grupos socialmente marginalizados não tem o mesmo espaço nem a mesma valorização que a dos grupos dominantes. Assim sendo, envolvem relações de poder entre diferentes grupos culturais. Grupos considerados minorias, em situação de exclusão social, têm desenvolvido lutas multiculturais com vistas ao reconhecimento social (p. 6).

É fundamental uma tomada de consciência em relação à diversidade cultural. Um multiculturalismo ou pluralismo cultural que tenha por base uma atitude relativista, assegurando a igualdade e a liberdade na igualdade, criando vínculos e pontes de relação, de participação, de permeabilidade que promova a autonomia. O relativismo cultural promove a tolerância entre sociedades e favorece a coesão social, mas quando é levado ao extremo pode conduzir ao conformismo, a passividade e a aprovação da intolerância.

Para que os valores como a solidariedade, a compreensão, a cooperação, a empatia, o respeito, entre outros, e a própria integração sejam possíveis, é necessária uma atitude mais relativista, sendo assim necessária uma abertura e aceitação dos outros, onde se estabeleçam diálogos e não existam padrões culturais definidos como únicos.

Em suma, é necessário um multiculturalismo pluralista no qual sejam incluídas as diferenças, as diferentes identidades culturais que existem e as reivindicações identitárias (subculturas existentes) que procuram coexistir com as culturas dominantes.

## **5. Empoderamento, migração e desenvolvimento comunitário**

O *empowerment* ou empoderamento, não é definido por um único conceito, sendo apresentado por vários autores, desde várias perspetivas.

De acordo com Sheilds (2001) citado em Baquero e Baquero (2007), o empoderamento é definido como “um processo por meio do qual pessoas, organizações e comunidades adquirem controlo sobre questões de seu interesse” (p. 55). E ainda pode dividir-se em várias dimensões, sendo a individual (variáveis intrínsecas e comportamentais), a organizacional (intervenção participativa de recursos e oportunidades das organizações) e a comunitária (transformações sociais e o foco são as estruturas sociopolíticas) (Wallerstein & Bernstein, 1994, citados em Baquero & Baquero, 2007).

Para aprofundar estes níveis do empoderamento apresentamos a análise realizada por Baquero e Baquero (2007):

O empoderamento individual está relacionado com o empoderamento psicológico, este empoderamento refere-se ao incremento da capacidade dos sujeitos de se sentirem importantes nos processos que demarcam as suas vidas. De acordo com Zimmerman (1995), o empoderamento psicológico é definido através da dimensão intrapessoal (a pessoa acredita que tem capacidade), interrelacional (a pessoa compreende o contexto e tem consciência crítica) e comportamental (a pessoa cinge-se de maneira a exercer poder e controlo).

O empoderamento organizacional “é uma abordagem do processo de trabalho que objetiva a delegação do poder de decisão, a autonomia e a participação dos funcionários na administração das empresas” (Baquero & Baquero, 2007). Segundo Slack et al. (1997), neste contexto, empoderar baseia-se em é dar ao pessoal poder para realizar modificações no trabalho, envolvendo mais pessoas no processo de tomada de decisão.

O empoderamento comunitário está orientado para o desenvolvimento da capacitação dos grupos minoritários ou mais desfavorecidos. O seu objetivo é a realização plena da cidadania e dos direitos, associando os seus interesses e a participação comunitária. Nesta modalidade, importa sempre o envolvimento dos sujeitos, já que, existem problemáticas que afetam a sua qualidade de vida, “trata-se de desenvolver competência para um agir político e para atuar sobre os fatores que incidem sobre a qualidade de vida das pessoas. É fundamental que a comunidade participe como sujeito, e não como objeto, desse processo” (Baquero & Baquero, 2007, p. 56).

Por outro lado, outro autor de referência nesta área é Paulo Freire, fazendo alusão do “empoderamento da classe social”. Freire, identifica a importância do empoderamento a nível individual, baseado na importância do sentido crítico, destacando que só assim a transformação irá ser mais alargada na comunidade. Este *empowerment* da classe social “indica um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação, um longo processo histórico de que a educação é uma frente de luta” (Freire & Shor, 1986, p. 138).

Em suma, o empoderamento pode ser constituído como um processo ou um resultado que surge de um processo de ação social, em que os sujeitos são os donos das suas vidas e responsáveis da interação com os outros, construindo pensamento crítico relativamente a realidade, promovendo a capacidade pessoal e social das ligações sociais de poder:

Empoderamento, enquanto categoria perpassa noções de democracia, Direitos Humanos e participação, mas não se limita apenas a estas. É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando em processos de reflexão sobre a ação, visando uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – económica, política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito (Baquero & Baquero, 2007, p. 56).

A ação e o desenvolvimento humano são a própria ação e desenvolvimento em contexto (Vygotsky, 1978), portanto é necessário adotar e ajustar de acordo com os mesmos, não reparando assim nas diferenças existentes. Desta forma, Menezes (2010) confirma que:

O desenvolvimento e a ação não são apenas individuais, mas que os grupos sociais, as instituições e as comunidades são também autores no processo de produção de significados e de implementação de projetos de ação sendo desejável intervir no sentido da sua capacitação e empoderamento (s.p.).

Assim sendo, é fundamental capacitar, atribuindo competências que promovam a autonomia, e empoderar, através de habilidades que derivam da capacitação, contemplamos assim, que por meio da educação podemos empoderar.

O sentido de comunidade, o capital social e o empoderamento têm surgido como conceções na investigação com implicações na intervenção comunitária, segundo Saranson (1974) citado por Menezes (2010), o sentido de comunidade é “o sentimento de que a pessoa pertence e é significativamente parte de uma coletividade mais alargada” (p. 39), com as componentes de pertença, influência, integração e satisfação de necessidades e conexão emocional partilhada. Conforme Coleman (1988) citado por Menezes (2010), O capital social “remete para as características das estruturas sociais que facilitam a ação, como confiança, as redes, as normas ou as estruturas de autoridade” (p. 42). O empoderamento diz respeito “ao processo pelo qual os indivíduos, as organizações e as comunidades ganham mestria ou controlo sobre as suas vidas e participação democrática na vida das comunidades”, segundo Rappaport (1981,1984) e citado por Menezes (2010, p. 44).

O exercício de uma cidadania ativa e plena, constitui um processo que é tanto individual como coletivo, instando à reflexão crítica e à ação sobre as problemáticas sentidas por todos os envolvidos numa sociedade, “implica, por parte de cada indivíduo e daqueles com quem interage, uma tomada de consciência, cuja evolução acompanha as dinâmicas de intervenção e transformação social” (Direção-Geral de Educação, 2013, p. 1). Visto isto, é necessário encarar a cidadania ativa através desta visão do empoderamento da comunidade para que exista uma verdadeira mudança (Rodrigues, 2023a).

## **6. Contributos da migração no desenvolvimento regional**

Os migrantes trazem vários contributos aos países de acolhimento, ligados diretamente com o capital. Esta noção de capital é apresentada por Bourdieu (2009) por meio de vários tipos, sendo eles:

O “capital económico”, fundado na apropriação de bens materiais, o “capital social”, baseado em relações mundanas que constituem fontes estratégicas de “apoios” para a atuação de agentes sociais, “capital simbólico”, que corresponde ao conjunto de rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento (...) e o “capital cultural” que tem na posse dos títulos escolares de uma de suas manifestações institucionais. Mesmo que estas espécies de capital sejam distintas umas das outras, elas não cessam de manter relações estreitas e sob certas condições, e em alguns casos, a posse de um tipo de capital constitui a condição para a obtenção de um outro distinto (citado em Pies, 2011, p. 24).

Nesta lógica, iremos a expor os conceitos e ligações de capital humano, económico, social, simbólico e cultural.

Inicialmente, podemos salientar a estreita relação entre o capital humano e o capital social. Por um lado temos o capital humano, o qual faz referência às diversas capacidades e conhecimentos, enquanto, o capital social faz alusão às qualidades sociais e às relações. Desta forma, ambos capitais possibilitam a inclusão de todas as dimensões próprias do ser humano, da racionalidade e da socialização para o ponto de vista económico na raiz do capital económico (Sánchez Santos e Pena López, 2005).

De acordo com Membiela-Pollán et al. (2019), o capital social contribui determinantemente na introdução de uma vertente social na análise económica, já que reconhece o valor das relações sociais no funcionamento da economia e da sociedade. Sendo assim, o capital social é um conjunto de redes e de atributos pessoais que facilitam aos sujeitos a hipótese de atingir objetivos a nível de mercado ou não, produto da mesma interação, ou seja, existe também um capital social individual constituído por esta rede de relações que cada indivíduo tem, e o seu valor reside nos recursos que se podem extrair disto (Sánchez Santos & Pena López, 2005).

O capital humano diz respeito ao conjunto de competências, habilidades e conhecimentos da força de trabalho junto com o resultado do ensino, a formação continua e a experiência (Cameron & Neal, 2005). Segundo Schultz (1983, citado em Membiela-Póllan et al., 2019), existem diversos fatores a considerar em matéria do aumento das capacidades humanas, salientando cinco delas que são essenciais:

La inversión en servicios de salud y su influencia sobre la esperanza de vida, la educación formal en cualquiera de sus niveles, la formación en la propia actividad laboral incluyendo los programas de extensión y los movimientos migratorios que permiten el ajuste de las capacidades de trabajo (p. 4).

De facto, vários autores comprovam que o capital humano desempenha uma influência direta no crescimento económico. Barro (1997, 2001) salienta que, um alto nível de escolaridade pode proporcionar um alto nível económico e conseqüentemente uma acumulação de capital humano, sendo visível na produção de bens e serviços, na aquisição de novos conhecimentos, na saúde da população e nas novas tecnologias.

O capital humano das diversas regiões representa um acréscimo significativo da produtividade, sustentabilidade e crescimento económico, característica que constitui um potencial competitivo e vanguardista do território que se encontra sujeito fortemente ligada a qualidade da mão de obra (Martins & Almeida, 2003).

Segundo Nogueira e Nogueira (2004), o capital simbólico diz respeito ao prestígio que o indivíduo tem ou a sua boa reputação na sociedade, ou em campos particulares, traduzindo-se em como é percebido pelos outros, tendo por trás uma certa necessidade de ter a aprovação e legitimação. À luz de Bourdieu (2009), “as produções simbólicas participam na reprodução das estruturas de dominação social de forma indireta” (citado em Pies, 2011, p. 27).

Por fim, o capital cultural, o qual está fortemente interligado com o conhecimento e a sua forma de compreensão, mas também se encontra direcionado para as culturas e os costumes das comunidades, sendo reproduzidas e preservadas pelos diferentes povos e este capital costuma ser diverso nos grupos sociais (Bourdieu, 2009, citado em Pies, 2011).

Após esta pequena análise relativamente ao capital e os tipos existentes, podemos considerar que o acolhimento de migrantes pode representar um grande desafio nas comunidades de destino, tanto positivas como negativas, tanto para os próprios migrantes como para os nativos. Contudo, os migrantes altamente qualificados representam um grande capital humano que poderia contribuir para o desenvolvimento e crescimento do capital social, económico e cultural dos países de destino. A imigração é um processo que coloca em “crise” a identidade do indivíduo, sendo um grande desafio a sua integração nas comunidades receptoras.

Além disto, é importante ressaltar que o capital social pode dividir-se em vários tipos, destacando aqui o capital social de ligação, o qual faz referência à solidariedade e

ao apoio recíproco entre comunidades, acabando por ser essencial para a mobilidade social ascendente. Este tipo de capital social inclui redes de amizade e família, associações comunitárias, redes profissionais, entre outras, que permitem a conexão de indivíduos de diferentes grupos sociais, como, por exemplo, a convivência entre migrantes e nativos. Em suma, acentuamos ainda a importância deste capital social, já que abrange aspetos como a colaboração, reciprocidade, confiança e normas comuns que simplificam a ação coletiva e a coesão social.

Por outro lado, o capital cultural que estes indivíduos trazem para os países de destino, permite a existência de uma comunidade que seja cada vez mais multicultural e que esteja aberta ao diálogo, que aceite a diferença e acompanhe as transformações da globalização. Por meio desta compreensão do outro, as sociedades desenvolvem valores fundamentais que solidificam a base de uma comunidade solidária, empática, democrática, livre e justa.

Segundo Nascimento et al. (2020), a migração também chega a ter um impacto positivo no que diz respeito ao desporto, já que muitos atletas migram na procura de melhores campeonatos e oportunidades e, ao mesmo tempo brindam ao país de acolhimento competências que representaram prestígio para os mesmos.

Além disto, a migração também traz contributos e influências pela própria gastronomia, pois, por um lado representa a proteção da identidade cultural dos sujeitos do país de origem no processo de integração no país de destino, conseguindo preservar vínculos de origem e tradições, mas que também acabam por influir nos mercados locais. Conforme Altoé e Azevedo (2018), “a associação entre indivíduos e pratos típicos ocorre frequentemente no quotidiano, e isso acontece porque a cozinha e todas as práticas que ela envolve são repletas de representações e significados” (p. 253), sendo assim, fatores que possibilitam que a cultura alimentar seja percebida como uma característica étnica.

Contudo, apesar das contribuições ao nível do capital social e cultural, a migração está fortemente caracterizada pelo impacto que traz nas economias. Embora esta população seja parte fundamental do sistema económico, também já foi mencionado anteriormente, que os impactos podem ser tanto positivos como negativos, pois, por vezes “com a sua chegada as camadas mais baixas do mercado de trabalho têm novos competidores, podendo os imigrantes surgir diretamente como fator negativo da sociedade, despertando um fenómeno cultural de rejeição do estrangeiro” (OCDE, 2000, citado em Faria, 2011, p. 52).

Em contrapartida, George (1977) citado em Faria (2011), sublinha que o impacto que a imigração tem nos ordenados e oportunidades de emprego nos países de acolhimento é praticamente nula, já que depende muito da qualificação profissional e o nível académico que tenham estes migrantes, pois, a imigração atinge especialmente, o mercado secundário e os trabalhadores nativos que ficam com concorrência são os que possuem baixas qualificações. Além disto, os migrantes preenchem empregos em trabalhos precários que são comumente rejeitados pelos próprios nacionais, revelando assim serem um fator de produção que não é rígido e que se molda a variabilidade dos mercados laborais. Ao mesmo tempo, os migrantes altamente qualificados “são maioritariamente jovens ativos, acresce o baixo investimento em formação profissional e académica que ocorreram no país de origem e os reduzidos custos sociais” (Faria, 2011, p. 53), sendo assim:

A imigração desempenha um papel importante ao nível da promoção da eficiência do mercado de trabalho. Todos os setores cujos empregos são habitualmente evitados pelos trabalhadores nacionais – tais como os empregos duros, difíceis e perigosos, os empregos pouco qualificados do sector informal ou os empregos sujeitos a fortes flutuações sazonais (incluindo empregos no sector agrícola, hotelaria, restauração, construção civil, reparação de estradas e serviços relacionados com o turismo) – dependem fortemente da oferta de trabalho imigrante. Na falta desses imigrantes, estes sectores enfrentariam graves carências de mão de obra, ou os custos do trabalho aumentariam substancialmente (Rainer & Münze, 2008, citados em Faria, 2011, p. 53).

Neste sentido, a mão de obra qualificada poderá possibilitar o aumento dos fatores de competitividade. Consequentemente, verificamos que a população estrangeira ajuda a colmatar uma lacuna existente na oferta e procura de mão de obra qualificada, reduzindo assim este défice.

Por outro lado, “os imigrantes poderão permitir o estabelecimento de laços empresariais entre diferentes mercados geograficamente descontínuos (Martins & Almeida, 2003, p. 12). Os migrantes são representados como novos consumidores, permitindo a expansão do mercado interno, bens e serviços nas sociedades de destino. Adicionalmente, “os imigrantes ajudam as suas regiões de acolhimento a estabelecerem novas redes de comércio, a reduzir os custos de informação, a criar procura de produtos

dos países de origem e a impulsionar as exportações e importações regionais” (OCDE, 2022, citado em De Dominicis & Grzegorzewska, 2022, p. 167).

As qualificações, experiências e diversidade cultural que trazem os migrantes podem ser vistos como uma mais-valia, já que poderá incentivar o surgimento de novos empreendimentos e promover a inovação nestas regiões. Surge assim, a importância dos fatores ligados com o desenvolvimento da inovação, especificamente a nível regional. Logo, alguns destes fatores que se salientam são:

- (i) Qualificação da mão de obra associado a um up-grade cultural (valorização do êxito profissional, do empreendedorismo, da mobilidade geográfica e profissional)
- (ii) investimento em infraestruturas de tecnológicas de qualidade, na educação adequada às exigências da globalização e em recursos de excelência na área da inovação
- (iii) desenvolvimento do capital espacial e social inerente ao sucesso no contexto da inovação (redes empresariais e profissionais, polos de produção de conhecimento específico) (Martins & Almeida, 2003, p. 12).

De acordo com a OCDE (2022, citado em De Dominicis & Grzegorzewska, 2022), “os migrantes contribuem para a inovação ao trazerem novas ideias para as suas regiões de acolhimento nos países da OCDE” (p. 167). A população estrangeira aumenta significativamente o registo de patentes na sua área de residência estimulando assim a inovação de tipo local, especialmente nas zonas urbanas.

Emerge então, a necessidade de clarificar o conceito de desenvolvimento regional, o qual se apresenta como uma variante do próprio desenvolvimento, ligado as nações e suas populações. Este desenvolvimento regional “implica sempre a consideração da perspectiva dos territórios nas suas vertentes económica, social, ambiental e de sustentabilidade das diversas políticas, bem como dos atores nele presentes (...) tanto nas suas fases de conceção como de implementação e de provisão” (Agência para o desenvolvimento e coesão, 2022, s.p.). Considera-se que, o desenvolvimento regional procura o aumento do crescimento económico de uma região, mas também pode compreender aspetos sociais e culturais.

Normalmente nas sociedades insulares, a vivência socioeconómica acaba por estar fortemente associada ao desenvolvimento das suas diásporas e fluxos migratórios (Martins & Almeida, 2003), como é o caso da RAM e que já foi apresentado no capítulo 1 do presente trabalho. Dessa forma, Peixoto (2002) chama a atenção que especificamente

na RAM apresenta-se a necessidade fulcral de simplificar a acreditação das competências académicas, já que isto representa um potencial retorno dos emigrantes e a sua descendência, que foram essencialmente para a Venezuela e América do Sul. Este reconhecimento deve ser feito particularmente a nível do ensino superior, para que estes migrantes que são descendentes da diáspora possam integrar o mercado laboral.

Outro aspeto a enfatizar é que os migrantes contribuem fortemente para as economias insulares, especialmente por meio das remessas, já que acabam por ser um incentivo para os consumos e rendimentos, propiciando uma compensação no saldo de pagamentos (Martins & Almeida, 2003). Paralelamente, os mesmos autores anteriormente mencionados mencionam que “o retorno dos migrantes permite reforçar o “stock” de capital humano (colmatando a insuficiência dos investimentos na educação), dinamizando o mercado local de trabalho, qualificando e diversificando a oferta de mão de obra e promovendo a iniciativa empresarial” (p. 5).

De acordo com Malheiros e Peixoto (2017), no seu estudo sobre as perspetivas da evolução da sociedade e da economia portuguesa, concluem que, o país precisa cada vez mais de migrantes, pois a existência de saldos migratórios positivos está perspetivada numa base onde decorram mais entradas do que saídas, sendo indispensável para a sustentabilidade de Portugal. Além disto, os autores supracitados, destacam três níveis que precisam obrigatoriamente de população estrangeira para atingir esta sustentabilidade mencionada, sendo o demográfico, o económico e o da segurança social.

O nível demográfico faz alusão a uma problemática que atinge toda a Europa, sendo que a população que reside no país irá sofrer uma redução em número, produto da diminuição da taxa de natalidade, como também existirá um envelhecimento apressado nos próximos tempos se os mesmos não fossem contrabalançados pelas migrações. À luz de Vitoriano (2014):

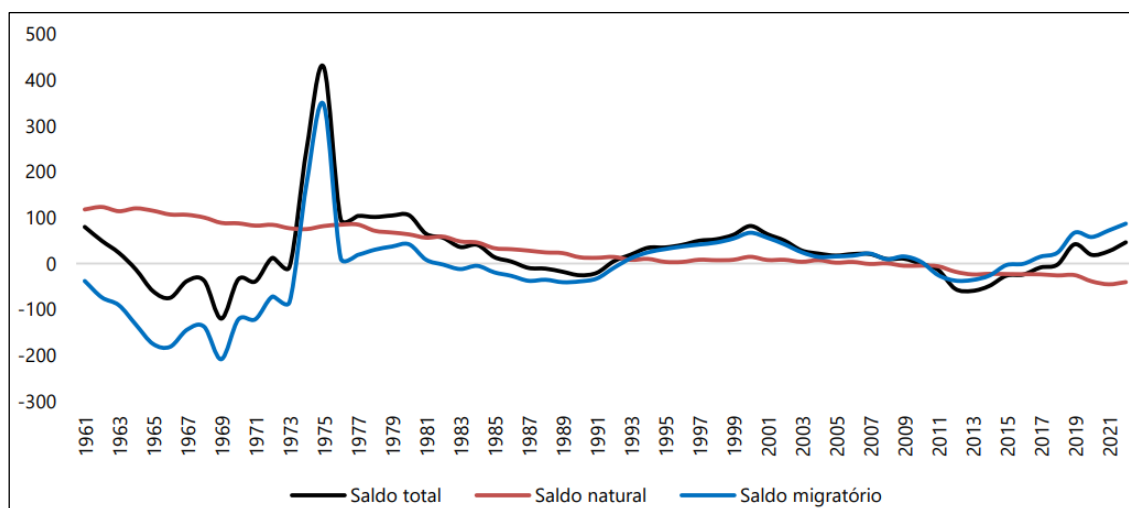
A imigração e o saldo migratório podem compensar o crescimento natural e são encarados como uma alternativa para amenizar o problema demográfico europeu; os níveis de migração não vão baixar, já que a população mundial continuará a crescer, aumentando as pressões de saída dos países em vias de desenvolvimento (p. 15).

Em Portugal, podemos comprovar na seguinte figura (figura 10) que o saldo natural português tem diminuído desde o século passado. Mais recentemente, entre 2011

e 2016 pode-se confirmar que o saldo migratório do país foi negativo, contudo a partir do ano 2019 evidencia-se um aumento do número de imigrantes, sendo até de três vezes mais do que o dos emigrantes.

**Figura 10**

*Saldos populacionais anuais: saldo total, saldo natural e saldo migratório*



Fonte: Pordata, 2023c, p. 15.

Por sua vez, no nível económico “os dados evidenciam como as necessidades de recursos humanos esperadas superam, mesmo num cenário de crescimento baixo, a evolução populacional esperada sem migrações – especialmente considerando recursos humanos com qualificações superiores” (Vitoriano, 2014, p. 72). No que diz respeito à economia regional, segundo a OCDE (2022, citado em De Dominicis & Grzegorzewska, 2022), os migrantes promovem o incremento do PIB *per capita* regional, por serem normalmente sujeitos em idade ativa de trabalho e ainda por ser detentores de competências complementares, acabando assim por colaborar para a própria harmonização económica regional entre os Estados-Membros da UE. A OCDE (2022), ainda sublinha que este aumento do PIB *per capita* é ainda maior nas regiões menos desenvolvidas “em termos gerais, para 25% das regiões mais pobres de um Estado-Membro, o efeito positivo da migração no PIB *per capita* é mais do dobro superior (0.36%)” (citado em De Dominicis & Grzegorzewska, 2022, p. 167). Desta forma, os imigrantes ajudam as regiões menos desenvolvidas dos diversos Estados-Membros, a diminuir o atraso em relação ao resto da Europa.

Por último, o nível da segurança social, no qual se ressalta o impacto positivo que tem os fluxos migratórios no equilíbrio financeiro do sistema de pensões. Enfatizando que, “os cenários em que se assume uma evolução económica sem migrações de substituição, são mais penalizadores para o equilíbrio financeiro do sistema de pensões de velhice. Projeta-se que, o desequilíbrio financeiro tende a aumentar nestas circunstâncias” (Malheiros & Peixoto, 2017, p. 65).

Em suma, a sustentabilidade social, económica e demográfica do país requererá um acréscimo da população equivalente a um saldo migratório positivo. As migrações de substituição (*replacement migration*) possibilitam antecipar positivamente um desenvolvimento que contribui para o equilíbrio global dos sistemas económicos. Não obstante, não se pode encarar as migrações como uma única solução para fazer face ao envelhecimento e às problemáticas que derivam desta situação.

**PARTE II –  
ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO**

## 1. Metodologia

A metodologia de investigação assenta em paradigmas que, segundo Bogdan e Biklen (1994), consistem num “conjunto aberto de asserções, conceitos ou proposições logicamente relacionadas e que orientam o pensamento e a investigação” (p. 52). Tal como explica Silva (2013), estes paradigmas articulam estratégias, inferências e pressupostos filosóficos, legitimando a produção de conhecimento. Dentro desse quadro, distinguem-se métodos e técnicas. Para Grawitz (1993, citado em Bäckström, 2008), os métodos são “um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos (...) um plano de trabalho em função de uma determinada finalidade” (p. 10), enquanto as técnicas correspondem a “procedimentos operatórios rigorosos, bem definidos, transmissíveis, suscetíveis de serem novamente aplicados” (p. 10).

Os métodos qualitativos e quantitativos estão associados a diferentes paradigmas, sendo a distinção frequentemente feita ao nível da recolha, registo e análise de dados (Carmo & Ferreira, 2008). Nas investigações qualitativas, Fernandes (1959, citado em Martins, 2004), diferencia métodos técnicos, usados para observar a realidade, e métodos lógicos, que estruturam deduções e interpretações. Esta perspetiva enquadra o presente estudo, sustentado na metodologia qualitativa. Como afirmam Sparkes e Smith (2014, citados em Resende, 2016), trata-se de “uma forma de questionamento social, que foca a forma sob a qual as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências no mundo em que vivem” (p. 51).

A investigação qualitativa caracteriza-se por etapas não lineares, mas interdependentes, onde se articulam modelo teórico, estratégias de pesquisa, recolha e análise de informação (Colás, 1998; Aires, 2015). Coutinho (2011) destaca ainda que o objeto de estudo não são apenas comportamentos, mas também intenções e significados nas interações sociais, cabendo ao investigador assumir o papel central de recolha e análise (Pestana, 2024). De acordo com Reichardt e Cook (1986), o método qualitativo assenta numa observação naturalista, orientada para a descoberta, descrição e exploração, com carácter indutivo e holístico.

A análise dos dados qualitativos apoia-se na construção de categorias a partir da realidade observada. Como sublinha Pestana (2024), os investigadores “analisam os seus dados de modo indutivo, ou seja, não realizam uma recolha de provas ou dados, com o intuito de verificar ou invalidar as hipóteses efetuadas anteriormente” (p. 59). Bogdan e

Biklen (1994) acrescentam que esta análise recorre a citações diretas dos dados recolhidos, conferindo autenticidade às conclusões.

Em síntese, o presente estudo adota a pesquisa qualitativa para compreender em profundidade a realidade da comunidade migrante da Venezuela na Região Autónoma da Madeira, explorando os seus processos de integração e os contributos que aportam à região.

## **2. Dimensão ética**

As questões éticas numa pesquisa acabam por ser a orientação sobre os limites da responsabilidade, os valores e os princípios que devem ser tidos em consideração pelo investigador em todo o desenvolvimento do estudo científico (Rodrigues, 2023b).

Quando falamos da ética de um investigador, falamos essencialmente da veracidade e fidelidade na qual se baseia a própria investigação. Para Bogdan e Biklen (1994), a maior parte dos investigadores qualitativos considera que o aspeto ético não se minimiza na forma de comportamento apresentado no decurso do trabalho de campo, para estes autores “a ética é mais entendida em termos de uma obrigação duradoira para com as pessoas com as quais se contactou no decurso de toda uma vida como investigador qualitativo” (p. 78). Estes mesmos autores também salientam que na investigação qualitativa “uma das estratégias utilizadas baseia-se no pressuposto de que muito pouco se sabe acerca das pessoas e ambientes que irão constituir o objeto de estudo. Os investigadores esforçam-se, intelectualmente, por eliminar os seus preconceitos” (p. 83).

Segundo Carmo e Ferreira (2008) existem um conjunto de princípios éticos orientadores a seguir para não alterar a autenticidade dos factos. Entre alguns destes princípios temos: respeitar e garantir direitos de ambas as partes; informar e explicar todas as etapas da investigação; manter uma relação de honestidade com os participantes; aceitar as decisões dos candidatos; proteger os participantes de qualquer tipo de prejuízo; informar sobre os resultados da investigação quando concluída e garantir a confidencialidade.

Esta necessidade do carácter ético deve-se a importância de orientar a proteção dos dados e o anonimato dos participantes, bem como, salvaguardar o investigador e as instituições envolvidas legalmente. De acordo com Rodrigues (2023b), o processo de recolha de dados é, quiçá, onde a componente ética se evidencia mais, “questões como a

privacidade e o anonimato das informações recolhidas e a autonomia dos participantes retomam a discussão da transparência e justiça do processo” (p. 129).

Para isto, torna-se fundamental a existência do consentimento informado, esclarecido e livre, o qual segundo Rodrigues (2023b) “acaba por ser um contrato entre o investigador e a sua instituição de afiliação e o participante” (p. 129), sendo indispensável que neste documento constem a identificação do investigador, a temática do estudo, o enquadramento, os objetivos, os métodos e as técnicas de recolha de dados a utilizar.

Destaca-se ainda que, a participação é de carácter voluntário e em qualquer altura os participantes podem desistir, sendo informados do prazo de destruição dos dados recolhidos (gravações de áudio, vídeo, entre outros) após a publicação do estudo.

A secção mais importante do consentimento informado incide especificamente no anonimato e na confidencialidade dos dados, já que “o anonimato protege os participantes ao garantir a não identificação pública do registo dos dados de identidade dos informantes. A confidencialidade dos dados deve garantir somente a exclusividade deste ou daquele estudo em específico” (Rodrigues, 2023b, p. 130). Já no caso dos inquéritos por questionário on-line, deve constar no início, uma secção onde o respondente deve seleccionar as opções de ser maior de 18 anos, e que está de acordo na participação na investigação.

Para salvaguardar estas questões da confidencialidade, Borg e Gall (1989, citados em Rodrigues, 2023b), apresentam dois processos, “1. Efetuar a recolha dos dados da investigação de tal modo que ninguém, nem mesmo o investigador, consiga encontrar ligações entre os dados obtidos e cada um dos sujeitos que os produziram (...) 2. Usando um sistema de ligação” (p. 132). Inclusivamente, a UE prevê a proteção dos dados pessoais como um direito elementar dos cidadãos, obrigando a todos os Estados-Membros a adotar estas medidas nas legislações nacionais (Regulamento de Proteção de Dados da UE 2016/679). Em Portugal, este aspeto é trasposto por meio da lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, a qual garante juridicamente, a nível nacional, o exposto no regulamento anteriormente mencionada do Parlamento e do Conselho Europeu.

Em suma, o presente estudo tem validade jurídica por meio dos pareceres favoráveis do Encarregado de Proteção de Dados da UMa (ver anexo 2) e da Comissão de Ética da UMa (ver anexo 3). Como também, salientamos que esta investigação garantiu a confidencialidade e uso exclusivo dos dados recolhidos, bem como certificou o anonimato, garantindo que os contactos foram realizados sempre em ambiente de máxima privacidade e a identificação dos participantes nunca foi tornada pública em caso algum.

Além disso, cada participante assinou um consentimento informado no caso das entrevistas (ver apêndice 1), comprometendo-se a não partilhar a informação recolhida na investigação, bem como nos inquéritos por questionário on-line, onde os participantes preencheram o consentimento informado dando a sua aceitação de participação.

### **3. Estudo de caso**

O presente estudo adota como metodologia o estudo de caso qualitativo, adequado para compreender em profundidade os contributos da comunidade venezuelana na Região Autónoma da Madeira (RAM). Este tipo de investigação pode ser enquadrado em paradigmas qualitativos, quantitativos ou mistos, sendo especialmente indicado para fenómenos sociais atuais em contextos reais. A escolha deste método deve-se à sua capacidade de captar a complexidade da problemática em análise.

Diversos autores definem o estudo de caso a partir de diferentes perspetivas. Para Pereira et al. (2009), trata-se de um procedimento que facilita a compreensão e o planeamento da investigação, integrando técnicas variadas e campos do saber. Goode e Hatt (1969) descrevem-no como “um meio de organizar dados sociais preservando o carácter unitário do objeto social de estudo” (p. 422). Já Goldstein e Mead (1987, citados em Fino, 2003), sublinham que este método “examina um fenómeno no seu cenário natural, empregando métodos diversificados de recolha de dados para obter informação sobre uma, ou poucas, entidades” (p. 109).

Outros autores reforçam a sua dimensão intensiva e contextual. Tull e Hawkins (1976), entendem-no como “uma análise intensiva de uma situação particular” (p. 323), enquanto Yin (2003), define o estudo de caso como “uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos” (p. 32). Este último autor acrescenta que o método é especialmente útil para responder a questões explicativas do tipo “como” e “porque” (Yin, 1989, citado em Bressan, 2023).

Klein et al. (2020), destacam que o desenho de um estudo de caso integra elementos como a definição do projeto, seleção do caso, recolha de dados, triangulação, análise e validação, associados à utilização e geração de teoria. Além disso, a recolha de dados pode ocorrer de forma presencial ou remota (Fino, 2003), mostrando a flexibilidade deste tipo de abordagem.

Amado e Freire (2014, citados em Pestana, 2024), reforçam a diversidade do estudo de caso, que pode incidir sobre “um sujeito, uma organização, de alterações ocorridas num determinado local, de um acontecimento, de uma reforma ou programa, entre outros” (pp. 60-61). Segundo os autores, este método pode assumir caráter exploratório, descritivo ou explicativo, sempre orientado para compreender fenômenos específicos e, muitas vezes, para promover mudanças.

A essência do estudo de caso, segundo Yin (2003), está em esclarecer decisões e os seus motivos, processos e resultados. Complementando esta visão, Freire (2001, citado em Pestana, 2024), sublinha que qualquer estudo de caso deve ser “indispensavelmente detalhado, em profundidade, sistemático, interativo e intensivo” (p. 61).

Assim, o estudo de caso centra-se na análise de fenômenos em contextos culturais, sociais ou institucionais, permitindo a compreensão das suas características e significados (Amado & Freire, 2014). No presente trabalho, este método possibilita uma leitura aprofundada da realidade migratória venezuelana na RAM e da forma como esta comunidade contribui para a região.

#### **4. Técnicas de recolha de dados**

O presente estudo basear-se-á numa pesquisa de tipo qualitativa que se complementa com uma abordagem mista (qualitativas e quantitativas) de técnicas de recolha e análise de dados.

Desta forma, serão aplicadas as técnicas da entrevista (semiestruturada, informais ou notas de campo), inquéritos por questionário e análise documental.

##### **4.1. Entrevista**

A entrevista constitui um dos principais instrumentos de recolha de dados em investigação, especialmente no campo qualitativo. Para Amado (2014), trata-se de um “instrumento potente para reunir informação em várias áreas que possibilita a compreensão dos seres humanos”. É precisamente esta capacidade de captar dimensões objetivas e subjetivas que a torna, segundo Batista et al. (2017), a técnica mais utilizada no trabalho de campo, sendo “uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas” (p. 24). Os mesmos autores reforçam que a entrevista qualitativa se destaca pela qualidade

da informação recolhida, uma vez que depende das experiências, da inter-relação e da linguagem cotidiana dos entrevistados (Batista et al., 2017).

Neste sentido, Szymanski (2010, citado em Oliveira et al., 2023) sublinha que, “a entrevista é um valioso instrumento de conhecimento interpessoal que possibilita a apreensão de fenómenos a partir do diálogo entre entrevistado e entrevistador” (p. 218). Esta interação permite o estudo de significados subjetivos que dificilmente seriam captados por instrumentos padronizados e fechados.

Bogdan e Biklen (1994), acrescentam que a entrevista recolhe “dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (p. 134). Além disso, pode ser utilizada em articulação com outras técnicas, como a observação participante ou a análise documental.

As entrevistas apresentam diferentes formatos, adaptando-se aos contextos e objetivos da investigação. Para Grawitz (1993, citada em Carmo & Ferreira, 2008), estas podem assumir modalidades clínicas, em profundidade, livres, cerradas, com perguntas abertas ou fechadas. Também segundo Bogdan e Biklen (1994), variam no grau de estruturação, indo de entrevistas estruturadas a não estruturadas. Entre estes extremos, destacam-se as entrevistas semiestruturadas, que garantem comparabilidade entre respostas, mas ao mesmo tempo permitem flexibilidade: “embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão” (p. 135).

A eficiência desta técnica está intimamente ligada à sua adaptabilidade. Como afirmam Lüdke e André (1986), “a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado” (p. 23). Ou seja, apesar da preparação inicial, é no encontro entre investigador e participante que a entrevista revela o seu verdadeiro potencial para gerar conhecimento.

Em suma, a entrevista qualitativa distingue-se pela profundidade, flexibilidade e capacidade de captar significados individuais e coletivos. Enquanto ferramenta metodológica, assume-se como indispensável em estudos que pretendem compreender fenómenos sociais complexos a partir das vozes e perspetivas dos próprios sujeitos envolvidos.

Para este estudo, foram contactados dois entrevistados, por meio de solicitação formal ou pedido de autorização das instituições para a recolha de dados qualitativos por meio de uma entrevista (ver apêndice 2). As entrevistas realizadas foram de tipo semiestruturadas, informais ou de notas de campo, ao responsável político da Direção

Regional das Comunidades e Cooperação Externa (DRCCE), presencialmente, no dia 16 de maio de 2025 e a um representante de uma associação que representa a comunidade venezuelana na região, via *zoom*, no dia 10 de abril de 2025. De igual forma, fica ajunto neste trabalho os respetivos guiões de entrevistas utilizadas (apêndices 3 e 4).

#### **4.2. Inquéritos por questionário**

Os autores Carmo e Ferreira (2008), referenciam que os inquéritos em Ciências Sociais são comumente relacionados com “uma forma precisa para designar processos de recolha sistematizada, no terreno, de dados suscetíveis de poder ser comparados” (p. 139), existindo assim, dois tipos de inquéritos, por entrevista e por questionário, e o que diferenciam os mesmos é o facto de o investigador estar presente de forma interventiva ou não na realização do mesmo.

Já Dias (1994), define especificamente o inquérito por questionário como:

Uma técnica de investigação que, através de um conjunto de perguntas, visa suscitar uma série de discursos individuais, interpretá-los e depois generalizá-los a conjuntos mais vastos. Trata-se de uma técnica de observação não participante, uma vez que não exige a integração do investigador no meio, no grupo ou nos processos sociais estudados. Sendo constituído por uma série de perguntas, mas também podendo integrar outros instrumentos, como por exemplo, testes e escalas de atitudes e opiniões que visam aferir um certo tipo de comportamentos-reações, e avaliar a intensidade com que se dá determinada opinião ou atitude, as respostas assim obtidas vão constituir o material, sobre o qual o investigador vai produzir interpretações e chegar a generalizações (p. 5).

Quando é utilizado o inquérito por questionário como instrumento de recolha de dados para uma investigação, é necessário respeitar uma série de parâmetros convencionais, tais como “definir rigorosamente os seus objetivos; formular hipóteses e questões orientadoras; identificar as variáveis relevantes; seleccionar a amostra adequada de inquiridos; elaborar o instrumento em si e administrá-lo para depois poder analisar os resultados” (Carmo & Ferreira, 2008, p. 153).

Contudo, para Ghiglione e Matalon (1997) citados em Alves (2009), esta técnica de recolha mostra uma débil confiabilidade, pois a recolha de dados é realizada de um

modo indireto, sem assistência do investigador, asseguram que “não permite, ao investigador, pedir esclarecimentos sobre assuntos que tenham ficado menos claros nem permite ao respondente pedir esclarecimentos sobre as perguntas” (p. 106).

Por conseguinte, para este estudo foram aplicados inquéritos por questionário aos indivíduos que pertençam à comunidade venezuelana residente na RAM, para assim obter a maior quantidade de dados possíveis e conhecer em maior profundidade esta comunidade. Os inquéritos foram recoletados desde o mês de março a junho de 2025, totalizando 230 inquéritos preenchidos. Estes inquéritos foram realizados com linguagem bilingue, podendo os inquiridos escolher a língua da sua preferência, sendo em português (ver guião do inquérito no apêndice 7) e em espanhol (ver guião do inquérito no apêndice 8).

### **4.3. Análise documental**

Segundo Lüdke e André (1986), “a análise documental pode se constituir uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspetos novos de um tema ou problema” (p. 38).

Por outro lado, Guba e Lincoln (1981, citados em Junior et al., 2021), definem análise documental como “um intenso e amplo exame de diversos materiais, que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando outras interpretações ou informações complementares, sendo esta busca feita por meio de documentos” (p. 40). Como resultado, a técnica de análise documental serve de método de evolução do grupo em estudo (Cellard, 2008).

Em conformidade com Junior et al. (2021), a análise documental é vista como “uma metodologia de investigação científica que adota determinados procedimentos técnicos e científicos com o intuito de examinar e compreender o teor de documentos dos mais variados tipos, e deles, obter as mais significativas informações, conforme o problema de pesquisa estabelecido” (p. 36). Noutras palavras, a análise documental “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse - utiliza o documento como objeto de estudo” (Junior et al., 2021, p. 38).

Neste sentido, a análise documental é uma técnica comumente utilizada nas ciências sociais, tanto nos métodos quantitativos como qualitativos, que pode implicar o envolvimento de várias fontes e diversos documentos (não apenas escritos), como por

exemplo leis, fotografias, filmes, imagens de vídeo, jornais, revistas, entre outros (Junior et al., 2021).

A seleção dos diversos documentos a analisar servem para demarcar o âmbito de estudo “o documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico (Kripka et al., 2015, p. 245).

Em suma, podemos inferir que:

A pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenómeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com bancos de dados que são considerados heterogéneo (Junior et al., 2021, p. 42).

É ainda importante salientar que a análise documental não deve ser confundida com a pesquisa bibliográfica. O recorrer a utilização de documentos pode dar a ideia de que são iguais, contudo, estas podem diferir na fonte, já que principalmente nas pesquisas bibliográficas os documentos possuem um rigor científico e tratamento analítico, essencialmente no formato de artigos ou livros (Sá-Silva et al., 2009). Consequentemente, “a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias” (Sá-Silva et al., 2009, p. 6)

Deste modo, o presente estudo recorreu a implementação da técnica de análise documental, com o objetivo de recolher maior quantidade de dados sobre a qualificação, o acesso e o investimento de diversos programas existentes.

## **5. Técnicas de análise e interpretação dos dados**

Para o tratamento dos dados recolhidos será necessário a utilização da metodologia de análise de conteúdo, a qual é uma técnica comumente abordada nas pesquisas qualitativas.

O presente projeto possuirá uma abordagem mista no referente a análise dos dados, e por esta razão, além da análise de conteúdo, foi necessário a aplicação do tratamento estatístico que possibilitou a construção de gráficos, permitindo assim uma melhor compreensão dos dados, quer dos recolhidos nas entrevistas como nos inquéritos por questionário.

Por outro lado, foi igualmente indispensável a posterior realização da triangulação dos dados, a qual ao ser analisada como uma metodologia de investigação, permite o surgimento de múltiplos conceitos, os quais exigem que sejam abordados de acordo com a visão teórica e o próprio tipo de investigação no qual é utilizada.

### **5.1. Análise de conteúdo**

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é definida como o “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 42). Esta análise, permite classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, resumindo as suas principais características a elementos-chave, permitindo a comparação entre os elementos.

Para Moraes (1992) citado em Cardoso et al. (2021), a análise de conteúdo integra uma metodologia de investigação empregada para descrever e compreender o conteúdo dos dados, sendo que “essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão dos seus significados num nível que vai além da leitura comum” (p. 100).

Segundo Robert & Bouillaguet (1997) citados em Pestana (2024), a análise de conteúdo:

É definida como uma técnica que permite o exame objetivo, sistemático e metódico e, em determinadas situações, quantitativo, em relação ao conteúdo de certos textos, procurando interpretar e classificar as suas componentes constitutivas, sendo que as mesmas não são completamente acessíveis a uma leitura instantânea (p. 65).

Na ótica de Bardin (1977), devem ser criadas categorias de análise de acordo com os dados obtidos, estas nascem através de uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (p. 117). Para a criação destas categorias Bardin (1977), apresenta um conjunto de princípios orientadores, sendo eles: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e fiabilidade, e por fim, a produtividade.

Vários autores apresentam diferentes etapas para a análise de conteúdo, muitas delas sendo semelhantes. Pelo que, destacamos a seguir as fases da técnica proposta por Bardin (2006) citado em Mozzato et al. (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A fase de pré-análise “é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais” (p. 735). A fase da exploração do material comporta:

Na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificação) e a identificação das unidades de registo (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registo que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registo) (p. 735).

E por fim, a fase do tratamento dos resultados, inferência e interpretação é dedicada ao tratamento dos resultados, “ocorre nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica” (p. 735).

## **5.2. Triangulação dos dados**

Os autores Zapellini e Feuerschütte (2015), chamam a atenção que “a maioria dos autores relaciona suas definições do procedimento metodológico às formas como os dados são coletados e analisados, observando a combinação de técnicas ou métodos” (p. 244). Inicialmente, temos a definição de Stake (2005) citado em Zapellini e Feuerschütte

(2015), o qual determina que a triangulação é uma ferramenta que permite a melhor compreensão dos dados pelo investigador:

Trata-se de um método que utiliza dados adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador. São adotadas diferentes percepções para esclarecer o significado por meio da repetição das observações ou interpretações. No entanto, sabendo-se que nenhuma observação ou interpretação se repete perfeitamente, a triangulação também serve para clarificar significados pela identificação das diferentes maneiras pelas quais um caso é visto (p. 246).

Já para Davidson (2005) citado em Zapellini e Feuerschütte (2015), esta triangulação é uma “combinação de diferentes fontes e métodos de coleta de dados, em que a análise desses dados é feita em conjunto, e não considerando dados individuais” (p. 246).

Por fim, para Yin (2005), a triangulação de dados “consiste em fundamento lógico para se utilizar várias fontes de evidencia, permitindo o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação e que os dados obtidos à luz da sua análise se tornem mais acurados e convincentes” (citado em Maffezzolli & Boehs, 2008, p. 103).

Podem existir vários tipos de triangulação de acordo com o material recolhido, podendo ser: triangulação das fontes, triangulação dos investigadores, triangulação da teoria e triangulação da metodologia (Bruchêz et al., 2015).

A triangulação das fontes, segundo Gibbs (2009) citado em Bruchêz et al. (2015), consiste na análise de diversos dados, produto de entrevistas, observações ou documentos, e que Yin (2010) citado em Bruchêz et al. (2015) refere que, as fontes mais empregadas nos estudos de caso são: “documentação, registo em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos” (p. 5).

A triangulação dos investigadores, na qual existe uma convergência de diferentes entrevistadores para conseguir colmatar os desvios do investigador individual (Denzin, 1970). De acordo com Gibbs (2009) citado em Bruchêz et al. (2015), “a utilização de diversos investigadores no mesmo estudo permite obter múltiplas observações no campo e também discussões de pontos de vista, o que contribui para reduzir possíveis enviesamentos (p. 7).

A triangulação da teoria, faz referência a uma abordagem transversal de óticas e alternativas, desta forma “visa usar pesquisadores com diferentes bagagens teóricas e áreas de conhecimento para analisar o mesmo problema (Guion, 2002, citado em Bruchêz et al. 2015, p. 7).

Finalmente, a triangulação da metodologia, na qual pode existir duas formas (Flick, 2009, citado em Bruchêz et al. 2015):

Triangulação dentro de métodos, onde são utilizadas diferentes sub-escalas em um questionário para tratar da mesma questão; e entre métodos, combinando diferentes métodos quando a demanda superar as limitações de cada método por meio da combinação de mais de um deles (p. 7).

**PARTE III –  
APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

Chegados a esta parte do trabalho, damos início à partilha e à reflexão sobre aquilo que a investigação nos revelou. Aqui, ganham forma as vozes recolhidas nas entrevistas, os resultados obtidos através dos inquéritos e os vestígios encontrados na análise documental. Mais do que apenas apresentar dados, o objetivo é compreender o que eles nos dizem e como se relacionam entre si. Esta leitura permitirá perceber pontos comuns, diferenças significativas e aspetos inesperados, ajudando a construir uma visão mais completa do fenómeno estudado. Ao mesmo tempo, procuramos ligar estas conclusões ao quadro teórico apresentado anteriormente, de modo a dar sentido ao percurso feito e abrir caminhos para futuras interpretações.

### 1. Mapa de anonimização

Para a presente investigação, como foi mencionado anteriormente na metodologia, foram realizadas entrevistas, de tipo semiestruturadas, ao responsável político da DRCCE e a um responsável de uma associação que representa a comunidade venezuelana na Região, como também aos indivíduos pertencentes a comunidade migrante venezuelana residente.

Neste sentido, para facilitar o tratamento dos dados, iremos apresentar a seguir uma figura sobre o mapa de informantes que participaram no estudo (figura 11) e como iremos referenciar os mesmos neste capítulo.

#### Figura 11

*Mapa de anonimização da investigação*

<b>Informantes</b>	<b>Denominação</b>
Responsável político da DRCCE	Entrevistado “A”
Responsável de uma associação que representa a comunidade venezuelana na Região	Entrevistado “B”
Respondentes do inquérito por questionário on-line	Respondentes Questionários (RQ)

Nota: Figura de autoria própria.

## 2. Categorização e classificação

Por sua vez, consideramos necessário destacar as diversas categorias e subcategorias existentes para a análise de conteúdo, o que se pretende, de facto, é apurar a informação recolhida nas entrevistas e nos inquéritos por questionário. Desta forma, decidimos organizar um quadro de categorização e classificação conjunto para a análise dos dados (ver figura 12 e 13). Indicamos ainda que, a partir da construção dos guiões das entrevistas foi possível criar as categorias para analisar os dados. Sendo que, o inquérito por questionário também apresenta três partes, embora os blocos tenham uma denominação ligeiramente diferente para dar uma sequência lógica as perguntas, estes incidem nas mesmas categorias identificadas para a análise de conteúdo.

**Figura 12**

*Categorização e classificação para a análise de conteúdo – Blocos A e B*

Bloco	Categorização e classificação		Definição
<b>A</b>	<b>Categoria</b>	<b>Perfil e contributo dos migrantes</b>	
	<b>Subcategorias</b>	Qualificação superior	Conhecer se os migrantes possuem nível de qualificação superior e as áreas profissionais mais comuns
		Apoio aos migrantes	Perceber quais os apoios para os migrantes
		Desenvolvimento regional	Saber quais os contributos que os migrantes trazem para o desenvolvimento regional
		Caraterísticas da comunidade	Análise social, económica e demográfica da comunidade migrante
<b>B</b>	<b>Categoria</b>	<b>Caraterização da comunidade e desafios apresentados pelos migrantes</b>	
	<b>Subcategorias</b>	Desafios e barreiras	Conhecer os principais desafios apresentados
		Desafios específicos	Perceber quais são os desafios mais específicos identificados
		Mercado de trabalho	Saber como é a integração no mercado laboral
		Integração	Perceber quais as barreiras existentes na integração desta comunidade
		Apoios do governo	Identificar se existem apoios por parte do governo para facilitar a integração

Nota: Figura de autoria própria.

**Figura 13**

*Categorização e classificação para a análise de conteúdo – Bloco C*

C	Categoria	Sobrequalificação, dumping social e programas de integração	
	Subcategorias	Sobrequalificação ou <i>Dumping social</i>	Saber se os migrantes se encontram em situação de <i>dumping social</i> e algumas áreas predominantes
		Acreditação de certificados ou diplomas	Conhecer se o processo de acreditação é realizado pela maioria e se é fácil ou não
		Políticas existentes	Saber quais as políticas em vigor e os seus impactos
		Aproveitamento da qualificação	Perceber se as qualificações destes migrantes são aproveitadas no mercado laboral regional

Nota: Figura de autoria própria.

Assim sendo, iremos a apresentar primeiro a análise de conteúdo das entrevistas e a seguir, a dos inquéritos por questionário.

### **3. Análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas**

Neste tópico iremos a abordar a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas (ver quadros no apêndice 9). Para facilitar a interpretação da informação recolhida, iremos dividir a mesma por subtópicos, sendo correspondentes as categorias e subcategorias da categorização e classificação supramencionadas. É importante que acrescentemos que, nestas análises, também será tido em consideração a informação fornecida como “entrevista não estruturada” por parte do entrevistado “A”.

#### **3.1. Perfil e contributo dos migrantes**

Em termos de **qualificação superior**, podemos confirmar que, tanto o entrevistado “A” como o “B” salientam que a maior parte de indivíduos desta comunidade, tem formação de nível superior. Inclusivamente, o entrevistado “A” refere que muitos destes migrantes possuem bastantes boas qualificações. Na informação recolhida na entrevista não estruturada por parte do entrevistado “A”, o mesmo frisa a relevância de uma presença visível de migrantes com formação superior, em áreas

destacadas como a engenharia (civil, mecânica e elétrica); a saúde (enfermagem, médicos e odontologia); a educação (professores em várias áreas), administração, economia e contabilidade; tecnologias de informação; arquitetura; entre outros,

No que diz respeito a **migração na RAM**, não conseguimos identificar aportes significativos para a interpretação dos dados de acordo com as respostas do entrevistado “B”, contudo, o entrevistado “A” conseguiu assinalar vários aspetos relevantes. Destaca que, desde o início do povoamento, a RAM acolhe migrantes, por tanto, não é uma característica desenvolvida apenas de alguns anos para cá, aliás, afirma que estão a imigrar mais quantidade de pessoas para a Madeira, do que emigrantes madeirenses. No que diz respeito a esta comunidade em específico, o entrevistado “A” destaca que nos últimos Censos confirma-se um grande número de madeirenses que possuem algum tipo de conexão com a Venezuela, reconhecendo que não é uma comunidade que tenha pouco tempo a relacionar-se com a região.

Já de acordo com os **apoios dados aos migrantes**, ambos os entrevistados confirmam que os mesmos são dados em pé de equidade e segundo com as diferenças apresentadas, sendo os mesmos que possui qualquer nacional ou residente. O entrevistado “A” ainda realça a importância de não fazer distinções, já que, cada realidade migrante é particular e possui características próprias que poderiam não se ajustar a alguma outra. Noutra vertente, o entrevistado “B” acentua que entre 4 e 5 mil pessoas terão recorrido a associação durante estes anos na procura de apoio.

À luz da análise de conteúdo, podemos confirmar que ambos os entrevistados concluem em que os migrantes são importantes para o **desenvolvimento regional** em todos os níveis, sendo uma mais-valia.

Inicialmente, destaca-se o aspeto económico, onde o entrevistado “A” destaca que desde 2015 o PIB da região se duplicou depois da vinda de tantos migrantes, especialmente os venezuelanos, produto da crise económica e política na Venezuela, como também, a importância do envio de remessas e o investimento em negócios que esta comunidade fez na Madeira. Por outro lado, o entrevistado “B” ainda enfatiza o peso dos contributos para a segurança social e o pagamento de impostos.

A nível educativo, ambos os entrevistados destacaram a relevância de terem chegado muitos casais jovens e com filhos, pois, muitas escolas da região que estavam prestes a encerrar por falta de crianças, não fecharam as suas portas, já que a entrada destes alunos permitiu parar a queda do número de alunos que diminuía ano traz ano.

Desta forma, conclui-se que o sistema educativo não teve nenhum tipo de sobrecarga, e que pelo contrário, estes migrantes permitiram que algumas escolas ainda funcionassem.

Esta migração também teve um impacto a nível demográfico, muito ligado ao aspeto anterior, já que estes migrantes foram povoando toda a RAM, permitindo ultrapassar o “inverno demográfico” sinalizado pelo entrevistado “A”.

Mais um aspeto positivo a evidenciar são as taxas de natalidade, já que como destaca o entrevistado “A” vieram muitos casais jovens nesta onda de migração, o que permitiu um rejuvenescimento da sociedade madeirense, permitindo reequilibrar um pouco as taxas de natalidade da região.

A nível cultural e social, também representa uma mais-valia já que a diversidade cultural traz novas ideias, tradições e perspetivas, enriquecendo a vida cultural da RAM.

Por último, acentua-se a relevância de que muitos destes migrantes possuíam qualificações e competências novas, apontando o custo zero que o Estado teve nestas qualificações e que muitos destes profissionais vieram contribuir fortemente na nossa região.

Com base na informação recolhida, podemos conferir que ambos os entrevistados estão de acordo sobre as **características desta comunidade migrante** na região. Em primeiro lugar, salientam que as pessoas que chegaram nesta onda de migração, na sua maioria, não eram pessoas de baixos recursos ou em situações de carência social, pelo contrário, muitos até tinham habitação própria e começaram empreendimentos.

Tanto o entrevistado “A” como o “B” destacam que uma característica da comunidade venezuelana, é o facto de serem muito trabalhadores e de não querer viver à custa do Estado, o que fez que ao pouco tempo da sua chegada à RAM, muitos deles começassem a trabalhar. Nas palavras do entrevistado “A” isto também foi possível já que “essas pessoas se integraram muito bem. Uma cultura semelhante à nossa”

Paralelamente, na entrevista não estruturada fornecida pelo entrevistado “A” foram obtidos um conjunto de dados que ajudam a compreender melhor as características sociais, económicas e demográficas desta comunidade na região. Inicialmente, podemos identificar que a maior parte dos migrantes desta comunidade vive nos concelhos do Funchal, Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico. As idades médias desta população, são principalmente jovens, entre os 25 e os 45 anos, muitos destes com crianças pequenas. A maioria destes são luso-descendentes, portanto, filhos de madeirenses que migraram para a Venezuela. No que diz respeito a nacionalidade, muitos destes migrantes possuem dupla nacionalidade devido a ascendência direta. E relativamente a educação, neste

momento, os alunos provenientes da Venezuela representam, aproximadamente, quase metade do total de alunos estrangeiros da região.

### **3.2. Caracterização da comunidade e desafios apresentados pelos informantes**

Neste ponto, conseguimos identificar que o entrevistado “B” assinalou alguns **desafios e barreiras** sentidas pela comunidade em estudo, comparativamente ao entrevistado “A”.

Tanto o entrevistado “A” como o entrevistado “B” acordam que em vários serviços públicos não representou um grande desafio, especificamente a nível educativo e de saúde. Contudo, na entrevista não estruturada entregue pelo entrevistado “A” é salientado o facto de o setor da saúde ter alguns constrangimentos, já que representou uma necessidade acrescida de cuidados de saúde diferenciados. Como também, a ausência de habitação própria de alguns migrantes, os valores elevados associados aos pedidos de equivalência para cursos superiores, os impactos orçamentais decorrentes das prestações e apoios sociais no orçamento da segurança social e a barreira linguística. Ademais, outros desafios apresentados têm a ver com o próprio distanciamento da família e amigos o que pode causar isolamento social e o trabalho em setores informais ou de baixa qualificação (como por exemplo, hotelaria, construção civil, limpeza, etc.) que requerem baixa qualificação mas são essenciais para a economia da RAM

Noutra vertente, o entrevistado “B” identificou que a maior barreira sentida pelos migrantes teve a ver com a língua, tanto portuguesa como inclusive a inglesa. O entrevistado “B” evidencia também o desafio cultural existente, já que apesar de ser culturas semelhantes, existem posições e atitudes diferentes perante determinadas situações.

Para este estudo, interessa-nos também conhecer alguns **desafios específicos** sentidos por esta comunidade. E, sem sombra de dúvida, o desafio específico identificado pelos dois entrevistados, foi relativamente ao reconhecimento dos diplomas e credenciações das qualificações, já que estas políticas e diretrizes encontram-se sob a tutela nacional, não possibilitando nenhum tipo de alteração a nível regional para facilitar o processo. Além disso, muitos destes migrantes que já realizaram o processo de equivalência, confirmam, segundo o entrevistado “B”, que é um processo frustrante, já que estão a realizar uma equivalência de nível mas não de área, o que não permite a sua

prática profissional. De igual forma, o entrevistado “A” evidencia que o reconhecimento de uma licenciatura ainda não faz a equivalência no currículo.

Podemos conferir que a comunidade venezuelana se encontra inserida no **mercado de trabalho** regional segundo afirmações de ambos os entrevistados. Verificamos que o entrevistado “A” revela que é uma comunidade migrante que, atualmente, encontra-se inserida em todas os setores profissionais da Madeira, abrangendo não apenas trabalhos indiferenciados. Como também, acentua que certos trabalhos ou setores aumentaram significativamente com a vinda desta população, tais como, serviços de *delivery* (*Glovo, Uber, etc.*), serviços de transporte (TVDE), serviços de esteticistas, cabeleireiras, entre outros. Na entrevista não estruturada, assinalam-se determinados setores onde muitos migrantes da comunidade venezuelana estão inseridos, bem como: o turismo e hotelaria (incluindo restaurantes, bares, limpeza, cozinha, atendimento ao público, etc.); a construção civil; os serviços de limpeza e domésticos (especialmente a nível residencial e em pequenas empresas); a saúde e cuidados (como cuidadores de idosos e profissionais de apoio à saúde) e empreendedorismo e comércio (pequenos negócios).

Do mesmo modo, o entrevistado “B” destaca que a maior parte desta comunidade está a trabalhar e não depende do desemprego nem subsídios sociais. Ainda, ressalta que uma parte desta comunidade está a desenvolver atividades laborais em áreas ou setores onde “os da terra não querem fazer”.

Em relação à **integração**, ambos os entrevistados afirmam que a comunidade venezuelana se encontra integrada na Madeira. Por um lado, o entrevistado “A” reflete que a perspectiva do governo foi sempre o de olhar para estes migrantes como se fossem madeirenses, só que nasceram na Venezuela. Nesta lógica, o governo regional possui uma política de integração de migrantes que tem por base quatro pilares ou conceitos fundamentais ao falar de integração de migrantes: acolher, proteger, integrar e promover. Em termos gerais, o entrevistado “A” afirma que esta comunidade se encontra integrada na região já que também possuem traços característicos da mesma cultura (por serem luso-descendentes) e pela forte ética de trabalho que os caracteriza. O entrevistado “A” ainda sublinha no documento da entrevista não estruturada que, o governo desenvolveu políticas de integração social, apoio ao acesso ao trabalho, combate à discriminação social e promoveu a convivência intercultural, com o intuito de que as comunidades migrantes se sentam acolhidas.

Por outro lado, o entrevistado “B” aponta que a comunidade venezuelana é resiliente e gosta de dar em troca, como também reforça a ética de trabalho dos mesmos. Contudo, quando se mencionou se o facto de trabalhar fora da sua área profissional poderia afetar no seu processo de integração, o entrevistado referiu que sim, já que poderiam sentir-se “injustiçados”.

Relativamente aos **apoios do governo**, o entrevistado “A” reflete que os mesmos ficam muito condicionados, devido ao facto de as políticas portuguesas não conferir direitos imediatos aos cidadãos migrantes, já que na sua chegada são vistos como indivíduos e não cidadãos estrangeiros do país. Contudo, a nível regional existem apoios que foram dados de forma imediata à chegada desta comunidade e a quem tivesse solicitado apoio. Por tanto, na chegada os apoios eram autorizados, e depois as pessoas teriam de demonstrar a situação de carência para de facto ter o benefício, até porque, muitos destes indivíduos, devido as características do processo migratório, muitos não conseguiram trazer toda a documentação como deveria ser. Por exemplo, eram atribuídos os apoios imediatos as crianças nas escolas, não deixando de dar comida a uma criança só porque no momento da solicitação do apoio não fizeram a entrega da documentação. Contudo, se depois de levar os requerimentos necessários, não se conseguisse demonstrar a situação de carência, as pessoas teriam de devolver o que foi dado. Adicionalmente, na entrevista não estruturada fornecida pelo entrevistado “A” são acrescentados os apoios ao processo de regularização da situação legal, a criação do balcão das comunidades na loja do cidadão, a atribuição da tarifa social da ARM (Águas e Resíduos da Madeira) quando devidamente justificada a necessidade, o escalão provisório nas escolas anteriormente exemplificado, a atribuição de habitações as famílias mais carenciadas, a pensão social aos reformados da Venezuela sem necessidade de apresentação de documentação e sessões de esclarecimento dinamizado na altura pelo Centro das Comunidades Madeirenses e Migrações.

Para o entrevistado “B”, os apoios dados pelo governo são simplesmente os mesmos que para qualquer nacional, como também concorda o entrevistado “A”, podendo ter direito ao rendimento social de inserção, ao subsídio de desemprego, ou outros, que qualquer outro madeirense pode-se ter direito.

### 3.3. Sobrequalificação, *dumping social* e programas de integração

Em relação a **sobrequalificação ou *dumping social***, tanto o entrevistado “A” como o entrevistado “B” confirmam que existem migrantes a trabalhar em empregos que estão por baixo do seu nível de habilitações, contudo o entrevistado “A” sublinha que a esmagadora maioria se encontra a trabalhar na sua área, porém, não quer dizer que não existam licenciados a trabalhar noutra área.

Pelo contrário, o entrevistado “B” afirma que as qualificações superiores destes migrantes não estão a ser aproveitadas ao trabalhar em empregos fora da sua área de formação. Inclusivamente, o entrevistado enfatiza que muitos destes migrantes nesta situação já não sentem nenhuma possibilidade de voltar a trabalhar de acordo com as suas habilitações e até, desistiram dessa oportunidade. O entrevistado revela que, muitos migrantes estão a trabalhar em áreas indiferenciadas porque são os empregos que os locais não querem, como as áreas de jardinagem, limpeza, construção, entre outras, salientando que são setores que sempre tem uma grande componente de indivíduos de origem migrante.

No que diz respeito a **acreditação de certificados ou diplomas** académicos, ambos os entrevistados referem que é um processo bastante complicado e frustrante, já que existem demoras e fica exclusivamente da responsabilidade das políticas e diretrizes nacionais como foi mencionado anteriormente nos desafios específicos. Tanto o entrevistado “A” como o entrevistado “B”, concordam em que a maioria dos solicitantes foram conseguindo os seus reconhecimentos e acreditações com o tempo, especialmente áreas como engenharia, direito, entre outros, mas que, na área da medicina ou saúde, foi o grande problema, já que foi onde apresentaram-se maiores entraves, não conseguindo praticamente a equivalência. Até o entrevistado “A”, informa que muitos profissionais nesta área acabaram também por voltar a remigrar, neste caso, muitos para a Espanha, para realizar lá o seu processo de acreditação.

Por outro lado, podemos verificar que não foi identificada na entrevista realizada ao entrevistado “B”, informação sobre **políticas existentes** a nível migratório e de integração. Ao invés, o entrevistado “A” reitera que as políticas de migração são responsabilidades do governo nacional, e este apresenta uma legislação que é dispersa e pouco clara, existindo muitos decretos-lei, sem uma estrutura bem planificada. A RAM não tem competências a esse respeito, contudo, o governo regional possui a política de

integração do: acolher, proteger, integrar e promover, como foi mencionado anteriormente na subcategoria analisada da integração.

Enquanto ao **aproveitamento da qualificação** superior destes migrantes, podemos verificar que os dois entrevistados estão de acordo em que certas habilitações não estão a ser aproveitadas, especialmente, aquelas onde a acreditação dos diplomas é complicada, já que o processo, como tem sido referido anteriormente, encontra-se sob tutela nacional. Segundo o entrevistado “B” não existem apoios que ajudam a impulsar o processo de equivalências nem a nível nacional, nem a nível regional.

Ambos os entrevistados conseguiram dar exemplos de situações onde é aproveitada a qualificação do migrante. Por um lado, o entrevistado “A” destaca que o governo regional propus ao governo nacional, que se fizesse com os venezuelanos o que a tempos atras foi feito com os médicos cubanos, por tanto, foram contratados médicos de Cuba para colmatar necessidades específicas na área da saúde, permitindo que os médicos exercessem a sua profissão mas com condições específicas. Isto, era o que o governo regional sugeriu fazer com os migrantes qualificados na área da saúde oriundos da Venezuela, permitindo assim, que tivessem um vencimento mais acorde com a sua profissão, enquanto se realizava o processo de equivalência, e permitindo o aproveitando das habilitações destes. Contudo, esta ideia não foi aprovada pelo Estado.

Por outro lado, o entrevistado “B” deu o exemplo do que é feito em Espanha para aproveitar as qualificações dos migrantes, o qual baseia-se na realização de um mestrado dentro da sua área de formação, o que possibilitava que, enquanto é realizado o processo de equivalência, os indivíduos podem exercer na prática sempre que acompanhados de um profissional.

Relativamente ao **aumento da qualificação** destes migrantes, nas entrevistas, tanto o entrevistado “A” como o “B”, sublinham que existem muitas travas para a equivalência na área da medicina, sendo a ordem dos médicos responsável pelo assunto.

O entrevistado “B” salienta que, foi importante a criação da disciplina português língua não materna nas escolas. O entrevistado “A”, na entrevista não estruturada fornecida, menciona várias medidas tomadas pelo governo regional neste âmbito, como por exemplo: as formações modulares de “português para falantes de outras línguas” como também da língua inglesa; a ação de capacitação de técnicos e formadores para implementação do projeto de empreendedorismo imigrante no ano 2018; as formações dedicadas ao movimento associativo entre 2018 e 2020; a sessão de informação e aconselhamento sobre o projeto ARVoRE VI em 2019; a formação dirigida a parceiros

sobre a lei da imigração e a lei da nacionalidade em 2019; a formação intitulada “oficina educação intercultural” em 2020; a formação diálogo intercultural em 2021 e a formação acerca do acesso à saúde em 2024.

Por fim, relativamente a última subcategoria analisada, temos o **sentimento de pertença**, no qual os dois entrevistados concordam em que a comunidade migrante venezuelana sente-se acolhida e integrada na região. De acordo com o entrevistado “A” estes migrantes vieram a enriquecer a cultura da Madeira e que na generalidade, estes se sentiram bem acolhidos dentro do que implica um processo migratório.

### **3.4. Síntese da análise das entrevistas semiestruturadas**

A análise das duas entrevistas permitiu compreender, de forma mais aprofundada, o impacto e os desafios associados à migração da comunidade venezuelana na RAM. Embora cada entrevistado apresente perspectivas e ênfases distintas, há uma base de consensos sólida que revela a importância desta comunidade para a sociedade madeirense, mas também se destacam algumas divergências que enriquecem a reflexão e ajudam a ter uma visão mais completa do fenómeno.

Um dos principais pontos de concordância prende-se com o perfil da comunidade migrante. Tanto o entrevistado “A” como o entrevistado “B” sublinham que se trata de pessoas maioritariamente qualificadas, com formação superior e competências valorizadas. Não se tratou, na sua maioria, de indivíduos em situação de carência social, mas de famílias com recursos, muitas vezes já com habitação própria, que procuraram criar negócios e investir na região. Este fator contribuiu para uma integração mais rápida e para uma imagem positiva junto da comunidade local. Como ambos os entrevistados realçam, trata-se de uma comunidade trabalhadora, empreendedora e que não pretende viver à custa do Estado, procurando desde cedo ocupar-se e contribuir para o desenvolvimento da RAM.

Outro consenso importante diz respeito ao papel desta migração no desenvolvimento regional. Ambos os entrevistados reconhecem que a chegada desta comunidade teve impactos estruturais muito positivos. No plano económico, o entrevistado “A” enfatiza que o PIB da região duplicou desde 2015, em grande parte devido ao investimento e ao dinamismo trazidos por estes migrantes, bem como ao envio de remessas e à criação de negócios. Já o entrevistado “B” destaca, de forma mais prática, a importância das contribuições para a segurança social e para o pagamento de impostos.

Também no campo educativo se registaram efeitos muito relevantes: a chegada de muitas famílias jovens com filhos permitiu travar o encerramento de escolas que, devido à falta de alunos, estavam em risco de fechar. A integração dos alunos ocorreu sem sobrecarga do sistema, revelando-se, pelo contrário, uma solução para a quebra demográfica. De forma complementar, o entrevistado “A” salienta que esta migração permitiu enfrentar o “inverno demográfico”, rejuvenescendo a população e aumentando as taxas de natalidade.

No que toca à integração social e cultural, há também uma perceção comum de que esta comunidade se adaptou bem. Para o entrevistado “A”, esta integração foi facilitada por uma política regional que sempre tratou os migrantes como madeirenses só que nascidos na Venezuela, apoiada nos pilares de acolher, proteger, integrar e promover. Já o entrevistado “B” reforça o lado humano, apontando que se trata de uma comunidade resiliente, com vontade de retribuir e contribuir para a sociedade que os acolheu. Ambos destacam a ética de trabalho e a proximidade cultural, que permitem reduzir resistências e favoreceram uma integração harmoniosa.

Apesar destes consensos, há também diferenças de perspetiva significativas. O entrevistado “A” tende a enfatizar a dimensão histórica, política e estrutural. Destaca, por exemplo, que a migração não é um fenómeno recente na Madeira, recordando que desde os primórdios do povoamento da região sempre acolheu migrantes. Também se preocupa em contextualizar as políticas nacionais e regionais, apontando que, embora a legislação migratória seja da responsabilidade do Estado, a Região Autónoma adotou medidas próprias de apoio, como formações em português e inglês, capacitação de técnicos, iniciativas de empreendedorismo e projetos interculturais. Por sua vez, o entrevistado “B” foca-se mais nas dificuldades práticas e quotidianas enfrentadas pelos migrantes. Identifica, por exemplo, barreiras linguísticas, tanto no português como no inglês, e choques culturais em determinadas situações, mesmo num contexto de culturas próximas. Além disso, enfatiza a frustração de muitos migrantes altamente qualificados que se veem obrigados a aceitar empregos indiferenciados, em setores pouco valorizados como jardinagem, construção ou limpeza, muitas vezes porque são áreas rejeitadas pela população local. Para o entrevistado “B”, esta desvalorização das qualificações gera sentimentos de injustiça e, em alguns casos, desistência de voltar a exercer na sua área de formação.

Outro ponto em que ambos convergem, embora com diferentes matizes, diz respeito ao reconhecimento de diplomas. Ambos reconhecem que existem migrantes a trabalhar em funções abaixo do seu nível académico, mas o entrevistado “A” relativiza

esta situação, afirmando que a maioria consegue exercer na sua área, enquanto, o entrevistado “B” realça que muitos já perderam a esperança de o conseguir. Os dois referem o processo como burocrático, lento e frustrante, sobretudo em áreas como a medicina, onde muitos profissionais não conseguiram a equivalência e acabaram por remigrar para Espanha, onde as regras são mais flexíveis. O entrevistado “A” chega a mencionar a proposta do governo regional para contratar médicos venezuelanos com condições específicas, à semelhança do que já tinha sido feito com profissionais cubanos, mas esta sugestão não foi aprovada a nível nacional. Já o entrevistado “B” aponta o exemplo espanhol de criação de mestrados de adaptação como uma via mais eficaz para aproveitar qualificações enquanto o processo de equivalência decorre.

No campo da formação e aumento de qualificações, a entrevista não estruturada fornecida pelo entrevistado “A” acrescenta informações relevantes, destacando formações modulares em português e inglês, capacitação de técnicos para o empreendedorismo imigrante, formações para o movimento associativo, ações sobre a lei da imigração e da nacionalidade, bem como oficinas de educação e diálogo intercultural. Estas medidas evidenciam um esforço do governo regional em promover o desenvolvimento de competências e a integração profissional.

Relativamente ao mercado de trabalho, ambos concordam que a comunidade venezuelana está amplamente inserida em diversos setores. O entrevistado “A” realça a diversidade das áreas de atividade, mencionando o turismo, a hotelaria, a construção civil, os serviços de estética, os cabeleireiros, os transportes e o *delivery*. A entrevista não estruturada acrescenta que a presença desta comunidade foi significativa em setores como restaurantes, bares, serviços de limpeza, apoio à saúde e pequenos negócios, reforçando a ideia de uma inserção laboral multifacetada. O entrevistado “B” sublinha, por sua vez, que muitos destes empregos correspondem a áreas menos valorizadas pela população local, o que reforça a resiliência e a adaptabilidade desta comunidade.

No campo dos apoios governamentais, também verificamos diferentes olhares. O entrevistado “A” destaca a flexibilidade do governo regional, sobretudo no acesso imediato a apoios essenciais, como alimentação escolar, mesmo quando a documentação ainda não estava completa. Já o entrevistado “B” entende que os apoios concedidos são, simplesmente, os mesmos que qualquer cidadão nacional pode receber, como subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção, não havendo um tratamento diferenciado.

Finalmente, relativamente ao sentimento de pertença, ambos reconhecem que a comunidade venezuelana se sente acolhida e integrada, enriquecendo a cultura madeirense e contribuindo de forma positiva para a vida social da região.

Em suma, as entrevistas permitem concluir que a comunidade migrante venezuelana representa, de forma inegável, um contributo essencial para a Madeira. O entrevistado “A” enfatiza a dimensão macro, política e histórica, enquanto o entrevistado “B” ilumina as vivências quotidianas e os desafios concretos. As suas perspetivas, longe de se anularem, complementam-se: juntas, permitem perceber que a integração é um processo que combina oportunidades e dificuldades, ganhos coletivos e frustrações individuais. O reconhecimento desta dualidade é essencial para pensar políticas mais eficazes, capazes de aproveitar plenamente o potencial destes migrantes e, ao mesmo tempo, mitigar as barreiras que ainda persistem, e como destacou o entrevistado “A” “*a diversidade cultural não retira nada, apenas acrescenta*”.

#### **4. Análise de conteúdo dos Inquéritos por questionário semifechados**

Como foi mencionado na metodologia deste estudo, foram aplicados inquéritos por questionário aos indivíduos que pertencem a comunidade venezuelana residente na RAM, totalizando 230 inquéritos preenchidos (consultar os apêndices 7 e 8 para ver os guíões dos inquéritos). Destacamos que, de um total de 230 inquéritos, 176 foram preenchidos em espanhol e 54 em português, revelando que a população em estudo prefere e se sente mais confortável ao responder na sua língua materna.

Sendo assim, o inquérito é composto por um total de 40 perguntas e iremos a abordar os resultados dos mesmos dividindo-os em três partes, com base nas categorias e a classificação apresentada anteriormente para a análise de conteúdo: (i) caracterização dos respondentes, (ii) situação laboral e sobrequalificação ou *dumping* social e (iii) desafios, barreiras e integração dos migrantes. Ao ter a possibilidade de responder em espanhol ou em português, foi necessário realizar uma análise conjunta, desta forma, apresentamos as respostas de forma articulada.

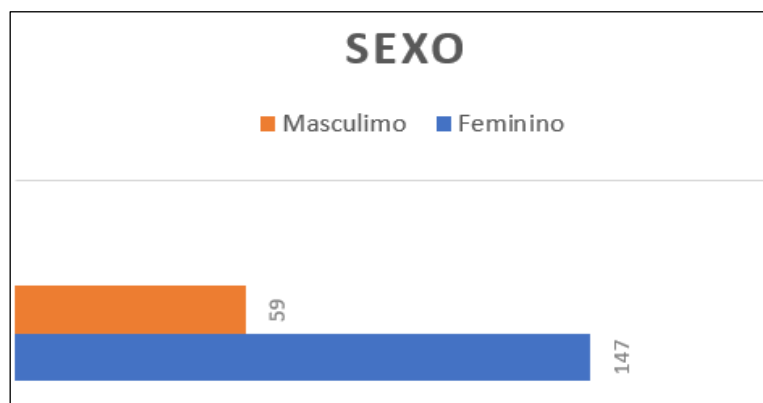
Por outro lado realçamos que, a recolha de dados dos inquéritos foi feita por meio de uma plataforma segura, sendo escolhido para este estudo o *Qualtrics*. Neste sentido, poderá consultar os relatórios correspondentes a versão em português e a versão em espanhol nos anexos 4 e 5, respetivamente, desta investigação.

##### **4.1. Caracterização dos respondentes**

Nesta secção iremos apresentar os dados da parte I do inquérito, sobre a caracterização dos respondentes, abrangendo desde a pergunta 1 a 12 do questionário. Este tipo de informação é essencial, pois permite compreender o perfil socioeconómico da comunidade migrante e estabelecer relações entre as suas características individuais e as suas habilitações. Conhecer estas dimensões contribui para contextualizar os resultados do inquérito e identificar tendências ou vulnerabilidades específicas, ajudando a construir uma leitura mais completa da realidade migratória. Além disso, a análise destes dados é um ponto de partida fundamental para pensar em políticas e medidas que respeitem a diversidade e respondam de forma mais adequada às necessidades dos migrantes. Inicialmente, confirmamos que a maior parte dos RQ são do sexo feminino, totalizando 147 respostas (71,4%) e 59 respostas para o sexo masculino (28,6%) (ver figura 14).

**Figura 14**

*Sexo dos RQ*

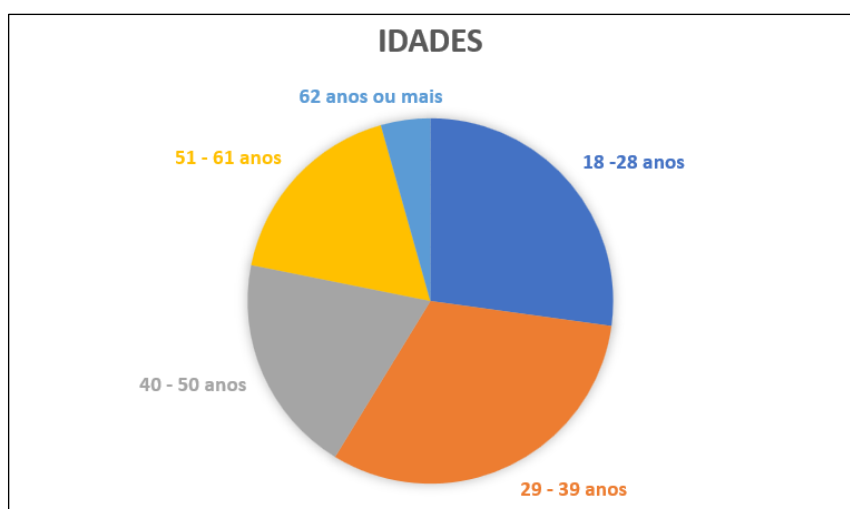


Nota: Figura de autoria própria.

Relativamente a idade, verificamos que um 27,2% tem entre 18 e 28 anos, um 31,6% tem entre 29 e 39 anos, um 19,4% tem entre 40 e 50 anos, 17,5% tem entre 51 e 61 anos e apenas 4,4% tem mais do que 62 anos. Estes dados evidenciam que a amostra em estudo é predominantemente jovem (dos 18 aos 50 anos) e se encontram em idade ativa (ver figura 15).

**Figura 15**

*Idades dos RQ*

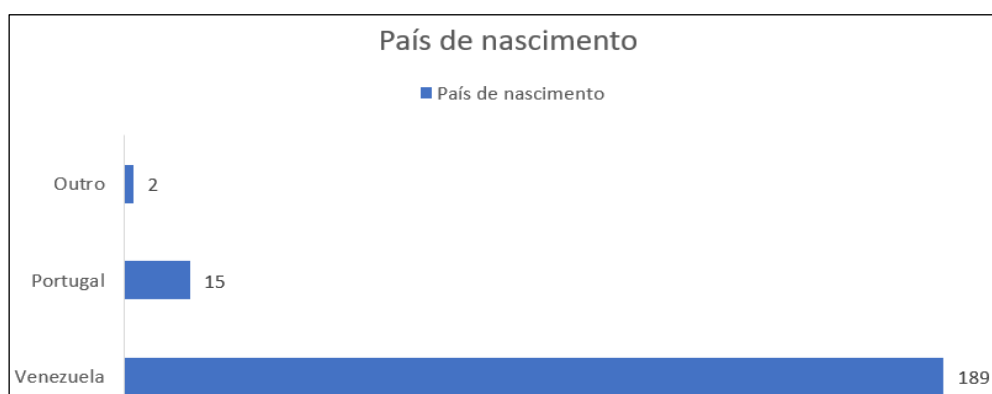


Nota: Figura de autoria própria.

No que diz respeito ao país de nascimento, conferimos que 189 inquiridos nasceram na Venezuela (91,7%), 15 nasceram em Portugal (7,3%) e 2 pessoas responderam a opção “outro” (1%) sendo indicada a Colômbia como país de nascimento (ver figura 16).

**Figura 16**

*País de nascimento dos RQ*

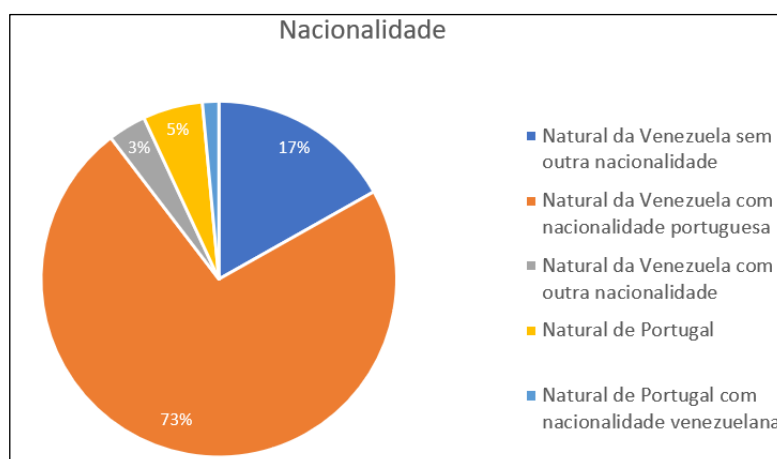


Nota: Figura de autoria própria.

Por outro lado, na pergunta 4 foi questionada a nacionalidade, com o intuito de querer saber a quantidade de pessoas inquiridas que possuem dupla nacionalidade (venezuelana e portuguesa). Assim sendo, podemos observar na figura 17 que, efetivamente, o 72,8% são naturais da Venezuela e possuem dupla nacionalidade, sendo esta outra a portuguesa, convertendo-os assim em lusodescendentes. Desta amostra, 16,8% são apenas venezuelanos sem outra nacionalidade, 1,5% são portugueses com nacionalidade venezuelana, 5,4% são portugueses que não se nacionalizaram venezuelanos mas viveram nesse país por algum período e 3,5% são naturais da Venezuela e possuem dupla nacionalidade mas não é a portuguesa, dentro das respostas temos a Alemanha, a Colômbia e a Letónia.

**Figura 17**

*Nacionalidade dos RQ*

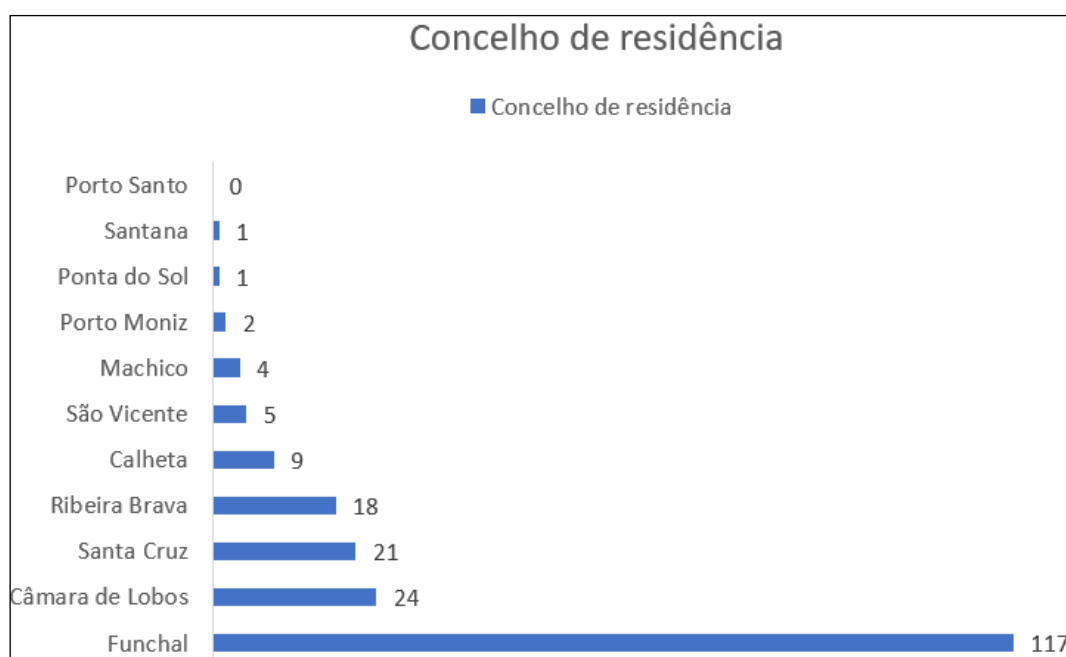


Nota: Figura de autoria própria.

No que diz respeito a residência, apresentamos a seguir na figura 18, a distribuição dos RQ residentes na RAM por concelhos. Validamos assim que, maioritariamente os migrantes da comunidade venezuelana que vivem na Madeira residem em quatro concelhos principais. Inicialmente, constatamos que mas da metade reside no Funchal com 117 respostas (57,9%), em segundo lugar temos Câmara de Lobos com 24 respostas (11,9%), em terceiro lugar está Santa Cruz com 21 respostas (10,4%) e em quarto lugar temos Ribeira Brava com 18 respostas (8,9%). Já, nos restantes concelhos conseguimos ter menor presença, sendo em ordem decrescente, a Calheta (4,5%), São Vicente (2,5%), Machico (2%), Porto Moniz (1%), Ponta do Sol (0,5%), Santana (0,5%) e nenhum residente do Porto Santo (0%). Por conseguinte, certificamos que o povoamento ou localidades escolhidas pelos migrantes costumam ser as cidades, capitais e os seus redores, a semelhança das tendências migrantes internacionais.

**Figura 18**

*Residência dos RQ por concelho da RAM*

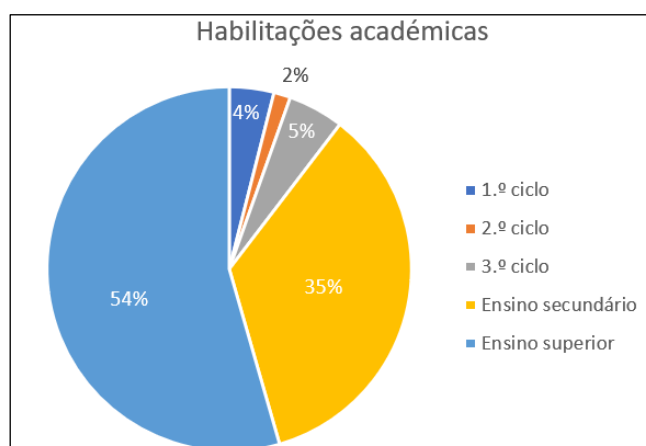


Nota: Figura de autoria própria.

Na pergunta número 6 era questionado o nível de habilitações que possuem as pessoas inquiridas, sendo que mas da metade da amostra demonstrou ter ensino superior (54,5%) e ensino secundário (35,1%) totalizando só entre estas duas opções 89,6% das respostas. Apenas 5% tem habilitações até o 3.º ciclo, 1,5% até o 2.º ciclo e 4% até o 1.º ciclo (ver figura 19).

**Figura 19**

*Habilitações académicas dos RQ*

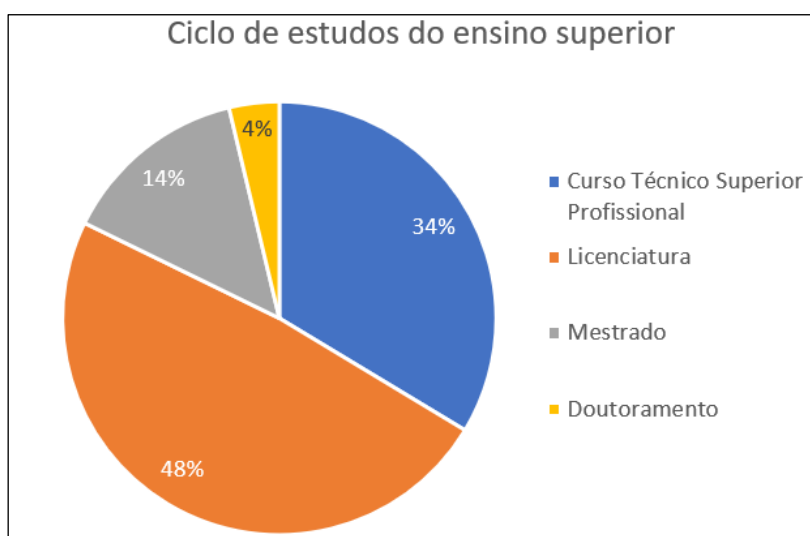


Nota: Figura de autoria própria.

A partir daqui, até a pergunta 8 só respondia quem tivesse selecionado a opção de ensino superior. Neste sentido, nos interessava conhecer, das pessoas que tinham ensino superior, quais eram os ciclos de estudo ou nível académico que detinham (ver figura 20). Consequentemente, constatamos que, principalmente, 52 respondentes possuem licenciatura (48,6%) e 36, Curso Técnico Superior Profissional (CTESP) (33,65%). E, na sua minoria, apenas 15 são detentores de mestrado (14,2%) e 4 de doutoramento (3,74%).

**Figura 20**

*Ciclo de estudos que detêm os RQ com ensino superior*



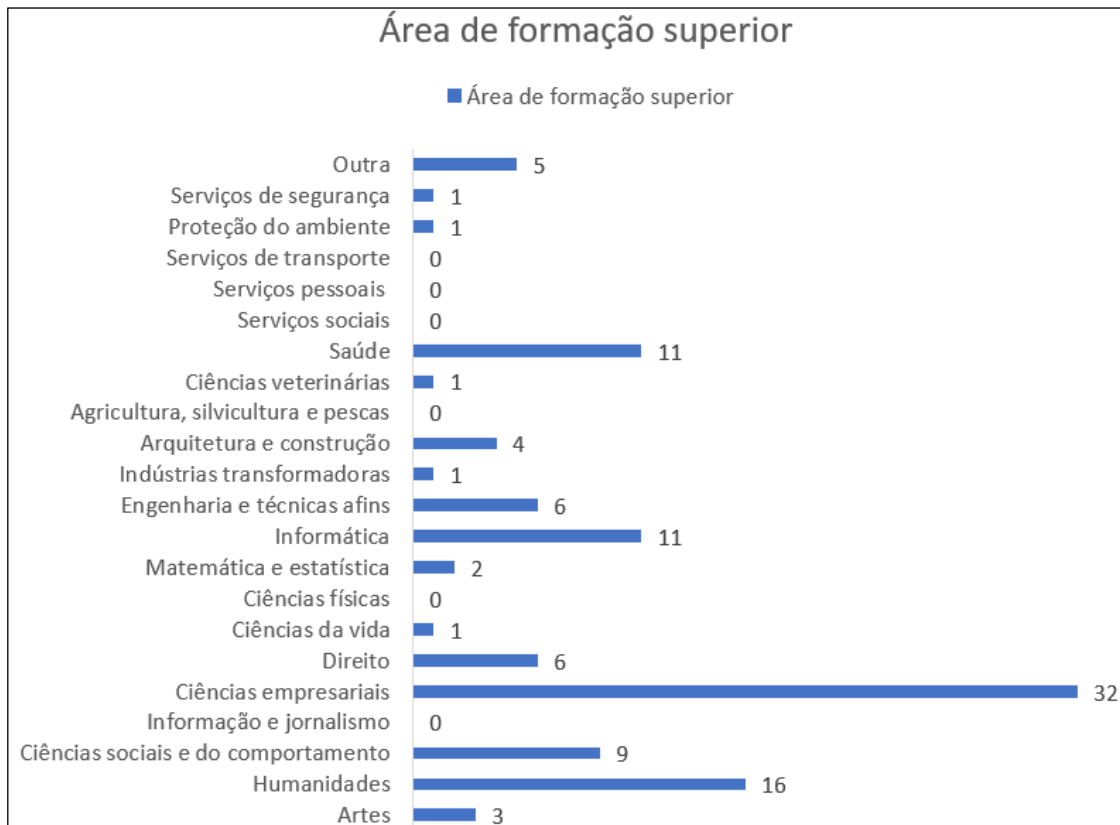
Nota: Figura de autoria própria.

Da mesma forma, era de igual importância descobrir quais as áreas de formação superior dos respondentes. Esclarecemos que, na análise as respostas desta pergunta, verificamos que na opção de “outra” obtivemos 33 respostas (29,46%), mas que dentro das especificadas pelos indivíduos, encontramos várias que estão inseridas nas opções que já foram previamente apresentadas. Por exemplo, dentro das respostas 9 pessoas responderam “contabilidade” e 7 “gestão”, as quais enquadram-se na opção apresentada por nós no inquérito como “ciências empresariais”. Feita esta explicação, iremos proporcionar as respostas da opção “outra” que se enquadram dentro das áreas já apresentadas nas opções do inquérito, de forma conjunta, isto permitira uma melhor compreensão da dimensão de cada área selecionada (ver figura 21).

Assim sendo, as áreas predominantes de formação superior da amostra em estudo são as ciências empresariais representando um 28,57% das respostas, as humanidades com 14,29%, a informática e a saúde com 9,82% cada e as ciências sociais e da vida com 8,04%.

**Figura 21**

*Área de formação superior dos RQ*

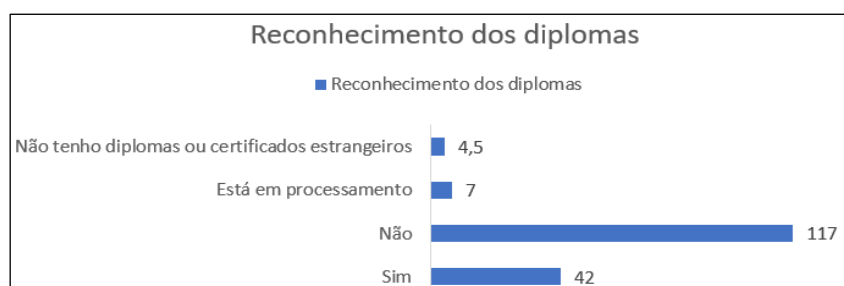


Nota: Figura de autoria própria.

Na pergunta 9 foi questionado se o nível de habilitações que indicaram (1.º, 2.º ou 3.º ciclo, secundário ou ensino superior) está reconhecida e acreditada em Portugal, obtendo que apenas o 23,62% assinalou a opção “sim”, 58,79% escolheu a opção “não”. Paralelamente, 16,58% indicaram que não tinham diplomas ou certificados estrangeiros, o que poderia apontar que as habilitações assinaladas foram obtidas em Portugal, e só 3,52% selecionou a opção “está em processamento” (ver figura 22).

### Figura 22

*Reconhecimento dos diplomas ou certificados estrangeiros dos RQ*



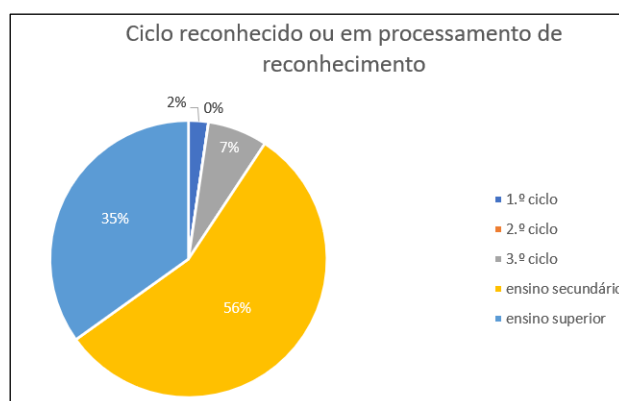
Nota: Figura de autoria própria.

As pessoas que selecionaram a opção de “não” ou “não ter diplomas ou certificados estrangeiros” passavam diretamente a pergunta n.º 12.

Nesta lógica, a seguir foi questionado na pergunta n.º 10 qual era o ciclo de estudos que tinham feito o reconhecimento ou que estivesse em processamento, ao qual os RQ responderam: 1.º ciclo (2,33%), 2.º ciclo (0%), 3.º ciclo (6,98%), ensino secundário (55,81%) e ensino superior (34,88%) (ver figura 23).

### Figura 23

*Ciclo de estudos reconhecido ou em processamento de acreditação dos RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

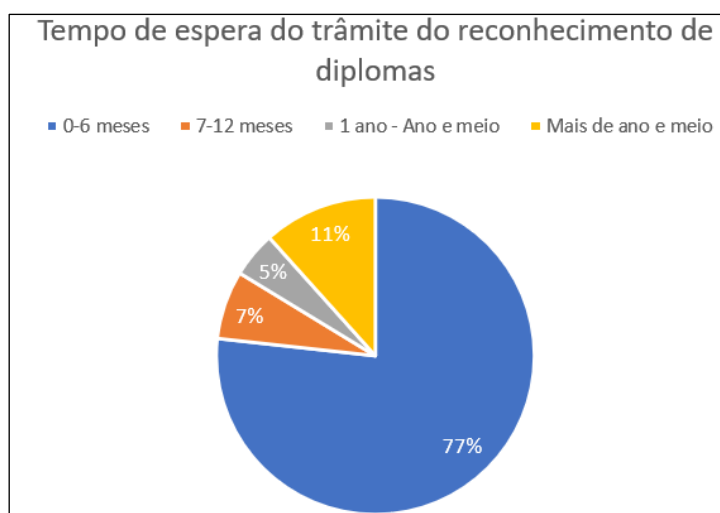
Podemos assim verificar que apesar de ter 110 inquiridos que selecionaram ter ensino superior (na pergunta 6) só 15 indicaram que a sua habilitação se encontra reconhecida ou em processamento, o que representa somente 13,64% desta população.

Na pergunta n.º 11 foi questionado o tempo de espera do trâmite do reconhecimento e creditações dos diplomas estrangeiros ao qual 76,74% indicou que foi de 0 a 6 meses, 6,98% de 7 a 12 meses, 4,65% de 1 ano a ano e meio e 11,63% mais de ano e meio (ver figura 24).

Relembramos que, este tempo de espera para o reconhecimento dos diplomas e certificados estrangeiros pode ser desde o 1.º ciclo do ensino básico até o ensino superior, podendo ser mais demorados uns do que os outros. Contudo, a maioria selecionou que é um processo relativamente rápido (de 0 a 6 meses).

#### Figura 24

*Ciclo de estudos reconhecido ou em processamento de acreditação dos RQ*



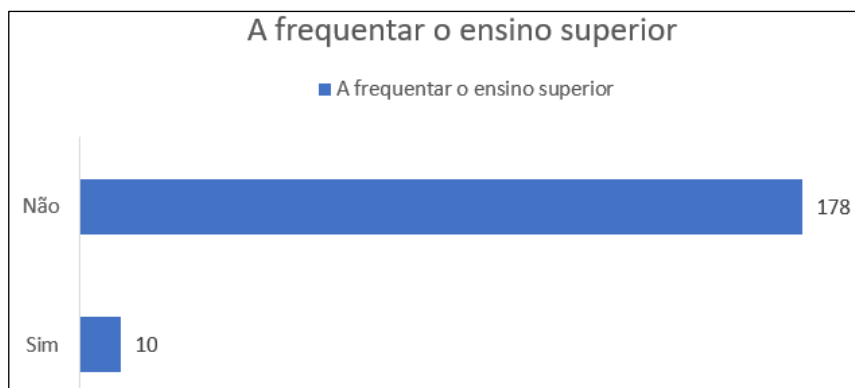
Nota: Figura de autoria própria.

Na última pergunta pertencente a esta primeira parte do questionário, quisemos saber se os RQ estavam a frequentar algum ciclo de estudos do ensino superior, podendo ser desde um CTESP, uma Licenciatura, um Mestrado ou um Doutoramento. Se fosse o caso, os mesmo deviam assinalar qual era. Descobrimos que, a maioria não se encontra a frequentar nenhum curso do ensino superior, representando o 94,68% com 178 respostas. Por outro lado, apenas 10 indivíduos selecionaram a opção de “sim” (5,32%) (ver figura 25). Dentro dos cursos indicados pelos respondentes foram 1 CTESP, 5 em licenciatura

(1 em recursos humanos, 1 em gestão e 1 em comunicação, cultura e organizações), 2 em mestrado (1 em educação e desenvolvimento comunitário) e 1 em doutoramento.

## Figura 25

### *Frequência do ensino superior dos RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

## 4.2. Situação laboral e sobrequalificação ou *dumping social*

Este segundo bloco de perguntas foi denominado como Parte II do questionário, sendo composto por 9 perguntas (da 13 a 21).

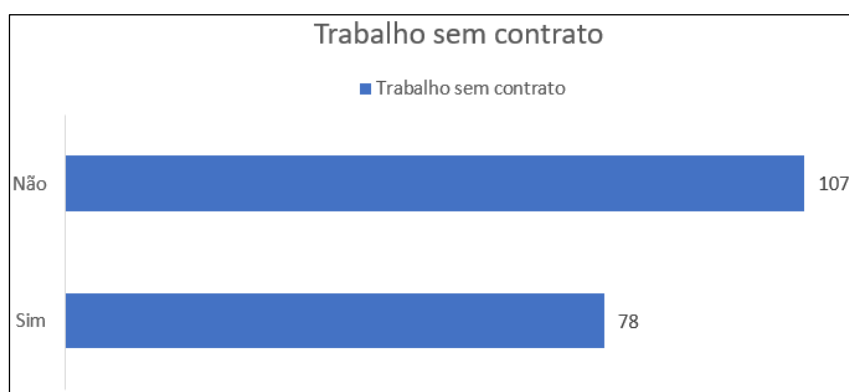
Com isto, procuramos compreender a situação laboral da comunidade migrante em estudo, bem como as possíveis situações de *dumping social* e os principais desafios que enfrentam no acesso ao emprego. Identificar estas experiências é elementar, já que o emprego é um dos pilares fundamentais da integração e da autonomia económica, o qual repercute diretamente na qualidade de vida e no sentimento de pertença da população.

Ao reconhecer certas dificuldades como podem ser a valorização das qualificações, a segurança contratual ou a adaptação a novos contextos profissionais, estas servem de patamar para a construção de respostas e políticas mais adequadas.

Assim sendo, foi questionado na pergunta n.º 13 se alguma vez tiveram pelo menos um trabalho sem direito a contrato de trabalho nem benefícios na RAM, ao qual, quase metade (42,16%) respondeu que “sim” e 57,84% respondeu que “não” (ver figura 26). Por outro lado, a seguir foi questionado se encontravam-se a trabalhar atualmente, sendo que a grande parte desta comunidade respondeu que “sim” representando 76,22% da amostra, e apenas 23,78% respondeu que não estava a trabalhar (ver figura 27).

**Figura 26**

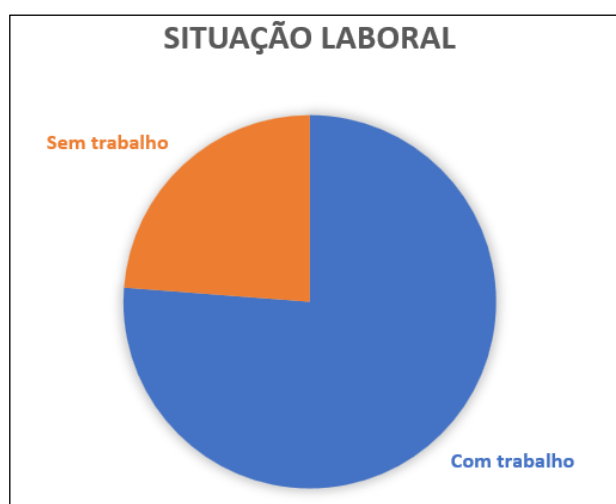
*Trabalho sem contrato*



Nota: Figura de autoria própria.

**Figura 27**

*Situação laboral dos RQ*



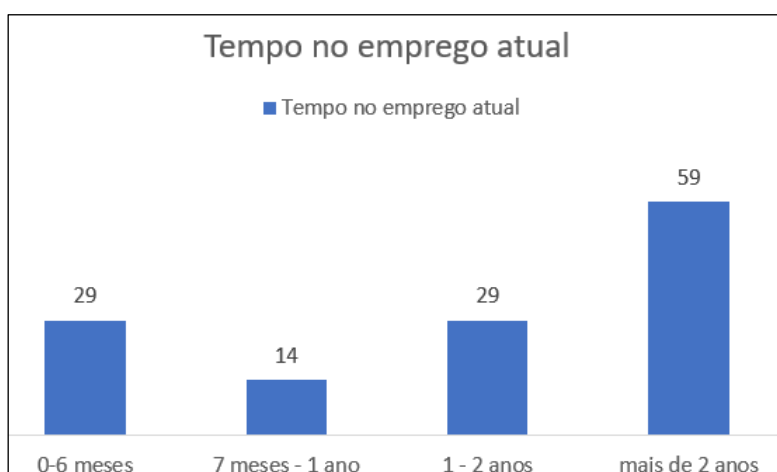
Nota: Figura de autoria própria.

Se as pessoas que tinham respondido a opção de não ter emprego, já não respondiam mais perguntas deste bloco, passando diretamente a parte III na pergunta n.º 22.

As pessoas que responderam que responderam que sim tinham emprego, foi questionado o tempo que já tinham no emprego atual, sendo que a maioria (45,24%) já tem mais de dois anos, 22,14% têm entre 1 e 2 anos, 10,69% está a 7 meses a um ano e 22,14% tem 6 meses ou menos (ver figura 28).

**Figura 28**

*Tempo no emprego atual dos RQ*

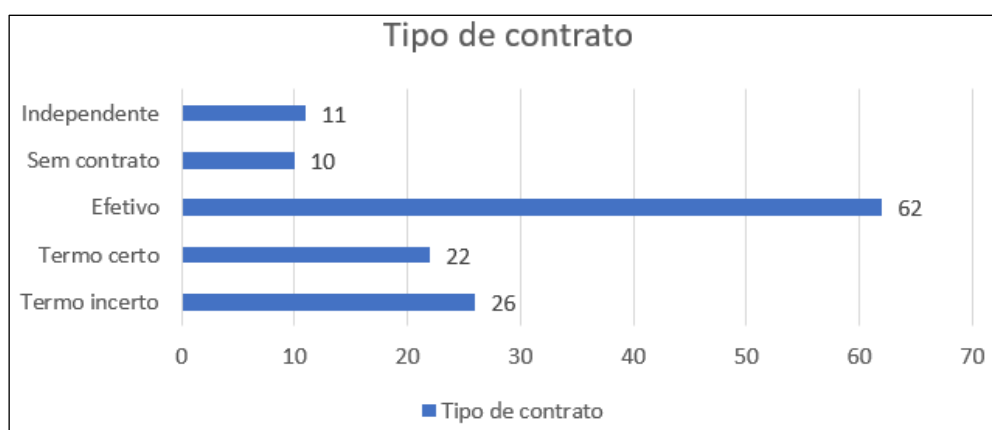


Nota: Figura de autoria própria.

Posteriormente, quisemos saber dados mais específicos dos trabalhos que tinham como: tipo de contrato (pergunta n.º 16), carga horaria realizada (pergunta n.º 17) e salário mensal (pergunta n.º 18). Assim sendo, ilustramos na figura 29 as respostas obtidas relativamente ao tipo de contrato.

**Figura 29**

*Tipo de contrato dos RQ*

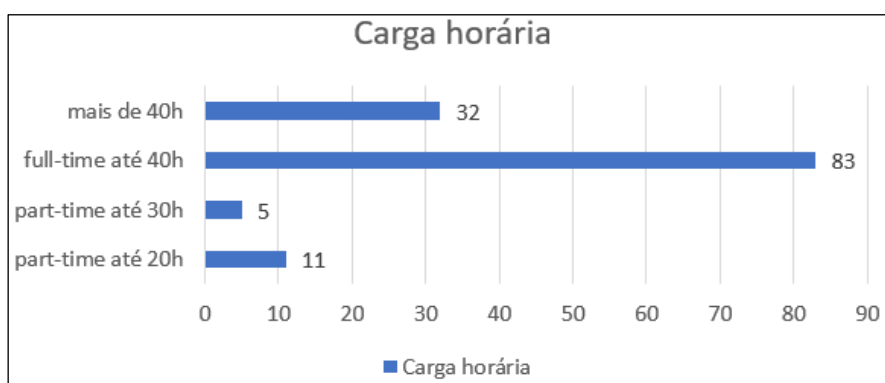


Nota: Figura de autoria própria.

Podemos verificar que no que diz respeito ao tipo de contrato, a maior parte encontra-se já efetiva nos seus empregos, representando um 47,33%, 19,85% estão com contratos a termo incerto, 16,79% estão com contratos a termo certo, 7,63% não tem contrato e 8,40% são trabalhadores por conta própria.

**Figura 30**

*Carga horária realizada pelos RQ*

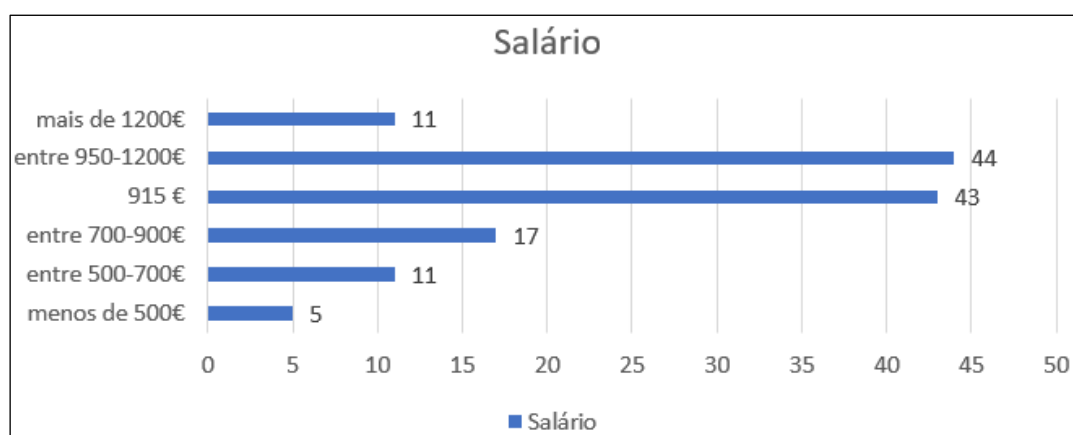


Nota: Figura de autoria própria.

De acordo com a carga horária executada (figura 30), confirmamos que principalmente encontram-se a realizar *full-time*, 40 horas semanais, revelando ser um 63,36% dos inquiridos. Apenas 8,40% faz *part-time* de até 20 horas semanais, 3,82% faz *part-time* de até 30 horas semanais e 24,43% está a efetuar mais de 40 horas semanais.

**Figura 31**

*Salário médio mensal dos RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

Já no que diz respeito aos salários mensais (figura 31), os dados revelam que somente 3,82€ recebem até 500€, 8,40% recebe entre 500 e 700€, 12,98% entre 700 e 900€, 32,82€ recebe o salário mínimo mensal regional para o ano 2025 (915€), 33,59% entre 950€ e 1 200€ e por fim, 8,40% recebe mais de 1 200€, sendo alguns montantes indicados como 1 374€, 1 400€ e 1 500€.

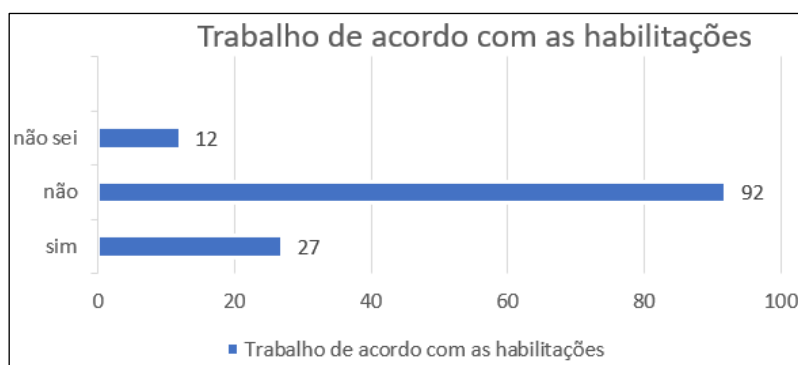
Estes dados mostram que a maioria dos RQ já possui contrato efetivo, refletindo alguma estabilidade laboral, embora persista uma parte relevante da amostra em situações precárias, como contratos a termo ou ausência de vínculo. A predominância do regime *full-time*, muitas vezes acima das 40 horas, confirma a forte inserção no mercado de trabalho, mas também levanta preocupações quanto à sobrecarga. Já em termos salariais, verificamos uma concentração em torno do salário mínimo regional, evidenciando uma integração marcada por estabilidade formal, mas limitada valorização económica.

Por outro lado, seria uma mais-valia conseguir fazer um seguimento nas respostas de forma a saber estes três indicadores analisados (tipo de contrato, carga horária e salário) por respondente, possibilitando conhecer esta relação. Contudo, neste estudo, não foi possível realizar esse seguimento nas respostas por inquirido (por exemplo, saber se quem respondeu que estava efetivo, fazia 40 horas e ganhava 915€), o que teria permitido fazer uma análise mais aprofundada.

A seguir, na pergunta n.º 19, foi questionado aos inquiridos se o trabalho que se encontravam atualmente estava relacionado com o seu nível de habilitações académicas, ao qual 70,23% respondeu que não, 20,61% que sim e 9,16% não sabia (ver figura 32).

**Figura 32**

*Trabalho atual de acordo com o nível académico dos RQ*

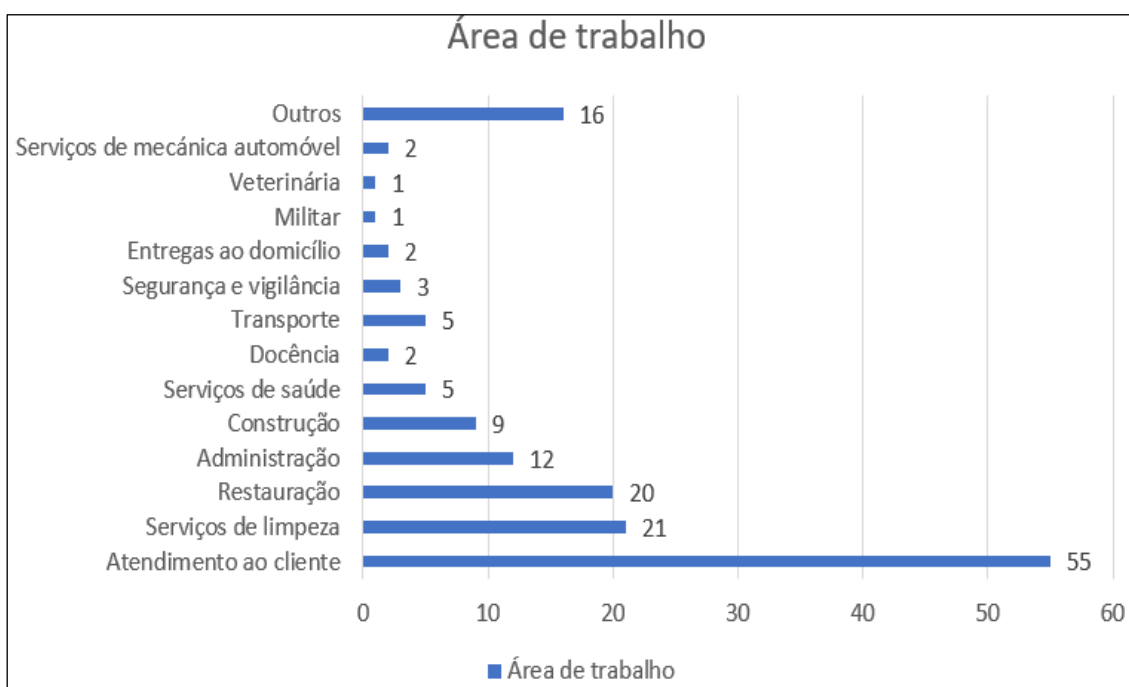


Nota: Figura de autoria própria.

Sendo assim, importava conhecer quais eram as áreas profissionais, sendo que os dados mostram três grandes setores: atendimento ao público (37,41%), serviços de limpeza (14,29%) e a restauração (13,61%) (ver figura 33).

**Figura 33**

*Áreas de trabalho dos RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

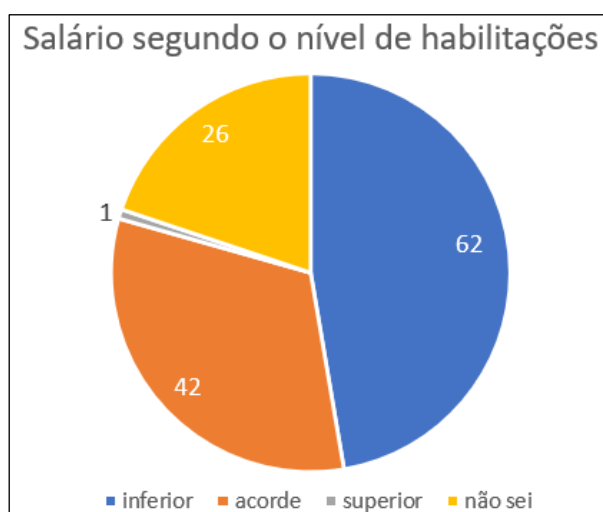
A semelhança do acontecido anteriormente noutra pergunta, aqui iremos a juntar várias opções respondidas em “outros” que se encaixam nas opções já apresentadas no inquérito.

Portanto, conferimos que depois das 3 grandes áreas, ainda se destacam a administração (8,16%) que se relaciona com a área de formação maioritária dos inquiridos (ciências empresarias), a construção (6,12%), os serviços de saúde (3,40%), os serviços de transporte (3,40%), e outros (10,89%). Nesta opção de “outros” algumas das respostas dadas pelos indivíduos foram: cozinha, recursos humanos, informática, marketing, design, gestão de redes sociais, etc.

Para finalizar este segundo bloco do inquérito por questionário, a pergunta n.º 21, tencionava saber se os RQ consideravam que recebiam um salário mensal de acordo com o seu nível de habilitações académicas. Evidenciamos que 47,33% pondera que o seu salário é inferior, 32,06% diz que está acorde com o nível de habilitações, 0,76% sinalizou que recebe um salário superior e 19,85% assinalou que não sabe (ver figura 34).

**Figura 34**

*Salário recebido vs. O nível de habilitações académicas dos RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

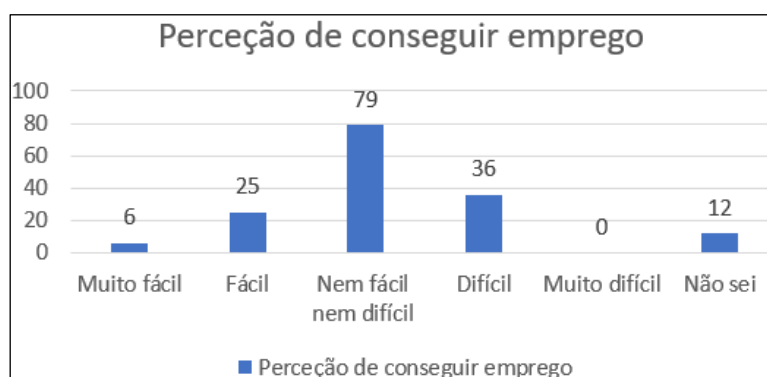
### **4.3. Desafios, barreiras e integração**

Nesta terceira e última parte do questionário procurámos perceber não só as dificuldades mais práticas da comunidade migrante venezuelana na Madeira, como o acesso ao trabalho ou à habitação, mas também algo menos visível, que seria o que sentem em relação ao lugar onde vivem. Importa saber se já se sentem parte da sociedade madeirense, se encontram oportunidades para melhorar as suas qualificações através de programas públicos, e até como reagem às barreiras criadas por diversas situações, como a discriminação ou a xenofobia. Estes dados ajudam a perceber que a integração não se faz apenas de números ou estatísticas, mas também de vivências pessoais, marcadas por avanços, conquistas e, por vezes, por frustrações. Conhecer estas histórias é fundamental para construir respostas mais próximas da realidade e que promovam uma inclusão que seja, de facto, sentida pelas pessoas.

Neste sentido, a pergunta n.º 22 procurou saber se os migrantes consideravam que desde à sua chegada a RAM conseguir emprego era: Muito fácil (3,80%), fácil (15,82%), nem fácil nem difícil (50%), difícil (27,78%), muito difícil (0%) e não sabiam (7,59%). Como comprovamos, metade dos respondentes está num ponto médio (ver figura 35).

**Figura 35**

*Perceção dos RQ de conseguir emprego na RAM*

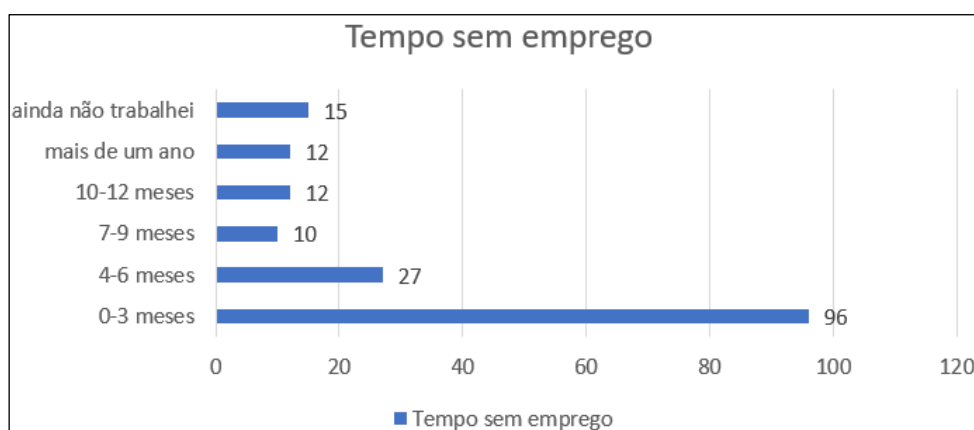


Nota: Figura de autoria própria.

De seguida, foi questionado quanto tempo já estiverem sem emprego enquanto estavam na procura ativa do mesmo, sendo que verificamos que esta comunidade consegue rapidamente conseguir emprego, já que a maioria respondeu que este período mencionado era de 0 e 3 meses (55,81%), entre 4 e 6 meses (15,70%), de 7 e 9 meses (5,81%), de 10 meses a 1 ano (6,98%), mais de 1 ano (6,98%) e ainda não trabalharam 8,72% dos respondentes (ver figura 36).

**Figura 36**

*Tempo sem emprego dos RQ*

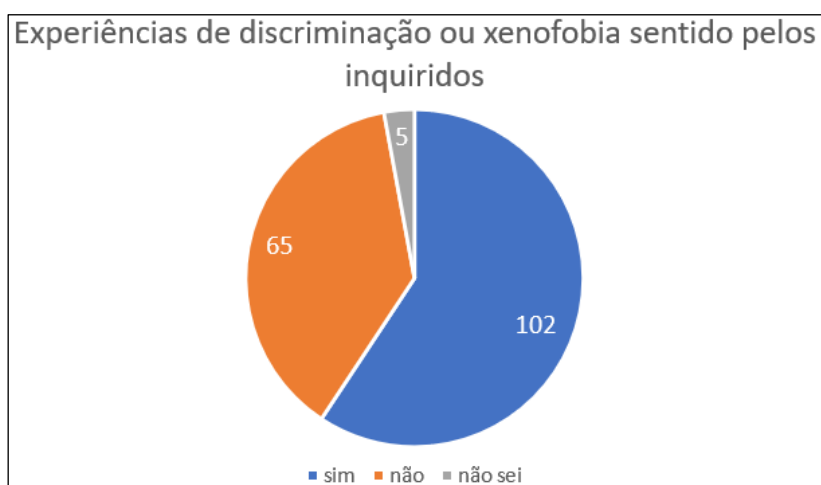


Nota: Figura de autoria própria.

Na pergunta 24 foi questionado se já tinham sentido ou vivenciado algum tipo de discriminação ou xenofobia pelo facto de ser migrante, ao qual 59,30% respondeu que sim, 37,80% que não e 2,91% não sabiam (ver figura 37).

**Figura 37**

*Experiências de discriminação ou xenofobia sentido pelos RQ*



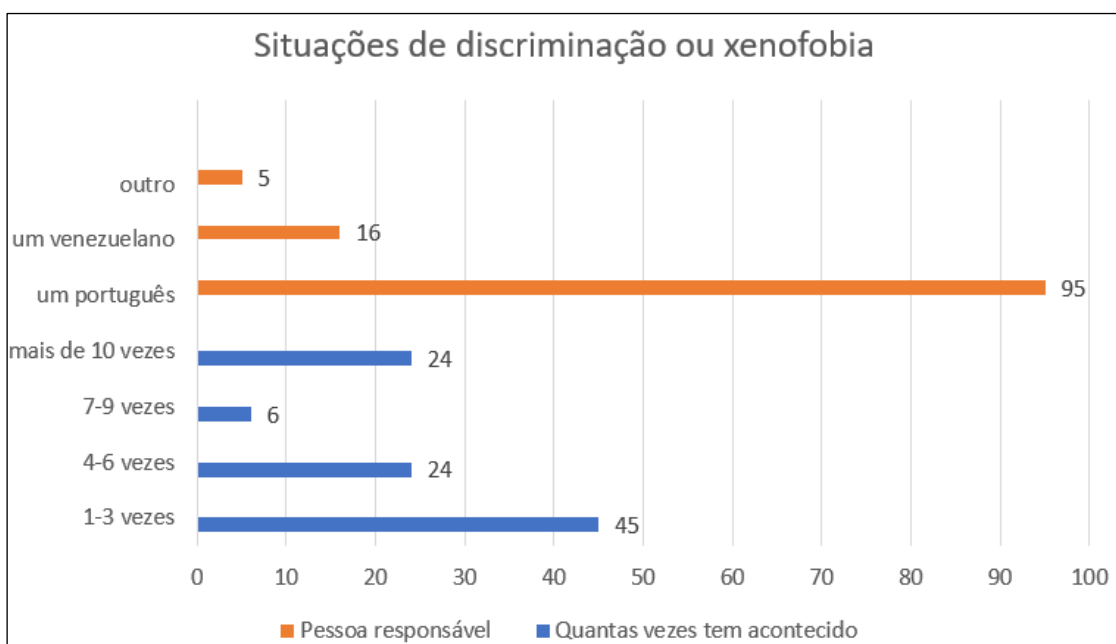
Nota: Figura de autoria própria.

Sendo assim, os respondentes que tivessem selecionado a opção de “não” ou “não sei” passavam diretamente para a pergunta n.º 28, enquanto os restantes iam responder algumas perguntas direcionadas as experiências discriminatórias indicadas.

Nesta lógica, iremos a apresentar a análise das respostas as perguntas n.º 25 e 26 de forma conjunta (ver figura 38).

**Figura 38**

*Situações de discriminação e xenofobia identificadas pelos RQ*



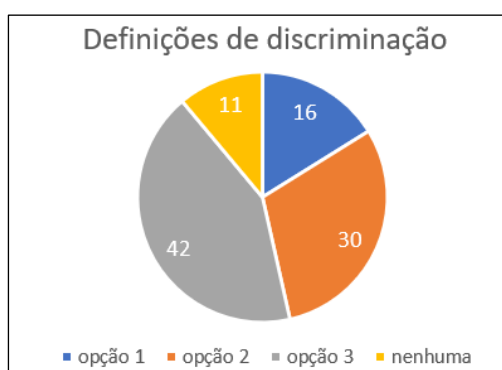
Nota: Figura de autoria própria.

Podemos observar que estas situações têm sido vivenciadas de 1 a 3 vezes (45,45%), de 4 a 6 vezes (24,24%), entre 7 e 9 vezes (6,06%) e mais de 10 vezes (24,24%). Por outro lado, os responsáveis têm sido na sua maioria portugueses (81,90%), outro venezuelano (13,79%) ou outro (4,31%) sendo indicados os russos e brasileiros. Conferimos assim que, são situações que são vivenciadas pelos migrantes mais vezes do que deveria acontecer sendo identificado o indivíduo português como principal responsável destas experiências.

Paralelamente, na pergunta n.º 27 mostramos várias definições de discriminação, sendo que os RQ deviam selecionar aquela que se adequasse melhor a sua situação. A qual obtivemos as seguintes respostas (ver figura 39).

### Figura 39

*Definições de discriminação escolhidas pelos RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

Opção 1: 16,16%. Definição: “falência de tratar todas as pessoas de forma equitativa quando não é possível vislumbrar qualquer distinção razoável entre os que são favorecidos e os que o não são” (OIM, 2009, p. 22).

Opção 2: 30,30%. Definição: “a discriminação se refere ao tratamento diferenciado dado a algumas pessoas ou grupos por conta de características e atributos previamente identificados. Geralmente de natureza negativa, a discriminação tende a reforçar a intolerância e a violência” (Melo & Monteiro, 2021, p. 758).

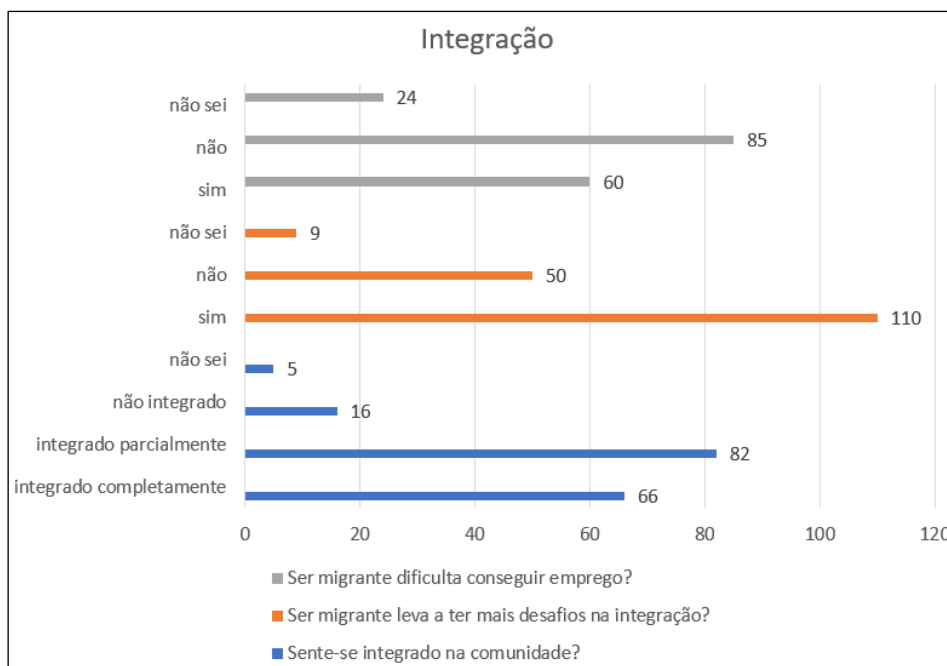
Opção 3: 42,42%. Definição: “qualquer distinção, exclusão ou restrição de preferência, que se baseia em qualquer fundamento como a cultura, a origem étnica, a nacionalidade, a orientação sexual, a religião, a deficiência física ou outras características que não são relevantes para o assunto em questão” (Conselho de Europa, 2016, p. 474).

Nenhuma: 11,11%.

A seguir, relativamente a integração e o sentimento de pertença temos as perguntas n.º 28, 29 e 30, as quais serão analisadas em conjunto (ver figura 40).

**Figura 40**

*Integração dos RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

Quando questionados se ser migrante dificulta conseguir emprego, 60 pessoas (35,50%) disseram que sim, enquanto 85 (50,30%) responderam que não e 24 (14,20%) admitiram não saber. Já relativamente à integração em geral, a maioria, 110 RQ (65,08%), reconhece que ser migrante implica enfrentar mais desafios, 50 (29,59%) consideram que não e 9 (5,33%) não souberam responder. Por fim, quando se perguntou sobre o sentimento de pertença na comunidade, 66 pessoas (39,05%) afirmaram sentir-se completamente integradas, 82 (48,52%) parcialmente integradas, 16 (9,47%) não se sentem integradas e 5 (5,92%) não souberam responder. Estes resultados mostram que, embora muitos migrantes sintam que enfrentam barreiras adicionais, uma parte significativa já encontra formas de se integrar e de construir laços, ainda que esse percurso seja vivido de forma desigual.

Se os RQ selecionavam a opção “sim” na pergunta n.º 30 (ser migrante dificulta conseguir emprego?) deviam responder a seguir na pergunta n.º 31 quais eram algumas das razões (ver figura 41). As respostas a esta pergunta ajudam-nos a compreender de

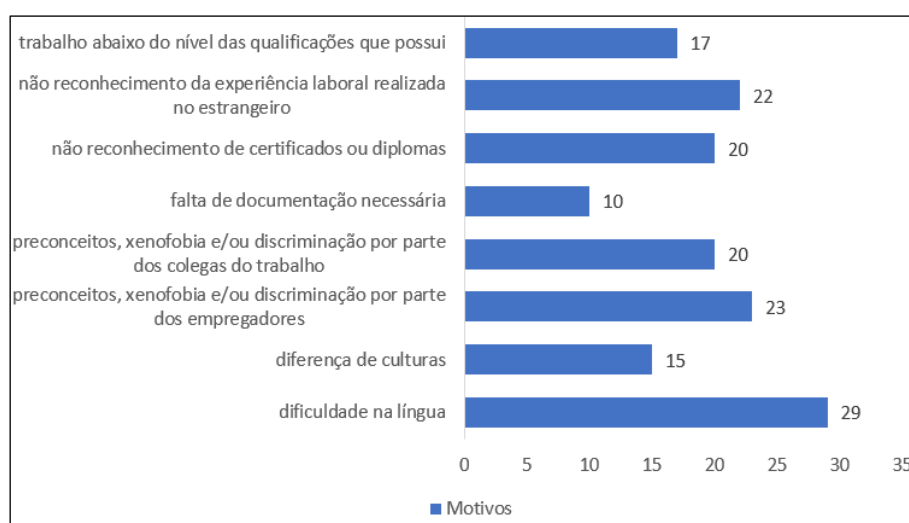
forma mais próxima porque tantos migrantes venezuelanos sentem dificuldades em encontrar emprego na Madeira. A barreira mais apontada foi a língua (18,59%), lembrando que comunicar bem não é apenas falar, mas também conseguir expressar-se e ser compreendido num novo contexto cultural.

Em seguida, surgem situações de preconceito, xenofobia ou discriminação por parte dos empregadores (14,74%), seguidas pela falta de reconhecimento da experiência profissional adquirida no estrangeiro (14,10%). Estes dados mostram que, para além dos entraves formais, muitos migrantes enfrentam também olhares e atitudes que limitam as suas oportunidades de integração. Outros motivos igualmente relevantes foram o não reconhecimento de certificados ou diplomas estrangeiros (12,82%) e a discriminação por parte de colegas (12,82%), revelando que as dificuldades não se esgotam no acesso ao trabalho, mas continuam no ambiente laboral. A estas somam-se a experiência de trabalhar abaixo do nível de qualificações (10,90%), as diferenças culturais (9,62%) e, em menor número, a falta de documentação (6,41%).

Todas estas situações traduzem vivências que afetam não só o percurso profissional, mas também a autoestima e o sentimento de pertença. Confirmamos com estas respostas que, a integração laboral não depende apenas do esforço individual dos migrantes, mas de uma sociedade que reconheça e valorize as suas competências, criando condições para que possam contribuir plenamente.

### Figura 41

*Motivos pelos quais os RQ consideram que ser migrante dificulta conseguir emprego*

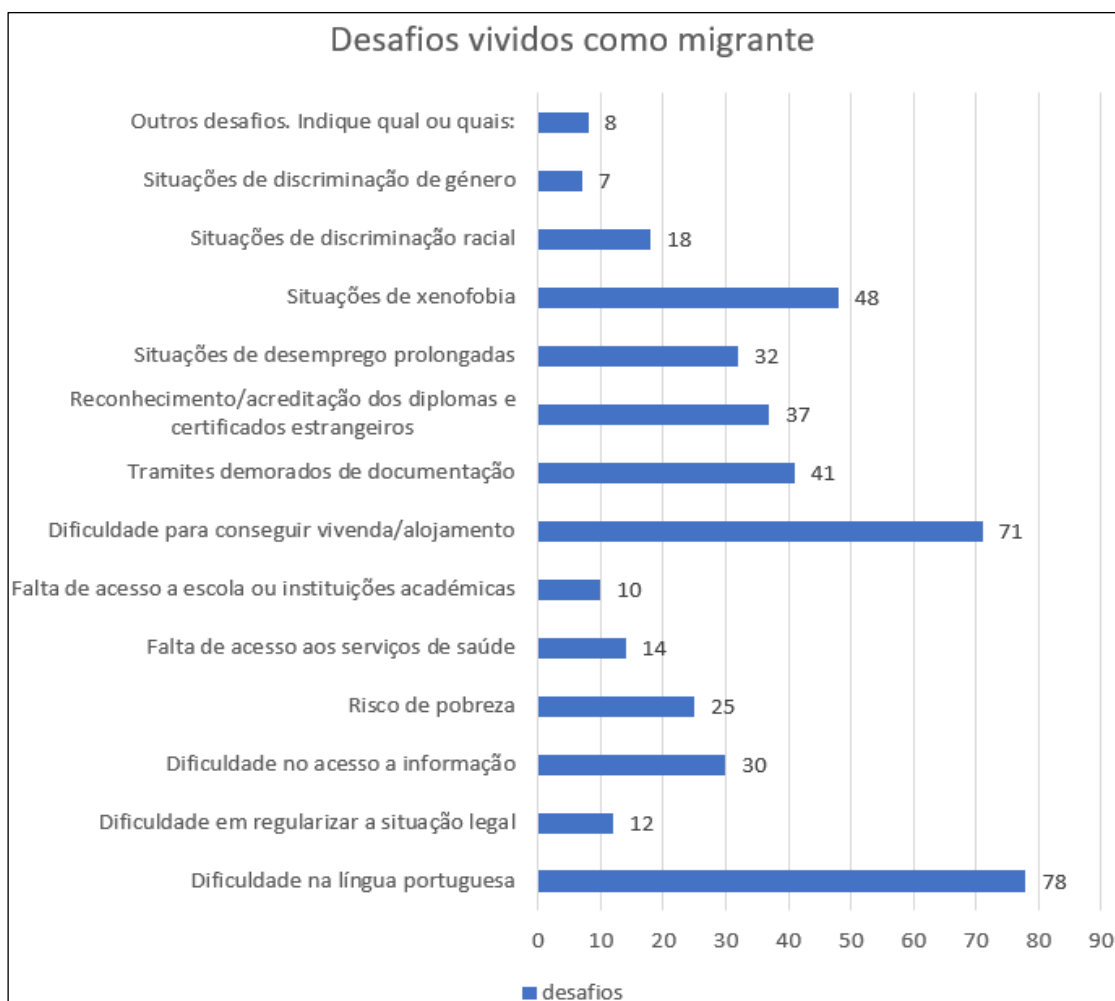


Nota: Figura de autoria própria.

De seguida, na pergunta n.º 32 foi requerido que selecionassem desafios que podiam ter experienciado como migrantes na Madeira, podendo selecionar mais do que uma opção (ver figura 42).

**Figura 42**

*Desafios vividos como migrantes na RAM de acordo com os RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

Assim sendo, podemos perceber de forma clara os principais desafios que muitos migrantes venezuelanos enfrentam na Madeira. A dificuldade maior apontada foi a da língua portuguesa (78 respostas, 18,09%), seguida muito de perto pela dificuldade em encontrar habitação (71 respostas, 16,47%). Estes dois aspetos mostram como questões tão básicas como comunicar e ter uma casa segura continuam a ser barreiras centrais na vida dos migrantes. Também se destacam problemas relacionados com a burocracia, como os trâmites demorados da documentação (9,51%) e o não reconhecimento de

diplomas e certificados estrangeiros (8,58%), que acabam por limitar as oportunidades de trabalho e de valorização das qualificações. Além disso, 26,8% mencionaram já ter vivido situações de xenofobia e 11,14% discriminação racial, lembrando que a integração não depende apenas de condições materiais, mas também de ser aceite e respeitado pela comunidade de acolhimento.

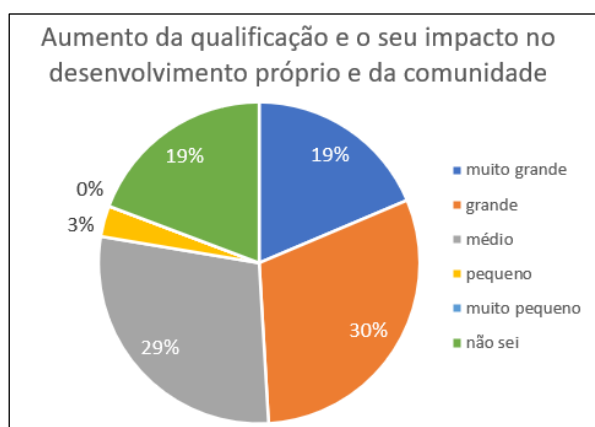
Outros desafios relatados incluem o desemprego prolongado (7,42%), o risco de pobreza (5,80%), a dificuldade em aceder à informação (6,96%) e, em menor número, obstáculos no acesso à saúde (3,25%), à educação (2,32%) ou na regularização da situação legal (2,78%). Embora menos frequentes, também surgiram casos de discriminação de género (1,62%).

Em conjunto, estes dados mostram que a integração não é um caminho linear. Para além da vontade e do esforço dos próprios migrantes, existem barreiras práticas e sociais que dificultam o processo. Conhecer estas dificuldades é fundamental para criar respostas mais humanas e eficazes, que garantam condições de vida dignas e promovam uma integração baseada no respeito e na igualdade de oportunidades.

Por outro lado, na pergunta seguinte, n.º 33, foi questionado se consideravam que o aumento da qualificação superior tinha impacto no desenvolvimento de si próprio e da comunidade em que estão inseridos, ao qual obtivemos que a maioria dos inquiridos reconhece um impacto positivo e relevante do aumento da qualificação (ver figura 43). Cerca de 49% (30,43% grande e 18,63% muito grande) consideram que este fator tem um efeito impactante no desenvolvimento pessoal e comunitário. Além disso, 28,57% indicam um impacto de nível médio, o que reforça a perceção de relevância, ainda que com menor intensidade. Por outro lado, uma parte reduzida dos RQ (3,10%) considera que o impacto é pequeno, enquanto a perceção de "muito pequeno" é inexistente (0%). Este dado evidencia que a qualificação dificilmente é entendida como irrelevante para o progresso individual e coletivo. Importa ainda destacar que 19,25% dos inquiridos responderam "não sei", o que pode indicar falta de informação, experiência direta insuficiente, ou até dificuldades em avaliar o efeito real da qualificação no contexto comunitário. De forma geral, verificamos uma tendência clara, a qual é que os RQ valorizam o aumento da qualificação como um fator essencial para o desenvolvimento. O predomínio das respostas entre grande, muito grande e médio mostra que a qualificação é amplamente associada a melhorias no crescimento pessoal e no fortalecimento da comunidade, reforçando a sua importância enquanto instrumento de transformação social e económica.

### Figura 43

*Aumento da qualificação superior e o seu impacto no desenvolvimento dos RQ e da comunidade*

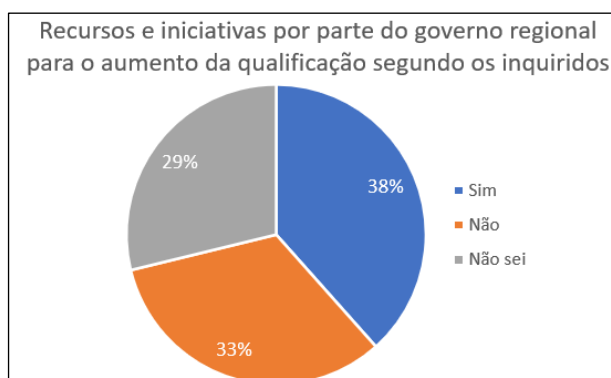


Nota: Figura de autoria própria.

Na pergunta n.º 34 foi perguntado se consideravam que o governo regional tinha recursos e iniciativas para que os migrantes possam aumentar o seu nível de qualificações académicas e realizar cursos e formações (ver figura 44), ao qual 38,40% respondeu que sim, 32,80% que não e 28,80% indicou que não sabia. Isto permite conferir que mais da metade da comunidade em estudo não tem conhecimentos de formações ou iniciativas do governo regional para aumentar o nível de qualificações, o que poderia indicar uma falha na transmissão ou promoção das iniciativas regionais para este fim.

### Figura 44

*Recursos e iniciativas por parte do governo regional para o aumento da qualificação*



Nota: Figura de autoria própria.

A seguinte pergunta baseia-se em saber se os inquiridos têm realizado cursos ou formações para aumentar o nível de qualificação após a chegada à RAM. Os dados evidenciam uma divisão equilibrada nas respostas: 49,38% afirmaram ter realizado formações, enquanto 50,62% indicaram não o ter feito. Isto sugere que podem persistir barreiras estruturais no acesso à educação e formação, as quais podem estar relacionadas com fatores económicos, sociais, burocráticos ou de aproximação com responsabilidades familiares e laborais. Tais limitações acabam por restringir o desenvolvimento profissional e a mobilidade social desta comunidade, reproduzindo, em certa medida, desigualdades já existentes.

Entre os RQ que assinalaram ter realizado alguma formação, verificamos uma clara predominância de cursos de carácter linguístico e técnico. O curso de português, língua não materna (27,27%) surge como a principal aposta formativa, o que reflete a necessidade de superar barreiras linguísticas no processo de integração social e laboral. Este dado é particularmente relevante, uma vez que a competência da língua portuguesa é não só um requisito de inclusão social, mas também uma condição de acesso a diversos setores de emprego e serviços públicos.

A categoria “outros” (20%), juntamente com os cursos de línguas estrangeiras (14,55%), demonstra uma variação de percursos formativos, refletindo interesses variados e uma adaptação às dinâmicas locais, nomeadamente ao setor do turismo, que assume um papel central na economia madeirense. Dentro desta categoria, foram destacados cursos em áreas como estética, contabilidade, maquinista e auxiliar de medicina dentária, assim como outras formações complementares como auxiliar de ação educativa, alojamento local, florista, marketing, secretariado, fiscalização, formador e inclusive uma pós-graduação. Esta diversidade indica uma tentativa de alinhar a qualificação individual com áreas laborais concretas e com procura de mão de obra especializada de acordo com as necessidades existentes na região.

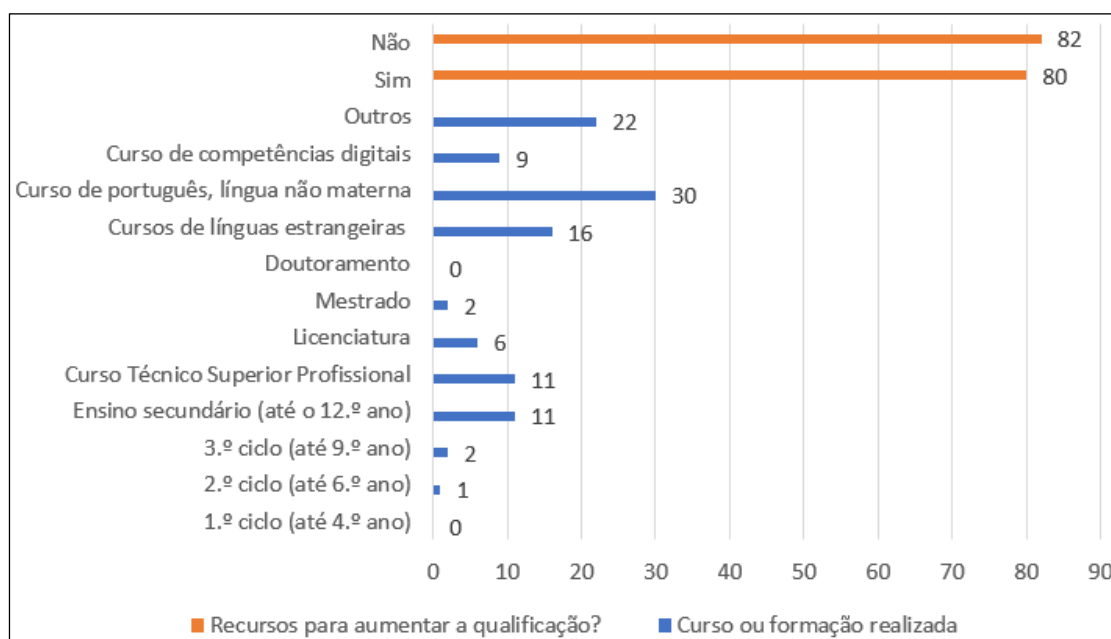
No que respeita ao ensino superior, a licenciatura (5,45%) e o mestrado (1,82%) aparecem em percentagens reduzidas, enquanto o doutoramento (0%) não foi referido. Esta tendência sugere que os inquiridos optam maioritariamente por formações mais curtas, práticas e direcionadas para a inserção imediata no mercado de trabalho, em detrimento de graus académicos avançados que exigem maior investimento de tempo, recursos financeiros e estabilidade pessoal.

Assim, podemos verificar com estes dados que, embora existam esforços para aumentar a qualificação, o percurso formativo da comunidade em estudo está

condicionado por necessidades pragmáticas e contextuais, privilegiando formações que respondem a barreiras imediatas (como a língua) e que facilitam a empregabilidade em setores-chave da economia local, sobretudo o turismo e serviços associados (ver figura 45 para a análise destas duas perguntas).

**Figura 45**

*Realização de cursos para o aumento da qualificação dos RQ e quais são*



Nota: Figura de autoria própria.

As respostas às questões n.º 37 e n.º 38 permitem compreender não apenas o valor atribuído às formações concluídas, mas também a percepção do seu impacto em duas dimensões distintas, tanto a nível do percurso profissional como do processo de integração na comunidade (ver a figura 46).

Quando questionados se os cursos ou formações realizadas tinham sido uma mais-valia para o seu desenvolvimento profissional, a maioria dos RQ respondeu que sim (76%). Este dado revela que, para a maioria dos inquiridos, a aposta na qualificação trouxe benefícios consistentes, seja na melhoria das competências, no aumento das oportunidades de emprego, ou no reforço da confiança no exercício das suas funções. Ainda assim, uma parte dos respondentes (18,67%) não reconhece esse impacto, o que pode estar relacionado com formações menos ajustadas às necessidades do mercado, ou com experiências laborais que não valorizaram devidamente as competências adquiridas. Um grupo mais pequeno (5,33%) indicou que não sabia, o que pode sugerir incerteza

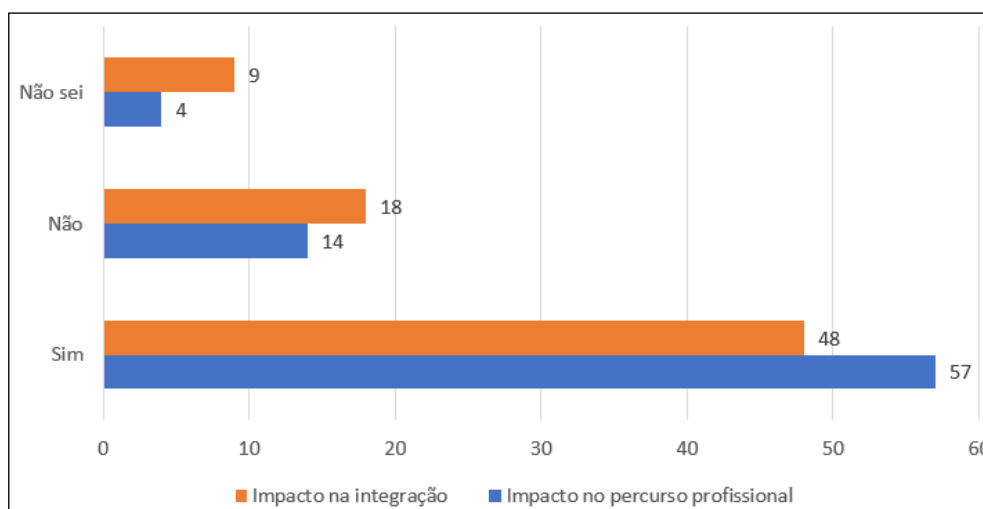
quanto ao impacto futuro ou falta de experiência prática para perceber os resultados da formação.

Já relativamente à questão sobre se as formações tinham proporcionado uma via de integração na comunidade, os resultados apresentam um cenário semelhante. A maioria (64%) considera que os cursos tiveram um papel relevante neste processo, facilitando o contacto com outras pessoas, a adaptação cultural e social, e o sentimento de pertença. Contudo, 24% dos RQ afirmaram que não sentiram esse contributo, o que pode refletir que a integração depende de fatores mais amplos do que apenas a formação, como a rede de apoio social, a estabilidade no emprego ou o acesso a habitação digna. Além disso, 12% responderam que não sabiam, o que pode indicar experiências ainda recentes, onde os efeitos da formação não foram suficientemente percebidos.

De forma geral, os resultados sugerem que as formações desempenham um papel positivo e multifacetado: além de representarem uma mais-valia profissional para a maioria, são também vistas como uma ferramenta importante de integração social. Contudo, o facto de existirem percentagens relevantes de respostas negativas ou de incerteza mostra que o impacto das formações não é uniforme. Isto reforça a ideia de que a formação, embora necessária, não é suficiente por si só para garantir nem o sucesso profissional, nem uma integração plena.

#### Figura 46

*Impacto das formações e cursos académicos no percurso profissional e na integração dos RQ*



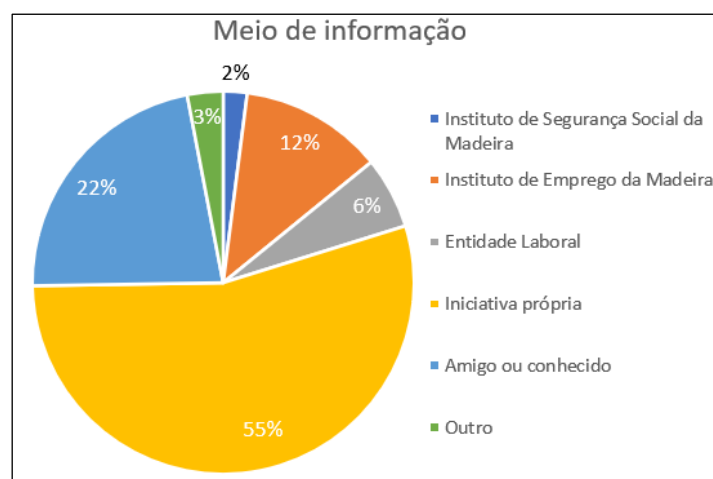
Nota: Figura de autoria própria.

Neste seguimento, também era do nosso interesse saber qual foi o meio pelo qual os RQ tiveram conhecimento sobre os cursos e as formações que realizaram (ver figura 47), sendo que a maioria teve conhecimento dos cursos por iniciativa própria (54,55%), o que evidencia uma forte procura individual, mas também revela que a divulgação institucional pode não estar a ser suficientemente eficaz. As redes pessoais tiveram igualmente um peso relevante (22,22% através de amigos ou conhecidos), confirmando a importância do capital social no acesso à informação. Em contrapartida, os canais formais surgem com menor expressão: Instituto de Emprego da Madeira (12,12%), entidade laboral (6,06%) e o Instituto da Segurança Social da Madeira (2,02%). Apenas 3,03% referiram outros meios, como Casas do Povo (Câmara de Lobos e Santa Cruz) e as redes sociais.

De forma geral, a análise revela que o acesso à formação depende sobretudo da iniciativa individual e das redes de proximidade, sendo necessário reforçar os mecanismos institucionais de comunicação e divulgação para chegar a um público mais alargado.

#### Figura 47

*Meio de conhecimento sobre os cursos e formações segundo os RQ*



Nota: Figura de autoria própria.

Por fim, a última pergunta do questionário era direcionada para que os RQ selecionassem qual a iniciativa, programa ou política regional que permitiu o alargamento das suas qualificações, sendo possível responder mais do que uma opção. Os resultados mostram uma dispersão significativa nas respostas, com destaque para duas categorias: “Outro” (20,88%) e “Não sei” (34,07%). Na opção de “outro” foi indicado o português

língua não materna, cursos na universidade, entre outros, relativamente a opção de “não sei” poderia indicar que mais de um terço dos participantes não consegue associar o seu percurso formativo a uma medida ou programa regional específico, revelando uma fragilidade na comunicação institucional e na visibilidade destas iniciativas.

Entre as opções concretas, destacam-se as bolsas de estudo regionais para o ensino superior (6,59%) e o Programa Jovem em Formação (6,59%), seguidos pelo Programa Qualifica (5,49%) e pelo Programa Formação/Emprego (5,49%). Outras medidas, como o Estágio Profissional (4,40%), o Programa Novas Oportunidades (4,40%) e o Programa Qualificar+ para Empregar (3,30%), também registaram alguma expressão, embora em menor escala. Os restantes programas, como o Ingress@, os Estágios de verão, ou o Monitor Júnior, aparecem em percentagens bastante reduzidas (entre 1,10% e 2,20%).

De forma global, os dados sugerem que, embora existam diversas iniciativas disponíveis, a maioria dos inquiridos ou desconhece, ou não identifica a sua experiência formativa com estas medidas. Isto reforça a necessidade de tornar os programas mais visíveis, claros e próximos das comunidades, garantindo que o investimento público em qualificação tem impacto real e reconhecido pelos destinatários.

#### **4.4. Síntese da análise dos inquéritos por questionário**

O inquérito realizado à comunidade migrante venezuelana na RAM constitui uma perspetiva diversificada, onde se cruzam expectativas, desafios e conquistas. Mais do que números, os dados revelam percursos de vida em transição, marcados por tensões entre o potencial trazido pelos migrantes e os obstáculos encontrados na sociedade de acolhimento.

Logo à partida, a caracterização sociodemográfica mostra uma comunidade maioritariamente jovem, em idade ativa e com forte presença feminina. Este perfil pode indicar-nos vitalidade e capacidade de contribuir ativamente para o tecido social e económico regional. Destacando ainda a este perfil, um elevado nível de qualificação académica, já que mais de metade possui ensino superior e quase todos têm, no mínimo, ensino secundário. Este dado é particularmente relevante porque desmonta a ideia, por vezes difundida, de que as migrações estão associadas a mão de obra pouco qualificada. Pelo contrário, aqui vemos um capital humano significativo, que poderia ser um recurso estratégico para a região.

Contudo, a realidade não acompanha este potencial. A falta de reconhecimento dos diplomas e certificações estrangeiras surge como uma barreira central. Apesar de tantos inquiridos possuírem ensino superior, apenas uma pequena minoria conseguiu obter a acreditação das suas habilitações em Portugal. Esta situação cria uma contradição: pessoas com formação elevada acabam por ver o seu conhecimento desvalorizado, sendo frequentemente canalizadas para empregos muito abaixo da sua qualificação.

Esta divergência reflete-se claramente no campo laboral. Sendo que, confirmamos que a maioria da comunidade já se encontra integrada no mercado de trabalho, muitas vezes com vínculos estáveis e contratos efetivos. Mas a desvalorização salarial é evidente: a maior parte recebe rendimentos equivalentes ou pouco acima do salário mínimo regional. Além disso, os setores mais comuns de emprego são no atendimento ao público, na restauração e na limpeza, não se relacionando ao perfil académico elevado que caracteriza esta população, inclusive, uma parte significativa até realizando mais do que 40 horas semanais. Ou seja, há aqui um processo claro de desqualificação profissional, onde as competências e a formação não são plenamente aproveitadas.

Quando cruzamos estas informações, percebemos que estamos perante um dilema, já que, por um lado, os migrantes trazem qualificações, mas encontram obstáculos burocráticos e culturais que impedem o seu reconhecimento o que leva que em consequência, aceitem empregos em setores menos valorizados, recebendo salários baixos, e paralelamente, ao não serem reconhecidas as suas competências, perpetua-se a ideia de que os migrantes são pessoas menos qualificadas. Por conseguinte, evidenciamos que quebrar este ciclo exige políticas mais flexíveis de reconhecimento académico e de valorização profissional.

Outro elemento fundamental dos resultados destes questionários, refere-se as experiências de discriminação. Quase 60% dos inquiridos afirmaram já ter sido alvo de xenofobia ou preconceito, maioritariamente por parte de nacionais portugueses. Esta realidade não pode ser ignorada, pois, mostra que a integração não depende apenas de acesso ao trabalho ou à habitação, mas também do reconhecimento social e da aceitação pela comunidade de acolhimento. Estas experiências, muitas vezes difíceis, têm grande impacto no sentimento de pertença e na autoestima dos migrantes, podendo fragilizar o processo de integração.

Ainda assim, apesar destas dificuldades, a maioria dos inquiridos afirma sentir-se total ou parcialmente integrada na Madeira. Este é um sinal forte da resiliência da comunidade venezuelana, que, mesmo enfrentando barreiras, encontra formas de

construir laços sociais, criar rotinas de pertença e avançar. É um dado que mostra como a integração é sempre vivida de forma desigual, já que há quem já se sinta plenamente acolhido, há quem esteja a meio caminho, e há quem continue a sentir-se à margem.

A formação contínua surge, neste contexto, como um eixo estratégico. Metade dos inquiridos procurou cursos ou formações depois da chegada à Madeira, sobretudo de língua portuguesa. Este dado reflete que aprender a língua é um passo decisivo para comunicar, compreender e ser compreendido, para aceder a melhores empregos e também para participar ativamente na vida comunitária. Os resultados confirmam este impacto, visto que, 76% consideram que as formações foram uma mais-valia para o desenvolvimento profissional e 64% acreditam que facilitaram a integração social. Isto reforça a ideia de que a educação tem um papel importante, tanto no aumento de competências, como também na criação de oportunidades sociais e de construção de redes.

Porém, também aqui surgem contradições. A maioria conheceu estas formações por iniciativa própria ou através de redes pessoais, enquanto os canais institucionais tiveram pouca visibilidade. Além disso, uma grande percentagem dos inquiridos não conseguiu associar o seu percurso formativo a programas ou políticas regionais concretas. Este dado aponta para um problema de comunicação e de proximidade das instituições públicas, que precisam de tornar mais claros e acessíveis os recursos que já existem.

A nível geral, destacamos a perceção generalizada de que a qualificação académica tem impacto positivo não apenas no percurso individual, mas também no desenvolvimento da comunidade. Esta consciência mostra que os migrantes não visualizam a educação apenas como uma ferramenta para ascensão pessoal, mas também como uma forma de contribuir para o bem comum, reforçando o sentido de responsabilidade coletiva e de pertença.

Em conclusão, a análise realizada aos inquéritos por questionário, evidencia uma comunidade com enorme potencial humano, marcada pela qualificação, resiliência e vontade de integração. Contudo, enfrenta entraves estruturais sérios: o não reconhecimento dos diplomas, a precarização salarial, a experiência de discriminação e a insuficiente comunicação das políticas públicas. Estes obstáculos impedem que o capital humano existente se traduza em pleno desenvolvimento pessoal e comunitário.

Assim, a integração da comunidade venezuelana na Madeira não deve ser vista apenas como um esforço individual de adaptação, mas como um processo que exige compromissos institucionais e sociais mais fortes. É preciso acelerar o reconhecimento

de qualificações, valorizar as competências nos setores adequados, combater de forma firme todas as formas de discriminação e reforçar a visibilidade dos programas de apoio. Só assim será possível transformar esse potencial, garantindo não apenas melhores condições de vida para os migrantes, mas também um contributo sólido e enriquecedor para a sociedade madeirense no seu conjunto.

## **5. Análise documental**

Para a realização desta investigação também foi realizada uma análise documental aos diversos programas existentes para o alargamento das qualificações, desenvolvidos por entidades como: o Governo Nacional e Regional, a Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, através da Direção Regional de Juventude, o Instituto de Emprego da Madeira, a Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia e a DGES (ver figuras 48, 49, 50, 51 e 52). A análise documental realizada aos diferentes programas nacionais e regionais de qualificação e empregabilidade permite compreender a amplitude de respostas que têm sido desenvolvidas no sentido de promover a formação, a inclusão e a melhoria das condições de acesso ao mercado de trabalho.

**Figura 48**

*Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 1 – leitura horizontal*

<b>Programa</b>	<b>Entidade</b>	<b>Aplicação</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Duração</b>	<b>Resultados</b>	<b>Destinatários</b>	<b>Legislação</b>
<b>Novas Oportunidades</b>	Governo Nacional	Nacional e Regional	“Qualificação da população adulta, alargar a sua ação para o nível secundário e para o reconhecimento e validação de competências para efeitos profissionais” (JORAM, 2008, p. 2898)	2006 e encerraram no ano 2013	Entre os anos 2007 e 2010, entre 240 mil e 280 mil adultos estavam inscritos nos Centros Novas Oportunidades (Pinheiro & Queirós, 2017)	Nacionais e estrangeiros regularizados, com 18 anos ou mais, sem qualificação ou com qualificação insuficiente, que não tenham completado o ensino básico, ou o ensino secundário, ou que não tenham uma dupla certificação de nível não superior	Portaria n.º 370/2008, de 21 de maio (revogado)
<b>Qualifica</b>	Governo Nacional	Nacional e Regional	Aumentar os níveis de qualificação, melhorando as taxas de empregabilidade e combatendo o analfabetismo, por meio do investimento na educação e formação	Criado no ano 2017 até atualmente	Até 2022, já tinham um total de mais de 1,3 milhões de certificações (Pessoas2030, 2023)	Nacionais e estrangeiros regularizados	Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro (revoga a Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto, e o Despacho n.º 13147/2014, de 29 de outubro de 2014)

Nota: Figura de autoria própria.

**Figura 49**

*Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 2 – leitura horizontal*

<b>Provas maiores de 23</b>	Governo Nacional	Nacional e Regional	Realização de provas que se encontram designadas a avaliar a aptidão dos maiores de 23 anos para a frequência do ensino superior	Desde 2006 até atualidade	Sem dados	Nacionais e estrangeiros regularizados. Os candidatos devem completar 23 anos até ao dia 31 de dezembro do ano que antecede a realização das provas	Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março, (alterado pelo Decreto-Lei n.º 113/2014, de 16 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro)
<b>Estágios de Verão</b>	Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, através da Direção Regional de Juventude	Regional	Possibilita a aquisição de aptidões transversais, ajudando na emancipação dos jovens a nível profissional, por meio de cooperação com entidades na área da juventude e no mercado laboral	Criado no ano 2018 até atualmente	Em 2023: 772 jovens foram colocados nos estágios de verão, sendo maioritariamente alunos inscritos em licenciaturas (DREM, 2024)	Só para nacionais	Portaria n.º 901/2024, de 12 de dezembro (revoga a Portaria n.º 115/2021, de 19 de março)
<b>Monitor Júnior</b>	Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, através da Direção Regional de Juventude	Regional	Ocupação do tempo livre com realização de atividades, por meio de cooperação com entidades que ajudam na capacitação e formação, com a finalidade de fomentar a responsabilidade e participação social	Criado em 2020, até atualmente	Em 2024: obtiveram 887 candidaturas, sendo colocados 349 entre julho e agosto, com idades compreendidas entre os 17 aos 22 anos (DRJ, 2024)	Nacionais e estrangeiros regularizados	Portaria n.º 279/2023, de 24 de abril (revoga a Portaria n.º 679/2020, de 26 de outubro)

Nota: Figura de autoria própria.

**Figura 50**

*Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 3 – leitura horizontal*

<b>Ingress@</b>	Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, através da Direção Regional de Juventude	Regional	Processo de formação que visa uma experiência num contexto real profissional de acordo a formação académica, em colaboração com entidades públicas e privadas	Criado em 2021, até atualmente	Em 2024: 291 jovens fizeram candidatura e 264 foram colocados, sendo a maior parte do sexo feminino e em entidades de tipo públicas (DRJ, 2024)	Só para nacionais	Portaria n.º 881/2024, de 11 de dezembro
<b>Jovem em Formação</b>	Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, através da Direção Regional de Juventude	Regional	Possibilitar a aquisição de aptidões transversais, por meio da ocupação de tempos livres em áreas de interesse, contribuindo para uma futura decisão profissional	Criado em 1981, até atualmente	Em 2024: foram colocados 1 938 jovens. Sendo que a maior parte destes, frequentavam o ensino secundário e o 3.º ciclo (DRJ, 2024)	Nacionais e estrangeiros regularizados	Portaria n.º 275/2023, de 20 de abril
<b>Juventude Ativa</b>	Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude, através da Direção Regional de Juventude	Regional	Capacitar por meio das TIC, mediante a ocupação dos tempos livres dos jovens e a educação não formal, de acordo com o interesse em futuras atividades profissionais	Criado em 2013, até atualmente	Em 2024 contou com 43 jovens, com idades compreendidas desde os 18 aos 30 anos (DRJ, 2024)	Nacionais e estrangeiros regularizados	Portaria n.º 19/2013, de 8 de março

Nota: Figura de autoria própria.

**Figura 51**

*Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 4 – leitura horizontal*

<b>Qualificar + para empregar</b>	Instituto de Emprego da Madeira	Regional	Programa de formação teórico-prático num contexto real profissional, que possibilite a inserção no mercado laboral	Desde 2021, até atualmente	Entre os anos 2021 e 2023, 542 pessoas já tinham participado neste programa, com um investimento de mais de 2 milhões de euros (IEM, 2023)	Nacionais e estrangeiros regularizados, desde que desempregados e inscritos no IEM, com idade igual ou superior a 18 anos, detentores de uma qualificação de nível 1 a 8 do QNQ	Portaria n.º 788/2020, de 10 de dezembro
<b>Formação/ emprego</b>	Instituto de Emprego da Madeira	Regional	Programa de formação teórico-prático num contexto real profissional, que possibilite a inserção no mercado laboral	Desde o ano 2014, até atualmente	Desde a sua criação até o ano 2023, 460 pessoas já participaram neste programa, envolvendo aproximadamente um investimento de 1 milhão de euros (IEM, 2023)	Nacionais e estrangeiros regularizados, desde que desempregados e inscritos no IEM, com idade igual ou superior a 18 anos	Portaria n.º 190/2014, de 6 de novembro, alterada e republicada por meio da Portaria n.º 537/2023, de 17 de julho
<b>REATIVAR Madeira</b>	Instituto de Emprego da Madeira	Regional	“Formação e reintegração profissional das pessoas em situação de desemprego de longa duração com mais de 30 anos, através da realização de estágios profissionais” (JORAM, 2015, p. 2 – S)	Desde o ano 2015, até atualmente	Entre os anos 2021 e 2023, 892 pessoas já participaram neste programa, envolvendo um investimento de 3,5 milhões de euros nos anos mencionados anteriormente	Nacionais e estrangeiros regularizados, desde que estejam desempregados e inscritos no Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, há pelo menos 12 meses	Portaria n.º 127/2015, de 30 de julho, alterada e republicada por meio da Portaria n.º 524/2023, de 13 de julho.

Nota: Figura de autoria própria.

**Figura 52**

*Quadros descritivos de programas de qualificação, de acesso e de investimento 5 – leitura horizontal*

<b>Estágio Profissional</b>	Instituto de Emprego da Madeira	Regional	Realização de estágios profissionais em contexto reais, em entidades públicas e privadas, para pessoas com nível de qualificação 4 a 8 QNQ	Desde 2018 até atualmente	Só entre os anos 2021 e 2023, quase 3,000 pessoas foram beneficiadas pelos estágios profissionais, o que representa um investimento aproximado de 14,5 milhões de euros (IEM, 2023)	Jovens nacionais e estrangeiros regularizados, desde que estejam desempregados e inscritos no IEM, IP-RAM, com idade entre os 18 e os 35 anos (inclusive), e com um QNQ 4 a 8	Entidades públicas: Portaria n.º 209/2018, de 3 de julho (república: Portaria n.º 558/2023, de 25 de julho) Entidades privadas: Portaria n.º 206/2018, de 2 de julho, (república: Portaria n.º 522/2023, de 13 de julho)
<b>Bolsas de Estudo do Ensino Superior</b>	Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)	Nacional e Regional	Prestação monetária anual, de acordo com a situação do agregado familiar, para quem frequêcia um curso superior	Desde 1993, até atualmente	No ano letivo 2023-2024 foram atribuídas um total de 112,253 bolsas de estudo sendo a maior parte, candidaturas para instituições de ensino públicas (DGESb, 2025)	Nacionais e estrangeiros regularizados que tenham residência permanente, apátridas, refugiados políticos ou em situação de emergência humanitária	Decreto-Lei n.º 129/93; Despacho n.º 8584/2017, de 29 de setembro
<b>Bolsas de Estudo do Governo Regional</b>	Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia	Regional	Prestação monetária para estudantes residentes na região que frequentem o curso de ensino superior fora da RAM	Desde 1983, até atualmente	Sem dados	Nacionais e estrangeiros, desde que sejam estudantes residentes da RAM matriculados em instituições de ensino superior fora da Região	Decreto-Lei n.º 332/83, de 13 de julho; Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1027/2023

Nota: Figura de autoria própria.

No plano nacional, sobressai a criação e evolução de programas que marcaram a política educativa e formativa em Portugal. O Novas Oportunidades, ativo entre 2006 e 2013, foi um marco no esforço de elevar as qualificações da população adulta, sobretudo de quem não tinha completado o ensino básico ou secundário. Ao apostar no reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo da vida, este programa possibilitou a muitos adultos recuperar trajetórias educativas interrompidas, trazendo dignidade e novas perspetivas profissionais. O Qualifica, lançado em 2017 e ainda em vigor, apresenta-se como uma continuidade do Novas Oportunidades, mas, com maior articulação entre educação e empregabilidade, tendo já ultrapassado 1,3 milhões de certificações até 2022. A abrangência a cidadãos estrangeiros regularizados demonstra também uma preocupação com a inclusão de todos os residentes, independentemente da origem, reconhecendo que a qualificação é um fator determinante da coesão social.

Ainda no plano nacional, destacam-se as Provas Maiores de 23, criadas em 2006 e que permanecem até hoje como uma via alternativa de acesso ao ensino superior. Este mecanismo é particularmente relevante porque reconhece que os percursos educativos nem sempre seguem linhas específicas e que muitos adultos, com experiência profissional e maturidade, têm condições para frequentar e concluir estudos superiores. A abertura destas provas a cidadãos estrangeiros legalmente residentes reforça o seu caráter inclusivo, permitindo que pessoas em diferentes fases da vida possam recomeçar ou prosseguir um projeto académico que, de outra forma, estaria impedido.

No plano regional, a variedade de programas é particularmente expressiva e reflete uma aposta diversificada em diferentes perfis e necessidades. Entre eles, destacam-se medidas voltadas para jovens, como os Estágios de Verão, o Monitor Júnior, o Jovem em Formação e o Juventude Ativa. Embora distintas entre si, todas têm em comum a intenção de proporcionar experiências formativas em contextos reais e de promover o desenvolvimento de competências transversais, como a responsabilidade, o trabalho em equipa e a adaptação a diferentes contextos. Para além de uma simples ocupação dos tempos livres, estes programas traduzem-se em oportunidades de contacto com o mundo laboral, ajudando os jovens a tomar decisões mais informadas sobre o futuro. Os números demonstram um alcance significativo, com milhares de jovens envolvidos ao longo dos anos, mas também revelam que algumas destas medidas, como os Estágios de Verão e o Ingress@, continuam a restringir o acesso a nacionais, o que limita a sua vocação inclusiva.

Por outro lado, encontram-se programas orientados para adultos e para a reintegração no mercado de trabalho, como o Qualificar+ para Empregar, a Formação/Emprego, o REATIVAR Madeira e os Estágios Profissionais. Estas iniciativas têm em comum a articulação entre formação teórica e prática, procurando não apenas aumentar competências, mas também criar oportunidades concretas de inserção laboral. Os dados mostram que milhares de pessoas já beneficiaram destas medidas e que os investimentos públicos são significativos, revelando uma clara prioridade em combater o desemprego e a exclusão social. O programa REATIVAR Madeira, por exemplo, foca-se em desempregados de longa duração, muitas vezes com mais de 30 anos, oferecendo-lhes uma segunda oportunidade para recomeçar a vida profissional. Já os Estágios Profissionais assumem grande relevância, com quase três mil beneficiários entre 2021 e 2023, confirmando-se como uma das portas de entrada mais consistentes para o mercado de trabalho.

As bolsas de estudo, nacionais e regionais, surgem como um complemento essencial a estes programas. Ao garantir apoio financeiro, permitem que fatores económicos não se tornem barreiras insuperáveis para a continuação dos estudos no ensino superior. As bolsas nacionais atribuídas pela DGES, que ultrapassaram 112 mil no ano letivo de 2023/2024, revelam a escala e importância deste instrumento de democratização do acesso ao ensino. Já as bolsas regionais, embora sem dados tão detalhados, cumprem a função de apoiar estudantes madeirenses que frequentam instituições fora da região, assegurando que as desigualdades geográficas não impeçam o prosseguimento académico.

O conjunto de programas analisados mostra, portanto, um esforço consistente das entidades públicas em promover a formação e a qualificação, mas também revela algumas tensões. A ênfase em programas voltados para jovens é positiva, mas pode deixar em segundo plano as necessidades dos adultos em idade ativa, que frequentemente necessitam de reconversão ou atualização profissional. Do mesmo modo, a exclusão de migrantes em determinados programas contrasta com a abertura e flexibilidade de outros, criando desigualdades que fragilizam a promessa de inclusão plena.

### **5.1. Síntese da análise da análise documental**

De forma geral, a leitura global desta análise documental permite concluir que existe um compromisso institucional com a qualificação, refletido na multiplicidade de

programas e no investimento realizado. Os números associados a certificações, estágios e formações comprovam que estas medidas têm impacto real, chegando a milhares de pessoas e gerando efeitos concretos em termos de inserção laboral e de acesso à educação. A diversidade de públicos-alvo abrangidos, desde jovens a desempregados de longa duração, demonstra uma preocupação em responder a diferentes necessidades.

A educação e a formação surgem, assim, como eixo central de todas estas políticas, confirmando a perceção de que o conhecimento é um pilar fundamental não apenas para o desenvolvimento económico, mas também para a construção da cidadania e da coesão social. Contudo, as limitações de acesso, sobretudo quando se excluem determinados grupos, mostram que ainda há caminho a percorrer para que estas medidas sejam verdadeiramente inclusivas e universais.

Em síntese, a análise documental revela um panorama de políticas que, apesar das fragilidades, representam instrumentos cruciais para ampliar as oportunidades de aprendizagem e empregabilidade. O grande desafio que permanece é garantir que estas medidas sejam amplamente divulgadas, acessíveis a todos e capazes de assegurar uma inclusão efetiva, de modo que ninguém fique à margem das possibilidades de desenvolvimento pessoal e coletivo que as políticas de qualificação e empregabilidade podem proporcionar.

## **6. Triangulação de dados das entrevistas semiestruturadas, os inquéritos por questionário e a análise documental**

A análise conjunta das entrevistas, dos inquéritos por questionário e da análise documental permite alcançar uma visão mais ampla e integrada da realidade da comunidade migrante venezuelana na RAM. Cada uma destas fontes de informação possibilita obter diversas arestas do mesmo fenómeno, já que, as entrevistas dão voz às perspetivas institucionais e associativas, os inquéritos revelam as experiências vividas pelos próprios migrantes e a análise documental mostra o quadro político e programático em que estas dinâmicas decorrem.

Um dos aspetos em que há maior convergência é no perfil altamente qualificado da comunidade venezuelana. Os dados recolhidos nas entrevistas, como os dados dos inquéritos confirmam que a maioria dos migrantes possui ensino superior ou secundário completo, com formação em áreas diversas como engenharia, saúde, educação ou ciências empresariais. Este dado é reforçado pela análise documental, que mostra a existência de múltiplos programas de qualificação e empregabilidade em Portugal e na Madeira, ainda que nem sempre acessíveis a todos. Contudo, apesar deste potencial, emergem também discrepâncias significativas, por um lado, os inquéritos revelam que apenas uma pequena parte conseguiu o reconhecimento dos seus diplomas, o que fez que muitos acabaram por aceitar empregos abaixo do seu nível de formação. Esta frustração é também sublinhada pelo entrevistado “B”, enquanto o entrevistado “A” tende a relativizar, afirmando que a maioria consegue encontrar emprego na sua área.

Outro ponto de consenso entre as três fontes é a importância da comunidade venezuelana para o desenvolvimento regional. As entrevistas destacam os contributos no plano económico, educativo, demográfico e cultural, desde o rejuvenescimento da população e travagem do encerramento de escolas, até ao dinamismo empresarial e contributo fiscal. Os inquéritos corroboram esta integração laboral, mostrando uma elevada taxa de emprego, ainda que marcada pela concentração em setores pouco valorizados. Já a análise documental reforça que existem programas concebidos para apoiar a formação e empregabilidade, o que, em teoria, deveria alinhar-se com este potencial humano, embora a prática revele barreiras persistentes.

No campo dos desafios e barreiras, encontramos tanto complementaridades como diferenças de perspetiva. As entrevistas acentuam sobretudo as dificuldades no reconhecimento de diplomas, as barreiras linguísticas e a precariedade em alguns setores

laborais. Os inquéritos aprofundam esta percepção, salientando a discriminação (quase 60% já a experienciaram), a dificuldade de acesso à habitação e a precarização salarial. A análise documental, embora reconheça a amplitude das políticas de qualificação, mostra igualmente limitações de acesso, com alguns programas que ainda excluem migrantes ou que falham na sua comunicação. Ou seja, o cruzamento revela que, mesmo quando existem recursos, estes não chegam de forma eficaz a quem mais deles precisa.

No que diz respeito à integração e sentimento de pertença, há também pontos de contacto importantes. Tanto os entrevistados como os inquiridos referem que, apesar dos desafios, a comunidade venezuelana se sente maioritariamente integrada, encontrando na Madeira um espaço de acolhimento. Para o entrevistado “A”, a proximidade cultural e os pilares políticos de acolher, proteger, integrar e promover foram decisivos. O entrevistado “B”, mais atento às experiências quotidianas, alerta para sentimentos de injustiça quando as qualificações não são aproveitadas. Os inquéritos reforçam esta visão dual, onde quase metade dos inquiridos sente-se apenas parcialmente integrado, revelando que a pertença é um processo gradual, muitas vezes condicionado por experiências de discriminação ou precariedade laboral.

Finalmente, na questão da formação contínua, as três fontes voltam a convergir. Os inquéritos mostram que quase metade da comunidade procurou cursos de português ou formações técnicas, e que estas tiveram impacto positivo tanto na integração social como no desenvolvimento profissional. As entrevistas confirmam a existência de medidas regionais nesse sentido, como cursos de língua portuguesa, empreendedorismo e diálogo intercultural, embora apontem as dificuldades burocráticas nacionais no aproveitamento pleno das qualificações. A análise documental complementa este panorama, evidenciando o conjunto de programas disponíveis. Contudo, permanece clara uma lacuna, pois existe uma fraca visibilidade das iniciativas institucionais, que leva muitos migrantes a depender da sua própria iniciativa ou das redes pessoais para aceder a informação.

Em termos gerais, o cruzamento dos dados aponta para uma realidade marcada por luzes e sombras. Por um lado, a comunidade venezuelana representa um capital humano altamente qualificado, resiliente e empenhado em contribuir para a sociedade madeirense. Por outro, enfrenta barreiras estruturais como, o difícil reconhecimento de diplomas, a desvalorização salarial e a discriminação, as quais limitam o aproveitamento pleno do seu potencial.

As entrevistas mostram como a dimensão macro e institucional procura enquadrar a integração num discurso de acolhimento e valorização, enquanto os inquéritos expõem

as tensões vividas no cotidiano, desde a precariedade até o preconceito. Já a análise documental revela a existência de políticas e programas que, embora valiosos, nem sempre são suficientemente inclusivos ou acessíveis.

A integração, assim, surge como um processo paradoxal: simultaneamente facilitado pela proximidade cultural e travado por obstáculos burocráticos e sociais. A concordância entre as três fontes na valorização da formação e da qualificação mostra que este é um eixo estratégico para o futuro. Contudo, para que a integração seja plena, é preciso que as políticas públicas avancem no sentido de maior flexibilidade, visibilidade e justiça social, garantindo que o esforço dos migrantes seja correspondido por uma sociedade verdadeiramente aberta e inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nasceu de uma problemática com raízes profundas na história da Madeira e da Venezuela. Durante décadas, foram os madeirenses que partiram em busca de melhores oportunidades de vida na Venezuela, ajudando a construir comunidades e redes familiares no país sul-americano. Hoje, assistimos ao movimento inverso, onde milhares de venezuelanos, muitos deles descendentes de portugueses, chegam à Região Autónoma da Madeira para refazer as suas vidas num contexto de crise social, económica e política sem precedentes na Venezuela (DRCCE, 2024a; DREM, 2023a, 2023b; Jesus, 2023; Corugedo & Guajardo, 2019). Esta dinâmica de ida e retorno levou-nos a colocar uma questão essencial: *será que a qualificação superior destes migrantes contribui de forma real para o desenvolvimento regional da RAM?*

O objetivo geral da investigação foi justamente perceber de que forma os migrantes venezuelanos, com especial atenção aos que possuem formação superior, estão a ser valorizados e se isto tem impacto no desenvolvimento regional. A partir deste objetivo maior, definiram-se também metas específicas, tais como, compreender o perfil da comunidade, perceber até que ponto existe sobrequalificação e *dumping social*, identificar os obstáculos ao reconhecimento académico e profissional e avaliar a eficácia das políticas e programas desenhados para apoiar a integração (Góis & Marques, 2007, 2014; OCDE, 2019).

Ao longo do estudo, os resultados atingidos revelaram que tanto o objetivo geral como os específicos foram alcançados, demonstrando um quadro marcado por contrastes. Por um lado, foi possível caracterizar o perfil destes migrantes, relevando que há evidências claras de que a comunidade venezuelana traz consigo um capital humano muito significativo. Uma percentagem expressiva da amostra inquirida possui ensino superior, confirmando a tese de que as migrações podem ser portadoras de talento e dinamismo para as sociedades de acolhimento (OCDE, 2022; De Dominicis & Grzegorzewska, 2022). Por outro lado, apenas uma minoria conseguiu ver os seus diplomas reconhecidos em Portugal, o que significa que muitos destes profissionais qualificados estão a desempenhar funções abaixo da sua formação. Esta discrepância traduz-se não apenas em frustração individual, mas também em perda coletiva, já que, médicos, engenheiros, professores e outros profissionais deixam de contribuir com todo o seu potencial para áreas onde poderiam ter um impacto direto e necessário.

Esta dificuldade em aproveitar plenamente as qualificações dos migrantes confirma o que a literatura já apontava sobre os processos de reconhecimento: longos, burocráticos e, muitas vezes, desajustados (Dantas et al., 2010; Nascimento et al., 2022). O estudo deixa assim uma mensagem clara, uma vez que, se queremos que o contributo desta comunidade seja mais expressivo, é urgente simplificar e agilizar os mecanismos de reconhecimento académico e profissional. Esta não é apenas uma medida de justiça para com os migrantes, mas também uma estratégia inteligente para a região, que precisa de cidadãos com competências qualificadas para responder aos desafios sociais e económicos. Finalmente, verificamos que as políticas e programas de integração, embora relevantes e estruturados, nem sempre chegam de forma eficaz à comunidade migrante, seja por falhas de comunicação, seja por exclusões formais que limitam o acesso.

A investigação mostrou igualmente que a educação desempenha um papel central em todo este processo. A literatura já defendia que a educação e a formação contínua são motores de coesão social e de desenvolvimento comunitário (Heckmann, 2004, citado em Hortas, 2013a; Freire & Shor, 1986; Mendes, 2023), e os dados confirmaram isso. Quase metade dos inquiridos participou em formações depois da chegada à Madeira, sobretudo cursos de língua portuguesa. Muitos destacaram que essa aprendizagem foi fundamental não apenas para o trabalho, mas também para a integração social e para se sentirem parte da comunidade. Daqui nasce uma outra constatação importante, ao investir em educação e formação estamos a investir na qualidade da integração e no fortalecimento das comunidades locais. Mais do que criar novos programas, talvez seja necessário garantir que os que já existem sejam mais acessíveis, melhor divulgados e realmente inclusivos para todos.

Um dos aspetos mais positivos que o estudo trouxe à luz foi o impacto desta comunidade no desenvolvimento comunitário da RAM. A chegada dos migrantes venezuelanos contribuiu para travar o encerramento de escolas, dinamizou o comércio local, deu origem a novas iniciativas empresariais e trouxe consigo diversidade cultural. Estas mudanças confirmam o que a literatura refere sobre o papel das diásporas no rejuvenescimento populacional e no crescimento económico dos territórios (OCDE, 2022). Este contributo mostra que a integração não é apenas um esforço individual, mas uma oportunidade coletiva, pois, os migrantes encontram espaço para reconstruir as suas vidas, e a região ganha em vitalidade social, económica e cultural.

Contudo, a integração não é um caminho linear. Como refere Peixoto (2007, citado em Brito, 2019), os migrantes podem viver, em simultâneo, sentimentos de

pertença e experiências de exclusão. Os dados confirmam essa dualidade, visto que, se muitos afirmam sentir-se integrados, quase 60% relataram já ter passado por situações de discriminação. Este dado recorda-nos que as barreiras não são apenas administrativas ou laborais, mas também sociais. O combate à discriminação e a promoção do diálogo intercultural tornam-se, por isso, recomendações fundamentais que emergem deste estudo. Mais do que uma política, trata-se de um compromisso diário da sociedade de acolhimento em construir espaços mais abertos e solidários.

Em síntese, a análise permite responder de forma afirmativa à questão de investigação: sim, a qualificação superior dos migrantes venezuelanos contribui para o desenvolvimento regional. Mas este contributo está longe de ser aproveitado em toda a sua dimensão. O estudo mostrou que os migrantes têm capital académico, resiliência e vontade de contribuir, mas enfrentam barreiras que limitam o seu potencial. Ficou igualmente claro que os seus impactos positivos na vida comunitária já são visíveis em vários níveis, como na economia, na educação, na cultura e no rejuvenescimento da população. No entanto, se quisermos ampliar ainda mais estes efeitos, torna-se necessário investir em três frentes: simplificação dos processos de reconhecimento académico e profissional, maior acessibilidade e eficácia dos programas de formação e integração, e uma aposta firme na promoção de comunidades mais inclusivas e livres de discriminação.

Este trabalho deixa também pistas para futuras investigações. Considerando que, seria útil acompanhar ao longo do tempo a integração desta comunidade, perceber como a evolução do reconhecimento de diplomas afeta as suas oportunidades profissionais e comparar a realidade madeirense com outras regiões de acolhimento em Portugal. Além disso, a forte presença feminina na amostra merece um olhar mais atento sobre as especificidades de género no processo de integração. Estas investigações futuras poderão não apenas aprofundar o conhecimento científico, mas também oferecer dicas práticas para a criação de políticas públicas mais justas e eficazes.

No final, fica uma mensagem que é, ao mesmo tempo, científica e humana, pois, a integração não pode ser vista apenas como esforço dos migrantes, mas como uma responsabilidade partilhada com a sociedade que os acolhe. Valorizar a educação, reconhecer as qualificações e combater as discriminações não é apenas garantir direitos individuais, mas também apostar no futuro coletivo da Madeira. É nesse encontro, entre quem chega e quem acolhe, que se constrói uma integração plena, justa e verdadeiramente transformadora, capaz de fortalecer não apenas os migrantes, mas toda a comunidade que os recebe.

## REFERÊNCIAS

- Agência para a Integração, Migrações e Asilo. (2024). *A Agência para a Integração, Migrações e Asilo*. AIMA. <https://aima.gov.pt/pt/a-aima>
- Agência para o desenvolvimento e coesão. (2022). *Desenvolvimento regional*. AD&C. <https://www.adcoesao.pt/desenvolvimento-regional/enquadramento/>
- Aires, L. (2015). *Paradigma Qualitativo e práticas de investigação educacional*. Universidade Aberta.
- Alto Comissariado para as Migrações. (2021). *Plano Estratégico para Migrações*. ACM. [https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM\\_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195)
- Alto Comissariado para as Migrações. (2024a). *Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)*. ACM. <https://www.acm.gov.pt/pt/-/rede-claii-centros-locais-de-apoio-a-integracao-de-imigrant-3#>
- Alto Comissariado para as Migrações. (2024b.). *Planos Municipais para a Integração de Migrantes – PMIM*. ACM. <https://www.acm.gov.pt/pt/web/10181/planos-municipais>
- Altoé, I. & Azevedo, E. (2018). Comida migratória: a cultura alimentar e as identidades de refugiados. *Revista del CESLA*, 22, 247-261. <https://www.redalyc.org/journal/2433/243360086012/243360086012.pdf>
- Alves, F. (2009). *Transição da escola para a vida adulta: experiências de aprendizagem integrada*. [Dissertação de mestrado, Universidade Portucalense Infante D. Enrique]. Repositório Uporto. [http://repositorio.uportu.pt:8080/simple-search?query=&sort\\_by=score&order=asc&rpp=10&filter\\_field\\_1=subject&filter\\_type\\_1>equals&filter\\_value\\_1=TME&filter\\_field\\_2=dateIssued&filter\\_type\\_2>equals&filter\\_value\\_2=2009&filter\\_field\\_3=author&filter\\_type\\_3>equals&filter\\_value\\_3=Alves%2C+Francisco+Jos%C3%A9+Pires&etal=40&filtername=subject&filterquery=Transi%C3%A7%C3%A3o+da+vida+ativa&filtertype>equals](http://repositorio.uportu.pt:8080/simple-search?query=&sort_by=score&order=asc&rpp=10&filter_field_1=subject&filter_type_1>equals&filter_value_1=TME&filter_field_2=dateIssued&filter_type_2>equals&filter_value_2=2009&filter_field_3=author&filter_type_3>equals&filter_value_3=Alves%2C+Francisco+Jos%C3%A9+Pires&etal=40&filtername=subject&filterquery=Transi%C3%A7%C3%A3o+da+vida+ativa&filtertype>equals)
- Amado, J. & Freire, I. (2014). Estudo de Caso na Investigação em Educação. Em J. Amado (coord.), *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, (pp. 121-143). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J. (2014). *Manual de investigação qualitativa em educação*. (2nd ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Ander-Egg, E. (1980). *Metodologia y práctica del desarrollo de la comunidad*. UNIEUROPE.
- Andrade, C. & Piffer, C. (2023). O esvaziamento dos direitos dos trabalhadores migrantes como configuração da prática de dumping social. *Revista visão: gestão organizacional*, 12(1), 132-143.
- Arendt, H. (1992). *Entre o passado e o futuro: seis exercícios de pensamento político*. Perspectiva.
- Bäckström, B. (2008). *Metodologias das ciências sociais. Métodos quantitativos*. Universidade Aberta.
- Baganha, M., Ferrão, J. & Malheiros, J. (1999). Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. *Análise Social*, vol. XXXIV (150), 147-173. [https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/40753/1/Os%20imigrantes%20e%20o%20mercado%20de%20trabalho\\_o%20caso%20portugu%C3%AAs.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/40753/1/Os%20imigrantes%20e%20o%20mercado%20de%20trabalho_o%20caso%20portugu%C3%AAs.pdf)
- Baquero, M. & Baquero, R. (2007). Capital social e empoderamento no desenvolvimento social: um estudo com jovens. *Sociedade em debate*, 13(1), 47-64.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barro, R. (1997). *Determinants of economic growth: a cross-country empirical study*. The MIT Press Massachusetts Institute of Technology.
- Barro, R. (2001). Human capital and growth. *American economic review*, 91(2), 12-17.
- Barros, A. (1995). Dependência, dumping social e nacionalismo. *Revista de Economia Política*, 15(3), 325-342. <https://www.scielo.br/j/rep/a/7KcwrMX9p9rTCPRW5YF89Tg/?format=pdf&lang=pt>
- Barroso, J (2003). *Políticas educativas e autonomia das escolas*. Edições Afrontamento.
- Batista, E., Matos, L. & Nascimento, A. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23-38. <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910/11692>
- BCSD Portugal. (2022). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. BCSD Portugal. <https://ods.pt/objectivos/4-educacao-de-qualidade/>
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *A investigação qualitativa em educação*. Porto Editora.

- Bressan, F. (2023). O método de estudo de caso. *Administração on line*. 1(1), 1–13.  
[https://www.researchgate.net/publication/376646085\\_O\\_METODO\\_DO\\_ESTUDO\\_DE\\_CASO](https://www.researchgate.net/publication/376646085_O_METODO_DO_ESTUDO_DE_CASO)
- Brito, P. (2019). *Migrantes qualificados e o mercado de trabalho: desafios e oportunidades*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. UMinho.  
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/63687/1/Relat%C3%B3rio%20de%20Est%C3%A1gio.%20migrantes%20qualificados%20e%20o%20mercado%20de%20trabalho-desafios%20e%20oportunidades.%20Paula%20Bauab.pdf>
- Bruchêz, A., Ciconet, B., Possamai, L., Remussi, R. & Tondolo, V. (2015). Análise da utilização do estudo de caso qualitativo e triangulação na Brazilian Business Review. *Revista Espacios*, 37(5), 1-14.  
<https://www.revistaespacios.com/a16v37n05/16370524.html>
- Cameron, R. & Neal, L. (2005). *Historia económica mundial: desde el Paleolítico hasta el presente*. Alianza Editorial.
- Campos, T. (s.d.). *Justiça social*. Mundo Educação.  
<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/conceito-justica-social.htm>
- Canário, R (1999). *Educação e formação de adultos: Mutações e convergências*. EDUCA.
- Caramelo, J. (2009). *Educação e desenvolvimento comunitário num processo de transição autogestionário*. [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/22341>
- Cardoso, M., Oliveira, G. & Ghelli, K. (2021). Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*. 20(43), 98 – 111.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação. guia para autoaprendizagem*. Universidade Aberta.  
[https://www.academia.edu/17585183/Metodologia\\_da\\_Investiga%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/17585183/Metodologia_da_Investiga%C3%A7%C3%A3o)
- Carmo, H. (1999). *Desenvolvimento comunitário*. Universidade Aberta.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In. J. Poupart, J. Deslauriers, L. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer & A. Pires. (orgs). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*, 295-316. Vozes.
- CEPAL. (2007). *Coessão social: inclusão e sentido de pertencer na América latina e no Caribe*. Nações Unidas.

<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/404b44f1-504c-412b-92df-2158e6407543/content>

- Colás Bravo, M. (1998). El análisis cualitativo de datos. In L. Buendía Eisman, M. Colás Bravo & F. Hernández Pina. (Eds.). *Métodos de investigación en Psicopedagogia*. (pp. 225-249). Mc-Graw-Hill.
- Comissão Europeia. (2019). *Uma união da igualdade: Estratégia para a igualdade de género 2020-2025*. Comissão Europeia. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0152>
- Comissão Europeia. (2020a). *Plano de ação para a integração e a inclusão*. Direcção-Geral das Migrações e dos Assuntos Internos. [https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/legal-migration-and-integration/integration/action-plan-integration-and-inclusion\\_en](https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/legal-migration-and-integration/integration/action-plan-integration-and-inclusion_en)
- Comissão Europeia. (2020b). *Abandono escolar*. European Commission, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture. <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/education-levels/school-education/early-school-leaving>
- Comissão Europeia. (2022). *Estatísticas sobre os fluxos migratórios para a Europa*. Direcção-Geral da Comunicação. [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe\\_pt#migra%C3%A7%C3%A3o-de-e-para-a-ue](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_pt#migra%C3%A7%C3%A3o-de-e-para-a-ue)
- Comissão Europeia. (2023). *Recomendação do Conselho relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino*. Direcção-Geral de Educação, Juventude, Desporto e Cultura. <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/improving-quality/inclusive-education/common-values?>
- Comissão Europeia. (2024a). *Gestão de migração*. Direcção-Geral das Migrações e dos Assuntos Internos. [https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/migration-management\\_en?prefLang=pt](https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/migration-management_en?prefLang=pt)
- Comissão Europeia. (2024b). *Pacto em matéria de migração e asilo*. Direcção-Geral da Comunicação. [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/migration-and-asylum/pact-migration-and-asylum\\_pt](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/migration-and-asylum/pact-migration-and-asylum_pt)
- Comissão Europeia. (2024c). *Educação inclusiva*. Direcção-Geral de Educação, Juventude, Desporto e Cultura. <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/improving-quality/inclusive-education>

- Comissão Europeia. (2024d). *Integração dos refugiados e dos migrantes nos sistemas de educação e formação*. Direção-Geral de Educação, Juventude, Desporto e Cultura. <https://education.ec.europa.eu/pt-pt/focus-topics/improving-quality/inclusive-education/migrants-and-refugees#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20Europeia%20cofinancia%20a%20SI RIUS%2C%20a,refugiados%2C%20investigadores%2C%20respons%C3%A1veis%20pol%C3%ADticos%20e%20profissionais%20no>
- Conselho Nacional de Educação. (2013). *Estado da educação 2013*. CNE.
- Cortez, A. (2021). *Gender mainstreaming na narrativa da promoção da igualdade entre homens e mulheres, uma questão de Direitos Humanos*. [Dissertação de mestrado, Universidade Católica Portuguesa]. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/35605/1/202764257.pdf>
- Corugedo, E. & Guajardo, J. (2019). *Para os vizinhos da Venezuela, a migração em massa traz custos e benefícios económicos*. International Monetary Found. <https://www.imf.org/pt/Blogs/Articles/2019/11/21/blog-for-venezuelas-neighbors-mass-migration-brings-economic-costs-and-benefits>
- Costa, A. (2024). *25 de abril e a imigração, 50 anos*. Casa do Brasil de Lisboa. [https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2024/50-ANOS-25-ABRIL\\_digital\\_2024.pdf](https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2024/50-ANOS-25-ABRIL_digital_2024.pdf)
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Edições Almedina.
- Dantas, D. S., Ueno, L., Leifert, G. & Suguiura, M. (2010). Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 18(34), 45-60. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042011004>
- De Dominicis, L. & Grzegorzewska, M. (2022). Uma europa mais social e inclusiva. In L. Dijkstra (Ed.), *A coesão na europa no horizonte de 2050 – Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial* (pp. 135-186). Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia.
- De Oliveira, I. (1999). A ilha da Madeira. Transição demográfica e emigração. *Revista População e Sociedade*. 5, 25-59. <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-5/a-ilha-da-madeira-transicao-demografica-e-emigracao>
- Decreto Legislativo Regional n.º 5/2016/M, de 3 de fevereiro - Cria o Fórum Madeira Global e o Conselho da Diáspora Madeirense. (2016). Diário da República: n.º

23/2016, Série I de 2016-02-03, pp. 362 – 364.  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-legislativo-regional/5-2016-73416668>

Decreto-lei 308-A/75, de 24 de junho - Normas sobre a conservação da nacionalidade portuguesa pelos portugueses domiciliados em território ultramarino tornado independente. (1975). Diário do Governo: n.º 143/1975, 4º Suplemento, Série I de 1975-06-24, pp 7 – 8. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/308-a-1975-530841>

Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril - Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior. (1993). Diário da República: n.º 94/1993, Série I-A de 1993-04-22, pp. 1967 – 1972. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/129-1993-692654>

Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro - Aprova o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa e introduz alterações no Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado. (2006). Diário da República: n.º 239/2006, 1º Suplemento, Série I de 2006-12-14, pp. 2 – 16. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/237-a-2006-216911>

Decreto-Lei n.º 301/93, de 31 de agosto - Estabelece o regime de matrícula e de frequência no ensino básico obrigatório. (1993). Diário da República: n.º 204/1993, Série I-A de 1993-08-31, pp. 4593 – 4599. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/301-1993-633944>

Decreto-Lei n.º 332/83, de 13 de julho- Estabelece normas sobre o ensino superior na Região Autónoma da Madeira. (1983). Diário da República: n.º 159/1983, Série I de 1983-07-13, pp. 2574 – 2575. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/332-1983-453225>

Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho - Cria a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (2023). Diário da República: n.º 107/2023, Série I de 2023-06-02, pp. 20 – 106. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/41-2023-213881448>

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho - Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. (2018). Diário da República: n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, pp. 2918 – 2928. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/54-2018-115652961>

Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de março - Regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, previstas no n.º 5 do artigo 12.º da Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

- (Lei de Bases do Sistema Educativo). Diário da República. (2006). n.º 57/2006, Série I-A de 2006-03-21, pp. 2054 – 2056. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/64-2006-667773>
- Delfim, R. (2017). *O poder da cultura: migrações como oportunidade intercultural*. MigraMundo. <https://migramundo.com/o-poder-da-cultura-migracoes-como-oportunidade-intercultural/>
- Deliberação n.º 343/2017, de 2 de maio - 52.ª Deliberação da Secção Permanente de Coordenação Estatística - Versão Portuguesa e Implementação da Classificação Internacional Tipo de Educação 2011 (ISCED/CITE 2011). (2017). Diário da República: n.º 84/2017, Série II de 2017-05-02, pp. 8203 – 8205. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/deliberacao/343-2017-106939370>
- Denzin, N. K. (1970). *The Research Act*. Aldine.
- Despacho n.º 8584/2017, de 29 de setembro - Que aprova o regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo para Frequência no Ensino Superior de Estudantes com incapacidade igual ou superior a 60%. (2017). Diário da República: 2.ª série - N.º 189 - 29 de setembro de 2017, pp. 201805 – 21806. <https://files.diariodarepublica.pt/2s/2017/09/189000000/2180521806.pdf>
- Dewey, J. (1930). *Democracy and Education*. The MacMillan Company.
- Diário da República. (s.d.). *Declaração universal dos Direitos Humanos*. Diário da República. <https://diariodarepublica.pt/dr/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>
- Dias, M. (1994). *O inquérito por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais*. Universidade do Porto.
- Diáspora Lusa. (2024). *O passaporte para as comunidades portuguesas*. Conselho da Diáspora Portuguesa. <https://www.diasporalusa.pt/press/comunidades-portuguesas/>
- Dicionário do Desenvolvimento. (2020). *Justiça social*. Dicionário do Desenvolvimento. <https://ddesenvolvimento.com/portfolio/justica-social/>
- Dijkstra, L. (2022). *A coesão na europa no horizonte de 2050 – Oitavo relatório sobre a coesão económica, social e territorial*. Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia.
- Direção Regional da Juventude. (2024). *Relatório de atividades*. DRJ. <https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Relatorio%20Atividades%202024.pdf>

- Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa. (2024a). *Historial da emigração da R.A.M.* Presidência do Governo Regional da Madeira. <https://cmm.madeira.gov.pt/index.php/emigracao/historial-da-emigracao>
- Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa. (2024b). *População estrangeira residente na Madeira aumenta graças a economia mais robusta.* DRCCE. [https://comunidades.madeira.gov.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3635:populacao-estrangeira-residente-na-madeira-aumenta-gracas-a-economia-mais-robusta&catid=11](https://comunidades.madeira.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3635:populacao-estrangeira-residente-na-madeira-aumenta-gracas-a-economia-mais-robusta&catid=11)
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2023a). *População estrangeira residente na Região Autónoma da Madeira atingiu um valor recorde.* DREM. <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsoc-pt/demografia-pt/demografia-noticias-pt/4161-06-10-2023-em-2022-a-populacao-estrangeira-residente-na-regiao-autonoma-da-madeira-atingiu-um-valor-recorde.html>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2023b). *Resultados definitivos dos censos 2021.* DREM. <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsoc-pt/popcondsoc-censos-pt/popcondsoc-censos-emfoco-pt/send/47-censos-emfoco/15577-em-foco-censos-2021-resultados-definitivos-1.html>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2024). *Demografia Em Números Especial Dia da Juventude.* DREM. <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/social/popcondsoc-pt/demografia-pt/demografia-publicacoes-pt/send/36-demografia-publicacoes/17711-demografia-em-numeros-dia-da-juventude-2024.html>
- Direção-Geral da Educação. (2013). *Educação para a cidadania – linhas orientadoras.* DGE. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao\\_para\\_cidadania\\_linhas\\_orientadoras\\_nov2013.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_cidadania_linhas_orientadoras_nov2013.pdf)
- Direção-Geral da Educação. (2024). *Inclusão de alunos migrantes em meio educativo.* Ministério da Educação/ Direção-Geral da Educação. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/EBasico/PLNM/inclusao\\_de\\_alunos\\_migrantes\\_em\\_meio\\_educativo.pdf#:~:text=a\)%20Acolher%20a%20diversidade%20A%20inclus%C3%A3o%20dos,intencional%20estabelecido%20pela%20escola%20de%20forma%20participada](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/EBasico/PLNM/inclusao_de_alunos_migrantes_em_meio_educativo.pdf#:~:text=a)%20Acolher%20a%20diversidade%20A%20inclus%C3%A3o%20dos,intencional%20estabelecido%20pela%20escola%20de%20forma%20participada)

- Direção-Geral do Ensino Superior. (2025a). *Bolsas de estudo*. DGES. [https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/bolsas-de-estudo-0?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/bolsas-de-estudo-0?utm_source=chatgpt.com)
- Direção-Geral do Ensino Superior. (2025b). Informação estatística - bolsas de Estudo para estudantes do ensino superior, ano letivo 2023-2024. DGES. <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/informacao-estatistica-bolsas-de-estudo-para-estudantes-do-ensino-superior>
- Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção ou repressão de infrações penais ou execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados, e que revoga a Decisão-Quadro 2008/977/JAI do Conselho. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679>
- Esses, V. M. & Hamilton, L. K. (2021). Xenophobia and anti-immigrant attitudes in the time of COVID-19. *Sage Journals*, 24(2), 253-259. <https://doi.org/10.1177/1368430220983470>
- Eurostat. (2024). *Migrant integration statistics – education*. Eurostat. [https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Migrant\\_integration\\_statistics\\_-\\_education](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Migrant_integration_statistics_-_education)
- Faria, M. (2011). *Contributos da imigração para o desenvolvimento económico dos países receptores. O caso de Portugal entre 1991 e 2006*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório RUN. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7361/1/TESE%20CPRI-GA.pdf>
- Ferreira, A. (2015). *O Brasil e o preconceito: uma análise teórica e crítica da Lei 7.716/89 frente à realidade brasileira*. In: Âmbito Jurídico. XVIII, n.º 134.
- Ferreira, P. (2017). *Migrações e desenvolvimento*. Fundação Fé e Cooperação. [https://www.fecong.org/pdf/publicacoes/estudoMigracoes\\_coerencia.pdf](https://www.fecong.org/pdf/publicacoes/estudoMigracoes_coerencia.pdf)
- Ferrelli, R. (2015). Coesão social como base para políticas públicas voltadas para a igualdade em saúde: reflexões desde o Programa EUROsociAL. *Revista Panam Salud Publica*, 38(4), 272-277.
- Fino, C. N. (2003). FAQs, etnografia e observação participante. *Revista europeia de etnografia da educação*, 3, 107-118. <http://hdl.handle.net/10400.13/498>
- Fletcher, C. (1985). Community education and community development. In: T. N. Husen & T. N. Postlethwaite. *The international encyclopedia of education research and studies*. (pp. 844-847). Pergamon Press.

- Freire, P. & Shor, I. (1986). *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Paz e Terra.
- Frota, P. (2014). O dumping social e a atuação do juiz do trabalho no combate à concorrência empresarial desleal. *Revista LTr: legislação do trabalho*, 78(02), 206-209.
- Gabinete de Estratégia e Estudo. (2023). *Estatísticas de imigrantes em Portugal por nacionalidade*. República portuguesa. <https://www.gee.gov.pt/pt/publicacoes/estatisticas-tematicas/estatisticas-de-imigrantes-em-portugal-por-nacionalidade>
- Gabinete do Ensino Superior. (2025). *Bolsa de estudos*. Direção Regional de Informática. <https://digital.madeira.gov.pt/ensinosuperior/BolsasRAM/BolsasdoGovernoRegionalMadeira/BolsadeEstudos.aspx>
- Góis, P. & Maques, J. (2014). *Processos de admissão e de integração de imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a migração circular*. Alto-comissariado para as migrações. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/41511/1/Processos%20de%20Admiss%C3%A3o%20e%20de%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20de%20Imigrantes%20Altamente%20Qualificados%20em%20Portugal%20e%20a%20Sua%20Rela%C3%A7%C3%A3o%20com%20a%20Migra%C3%A7%C3%A3o%20Circular.pdf>
- Góis, P. & Maques, J. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *E-Cadernos CES*, 29, 125-152.
- Góis, P. & Marques, J. (2007). *Estudo prospetivo de imigrantes qualificados em Portugal*. Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. [https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1033/1/livro\\_2007.pdf](https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1033/1/livro_2007.pdf)
- Góis, P. & Marques, J. (2008). Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia. *Revista Migrações – Número temático Imigração e mercado de trabalho*, 2, 73-94.
- Góis, P. & Marques, J. (2012). *A emergência das migrações no feminino*. Principia.
- Gomes, N. (2009). Os portugueses na Venezuela. *Relações internacionais*. 24, 83-92. [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri24/n24a10.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri24/n24a10.pdf)
- Gómez, J., Freitas, O. & Callejas, G. (2007). *Educação e desenvolvimento comunitário local – perspetivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*. Profedições.
- Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1969). *Métodos em pesquisa social*. Cia Editorial Nacional.
- Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação*. Principia.

- Hortas, M. (2013a). Educação, diversidade e território: o caso da área metropolitana de Lisboa. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa. <http://hdl.handle.net/10451/9663>
- Hortas, M. (2013b). *Educação e imigração: a integração dos alunos imigrantes nas escolas do ensino básico do centro histórico de lisboa*. Alto-comissariado para a imigração e diálogo intercultural. [https://migrant-integration.ec.europa.eu/sites/default/files/2014-08/doc1\\_42862\\_565767370.pdf](https://migrant-integration.ec.europa.eu/sites/default/files/2014-08/doc1_42862_565767370.pdf)  
<https://dspace.unila.edu.br/server/api/core/bitstreams/e587ffc5-2380-4ac3-83a3-761c56267b21/content>
- Instituto de Emprego da Madeira. (2023). *Emprego e coesão social breve balanço 2023*. IEM. <https://www.iem.madeira.gov.pt/wp-content/uploads/recursos/instituto/estatisticas/PublicacoesAnuais/ECS-Balanco2023.pdf>
- Jerónimo, P. (2019). Igualdade de género: Velhos e novos desafios, braga, direitos humanos. Universidade do Minho - Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos (CIIDH). <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/79497/1/JER%20P.%20coord.%20Igualdade%20de%20G%20e%20D%20H.pdf>
- Jesus, M. (2023). *Implicações da crise migratória Venezuelana nas relações político diplomáticas entre Portugal e a República Bolivariana (2014-2021)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa]. Repositório Institucional Camões. <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/6722>
- Junior, E., Oliveira, G., Santos, A. & Schnekenberg, G. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, 20(44), 36-51. <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>
- Klein, S., Colla, P. & Walter, S. (2020). O caso da abordagem de estudos de casos: elementos, convergências e divergências entre Yin, Eisenhardt e Stake. *Revista administração em diálogo*. 23(1), 122 -135.
- Kripka, R., Scheller, M. & Bonotto, D. (2015). Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. *Investigação Qualitativa em educação*, 2, 243-247.
- Lampreia, L. F. (1995). Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese. *Estudos avançados*, 9(23), 247-260. <https://www.scielo.br/j/ea/a/qHYyRtYTgWGDGBbhP6Ycn6k/?lang=pt>

- Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro - Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva. (2019). Diário da República: n.º 176/2019, Série I de 2019-09-13, pp. 12 – 35. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/116-2019-124680588>
- Lei n.º 23/2007, de 4 de julho - Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. (2007). Diário da República: n.º 127/2007, Série I de 2007-07-04, pp. 4290 – 4330. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2007-635814>
- Lei n.º 3/2024, de 15 de janeiro - Cria a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial e altera a Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto. (2024). Diário da República: n.º 10/2024, Série I de 2024-01-15, pp. 3 – 7. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/3-2024-836604892>
- Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo (1986). Diário da República: n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14, pp. 3067-3081. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1986-34444975>
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados. (2019). Diário da República n.º 151/2019, Série I de 2019-08-08, pp. 3 – 40. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/58-2019-123815982>
- Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto - Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. (2009). Diário da República: n.º 166/2009, Série I de 2009-08-27, pp. 5635 – 5636. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/85-2009-488826>
- Leite, C., Monteiro, A. & Sampaio, M. (2023). Inclusão e justiça social nas escolas portuguesas: discursos políticos e de avaliação. *Revista internacional de educación para la justicia social*, 12(2), 95-114.
- Lüdke, M. & André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Madeira, M. (1996). *Coesão social e acção social*. Direção-Geral da Acção Social. [https://www.seg-social.pt/documents/10152/18931/Coesao\\_social\\_accao\\_social/f96c2efc-7ada-4766-a195-18e74b27c780/f96c2efc-7ada-4766-a195-18e74b27c780](https://www.seg-social.pt/documents/10152/18931/Coesao_social_accao_social/f96c2efc-7ada-4766-a195-18e74b27c780/f96c2efc-7ada-4766-a195-18e74b27c780)

- Maffezzolli, E. & Boehs, C. (2008). Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. *Revista da FAE*. 11(1), 95-110.
- Malheiros, J. & Peixoto, J. (2017). Conclusão. In. J. Peixoto, D. Craveiro, J. Malheiros & I. Oliveira. *Introdução ao estudo – Migrações e sustentabilidade demográfica: perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*. (pp. 67-74). Fundação Francisco Manuel dos Santos. <https://ffms.pt/sites/default/files/2023-05/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20ao%20estudo%20Migra%C3%A7%C3%B5es%20%28PDF%29.pdf>
- Malheiros, J. (2013). *Diagnóstico da População imigrante em Portugal: desafios e potencialidades*. ACIDI.
- Malta, V. (2024). O que 50 anos do 25 de abril representa para a imigração em Portugal? In. A. Costa (Ed). *25 de abril e a imigração, 50 anos* (pp. 108-109). Casa do Brasil de Lisboa. [https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2024/50-ANOS-25-ABRIL\\_digital\\_2024.pdf](https://casadobrasildelisboa.pt/wp-content/uploads/2024/50-ANOS-25-ABRIL_digital_2024.pdf)
- Marie, P. (2017). Revolução dos Cravos e educação popular: As associações de educação popular em Portugal (1974-1986). *Revista da História, da Sociedade e da Cultura*, 17, 371-396. [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_17\\_17](https://doi.org/10.14195/1645-2259_17_17)
- Martins, H. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, 30(2), 289-300. <https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt>
- Martins, H. (2017). *Insucesso escolar: prevenção e intervenção na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti]. Repositório ESEPF. <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2504/1/FINAL.pdf>
- Martins, I. & Almeida, A. (2003). *Emigração e imigração no contexto insular: o caso da Região Autónoma da Madeira*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. [https://apdr.pt/data/atas/congresso\\_2003/pdfs/138.pdf](https://apdr.pt/data/atas/congresso_2003/pdfs/138.pdf)
- Membriela-Pollán, M., Sánchez-Amboage, E. & López, J. (2019). *La interrelación entre el “capital humano” y el “capital social”*. [Conferência Internacional]. EDaSS VII – ARoEc (Atlantic Review of Economics).
- Mendes, G. (2023). Educação e desenvolvimento. Um embrião nas práticas pedagógicas participativas. In. L. Rodrigues & J.M. Sousa (orgs.), *Educação e desenvolvimento comunitário*. (1st. ed., pp. 161-170). Imprensa Académica.

- Menezes, I. (2010). *Intervenção comunitária: uma perspetiva psicológica*. Livpic/Legis Editora.
- Miranda, S. (2019). O estudo das migrações a partir da psicologia social: uma perspetiva crítica. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 19(3), 566-582. Pepsic. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n3/v19n3a02.pdf>
- Mozzato, A. & Grzybovski, D. (2011). Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: Potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(4), 731-747. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000400010>
- Nascimento, D., Ribeiro, C., Palma, A. & Pereira, E. (2020). Migração no esporte: uma revisão sistemática. *Revista de Educação Física, Esporte e Lazer – Motrivivência*, 32(62), 01-19.
- Nascimento, P., Roberto, M. & Santos, A. S. (2022). Adaptação do questionário de sobrequalificação cognitiva percebida (QSCP) para a língua portuguesa: uma abordagem mista para avaliar a validade de constructo no contexto das migrações. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 3 (64), 17-32. <https://www.aidep.org/sites/default/files/2022-07/RIDEP64-Art2.pdf>
- Nascimento, P., Roberto, M.S., Lemos, M., Poole-da-Costa, M. C. & Santos, A. S. (2023). Employability narratives in digital storytelling: do overqualified Brazilian and Venezuelan immigrants in Portugal tell the same story? *Qualitative research in psychology*, (21)1, 140-174. <https://doi.org/10.1080/14780887.2023.2293078>
- Nogueira, B. (2023). Uma educação para a integração: menores não acompanhados no sistema educativo português. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/29046/1/Master\\_beatriz\\_pinto\\_nogueira.pdf#:~:text=No%20contexto%20de%20uma%20sociedade%20cada%20vez,e%20especificidades%20e%20entende%2Dse%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20como](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/29046/1/Master_beatriz_pinto_nogueira.pdf#:~:text=No%20contexto%20de%20uma%20sociedade%20cada%20vez,e%20especificidades%20e%20entende%2Dse%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20como)
- Nogueira C. M. M. & Nogueira, M. A. (2004). *Bourdieu & a Educação*. Autêntica.
- Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. [https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615\\_Oficina\\_434.pdf](https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf)
- OCDE (2022). *The Contribution of Migration to Regional Development*. OECD Publishing.

- OCDE. (2014). *Perspetivas das políticas de educação Portugal*. OCDE. [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/about/projects/edu/education-policy-outlook/329904-education%20policy%20outlook\\_portugal\\_prt.pdf#:~:text=Pol%C3%ADticas%20e%20pr%C3%A1ticas%20recentes%20A%20partir%20de,educa%C3%A7%C3%A3o%20pr%C3%A9%20Descolar%2C%20os%20ensinos%20b%C3%A1sico%20e%20secund%C3%A1rio](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/about/projects/edu/education-policy-outlook/329904-education%20policy%20outlook_portugal_prt.pdf#:~:text=Pol%C3%ADticas%20e%20pr%C3%A1ticas%20recentes%20A%20partir%20de,educa%C3%A7%C3%A3o%20pr%C3%A9%20Descolar%2C%20os%20ensinos%20b%C3%A1sico%20e%20secund%C3%A1rio)
- OCDE. (2019). *International migration Outlook 2019*. OCDE Publishing. <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/aeba9a13-pt/index.html?itemId=/content/component/aeba9a13-pt>
- OCDE. (2023). *International migration Outlook 2023*. OCDE Publishing. <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/b0f40584-en.pdf?expires=1728321106&id=id&accname=guest&checksum=426B3CB963A0BFE71419F4C88BCC1A5A>
- Oliveira, C. & Gomes, N. (2018). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2018*. ACM.
- Oliveira, C. R. (2022). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2022*. ACM. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/29193>
- Oliveira, S., Guimarães, O. & Ferreira, J. (2023). As entrevistas semiestruturadas na pesquisa qualitativa em educação. *Revista Linhas*, 24(55), 210-236. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723824552023210>
- Organização das Nações Unidas (2024). *Migrações*. Nações Unidas. <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_RES\\_70\\_1\\_E.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf)
- Organização Internacional para as Migrações. (2009). *Glossário sobre migração*. N.º. 22. OIM. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/im122.pdf>
- Parlamento Europeu. (2025). *Coesão, crescimento e emprego*. Direção-Geral das Políticas Internas da União e pela Direção-Geral das Políticas Externas da União.

<https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf-chapter/pt/pt-chapter-3.pdf>

- Peixoto, J. (2002). Os mercados de imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal. In. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, 2, Ministério da Segurança Social e Emprego.
- Pereira, L., Godoy, D. & Terçariol, D. (2009). Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 22(3), 422 – 429.  
<https://www.scielo.br/j/prc/a/Rjm8bQcZJjSn4MXZCpNzyLj/?format=pdf&lang=pt>
- Pessoas 2030. (2023). *Programa Qualifica atinge um milhão de inscritos*. Pessoas 2030.  
<https://pessoas2030.gov.pt/2023/12/29/programa-qualifica-atinge-um-milhao-de-inscritos/#:~:text=O%20Programa%20Qualifica%20conta%20atualmente,c%3%A2maras%20municipais%20e%20associa%3%A7%3%B5es%20empresariais>
- Pestana, M. (2024). *As Crianças Institucionalizadas Factores de Risco, Saúde Mental, Intervenção Educativa e Comunitária*. [Dissertação de mestrado, Universidade da Madeira]. Repositório DigitUMa.  
<http://hdl.handle.net/10400.13/7133>
- Petersen, W. (1958). A General Typology of Migration. *American Sociological Review*, 23(3), 256-266.
- Pies, N. (2011). *Capital cultural e educação em Bourdieu*. [Dissertação de Pós-graduação, Universidade de Passo Fundo]. Repositório UPF.  
<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/706>
- Pinheiro, A. & Queirós, J. (2017). *Dos Centros Novas Oportunidades aos Centros Qualifica: avanços, recuos e impasses do enquadramento político e institucional do reconhecimento, validação e certificação de competências em Portugal*. (IS Working Papers, N° 55). Instituto de Sociologia e Fundação para a Ciência e Tecnologia.  
<https://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/WP%2055.pdf>
- Pintassilgo, J. (2014). O 25 de Abril e a Educação: Discursos de professores em contexto revolucionário. In J. Pintassilgo (Org.). *O 25 de Abril e a Educação: discursos, práticas e memórias docentes* (pp. 11-27). Edições Colibri.  
<https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/29422/1/O%2025%20DE%20ABRIL%20E%20A%20EDUCA%c3%87%c3%83O%20DISCURSOS%20DE%20PROFESSORES%20EM%20CONTEXTO%20REVOLUCION%c3%81RIO.pdf>

- Pordata. (2023a). *População residente portuguesa de naturalidade estrangeira segundo os Censos: total e por país de naturalidade*. Fundação Francisco Manuel Dos Santos. <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+portuguesa+de+naturalidade+estrangeira+segundo+os+censos+total+e+por+pais+de+naturalidade-3783>
- Pordata. (2023b). *População residente segundo os Censos: total e por nacionalidade*. Fundação Francisco Manuel Dos Santos. <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+nacionalidade-3793>
- Pordata. (2023c). *Pordata divulga retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal*. Fundação Francisco Manuel Dos Santos. [https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f\\_2023\\_12\\_12\\_pr\\_dia\\_internacional\\_dos\\_migrantes\\_vf.pdf](https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf)
- Pordata. (2024). *Taxa de abandono escolar precoce por sexo (%)*. Fundação Francisco Manuel Dos Santos. <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/educacao/qualificacoes-da-populacao/taxa-de-abandono-escolar-precoce-por-sexo>
- Portaria n.º 127/2015, de 30 de julho, cria e regulamenta a medida REATIVAR Madeira que promove a reintegração no mercado de trabalho ou reconversão profissional de desempregados de longa duração e desempregados de muito longa duração. (2015). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 112. <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202015/ISerie-112-2015-07-30supl.pdf> (alterada e republicada)
- Portaria n.º 19/2013, de 8 de março, aprova o Programa “Juventude Ativa”. (2013). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 32. <https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Programas/ISerie-032-2013-03-08%20regulamento%20juventude%20ativa.pdf>
- Portaria n.º 206/2018, de 2 de julho, aprova e regulamenta o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros da medida Estágios Profissionais. (2018). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 101. <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202018/ISerie-101-2018-07-02.pdf#page=20> (alterada e republicada)
- Portaria n.º 209/2018, de 3 de julho, aprova e regulamenta o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros da medida Estágios Profissionais na Administração Pública. (2018). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 102.

<https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202018/ISerie-102-2018-07-03.pdf#page=23> (alterada e republicada)

Portaria n.º 275/2023, de 20 de abril, aprova o regulamento do Programa Jovem em Formação, promovido pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Direção Regional de Juventude (DRJ). (2023). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 75. [https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Portaria%20275\\_2023%20-%20Regulamento%20Programa%20Jovem%20em%20Forma%20c3%a7%20c3%a3o.pdf](https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Portaria%20275_2023%20-%20Regulamento%20Programa%20Jovem%20em%20Forma%20c3%a7%20c3%a3o.pdf)

Portaria n.º 370/2008, de 21 de maio, regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades. (2008). Diário da República: n.º 98/2008, Série I de 2008-05-21, pp. 2898 – 2906. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/370-2008-249254> (revogado)

Portaria n.º 522/2023, de 13 de julho, Proceda à sexta alteração da Portaria n.º 206/2018, de 2 de julho, da então Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, alterada pelas Portarias n.ºs 282/2021, de 31 de maio, 846/2021, de 13 de dezembro, 171/2022, de 30 de março, 545/2022, de 2 de setembro, que cria a medida Estágios Profissionais (EP), promovida pela Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, através do Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, abreviadamente designado por IEM, IP-RAM. (2023). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 130. <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202023/ISerie-130-2023-07-13.pdf>

Portaria n.º 537/2023, de 17 de julho. procede à quarta alteração da Portaria n.º 190/2014, de 6 de novembro, que cria o Programa Formação/Emprego, alterada pela Portaria n.º 77/2015, de 31 de março, ambas da então Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, pela Portaria n.º 278/2018, de 17 de agosto, da então Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais e pela Portaria n.º 846/2021, de 13 de dezembro, da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania. (2023). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 132. <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202023/ISerie-132-2023-07-17.pdf>

Portaria n.º 558/2023, de 25 de julho, procede à quarta alteração da Portaria n.º 209/2018, de 3 de julho, da então Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, alterada

pelas Portarias n.ºs 846/2021, de 13 dezembro, 172/2022, de 30 de março e 523/2023, de 13 de julho, todas da Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania, que cria e regulamenta a medida de Estágios Profissionais na Administração Pública (EPAP). (2023). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 138. <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202023/ISerie-138-2023-07-25.pdf>

Portaria n.º 59-A/2022, de 28 de janeiro - Procede à segunda alteração à Portaria n.º 328/2018, de 19 de dezembro, que define o regime de certificação de empresas de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver atividade qualificada em Portugal. (2022). Diário da República: n.º 20/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-01-28, pp. 2 – 12. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/59-a-2022-178391312>

Portaria n.º 62/2022, de 31 de janeiro, regula a criação e o regime de organização e funcionamento dos centros especializados em qualificação de adultos. (2022). Diário da República n.º 21/2022, Série I de 2022-01-31, pp. 20 – 31. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/62-2022-178394356>

Portaria n.º 679/2020, de 26 de outubro, à alteração da Portaria n.º 679/2020, de 26 de outubro, que aprova e regulamenta o programa Monitor Júnior. (2023). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 77. <https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Programas/Portaria%20Monitor%20J%c3%banior%20JORAM.pdf>

Portaria n.º 679/2020, de 26 de outubro, aprova e regulamenta o programa Monitor Júnior, promovido pela Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia, através da Direção Regional de Juventude, adiante designada por DRJ. (2020). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 201. [https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202020/ISerie-201-2020-10-26.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202020/ISerie-201-2020-10-26.pdf?utm_source=chatgpt.com) (revogada)

Portaria n.º 788/2020, de 10 de dezembro, aprova e regulamenta o programa Qualificar+ para Empregar. (2020). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 232. <https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202020/ISerie-232-2020-12-10sup.pdf>

Portaria n.º 881/2024, de 11 de dezembro, aprova e Regulamenta o programa Ingressa. (2024). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 203.

[https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Programas/Portaria%20881\\_2024%20\\_Programa\\_Ingressa.pdf](https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Programas/Portaria%20881_2024%20_Programa_Ingressa.pdf)

Portaria n.º 901/2024, de 12 de dezembro, aprova e Regulamenta o Programa Estágios de Verão. (2024). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 204.

[https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Programas/Portaria%20901\\_2024%20Est%20a1gios%20de%20Ver%20a3o.pdf](https://www.madeira.gov.pt/Portals/44/Documentos/Programas/Portaria%20901_2024%20Est%20a1gios%20de%20Ver%20a3o.pdf)

Presidência do Conselho de Ministros. (2025). *Dia Mundial da Justiça Social: significado e relevância global*. SGPCM. <https://www.sg.pcm.gov.pt/a-sgpcm/noticias/2025/fevereiro/dia-mundial-justica-social/>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2024). *O que é o IDH*. PNUD. <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-e-o-idh>

Qualifica. (s.d.). *Programa Qualifica*. República Portuguesa. <https://www.qualifica.gov.pt/#/programaQualifica>

Ramos, L. (2021). *A interseccionalidade na educação inclusiva: marcadores sociais da diferença*. 1 - 22. Repositório Institucional – UNILA.

Ramos, M. C. P. (2013). Mobilidades qualificadas e empreendedoras no contexto dos movimentos migratórios contemporâneos e da crise económica. *Revista Ambivalências*, 1(2), 73-103. <http://dx.doi.org/10.21665/2318-3888.v1n2p73-103>

Reichardt, C. & Cook, T. (1986). Hacia una superación del enfrentamiento entre los métodos cualitativos y los cuantitativos. In C. Reichardt & T. Cook. (Eds.). *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa*. (2nd. ed., 25-52). Ediciones Morata.

República portuguesa. (2022). *Relatório de emigração*. Comunidades portuguesas. [https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/images/GADG/2022-RelatoriodaEmigracao\\_MNE\\_NI\\_SECP\\_FINAL.pdf](https://portaldascomunidades.mne.gov.pt/images/GADG/2022-RelatoriodaEmigracao_MNE_NI_SECP_FINAL.pdf)

Resende, R. (2016). Técnica de investigação qualitativa: ETCI. *Journal of Sport Pedagogy & Research*. 2(1), 50-57. [https://www.researchgate.net/publication/305488949\\_Tecnica\\_de\\_Investigacao\\_Qualitativa\\_ETCI](https://www.researchgate.net/publication/305488949_Tecnica_de_Investigacao_Qualitativa_ETCI)

Resolução do Conselho de Ministros 61/2018 de 21 de maio – Aprova a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação (ENIND) – Portugal + Igual. (2018). Diário da República: 1.ª série — N.º 97. pp. 2220-2245. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/61-2018-115360036>

- Resolução do Conselho de Ministros 63-A/2007, de 3 de maio - Aprova o Plano para a Integração dos Imigrantes (PII). (2007). Diário da República: n.º 85/2007, 1º Suplemento, Série I de 2007-05-03, pp. 2 – 23. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/63-a-2007-415237>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021, de 28 de julho - Aprova o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 - Portugal contra o racismo. (2021). Diário da República: n.º 145/2021, Série I de 2021-07-28, pp. 20 – 72. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/101-2021-168475294>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto - Aprova o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações. (2019). Diário da República: n.º 158/2019, Série I de 2019-08-20, pp. 45 – 54. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/141-2019-124044668>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 17 de setembro - Aprova o II Plano para a Integração dos Imigrantes (2010-2013). (2010). Diário da República: n.º 182/2010, Série I de 2010-09-17, pp. 4097 – 4116. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/74-2010-341856>
- Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 1027/2023, aprova o Regulamento de Bolsas de Estudo do Governo Regional da Madeira para a frequência de cursos superiores. (2023). Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, Serie I, N.º 175. [https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202023/ISerie-175-2023-09-22sup.pdf?utm\\_source=chatgpt.com](https://joram.madeira.gov.pt/joram/1serie/Ano%20de%202023/ISerie-175-2023-09-22sup.pdf?utm_source=chatgpt.com)
- Rodrigues, L. (2023a). Educação e intervenção comunitária. In. L. Rodrigues & J.M. Sousa (orgs.), *Educação e desenvolvimento comunitário*. (1st. ed., pp. 29-47). Imprensa Académica.
- Rodrigues, L. (2023b). Ética e investigação científica. *Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH*, 7(2, jul-dez), 126-139.
- Romero, P. (2017). *Multiculturalismo: diversidade cultural na escola*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional BDigital. [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6269/1/DM\\_Patricia%20Elizabeth%20Benitez%20Romero.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/6269/1/DM_Patricia%20Elizabeth%20Benitez%20Romero.pdf)

- Sampaio, J. (2022). *Políticas de integração adotadas em Portugal para a inserção do imigrante no mercado de trabalho*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/144472/2/586452.pdf>
- Sánchez Santos, J. M. & Pena López, A. (2005). Actividad asociativa, confianza y generación de capital social: evidencia empírica. *Ekonomiaz: Revista Vasca de Economía*, 59, 136- 159.
- Santos, E. (2015). O dumping social nas relações de trabalho, formas de combate. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região*, 60(91), 209-221.
- Sá-Silva, J., Almeida, C. & Guindani, J. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, RS, 1(1), 1-15. <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>
- Schwarz, K. (2023). *Coesão económica, social e territorial*. Parlamento Europeu. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/93/coesao-economica-social-e-territorial>
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2022). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2022*. Rede europeia das migrações. <https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>
- Silva, E. (2013). As metodologias qualitativas de investigação em ciências sociais. *Revista angolana de sociologia*. 12(1), 77 – 99. <https://doi.org/10.4000/ras.740>
- Silva, T. T. (Org.). (2014). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Editora Vozes.
- Silva, I., Velosa, A. & Keating, J. (2014). Focus group: Considerações teóricas e metodológicas. *Revista Lusófona de Educação*, 26(26), 175-190. [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32357/1/Silva%2c%20Veloso%20%26%20Keating%20%282014%29\\_Focus%20group\\_RLE.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/32357/1/Silva%2c%20Veloso%20%26%20Keating%20%282014%29_Focus%20group_RLE.pdf)
- Simões, A., Neto, J. H., Cavalcanti, L., Oliveira, A. T. & Macêdo, M. (2020). *A Inserção do Imigrante Qualificado no Mercado Formal de Trabalho Brasileiro 2010 a 2019*. OBMigra - Observatório das migrações internacionais. [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios\\_RAIS/OBMigra\\_RAIS%202020\\_v3%20\(6\).pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorios_RAIS/OBMigra_RAIS%202020_v3%20(6).pdf)
- Slack, N., Brandon-Jones, A. & Johnston, R. (1997). *Administração da produção*. Atlas.

- Sousa, J. M. (2023). O papel da educação no empoderamento da pessoa. In. L. Rodrigues & J.M. Sousa (orgs.), *Educação e desenvolvimento comunitário*. (1st. ed., pp. 16-28). Imprensa Académica.
- Sousa, R. (s.d.). *Venezuela. Brasil Escola*.  
<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/venezuela.htm#Caracter%C3%ADsticas+gerais+da+Venezuela>
- Sousa, V. (2014). Qual o significado de “Diáspora” em tempo de globalização? A relação controversa entre Império, lusofonia e “portugalidade”. *IV congresso internacional em estudos culturais. Braga: Universidade do Minho*. 515-522.  
[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40813/1/VS\\_2014\\_atas\\_congresso\\_estudos\\_culturais.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40813/1/VS_2014_atas_congresso_estudos_culturais.pdf)
- Souto, J. L. M., Moreira, R. M. & Severo, V. S. (2012). *Dumping social nas relações de trabalho*. LTr.
- Souza, M. T. D. (2008). Reflexões sobre ética na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 61(2), 249-253.
- Torres, G. (2023). *A Revolução dos Cravos na transformação do Ensino Superior Português*. AAUBI. <https://aaubi.org/a-revolucao-dos-cravos-na-transformacao-do-ensino-superior-portugues/#:~:text=Ap%C3%B3s%20a%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Cravos%2C%20diversas%20transforma%C3%A7%C3%B5es,e%20o%20estabelecimento%20da%20Lei%20de%20Bases>.
- Tull, D. S. & Hawkins, D. I. (1976). *Marketing research, meaning, measurement and method*. Macmillan Publishing Co.
- União interparlamentar. (2018). *Migração, Direitos Humanos e governação. Manual para parlamentar n.º 14*. Organização Internacional do Trabalho.
- Vitoriano, N. (2014). *A Imigração como Contributo para o Equilíbrio Demográfico da União Europeia* [Dissertação de Mestrado, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território]. Academia.edu.  
[https://www.academia.edu/17661929/A\\_Imigra%C3%A7%C3%A3o\\_como\\_Contributo\\_para\\_o\\_Equil%C3%ADbrio\\_Demogr%C3%A1fico\\_da\\_Uni%C3%A3o\\_Europeia](https://www.academia.edu/17661929/A_Imigra%C3%A7%C3%A3o_como_Contributo_para_o_Equil%C3%ADbrio_Demogr%C3%A1fico_da_Uni%C3%A3o_Europeia)
- Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Harvard University Press.
- Woodward, K. (2014). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.

- T. T. Da Silva (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (15ed., pp. 7-72). Vozes.
- Yin, R. (2003). *Estudo de caso, planejamento e métodos*. (3.<sup>a</sup> edição). Bookman.
- Young, J. (2024). *Brain Drain: Definition, Causes, Effects, and Examples*. Investopedia. [https://www.investopedia.com/terms/b/brain\\_drain.asp](https://www.investopedia.com/terms/b/brain_drain.asp)
- Zapellini, M. & Feuerschütte, S. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração, Ensino e Pesquisa*. 16(2), 241 – 273. <https://www.redalyc.org/pdf/5335/533556754005.pdf>
- Zimmerman, M. A. (1995). Psychological Empowerment: Issues and Illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23 (5), 581-599.

## **APÊNDICES**

## Apêndice 1: Consentimento informado para a realização de entrevistas



### **Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em estudos de Investigação**

**Identificação do Investigador:** Daniela Paula de Sousa Faria.

**Título do estudo:** Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira.

**Enquadramento:** A presente dissertação de mestrado enquadrada no mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário, tem como problema de investigação a seguinte questão: será que a qualificação superior dos migrantes da Venezuela contribui para o desenvolvimento regional na RAM?. Para isto, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, com a finalidade de compreender quais as barreiras que esta comunidade tem vivenciado; quais as políticas e ferramentas que o governo regional implementa para a integração de migrantes e o aumento de qualificações; se esta comunidade se encontra em situação de sobrequalificação ou *dumping* social e o perfil destes migrantes.

**Explicação do estudo:** Esta investigação tem por objetivo analisar se os migrantes venezuelanos trazem contributos para o desenvolvimento regional tendo por base a variável da qualificação superior. Para isto, a amostra selecionada para o estudo é a comunidade migrante venezuelana residente na RAM, considerando dentro deste grupo os indivíduos pertencentes ao grupo da população estrangeira residente; os indivíduos luso-descendentes, que são naturais da Venezuela, detentores de dupla nacionalidade (venezuelana e portuguesa) e residem na região; e, aos indivíduos que são naturais de Portugal mas que migraram por algum período à Venezuela e que atualmente residem na região. Sendo todos estes maiores de 18 anos e que se encontram em idade ativa. Desta forma, serão realizadas entrevistas semiestruturadas a um responsável político da Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa e a representantes de associações que representam a comunidade venezuelana na RAM. Para estas entrevistas será necessário reunir apenas uma vez, sendo que as mesmas estão previstas para ter uma duração de 20 a 30 minutos, onde os participantes em qualquer momento poderão desistir se assim o preferirem. Destaca-se ainda que, as mesmas serão gravadas em formato áudio com o

auxílio de uma aplicação de distorção de voz, de igual forma, todos os entrevistados serão codificados num mapa de informantes para salvaguardar o anonimato. Após um período máximo de dois anos, depois da defesa do presente estudo as gravações irão ser eliminadas.

**Condições e financiamento:** Não existe pagamento para deslocações ou contrapartidas, sendo que, os custos associados serão suportados pela investigadora. A participação neste estudo é de carácter voluntário, possuindo ausência de prejuízos, assistenciais ou outros. Salienta-se ainda que esta investigação respeita a Lei de Proteção de Dados, obtendo o parecer favorável da Comissão de Ética da Universidade da Madeira.

**Anonimato e confidencialidade:** É garantida a confidencialidade e o uso exclusivo dos dados recolhidos para o presente estudo, assegurando o anonimato (não havendo registo de dados de identificação) garantindo que todos os contactos serão feitos num ambiente de máxima privacidade. Os nomes de cada participante identificar-se-ão com códigos de números e letras. Da mesma forma, cada participante compromete-se igualmente a não partilhar informação recolhida no estudo.

Agradeço à/ao ... por terem a disponibilidade de participar neste estudo.

**Investigadora:** Daniela Paula de Sousa Faria – Mestranda em Educação e Desenvolvimento Comunitário da Universidade da Madeira.

**Endereço eletrónico:** [2007620@student.uma.pt](mailto:2007620@student.uma.pt)

Por favor, leia com atenção esta informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações.

Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Assinatura de quem pede consentimento:

---

(Daniela Paula de Sousa Faria)



### **Declaração de Consentimento do Participante**

Eu, \_\_\_\_\_  
declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados, que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para fins científicos e publicações que delas decorram e com as garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Assinatura legível e manuscrita:

\_\_\_\_\_

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

## Apêndice 2: Pedidos de autorização de participação na investigação



### **Assunto: Pedido de autorização para recolha de dados qualitativos no/a...**

Funchal, janeiro de 2025.

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). ...,

O meu nome é Daniela Paula de Sousa Faria e frequento o 2.º ano do Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário na Universidade da Madeira. Atualmente, estou a realizar a minha Dissertação, cujo tema é: “Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira”, com a orientação da Professora Doutora Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis.

Os fluxos migratórios têm decorrido desde que a espécie humana está a povoar o planeta, caracterizando-se pela deslocação nos diferentes territórios, comprovando assim, que a migração não é um fenómeno atual. Nos últimos anos, o número de migrantes continua a aumentar mundialmente, e Portugal não é a exceção. As características do fluxo migratório português são marcadas tanto pela emigração (saída de indivíduos do território) como pela imigração (entrada de indivíduos ao território), apresentando assim várias diásporas migratórias. Destas, importa destacar para a presente investigação a diáspora luso-venezuelana, a qual teve o seu auge de uma grande vaga de emigração para o país americano em meados da década de 80, principalmente por cidadãos portugueses oriundos da Ilha da Madeira. Contudo, a partir do novo milénio, o fluxo migratório inverteu-se, fazendo com que milhões de venezuelanos emigrassem para vários países, como Portugal, e especificamente a RAM. Paralelamente, constata-se que os migrantes representam uma mais-valia para os países de acolhimento, especialmente os altamente qualificados, já que podem contribuir para o desenvolvimento comunitário e a coesão social.

Assim sendo, esta investigação baseia-se num estudo de caso, cujo objetivo principal é analisar se os migrantes venezuelanos trazem contributos para o desenvolvimento regional tendo por base a variável da qualificação superior. Para isto, será necessário a aplicação de entrevistas semiestruturadas a um responsável político da Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa e a representantes de associações que representam a comunidade venezuelana na RAM, com a finalidade de

compreender quais as barreiras que esta comunidade tem vivenciado; quais as políticas e ferramentas que o governo regional implementa para a integração de migrantes e o aumento de qualificações; se esta comunidade se encontra em situação de sobrequalificação ou *dumping* social e o perfil destes migrantes.

Destaca-se ainda que, as mesmas serão gravadas em formato áudio e após um período máximo de dois anos, depois da defesa do presente estudo, as gravações irão ser eliminadas. Bem como, também é assegurado o anonimato (não registo de dados de identificação), garantindo que a identificação dos participantes nunca será tornada pública em caso algum. É de salientar que, pretendo realizar estas entrevistas no final de março de 2025, se tudo correr como esperado.

Face ao exposto anteriormente, gostaria de solicitar a sua autorização para realizar a recolha de dados anteriormente referida. De igual forma, agradeceria se pudesse formalizar a sua aceitação por meio de uma declaração por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>.

Fico a aguardar a sua resposta e agradeço a sua disponibilidade.

Com os melhores cumprimentos,

A investigadora,

---

Daniela Paula de Sousa Faria (Universidade da Madeira).

[2007620@student.uma.pt](mailto:2007620@student.uma.pt)

A orientadora,

---

Professora Doutora Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis (Universidade da Madeira).

### Apêndice 3: Guião de entrevista realizada ao responsável político da DRCCE



#### Guiões de Entrevistas

**Mestrado:** Educação e Desenvolvimento Comunitário.

**Mestranda:** Daniela Paula de Sousa Faria.

**Orientadora:** Professora Doutora Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis.

**Tema:** Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira.

**Público-alvo da investigação:** Comunidade migrante venezuelana na RAM.

**Objetivo geral:** Analisar se os migrantes venezuelanos trazem contributos para o desenvolvimento regional tendo por base a variável da qualificação superior.

#### Objetivos específicos:

- f) Determinar qual o perfil dos migrantes da Venezuela sobre a variável da qualificação superior e de que forma o mesmo contribui para o desenvolvimento regional.
- g) Realizar uma análise social, económica e demográfica da comunidade migrante venezuelana residente na RAM.
- h) Determinar quais os desafios ou barreiras que os migrantes venezuelanos residentes na região têm vivenciado.
- i) Identificar se esta população se encontra em situação de sobrequalificação ou *dumping social*, e de que forma esta condição pode afetar a sua integração na comunidade.
- j) Conhecer quais as ferramentas e políticas do Governo Regional da Madeira são implementadas para a integração dos migrantes e do aumento da qualificação destes.

**Entrevista a realizar a:** Responsável político pela Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa.

**Nota:**

Será garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato do respondente. Mais se dirá que o entrevistado poderá desistir a qualquer altura da entrevista.

Iremos pedir a assinatura do consentimento livre e esclarecido e referir que esse consentimento ficará na posse da equipa de investigação e que não será anexo ao produto final de trabalho.

Iremos informar o respondente que os dados recolhidos neste trabalho respeitam a Lei de Proteção de Dados e que esses dados serão destruídos dois anos após a publicação em *Open Access* da dissertação de mestrado.

Blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas	Definições	Observações
<p><b>A- Apresentações</b></p>	<p>Apresentação da mestranda e dos objetivos da dissertação.</p> <p>Será realizado o esclarecimento de dúvidas ao longo da entrevista se for necessário para legitimar a mesma.</p> <p>Realizar-se-á uma entrevista de tipo semiestruturada.</p> <p>Referir que será garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato do respondente. Mais se dirá que o entrevistado poderá desistir a qualquer altura da entrevista.</p> <p>Pedir a assinatura do consentimento livre e esclarecido. Referir que esse consentimento ficará na posse da equipa de investigação e que não será anexo ao produto final de trabalho.</p> <p>Informar o respondente que os dados recolhidos neste trabalho respeitam a Lei de Proteção de Dados e que esses dados serão destruídos dois anos após a publicação em <i>open access</i> da dissertação de mestrado.</p>			
<p><b>B- Perfil e contributo dos migrantes</b></p>	<p>a) Determinar qual o perfil dos migrantes da Venezuela sobre a variável da qualificação superior e de que forma o mesmo contribui para o desenvolvimento regional.</p>	<p>1) Atendendo que a Madeira foi uma região principalmente caracterizada pela emigração, e que, atualmente apresenta um paradigma contrário, onde os números de imigrantes continuam a aumentar cada vez mais, considera que este aumento da população estrangeira é uma mais-valia para a Região?</p> <p>Porquê?</p>		

		2) Qual é o perfil educacional predominante dos migrantes venezuelanos na RAM, especialmente no que diz respeito às qualificações superiores?		
		3) De que forma os migrantes venezuelanos qualificados têm contribuído para o desenvolvimento económico e social da região?		
<b>C- Caracterização e desafios apresentados</b>	b) Realizar uma análise social, económica e demográfica da comunidade migrante venezuelana residente na RAM.	4) Quais são as principais características sociais, económicas e demográficas da comunidade migrante venezuelana residente na RAM, segundo os dados disponíveis?		
	c) Determinar quais os desafios ou barreiras que os migrantes venezuelanos residentes na região têm vivenciado.	5) Quais são os principais desafios ou barreiras que os migrantes venezuelanos enfrentam ao integrar-se na RAM?, seja no mercado de trabalho ou na própria comunidade		
<b>D- Empregabilidade e sobrequalificação</b>	b) Realizar uma análise social, económica e demográfica da	6) Existem setores ou áreas específicas onde os migrantes venezuelanos estão mais inseridos?		

	comunidade migrante venezuelana residente na RAM.			
	d) Identificar se esta população se encontra em situação de sobrequalificação ou dumping social, e de que forma esta condição pode afetar a sua integração na comunidade.	7) Existem casos frequentes de migrantes venezuelanos a trabalhar em funções abaixo das suas qualificações? Considera que isto pode afetar a sua integração na comunidade?		
<b>E- Políticas e ferramentas de integração</b>	e) Conhecer quais as ferramentas e políticas do governo regional são implementadas para a integração dos migrantes e do aumento da qualificação destes.	8) Quais ferramentas ou políticas regionais são implementadas para facilitar a integração dos migrantes venezuelanos e o reconhecimento das suas qualificações?		
<b>F- Agradecimentos</b>	Agradecimentos pela participação na investigação. Confirmação de confidencialidade dos dados recolhidos, bem como a destruição dos mesmos após a defesa da dissertação.			

#### **Apêndice 4: Guião de entrevista realizada ao responsável de uma associação que representa a comunidade venezuelana na região**



##### **Guião da Entrevista**

**Mestrado:** Educação e Desenvolvimento Comunitário.

**Mestranda:** Daniela Paula de Sousa Faria.

**Orientadora:** Professora Doutora Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis.

**Tema:** Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira.

**Público-alvo da investigação:** Comunidade migrante venezuelana na RAM.

**Objetivo geral:** Analisar se os migrantes venezuelanos trazem contributos para o desenvolvimento regional tendo por base a variável da qualificação superior.

##### **Objetivos específicos:**

- a) Determinar qual o perfil dos migrantes da Venezuela sobre a variável da qualificação superior e de que forma o mesmo contribui para o desenvolvimento regional.
- b) Realizar uma análise social, económica e demográfica da comunidade migrante venezuelana residente na RAM.
- c) Determinar quais os desafios ou barreiras que os migrantes venezuelanos residentes na região têm vivenciado.
- d) Identificar se esta população se encontra em situação de sobrequalificação ou *dumping social*, e de que forma esta condição pode afetar a sua integração na comunidade.
- e) Conhecer quais as ferramentas e políticas do Governo Regional da Madeira são implementadas para a integração dos migrantes e do aumento da qualificação destes.

**Entrevista a realizar a:** Responsável de uma associação que representa a comunidade venezuelana na RAM.

**Nota:**

Será garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato do respondente. Mais se dirá que o entrevistado poderá desistir a qualquer altura da entrevista.

Iremos pedir a assinatura do consentimento livre e esclarecido e referir que esse consentimento ficará na posse da equipa de investigação e que não será anexo ao produto final de trabalho.

Iremos informar o respondente que os dados recolhidos neste trabalho respeitam a Lei de Proteção de Dados e que esses dados serão destruídos dois anos após a publicação em *Open Access* da dissertação de mestrado.

Blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas	Definições	Observações
<p><b>A- Apresentações</b></p>	<p>Apresentação da mestrandia e dos objetivos da dissertação.</p> <p>Será realizado o esclarecimento de dúvidas ao longo da entrevista se for necessário para legitimar a mesma.</p> <p>Realizar-se-á uma entrevista de tipo semiestruturada.</p> <p>Referir que será garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato do respondente. Mais se dirá que o entrevistado poderá desistir a qualquer altura da entrevista.</p> <p>Pedir a assinatura do consentimento livre e esclarecido. Referir que esse consentimento ficará na posse da equipa de investigação e que não será anexo ao produto final de trabalho.</p> <p>Informar o respondente que os dados recolhidos neste trabalho respeitam a Lei de Proteção de Dados e que esses dados serão destruídos dois anos após a publicação em <i>open access</i> da dissertação de mestrado.</p>			
<p><b>B- Perfil e contributo dos migrantes</b></p>	<p>a) Determinar qual o perfil dos migrantes da Venezuela sobre a variável da qualificação superior e de que forma o mesmo contribui para o desenvolvimento regional.</p>	<p>Qual é o perfil educativo e profissional mais comum entre os imigrantes venezuelanos que procuram apoio na associação, especialmente em relação à qualificação superior?</p>		

		De que forma a qualificação superior dos migrantes venezuelanos tem sido um fator de contributo para o desenvolvimento da comunidade e da região, com o apoio da associação?		
<b>C- Caraterização e desafios apresentados</b>	b) Realizar uma análise social, económica e demográfica da comunidade migrante venezuelana residente na RAM.	Quais são as principais características sociais, económicas e demográficas dos migrantes venezuelanos que a associação apoia?		
	c) Determinar quais os desafios ou barreiras que os migrantes venezuelanos residentes na região têm vivenciado.	Quais são as principais barreiras ou desafios que os migrantes venezuelanos enfrentam ao procurar trabalho ou se integrar na comunidade, e como a associação os apoia?		

		A associação tem identificado dificuldades específicas que os migrantes enfrentam em termos de acesso a serviços de saúde, educação ou outros serviços sociais? Como lidam com essas questões?		
<b>D- Sobrequalificação, dumping social e programas de integração</b>	d) Identificar se esta população se encontra em situação de sobrequalificação ou dumping social, e de que forma esta condição pode afetar a sua integração na comunidade.	A associação tem identificado casos de migrantes venezuelanos em situação de sobrequalificação ou em empregos abaixo da sua formação? Como isso impacta a sua integração?		
	e) Conhecer quais as ferramentas e políticas do governo regional são implementadas para a integração dos migrantes e do aumento da qualificação destes.	Quais políticas ou programas a associação utiliza para apoiar os migrantes venezuelanos na área da qualificação profissional e acreditação de diplomas?		
<b>Agradecimentos</b>	Agradecimentos pela participação na investigação. Confirmação de confidencialidade dos dados recolhidos, bem como a destruição dos mesmos após a defesa da dissertação.			

## Apêndice 5: Guião do inquérito por questionário versão em português



### Guião do Inquérito por Questionário

**Mestrado:** Educação e Desenvolvimento Comunitário.

**Mestranda:** Daniela Paula de Sousa Faria.

**Orientadora:** Professora Doutora Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis.

**Tema:** Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira.

**Objetivo geral:** Analisar se os migrantes venezuelanos trazem contributos para o desenvolvimento regional tendo por base a variável da qualificação superior.

#### Objetivos específicos:

- f) Determinar qual o perfil dos migrantes da Venezuela sobre a variável da qualificação superior e de que forma o mesmo contribui para o desenvolvimento regional.
- g) Realizar uma análise social, económica e demográfica da comunidade migrante venezuelana residente na RAM.
- h) Determinar quais os desafios ou barreiras que os migrantes venezuelanos residentes na região têm vivenciado.
- i) Identificar se esta população se encontra em situação de sobrequalificação ou *dumping social*, e de que forma esta condição pode afetar a sua integração na comunidade.
- j) Conhecer quais as ferramentas e políticas do Governo Regional da Madeira são implementadas para a integração dos migrantes e do aumento da qualificação destes.

**Inquéritos a realizar a:** Comunidade migrante venezuelana residente na RAM, considerando dentro deste grupo os indivíduos pertencentes ao grupo da população estrangeira residente; os indivíduos luso-descendentes, que são naturais da Venezuela, detentores de dupla nacionalidade (venezuelana e portuguesa) e residem na região; e, aos indivíduos que são naturais de Portugal mas que migraram por algum período à Venezuela e que atualmente residem na região. Sendo todos estes maiores de 18 anos e que se encontram em idade ativa.

## **Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para Participação em estudos de Investigação**

**Título do estudo:** Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira.

**Enquadramento:** A presente dissertação de mestrado enquadrada no mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário, tem como problema de investigação a seguinte questão: será que a qualificação superior dos migrantes da Venezuela contribui para o desenvolvimento regional na RAM?. Para isto, serão realizados inquéritos por questionário, por meio da plataforma *Qualtrics*, com a finalidade de compreender quais as barreiras que esta comunidade tem vivenciado; quais as políticas e ferramentas que o governo regional implementa para a integração de migrantes e o aumento de qualificações; se esta comunidade se encontra em situação de sobrequalificação ou *dumping* social e o perfil destes migrantes.

**Condições e financiamento:** Não existe pagamento para deslocações ou contrapartidas, sendo que, os custos associados serão suportados pela investigadora. A participação neste estudo é de caráter voluntário, possuindo ausência de prejuízos, assistenciais ou outros. Salienta-se ainda que esta investigação respeita a Lei de Proteção de Dados, obtendo o parecer favorável da Comissão de Ética da Universidade da Madeira.

**Anonimato e confidencialidade:** É garantida a confidencialidade e o uso exclusivo dos dados recolhidos para o presente estudo, assegurando o anonimato (não havendo registo de dados de identificação) garantindo que todos os contactos serão feitos num ambiente de máxima privacidade. Os nomes de cada participante identificar-se-ão com códigos de números e letras. Da mesma forma, cada participante compromete-se igualmente a não partilhar informação recolhida no estudo.

Agradeço à/ao ... por terem a disponibilidade de participar neste estudo.

Caso tenha alguma dúvida ou preocupação sobre esta investigação, não hesite em contactar a equipa de investigação para obter mais informações.

**Investigadora:** Daniela Paula de Sousa Faria – Mestranda em Educação e Desenvolvimento Comunitário da Universidade da Madeira.

Endereço eletrónico: [2007620@student.uma.pt](mailto:2007620@student.uma.pt)

Se aceitar participar neste estudo, assinale os itens abaixo:

- Tenho 18 anos ou mais
- Declaro que li e compreendi as informações que me foram prestadas, considero-me devidamente informado sobre os objetivos e condições de participação voluntária neste estudo, compreendo que posso desistir de participar neste estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo e aceito os termos e condições deste estudo.

Data: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

O presente questionário destina-se a comunidade migrante venezuelana residente na RAM, considerando dentro deste grupo os indivíduos pertencentes ao grupo da população estrangeira residente; os indivíduos luso-descendentes, que são naturais da Venezuela, detentores de dupla nacionalidade (venezuelana e portuguesa) e residem na região; e aos indivíduos que são naturais de Portugal mas que migraram por algum período à Venezuela e que atualmente residem na região. Sendo todos estes maiores de 18 anos e que se encontram em idade ativa.

O objetivo geral desta investigação incide em analisar se os migrantes venezuelanos trazem contributos para o desenvolvimento regional tendo por base a variável da qualificação superior.

Será garantida a confidencialidade dos dados e o anonimato dos respondentes.

Informa-se que os dados recolhidos neste trabalho respeitam a Lei de Proteção de Dados, e que os mesmos serão destruídos dois anos após a publicação em *Open Access* da dissertação de mestrado.

O questionário divide-se em 3 partes:

- Parte I – Caraterização dos respondentes
- Parte II – Situação laboral e sobrequalificação ou *dumping social*
- Parte III – Desafios, barreiras e integração dos respondentes

O preenchimento deste questionário durará aproximadamente 20 minutos.

*Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade em colaborar nesta investigação,  
Daniela Faria.*

### **Parte I – Caraterização dos respondentes**

1. Indique o seu sexo (selecione apenas uma opção):

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

2. Indique a sua idade (selecione apenas uma opção):
- Dos 18 aos 28 anos
  - Dos 29 aos 39 anos
  - Dos 40 aos 50 anos
  - Dos 51 aos 61 anos
  - 62 anos ou mais
3. Indique o seu país de nascimento (selecione apenas uma opção):
- Venezuela
  - Portugal
  - Outro. Especifique qual: \_\_\_\_\_
4. Indique com qual das seguintes opções, se identifica de acordo com a sua nacionalidade (selecione apenas uma opção):
- Sou natural da Venezuela
  - Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (portuguesa)
  - Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (não portuguesa).  
Indique qual: \_\_\_\_\_
  - Sou natural de Portugal e tenho dupla nacionalidade (venezuelana)
  - Sou natural de Portugal mas vivi na Venezuela durante algum período
5. Indique o seu concelho de residência na RAM (selecione apenas uma opção):
- Funchal
  - Santa Cruz
  - Machico
  - Câmara de Lobos
  - Ribeira Brava
  - Ponta do Sol
  - Calheta
  - Porto Moniz
  - São Vicente
  - Santana
  - Porto Santo

6. Selecione qual o seu grau de habilitações académicas (selecione apenas uma opção):

- 1.º ciclo (até 4.º ano)
- 2.º ciclo (até 6.º ano)
- 3.º ciclo (até 9.º ano)
- Ensino secundário (até o 12.º ano)
- Ensino superior

7. Se respondeu à opção de “Ensino superior” na pergunta anterior, indique qual o ciclo de estudos? (selecione uma opção):

- Curso Técnico Superior Profissional
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

8. Se respondeu à opção de “Ensino superior” na pergunta 6, indique qual a sua área de estudos (pode selecionar mais do que uma opção):

- Artes
- Humanidades
- Ciências Sociais e do Comportamento
- Informação e Jornalismo
- Ciências Empresariais
- Direito
- Ciências da Vida
- Ciências Físicas
- Matemática e Estatística
- Informática
- Engenharia e Técnicas Afins
- Indústrias Transformadoras
- Arquitetura e Construção
- Agricultura, Silvicultura e Pescas
- Ciências Veterinárias
- Saúde

- Serviços Sociais
- Serviços Pessoais
- Serviços de Transporte
- Proteção do Ambiente
- Serviços de Segurança
- Outra. Especifique qual: \_\_\_\_\_

9. O diploma ou certificado do seu nível de habilitações encontra-se acreditado/reconhecido em Portugal? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Está em processamento
- Não tenho diplomas ou certificados estrangeiros

*Se respondeu à opção “Não” ou “Não tenho diplomas ou certificados estrangeiros”  
passe para a pergunta n.º 12.*

10. Se realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados académicos de qual dos seguintes ciclos de estudo? (selecione apenas uma opção):

- Reconhecimento do 1.º ciclo (até 4.º ano)
- Reconhecimento do 2.º ciclo (até 6.º ano)
- Reconhecimento do 3.º ciclo (até 9.º ano)
- Reconhecimento do Ensino secundário (até o 12.º ano)
- Reconhecimento do Ensino superior

11. Se já realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados do ensino superior em Portugal, o tempo de espera deste trâmite foi (selecione apenas uma opção):

- De 0 a 6 meses
- De 7 a 12 meses
- Entre 1 ano e ano e meio
- Mais de ano e meio

12. Atualmente encontra-se a frequentar algum ciclo de estudos superior? (CTESP, Licenciatura, Mestrado ou Doutorado) (selecione apenas uma opção):

- Sim. Indique qual: \_\_\_\_\_
- Não

**Parte II – Situação laboral e sobrequalificação ou *dumping social***

13. Assinale se alguma vez teve pelo menos um trabalho sem direito a contrato de trabalho nem benefícios na RAM (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não

14. Indique se, atualmente, encontra-se a trabalhar (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não

*Se respondeu a opção de “não” este bloco do inquérito termina para si. Por favor, passe diretamente a pergunta n.º 22.*

15. Se respondeu à opção “sim” anterior, indique quanto tempo tem já no emprego atual? (selecione apenas uma opção):

- De 0 a 6 meses
- De 7 meses a 1 ano
- De 1 a 2 anos
- Mais de 2 anos

16. Indique o tipo de contrato que possui no seu atual emprego (selecione apenas uma opção):

- Termo incerto
- Termo certo
- Estou efetivo
- Não tenho contrato de trabalho
- Sou trabalhador independente

17. Selecione a carga horária que realiza no seu trabalho (selecione apenas uma opção):

- Part-time (até 20 horas semanais)
- Part-time (até 30 horas semanais)
- Full-time (até 40 horas semanais)
- Full-time (mais de 40 horas semanais)

18. Indique o seu rango salarial mensal aproximado (selecione apenas uma opção):

- Menos de 500€
- Entre 500 e 700€
- Entre 700 e 900€
- Ordenado mínimo regional 915€
- Entre 950€ e 1200€
- Mais de 1200€. Indique um montante aproximado: \_\_\_\_\_

19. O trabalho que se encontra a desempenhar atualmente esta relacionado com o seu nível de habilitações académicas? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não sei

20. Indique a sua área de trabalho (pode seleccionar mais do que uma opção):

- Atendimento ao cliente
- Serviços de limpeza
- Administração
- Construção
- Restauração
- Serviços de saúde
- Serviços de mecânica automóvel
- Militar
- Docência
- Veterinários
- Transporte
- Segurança e vigilância
- Entregas ao domicílio

Outra. Especifique qual: \_\_\_\_\_

21. De acordo com o seu nível de habilitações académicas, considera que se encontra a receber um ordenado (selecione apenas uma opção):

- Mais baixo do que corresponde
- De acordo com o correspondido
- Maior do que corresponde
- Não sei

### **Parte III – Desafios, barreiras e integração dos respondentes**

22. Desde à sua chegada a RAM considera que conseguir emprego é (selecione apenas uma opção):

- Muito fácil
- Fácil
- Nem fácil, nem difícil
- Difícil
- Muito difícil
- Não sei

23. Quanto tempo já esteve sem emprego enquanto estava em procura ativa do mesmo? (selecione apenas uma opção):

- Entre 0 e 3 meses
- De 4 a 6 meses
- De 7 a 9 meses
- De 10 a 12 meses
- Mais de 1 ano
- Ainda não trabalhei

24. Já sentiu algum tipo de discriminação ou xenofobia por ser migrante? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não sei

*Se respondeu à opção “não” ou “não sei” pode passar diretamente a pergunta n.º 28.*

25. Se respondeu “sim” na pergunta anterior, indique a quantidade de vezes que isto tem acontecido (selecione apenas uma opção):

- 1 a 3 vezes
- De 4 a 6 vezes
- De 7 a 9 vezes
- Mais de 10 vezes

26. Estas situações que tem vivenciado tem sido por parte de (pode seleccionar mais do que uma opção):

- Um português
- Um venezuelano
- Outra pessoa de outra nacionalidade. Se sabe qual, por favor indique: \_\_\_\_\_
- Não sei

27. Das seguintes definições sobre a discriminação, selecione aquela que considera que se adequa melhor a sua situação (selecione apenas uma opção):

- “falência de tratar todas as pessoas de forma equitativa quando não é possível vislumbrar qualquer distinção razoável entre os que são favorecidos e os que o não são” (OIM, 2009, p. 22).
- “a discriminação se refere ao tratamento diferenciado dado a algumas pessoas ou grupos por conta de características e atributos previamente identificados. Geralmente de natureza negativa, a discriminação tende a reforçar a intolerância e a violência” (Melo & Monteiro, 2021, p. 758).
- “qualquer distinção, exclusão ou restrição de preferência, que se baseia em qualquer fundamento como a cultura, a origem étnica, a nacionalidade, a orientação sexual, a religião, a deficiência física ou outras características que não são relevantes para o assunto em questão” (Conselho de Europa, 2016, p. 474).
- Nenhuma das definições anteriores se adequada a minha situação

28. Atualmente sente-se integrado na comunidade madeirense? (selecione apenas uma opção):

- Integrado completamente
- Integrado parcialmente
- Não integrado
- Não sei

29. Sente que o facto de ser migrante tem levado a que tenha mais desafios na sua integração na comunidade? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não sei

30. Sente que o facto de ser migrante dificulta conseguir um emprego? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não sei

31. Se respondeu “sim” na pergunta anterior, por favor indique o porquê (pode seleccionar mais do que uma opção):

- Dificuldade na língua
- Diferença das culturas
- Preconceitos, xenofobia e/ou discriminação por parte dos empregadores
- Preconceitos, xenofobia e/ou discriminação por parte dos colegas de trabalho
- Falta de documentação necessária
- Não reconhecimento de certificados ou diplomas
- Não reconhecimento da experiência laboral realizada no estrangeiro
- Trabalho abaixo do nível das qualificações que possui
- Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

32. Das seguintes opções seleccione aquelas que se identifica relativamente a alguns desafios que pode ter atravessado como imigrante na RAM (pode seleccionar mais do que uma opção):

- Dificuldade na língua portuguesa
- Dificuldade em regularizar a situação legal
- Dificuldade no acesso a informação
- Risco de pobreza
- Falta de acesso aos serviços de saúde
- Falta de acesso a escola ou instituições académicas
- Dificuldade para conseguir vivenda/alojamento
- Tramites demorados de documentação
- Reconhecimento/acreditação dos diplomas e certificados estrangeiros
- Situações de desemprego prolongadas
- Situações de xenofobia
- Situações de discriminação racial
- Situações de discriminação de género
- Outros desafios. Indique qual ou quais: \_\_\_\_\_

33. Considera que o aumento da qualificação superior tem impacto no desenvolvimento próprio e da comunidade em que esta inserido? (selecione apenas uma opção):

- Muito grande
- Grande
- Médio
- Pequeno
- Muito pequeno
- Não sei

34. Considera que o governo regional tem recursos e iniciativas para que os migrantes possam aumentar o seu nível de qualificações académicas e realizar cursos e formações? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não sei

35. Desde a sua chegada à RAM tem realizado algum curso para aumentar o seu nível de qualificação? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não

*Se respondeu a opção “não” o seu questionário acaba aqui. Obrigado pela sua colaboração!*

36. Se respondeu à opção de “sim” na pergunta anterior, por favor indique qual ou quais os cursos ou formações académicas que realizou? (pode seleccionar mais do que uma opção):

- 1.º ciclo (até 4.º ano)
- 2.º ciclo (até 6.º ano)
- 3.º ciclo (até 9.º ano)
- Ensino secundário (até o 12.º ano)
- Curso Técnico Superior Profissional
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Cursos de línguas estrangeiras
- Curso de português, língua não materna
- Curso de competências digitais
- Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

37. Sente que a realização destes cursos e formações tem sido uma mais-valia para o seu percurso profissional? (selecione apenas uma opção):

- Sim, os cursos e formações realizados ajudaram-me a progredir no meu percurso profissional
- Não, os cursos e formações realizados não tiveram nenhum impacto no meu percurso profissional
- Não sei

38. Considera que estes cursos e formações tem proporcionado uma via de integração na comunidade? (selecione apenas uma opção):

- Sim
- Não
- Não sei

39. O conhecimento destes cursos e formações foram tidas por via de (pode seleccionar mais do que uma opção):

- Segurança social
- Instituto de emprego
- Entidade laboral
- Procura por iniciativa própria
- Algum conhecido ou amigo deu a informação
- Outro. Especifique qual: \_\_\_\_\_

40. Indique qual a iniciativa, programa ou política regional que permitiu o alargamento das suas qualificações? (pode seleccionar mais do que uma opção):

- Programa Qualifica (Instituto para a qualificação ou outra instituição)
- Estágios de verão (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)
- Programa monitor júnior (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)
- Programa Ingress@ (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)
- Programa Jovem em formação (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)

- Programa Juventude ativa (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)
- Bolsas de estudo regionais para o ensino superior (Câmaras municipais, juntas de freguesia, bolsa do governo regional, entre outras).
- Programa Qualificar + para empregar (Instituto de Emprego da Madeira)
- Programa Formação/Emprego (Instituto de Emprego da Madeira)
- Programa Reativar Madeira (Instituto de Emprego da Madeira)
- Estágio profissional (Instituto de Emprego da Madeira)
- Programa Novas Oportunidades (Governo Nacional)
- Outro. Especifique: \_\_\_\_\_
- Estou a frequentar o ensino obrigatório (até o 12.º ano)
- Não sei

*Fim do questionário.*

*Obrigado pelo seu tempo e disposição na colaboração desta investigação! 😊*

## Apêndice 6: Guião do inquérito por questionário versão em espanhol



### **Consentimiento Informado, Esclarecido y Libre para Participación en Estudios de Investigación**

**Título del estudio:** Contribuciones de la migración en el desarrollo regional. El caso de Venezuela en la Región Autónoma de Madeira.

**Contexto:** Esta disertación de maestría, enmarcada en el programa de Educación y Desarrollo Comunitario, busca responder la siguiente pregunta de investigación: ¿la cualificación académica superior de los migrantes de Venezuela contribuye al desarrollo regional en la Región Autónoma de Madeira (RAM)? Para ello, se realizarán encuestas a través de la plataforma *Qualtrics* con el fin de comprender: las barreras que esta comunidad ha enfrentado; las políticas y herramientas implementadas por el gobierno regional para la integración de migrantes y el aumento de sus cualificaciones; si esta comunidad se encuentra en una situación de sobre cualificación o *dumping social* y el perfil de estos migrantes.

**Condiciones y financiamiento:** No existirán gastos de traslado ni habrá compensaciones económicas; todos los costos asociados serán asumidos por la investigadora. La participación en este estudio es de forma voluntaria y no implica perjuicios de ningún tipo. Además, esta investigación cumple con la Ley de Protección de Datos y cuenta con la aprobación de la Comisión de Ética de la Universidad de Madeira.

**Anonimato y confidencialidad:** Se garantiza la confidencialidad de los datos y su uso exclusivo en este estudio, asegurando el anonimato (no se registrarán datos identificativos). Todas las comunicaciones se llevarán a cabo en un entorno de máxima privacidad. Los nombres de los participantes se sustituirán por códigos de números y letras. Asimismo, cada participante se compromete a no difundir información del estudio.

Le agradezco por su disponibilidad para participar en esta investigación. Si tiene alguna duda o inquietud sobre la misma, no dude en contactar al equipo de investigación para obtener más información.

**Investigadora:** Daniela Paula de Sousa Faria – Maestranda en Educación y Desarrollo Comunitario de la Universidad de Madeira.

**Correo electrónico:** [2007620@student.uma.pt](mailto:2007620@student.uma.pt)

**Si acepta participar en este estudio, marque las siguientes opciones:**

- Tengo 18 años o más
- Declaro que he leído y comprendido la información proporcionada, me considero debidamente informado(a) sobre los objetivos y condiciones de participación voluntaria en este estudio, entiendo que puedo retirarme en cualquier momento sin perjuicio alguno, y acepto los términos y condiciones del estudio

Fecha: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

### Encuesta por Cuestionario

El presente cuestionario está dirigido a la comunidad migrante venezolana residente en la Región Autónoma de Madeira (RAM), considerando dentro de este grupo a los individuos pertenecientes a la población extranjera residente; a los individuos luso-descendientes que son naturales de Venezuela, poseen doble nacionalidad (venezolana y portuguesa) y residen en la región; y a los individuos que son naturales de Portugal, pero que migraron por un período de tiempo a Venezuela y que actualmente residen en la región. Todos estos deben ser mayores de 18 años y estar en edad activa.

El objetivo general de esta investigación es analizar si los migrantes venezolanos contribuyen al desarrollo regional en función de su nivel de cualificación superior.

Se garantiza la confidencialidad de los datos y el anonimato de los encuestados.

Se informa que los datos recogidos en este estudio cumplen con la Ley de Protección de Datos y serán destruidos dos años después de la publicación en *Open Access* de la disertación de maestría.

El cuestionario se divide en 3 partes:

- Parte I – Caracterización de los respondientes
- Parte II – Situación laboral y sobre cualificación o *dumping social*
- Parte III – Desafíos, barreras e integración de los respondientes

El tiempo estimado para completar este cuestionario es de aproximadamente 20 minutos.

*Agradecemos su colaboración y disposición para participar en esta investigación.*

*Daniela Faria*

#### Parte I – Caracterización de los respondientes

1. Indique su sexo (seleccione solo una opción):

- Femenino
- Masculino
- Prefiero no responder

2. Indique su edad (seleccione solo una opción):

- De 18 a 28 años
- De 29 a 39 años
- De 40 a 50 años
- De 51 a 61 años
- 62 años o más

3. Indique su país de nacimiento (seleccione solo una opción):

- Venezuela
- Portugal
- Otro. Especifique cuál: \_\_\_\_\_

4. Indique con cuál de las siguientes opciones se identifica según su nacionalidad (seleccione solo una opción):

- Soy natural de Venezuela
- Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (portuguesa)
- Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (no portuguesa).  
Indique cuál: \_\_\_\_\_
- Soy natural de Portugal y tengo doble nacionalidad (venezolana)
- Soy natural de Portugal, pero viví en Venezuela durante algún período de tiempo

5. Indique su municipio de residencia en la RAM (seleccione solo una opción):

- Funchal
- Santa Cruz
- Machico
- Câmara de Lobos
- Ribeira Brava
- Ponta do Sol
- Calheta
- Porto Moniz
- São Vicente
- Santana
- Porto Santo

6. Seleccione su nivel de educación académica (seleccione solo una opción):
- 1.º ciclo (hasta 4.º grado)
  - 2.º ciclo (hasta 6.º grado)
  - 3.º ciclo (hasta 9.º grado)
  - Educación secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)
  - Educación superior o universitaria
7. Si respondió “Educación superior o universitaria” en la pregunta anterior, indique el nivel de estudios alcanzado (seleccione solo una opción):
- Curso Técnico Superior Profesional (TSU)
  - Licenciatura
  - Maestría
  - Doctorado
8. Si respondió “Educación superior o universitaria” en la pregunta 6, indique su área de estudios (puede seleccionar más de una opción):
- Artes
  - Humanidades
  - Ciencias Sociales y del Comportamiento
  - Información y Periodismo
  - Ciencias Empresariales
  - Derecho
  - Ciencias de la Vida
  - Ciencias Físicas
  - Matemática y Estadística
  - Informática
  - Ingeniería y Técnicas Afines
  - Industrias Manufactureras
  - Arquitectura y Construcción
  - Agricultura, Silvicultura y Pesca
  - Ciencias Veterinarias

- Salud
- Servicios Sociales
- Servicios Personales
- Servicios de Transporte
- Protección del Medio Ambiente
- Servicios de Seguridad
- Otra. Especifique cuál: \_\_\_\_\_

9. ¿Su diploma o certificado académico está acreditado/reconocido en Portugal?  
(seleccione solo una opción):

- Sí
- No
- Está en proceso
- No tengo diplomas o certificados extranjeros

*Si respondió “No” o “no tengo diplomas o certificados extranjeros”, pase a la pregunta 12.*

10. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados académicos, ¿cuál de los siguientes ciclos de estudio fue? (seleccione solo una opción):

- Reconocimiento del 1.º ciclo (hasta 4.º grado)
- Reconocimiento del 2.º ciclo (hasta 6.º grado)
- Reconocimiento del 3.º ciclo (hasta 9.º grado)
- Reconocimiento de la Educación Secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)
- Reconocimiento de la Educación Superior o universitaria

11. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados de educación superior en Portugal, ¿cuál fue el tiempo de espera para este trámite? (seleccione solo una opción):

- De 0 a 6 meses
- De 7 a 12 meses
- Entre 1 año y 1 año y medio

Más de 1 año y medio

12. ¿Actualmente está cursando algún ciclo de estudios superiores o universitarios? (CTESP, Grado/licenciatura, Máster o Doctorado) (seleccione solo una opción):

Sí. Indique cuál: \_\_\_\_\_

No

**Parte II - Situación laboral y sobre cualificación o *dumping social***

13. ¿Alguna vez ha tenido al menos un trabajo sin contrato ni beneficios en la RAM? (seleccione solo una opción):

Sí

No

14. ¿Actualmente está trabajando? (seleccione solo una opción):

Sí

No

15. Si respondió “Sí”, indique el tiempo que lleva en su empleo actual (seleccione solo una opción):

De 0 a 6 meses

De 7 meses a 1 año

De 1 a 2 años

Más de 2 años

16. Indique el tipo de contrato que tiene en su empleo actual (seleccione solo una opción):

Contrato de duración indefinida (termo incerto)

Contrato de duración determinada (termo certo)

Tengo contrato fijo (efetivo)

No tengo contrato de trabajo

Soy trabajador autónomo/independiente

17. Seleccione la jornada laboral que realiza en su trabajo (seleccione solo una opción):

- Tiempo parcial/part-time (hasta 20 horas semanales)
- Tiempo parcial/part-time (hasta 30 horas semanales)
- Tiempo completo/full-time (hasta 40 horas semanales)
- Tiempo completo/full-time (más de 40 horas semanales)

18. Indique su rango salarial mensual aproximado (seleccione solo una opción):

- Menos de 500€
- Entre 500 y 700€
- Entre 700 y 900€
- Salario mínimo regional 915€
- Entre 950€ y 1200€
- Más de 1200€. Indique un monto aproximado: \_\_\_\_\_

19. ¿El trabajo que desempeña actualmente está relacionado con su nivel de estudios?  
(seleccione solo una opción):

- Si
- No
- No sé

20. Indique su área de trabajo (puede seleccionar más de una opción):

- Atención al cliente
- Servicios de limpieza
- Administración
- Construcción
- Restauración
- Servicios de salud
- Servicios de mecánica automotriz
- Militar
- Docencia
- Veterinaria
- Transporte

- Seguridad y vigilancia
- Entregas a domicilio
- Otra. Especifique cuál: \_\_\_\_\_

21. De acuerdo con su nivel de estudios, considera que recibe un salario (seleccione solo una opción):

- Inferior al que correspondería
- Acorde con el que correspondería
- Superior al que correspondería
- No sé

### **Parte III – Desafíos, barreras e integración de los respondientes**

22. Desde su llegada a la RAM, considera que conseguir empleo es (seleccione solo una opción):

- Muy fácil
- Fácil
- Ni fácil ni difícil
- Difícil
- Muy difícil
- No sé

23. ¿Cuánto tiempo ha estado sin empleo mientras buscaba activamente? (seleccione solo una opción):

- Entre 0 y 3 meses
- De 4 a 6 meses
- De 7 a 9 meses
- De 10 a 12 meses
- Más de 1 año
- Aún no he trabajado

24. ¿Ha sentido algún tipo de discriminación o xenofobia por ser migrante?

(seleccione solo una opción):

- Sí
- No
- No sé

*Si respondió “no” o “no sé”, pase directamente a la pregunta n.º 28.*

25. Si respondió “sí” en la pregunta anterior, indique cuántas veces ha ocurrido

(seleccione solo una opción):

- 1 a 3 veces
- De 4 a 6 veces
- De 7 a 9 veces
- Más de 10 veces

26. Estas situaciones han sido provocadas por (puede seleccionar más de una opción):

- Un portugués
- Un venezolano
- Otra persona de otra nacionalidad. Si sabe cuál fue, indíquela:

---

No sé

27. De las siguientes definiciones sobre discriminación, seleccione la que mejor se identifica (seleccione solo una opción):

“Falta de tratar a todas las personas de manera equitativa cuando no se puede vislumbrar ninguna distinción razonable entre los que son favorecidos y los que no lo son” (OIM, 2009, p. 22).

“La discriminación se refiere al trato diferenciado dado a algunas personas o grupos debido a características y atributos previamente identificados. Generalmente de naturaleza negativa, la discriminación tiende a reforzar la intolerancia y la violencia” (Melo & Monteiro, 2021, p. 758).

“Cualquier distinción, exclusión o restricción de preferencia basada en cualquier fundamento como la cultura, el origen étnico, la

nacionalidad, la orientación sexual, la religión, la discapacidad física u otras características que no son relevantes para el asunto en cuestión” (Consejo de Europa, 2016, p. 474).

- No me identifico con ninguna de las definiciones anteriores.

28. Actualmente, ¿se siente integrado en la comunidad de Madeira? (seleccione solo una opción):

- Completamente integrado
- Parcialmente integrado
- No integrado
- No sé

29. ¿Cree que el hecho de ser migrante ha supuesto más desafíos en su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción):

- Sí
- No
- No sé

30. ¿Cree que el hecho de ser migrante dificulta conseguir empleo? (seleccione solo una opción):

- Sí
- No
- No sé

31. Si respondió “sí” en la pregunta anterior, indique la razón (puede seleccionar más de una opción):

- Dificultad con el idioma
- Diferencias culturales
- Prejuicios, xenofobia y/o discriminación por parte de los empleadores
- Prejuicios, xenofobia y/o discriminación por parte de los compañeros de trabajo

- Falta de documentación necesaria
- No reconocimiento de certificados o diplomas
- No reconocimiento de la experiencia laboral en el extranjero
- Trabajo por debajo del nivel de sus cualificaciones
- Otros. Especifique: \_\_\_\_\_

32. De las siguientes opciones, seleccione aquellas con las que se identifique en relación con desafíos que haya enfrentado como inmigrante en RAM (puede seleccionar más de una opción):

- Dificultad con el idioma portugués
- Dificultad para regularizar su situación legal
- Dificultad en el acceso a información
- Riesgo de pobreza
- Falta de acceso a servicios de salud
- Falta de acceso a educación o instituciones académicas
- Dificultad para conseguir vivienda/alojamiento
- Trámites burocráticos lentos
- Reconocimiento/acreditación de diplomas y certificados extranjeros
- Períodos prolongados de desempleo
- Situaciones de xenofobia
- Situaciones de discriminación racial
- Situaciones de discriminación de género
- Otros desafíos. Indique cuáles: \_\_\_\_\_

33. ¿Considera que la mejora de la cualificación académica impacta en el desarrollo propio y de la comunidad en la que está incluido? (seleccione solo una opción):

- Muy alto
- Alto
- Medio
- Bajo
- Muy bajo
- No sé

34. ¿Considera que el gobierno regional dispone de recursos e iniciativas para que los migrantes puedan aumentar su nivel de cualificación académica y realizar cursos y formaciones? (seleccione solo una opción):

- Sí
- No
- No sé

35. Desde su llegada a RAM, ¿ha realizado algún curso para mejorar su nivel de cualificación? (seleccione solo una opción):

- Sí
- No

*Si respondió “no”, su cuestionario finaliza aquí. ¡Gracias por su colaboración!*

36. Si respondió “sí”, indique los cursos o formaciones que ha realizado (puede seleccionar más de una opción):

- 1.º ciclo (hasta 4.º grado)
- 2.º ciclo (hasta 6.º grado)
- 3.º ciclo (hasta 9.º grado)
- Educación secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)
- Formación técnica superior (CTESP)
- Licenciatura
- Maestría
- Doctorado
- Cursos de idiomas extranjeros
- Curso de portugués como lengua no materna
- Curso de competencias digitales
- Otros. Especifique: \_\_\_\_\_

37. ¿Cree que estos cursos han sido beneficiosos para su desarrollo profesional? (seleccione solo una opción):

Sí, los cursos y formaciones realizados me ayudaron a progresar en mi trayectoria profesional

No, los cursos y formaciones realizados no tuvieron ningún impacto en mi trayectoria profesional

No sé

38. ¿Cree que estos cursos han facilitado su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción):

Sí

No

No sé

39. ¿Cómo se enteró de estos cursos y formaciones? (puede seleccionar más de una opción):

Seguridad social

Instituto de empleo

Entidad laboral

Búsqueda por iniciativa propia

Algún conocido o amigo proporcionó la información

Otro. Especifique cuál: \_\_\_\_\_

40. Indique cuál es la iniciativa, programa o política regional que le permitió ampliar sus cualificaciones (puede seleccionar más de una opción):

Programa Qualifica (Instituto para la Cualificación u otra institución)

Prácticas de verano/estágios de verão (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)

Programa Monitor Júnior (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)

Programa Ingress@ (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)

Programa Joven en Formación (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)

- Programa Juventud Activa (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)
- Becas/bolsas de estudio regionales para la educación superior (cámaras municipales, juntas de freguesia, bolsas del gobierno regional, entre otras)
- Programa Qualificar + para Emplear (Instituto de Empleo de Madeira)
- Programa Formación/Empleo (Instituto de Empleo de Madeira)
- Programa Reactivar Madeira (Instituto de Empleo de Madeira)
- Prácticas profesionales/estágio profissional (Instituto de Empleo de Madeira)
- Programa Nuevas Oportunidades (Gobierno Portugués)
- Otro. Especifique: \_\_\_\_\_
- Estoy cursando la educación obligatoria (hasta el 12.º año, equivalente al bachillerato en Venezuela)
- No sé

*Fin del cuestionario.*

*¡Gracias por su tiempo y disposición para colaborar en esta investigación! 😊*

**Apêndice 7: Análise de conteúdo das entrevistas – leitura horizontal**

Bloco	Categorização e classificação		Entrevistado “A”	Entrevistado “B”
A	Categoria	Perfil e contributo dos migrantes		
	Subcategorias	Qualificação superior	<p><i>Muitos deles com formação superior já e com bastantes boas qualificações</i></p> <p><i>De facto, muitas dessas pessoas que vieram, como eu disse, eram jovens profissionais, muitos deles jovens licenciados, portanto, licenciados e com formação superior</i></p>	<p><i>Muitos deles têm qualificação superior, temos engenheiros, advogados, ultimamente já não temos médicos</i></p>
		Migração na RAM	<p><i>Sempre recebemos estrangeiros aqui na Madeira, desde o início, do povoamento</i></p> <p><i>Neste momento, estamos a receber mais pessoas estrangeiras do que os madeirenses que estão a sair para outros países</i></p>	<p>-----</p>

			<i>Os últimos censos indicam que cerca de 25 e 27 mil pessoas de alguma forma têm uma ligação à Venezuela</i>	
	Apoio aos migrantes	<p><i>Tentámos que a integração fosse feita em condições de equidade e eu posso dizer bem, é a equidade, não é a igualdade. É a equidade na igualdade tendo em consideração as diferenças</i></p> <p><i>As pessoas têm os mesmos direitos, têm os direitos que todos os outros cidadãos têm</i></p> <p><i>Não é eficaz estarmos a estratificar medidas que depois podem não se ajustar a cada um dos cidadãos em concreto.</i></p> <p><i>Cada realidade migratória é uma realidade muito particular</i></p>	<p><i>Penso que terão passado entre 4 mil e 5 mil pessoas, mais ou menos, durante todos os anos</i></p> <p><i>Os apoios dos imigrantes são os mesmos que se dão aos residentes. Não há apoios diferenciados</i></p>	
	Desenvolvimento regional	<p><i>Especialmente a partir de 2015, tem havido um desenvolvimento económico</i></p>	<p><i>O facto já de Portugal não ter gastado nenhum euro na educação destes profissionais e eles virem a descontar</i></p>	

			<p><i>bastante acentuado. Eu recordo que desde 2015, em 10 anos, o nosso PIB duplicou</i></p> <p><i>Através do envio de remessas, através do investimento que fizeram na Madeira, por ser um dos principais embaixadores turísticos da Madeira, por valorizar e preservar e garantir e perpetuar as nossas tradições culturais, a nossa identidade, a nossa madeirensidade, aquilo que nós chamamos de madeirensidade além das fronteiras, nós só temos dimensão global devido às nossas comunidades</i></p> <p><i>Na educação foram extremamente importantes, primeiro, porque não houve sobrecarga do sistema, porque nós já vínhamos a perder alunos de ano para ano. A nossa rede estava planeada para um determinado número de alunos que</i></p>	<p><i>para a Segurança Social, pagar imposto, já é um ganho para Portugal</i></p> <p><i>A nível educativo, o facto de virem alunos da Venezuela ajudou a que as escolas que iam encerrar acabassem por continuar abertas e facilitou a continuidade destes professores também</i></p>
--	--	--	--	---

			<p><i>estava em queda há bastante tempo. O que aconteceu foi que as vindas destes alunos ajudaram a diminuir um pouco essa quebra</i></p> <p><i>Os luso-venezuelanos, como até permitiram que algumas escolas que estavam em risco de encerrar por falta de alunos, não encerrassem</i></p> <p><i>Veio muita gente jovem, e que ajudou a rejuvenescer a nossa sociedade e a reequilibrar um pouco a nossa, essa quebra e esse inverno demográfico que nós vínhamos a viver na Madeira</i></p> <p><i>Os migrantes trazem sempre competências novas, que ajudam ao desenvolvimento das sociedades. E portanto, isto não foi exceção com os luso-venezuelanos que</i></p>	
--	--	--	--	--

			<p><i>regressaram. E portanto trouxeram competências novas e abriram, inclusive abriram negócios que não havia cá</i></p> <p><i>Que não nos retiraram coisa nenhuma, (...), vieram a acrescentar mais qualquer coisa</i></p>	
		<p>Caraterísticas da comunidade</p>	<p><i>Essas pessoas se integraram muito bem. Uma cultura semelhante à nossa</i></p> <p><i>Eles chegaram cá e começaram a trabalhar, introduziram-se no mercado de trabalho, foram estudar</i></p> <p><i>Eu diria que grande parte destas pessoas, não vinham propriamente com condições de carência social. Vieram pessoas de todos os tratos, mas não eram maioritariamente com carência social</i></p>	<p><i>Essas pessoas que vêm da Venezuela não vêm em uma situação de pobreza. Tem poucos recursos, pronto, porque tem de investir muito na sua vida. Mas, por isso, eles começam a trabalhar em qualquer coisa rapidamente</i></p>

			<i>Não causam problemas, trabalham muito, são empreendedoras, articulam-se muito bem com a população local</i>	
<b>B</b>	<b>Categoria</b>	<b>Caraterização e desafios apresentados</b>		
		Desafios e barreiras	<i>Nós tivemos, de facto, uma dimensão bastante acentuada, um volume bastante grande, num curto espaço de tempo, de migrantes, portanto, luso-venezuelanos que vieram para Madeira, e que, apesar desse volume grande, num espaço curto de tempo, não causaram tantos constrangimentos quanto isso, naquilo que é o mais óbvio, que são os serviços públicos.</i>	<i>A maior barreira é a parte linguística</i>  <i>Outra limitação é a falta de conhecimento da língua inglesa</i>  <i>Apresenta-se um desafio cultural, porque, a comunicação entre os madeirenses e os venezuelanos pode chegar a ser diferente, porque tem posições, atitudes diferentes perante as situações</i>  <i>A nível de saúde e educação, não tem sido um grande desafio</i>
		Desafios específicos	<i>O reconhecimento de uma licenciatura ainda não faz a equivalência no currículo</i>	<i>Com a última alteração da legislação, eles podem fazer a equivalência de nível,</i>

			<p><i>A prerrogativa das migrações, como eu disse há pouco no início, é da República Portuguesa, não é a região, os governos das regiões autónomas, as autonomias não têm competências nem administrativas nem legais na área das migrações, o que têm é o nível da integração, dos processos de integração humanitários. Agora, do ponto de vista administrativo e legal, as competências são exclusivamente da República</i></p>	<p><i>significa que eles podem equiparar o seu nível de estudo, eles são licenciados, mas isso não lhes permite fazer a equivalência própria da sua atividade, são licenciados, mas não se sabe de que são licenciados</i></p> <p><i>De alguma forma, se sentem um pouco frustrados porque fizeram a equivalência de licenciatura pensando que podiam encontrar algum trabalho, na categoria de licenciado, mas não na sua área</i></p>
		Mercado de trabalho	<p><i>Vamos a qualquer loja, vamos aos supermercados, cafés, lojas de vestuário, há contabilidade, há advogados, não estamos a falar apenas de indiferenciados, estamos a falar dos luso-venezuelanos neste momento, integram todos os setores da sociedade madeirense, temos políticos</i></p>	<p><i>Nós vemos que a maioria dos venezuelanos estão a trabalhar. Não vivem do desemprego nem vivem dos apoios sociais</i></p> <p><i>É evidente que todos esses processos migratórios são os migrantes que</i></p>

			<p><i>A distribuição de comida, glovo, etc. A maior parte das pessoas foram os venezuelanos que começaram. Neste momento já não são, mas quem começou esse negócio aqui na Madeira foram os venezuelanos, os TVDE eram na esmagadora maioria luso-venezuelanos, também hoje em dia já não são, mas foram. Havia salões de cabelo e cabeleireiras cá, agora, explodiu o número de cabeleireiras cá. Esteticistas, unhas, etc., explodiu</i></p>	<p><i>acabam por fazer um trabalho que o da terra não quer fazer</i></p>
		<p><b>Integração</b></p>	<p><i>O governo regional sempre teve esta perspetiva de que são madeirenses como nós. Não interessa que tenham nascido em Venezuela, são madeirenses como nós</i></p> <p><i>A base da cultura é claramente a mesma. E, portanto, a integração foi bastante fácil</i></p>	<p><i>A comunidade venezuelana é bastante resiliente e adaptativa e tenta dar a volta</i></p> <p><i>Se a pessoa trabalha fora da sua área obviamente que nunca se vai sentir igual, sempre sente que perdeu alguma coisa e que continua a perder, e essa integração</i></p>

			<p><i>Esse processo de integração, deve-se muito a esta lógica, a esta ética de trabalho que as pessoas traziam</i></p> <p><i>Na generalidade, as pessoas não mentiram, quem tinha pedido conseguiu provar a situação de carência</i></p> <p><i>O balanço que nós fazemos na integração deste fluxo migratório é bastante positivo, porque achamos que tudo se deu a fazer sem grandes tensões e sem grandes prejuízos para os serviços públicos</i></p> <p><i>Política de integração de imigrantes que aceita em 4 pilares que foram, inclusive, definidos pelo Papa Francisco e que nós temos vindo a desenvolver e elaborar dentro dessa lógica, que é em 4 conceitos</i></p>	<p><i>social nunca é igual. E as pessoas ficam com essa sensação de injustiçados</i></p>
--	--	--	--	--

			<i>fundamentais, que é o conceito de acolher, proteger, integrar e promover</i>	
		Apoios do governo	<i>As políticas portuguesas não conferem logo direitos imediatos aos cidadãos imigrantes. Os cidadãos imigrantes chegam e são considerados como indivíduos e não cidadãos estrangeiros</i>  <i>Vamos neste momento atribuir-lhe já o apoio imediato ao seu filho. E se está a pedir, vamos atribuir. Agora, vai ter de provar depois dessa necessidade.</i>	<i>Eles têm o mesmo direito, o RSI, o subsídio de desemprego que qualquer outro residente</i>
<b>C</b>	<b>Categoria</b>	<b>Sobrequalificação, dumping social e programas de integração</b>		
	<b>Subcategorias</b>	Sobrequalificação ou <i>Dumping social</i>	<i>Muitas pessoas que tiveram, e que tinham, com formação superior, tivessem que voltar a trabalhos diferenciados</i>  <i>Estão mais ou menos integradas nas diversas áreas. O que não quer dizer que</i>	<i>Não, as suas qualificações não estão a ser aproveitadas. Muitos deles estão a trabalhar em outras áreas e não sentem nenhuma possibilidade de ir ao encontro da sua profissão. Portanto, já desistiram alguns deles de continuar.</i>

			<p><i>não haja licenciados que estejam a fazer outras coisas</i></p> <p><i>Na esmagadora maioria, eu acho que sim trabalham de acordo com o seu nível de habilitações</i></p>	<p><i>Quem faz o Uber? Os imigrantes. Quem faz jardinagem e faz as limpezas? Os imigrantes</i></p> <p><i>Os da terra não vão trabalhar na construção. Não, a construção sempre foi uma área de imigrantes.</i></p>
		<p>Acreditação de certificados ou diplomas</p>	<p><i>A grande dificuldade foi, de facto, nos relacionados com a saúde. Medicina, medicina dentária, enfermagem, enfermeiros, etc. (...) e que nunca, muitos deles nunca conseguiram obter o processo de equivalência, outros tiveram que reemigrar</i></p> <p><i>Na minha perceção é que foram, mais ou menos, obtendo as suas equivalências, à exceção da questão da medicina</i></p>	<p><i>Ultimamente, há algumas profissões, algumas carreiras, que até a equivalência não é complicada, por exemplo, na área do Direito nós temos que fazer algumas cadeiras, na área, da Engenharia, até Engenharia Civil, eles conseguem fazer uma equivalência praticamente automática, há limitações em profissões vinculadas à saúde</i></p>
		<p>Políticas existentes</p>		<p>-----</p>

			<p><i>Infelizmente, em Portugal, as políticas migratórias são definidas pelo Governo Nacional, não é a região que tem competências a esse respeito, é uma prerrogativa, de facto, da República. E as políticas que, ao longo dos anos, têm sido desenvolvidas para o fenómeno migratório, primeiro, têm sido feitas avulsas, não tem havido um pensamento estruturado para aquilo que nós queremos para a imigração</i></p> <p><i>A legislação está dispersa, é casuística</i></p> <p><i>Temos uma estrutura política que aceita, cá está nestes quatro pilares que eu falava, e que visa a integração nestas condições de equidade, e depois vamos ajustando, de facto, às necessidades específicas de cada um</i></p>	
--	--	--	---	--

		<p>Aproveitamento da qualificação</p>	<p><i>Nós inclusivamente propusemos que o Estado português fizesse aquilo que fez, quando ia contratar médicos, para colmatar necessidades específicas, como nós fizemos com os médicos cubanos (...)</i></p> <p><i>Isto poderia permitir que estes médicos, para já teriam um vencimento pouco, pelo menos mais aproximado daquele que seria o justo para a sua carreira. E depois, iriam dar tempo, exercendo a sua profissão, para que fizesse o seu percurso de reconhecimento e equivalência.</i></p>	<p><i>Por exemplo, em Espanha, há pessoas que fizeram um mestrado numa área relacionada com o seu curso. Então, esta pessoa, embora não tivesse a equivalência do seu curso, podia trabalhar junto com um profissional durante um tempo e depois conseguir a equivalência</i></p> <p><i>Não há nenhum apoio nesse sentido. De todos modos, esse processo sempre está sob a tutela nacional, mas não há nenhum apoio, nem nacional, nem regional, para impulsar as equivalências.</i></p>
		<p>Aumento da qualificação</p>	<p><i>A ordem dos médicos dificultou muito o acesso, médicos luso-venezuelanos, à carreira, e também as próprias universidades</i></p>	<p><i>Por exemplo, na área de medicina. Sabemos que quem está impedindo a equivalência é principalmente as ordens dos médicos</i></p>

				<i>A parte da língua, sim. A língua portuguesa nas escolas tem aquela língua portuguesa não materna</i>
		Sentimento de pertença	<p><i>Vieram enriquecer a cultura. Trouxeram coisas que nos vieram a acrescentar. E, de facto, a diversidade cultural não retira nada, apenas acrescenta.</i></p> <p><i>Acho que, na generalidade, os luso-venezuelanos sentiram-se bem acolhidos, obviamente, com os impactos e com o sofrimento natural que um processo migratório implica.</i></p>	<p><i>Sim, eles se sentem muito identificados com a nossa comunidade madeirense e a cultura madeirense</i></p>

## **ANEXOS**

## Anexo 1: Parecer do Encarregado de Proteção de Dados da UMa



### PARECER

Na qualidade de Encarregado de Proteção de Dados da Universidade da Madeira, e após análise pela equipa de proteção de dados desta instituição, do Projeto de Investigação ***“Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira”*** é nosso parecer que o mesmo cumpre com o Regulamento Geral da Proteção de Dados.

Funchal, 24 de fevereiro de 2025

Encarregado de Proteção de Dados

Assinado por: Filipa Isabel Sousa Mota  
Num. de Identificação: 10993715  
Data: 2025.02.24 10:16:13+00'00'

---

## Anexo 2: Parecer da Comissão de Ética da UMa



PARECER N° 185/CEUMa/2025, 20 DE MARÇO

Título do Estudo:

"Contributos da migração para o desenvolvimento regional. O caso da Venezuela na Região Autónoma da Madeira"

Proponente:

Mestranda Daniela Paula de Sousa Faria (Investigadora Principal, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Madeira, programa de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário), sob a orientação da Senhora Prof. Doutora Liliana Maria Gonçalves Rodrigues de Góis.

### 1. Instrução do Pedido

O pedido foi instruído com os seguintes documentos:

- Formulário para Pedido de Parecer submetido à CEUMa, apresentando a fundamentação científica do estudo, objetivos e metodologia.
- Guiões das entrevistas e inquérito por questionário.
- Consentimento informado para participação no estudo.
- Ciência ID da PI e da Orientadora.
- Declaração da orientadora confirmando a supervisão do projeto.
- Parecer favorável do Encarregado de Proteção de Dados.
- Declaração de aceitação da Direção Regional das Comunidades e Cooperação Externa e da Associação VENECOM para a realização das entrevistas.

## 2. Resumo do Estudo

O estudo tem como objetivo analisar se os migrantes venezuelanos contribuem para o desenvolvimento regional da Região Autónoma da Madeira, considerando a variável da qualificação superior. Pretende-se identificar o perfil educacional destes migrantes, os desafios enfrentados e o impacto da sua qualificação na integração social e económica.

## 3. Justificação Científica

A investigação baseia-se na necessidade de compreender como os migrantes qualificados contribuem para o mercado de trabalho e desenvolvimento regional. Considerando que a comunidade venezuelana é uma das mais expressivas na RAM, este estudo pode fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas à integração dessa população.

## 4. Metodologia

A abordagem metodológica adotada é qualitativa e quantitativa, incluindo:

- Entrevistas semiestruturadas com representantes políticos e associativos.
- Inquérito por questionário online, aplicado via plataforma Qualtrics, a migrantes venezuelanos na RAM.
- Anonimização dos dados e gravação de entrevistas apenas com consentimento prévio.

## 5. Riscos e Benefícios

**Riscos:** A investigação envolve migrantes, uma população potencialmente vulnerável. No entanto, os procedimentos garantem que a participação seja voluntária e sem prejuízos.

**Benefícios:** O estudo contribuirá para o conhecimento sobre a integração da comunidade venezuelana e seus impactos económicos e sociais na região.

## 6. Confidencialidade e Proteção de Dados

Os dados recolhidos seguem rigorosos protocolos de segurança:

- Dados anonimizados para proteção da identidade dos participantes.
- Gravação das entrevistas protegida por senhas e acesso restrito.
- Destruição dos dados dois anos após a publicação em Open Access da dissertação.

Conclusão:

Após análise detalhada da documentação e metodologia apresentadas, conclui-se que o estudo:

- Está devidamente instruído e cumpre os preceitos éticos.
- Garante a proteção dos dados e confidencialidade dos participantes.

Parecer: Favorável por unanimidade, com recomendação da distorção de voz no caso da gravação das entrevistas.

Relator: Prof. Doutor Eduardo Leite

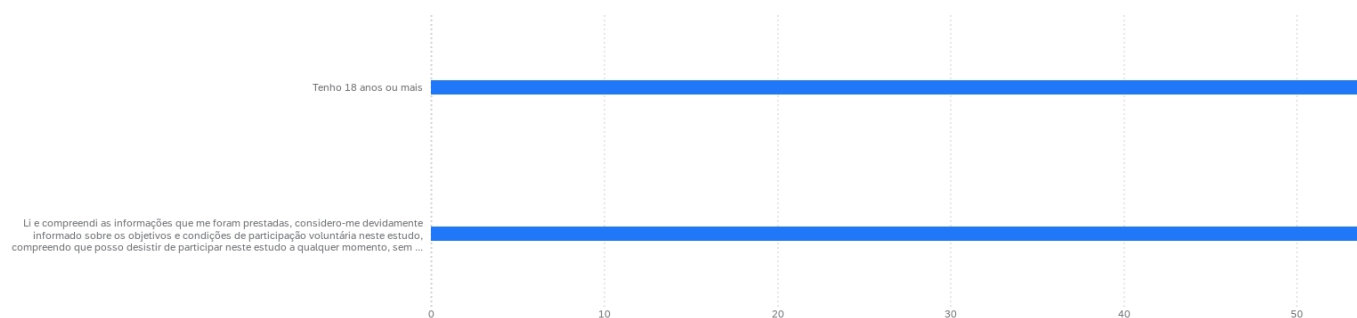
A Vice-Presidente da CEUMa,

Assinado por: **MÓNICA DA SILVA CAMEIRÃO**  
Num. de Identificação: 10842940  
Data: 2025.03.20 21:45:59+00'00'

Prof. Doutora Mónica da Silva Cameirão

### Anexo 3: Relatório *Qualtrics* dos resultados dos inquéritos por questionário versão em português

Se aceitar participar neste estudo, assinale os itens abaixo: 54 ⓘ



Se aceitar participar neste estudo, assinale os itens abaixo: 54 ⓘ

Q41 - Se aceitar participar neste estudo, assinale os itens abaixo:	Porcentagem	Contagem
Tenho 18 anos ou mais	100%	54
Li e compreendi as informações que me foram prestadas, considero-me devidamente informado sobre os objetivos e condições de participação voluntária neste estudo, compreendo que posso desistir de participar neste estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo e aceito os termos e condições deste estudo.	100%	54

1. Indique o seu sexo (selecione apenas uma opção): 51 ⓘ



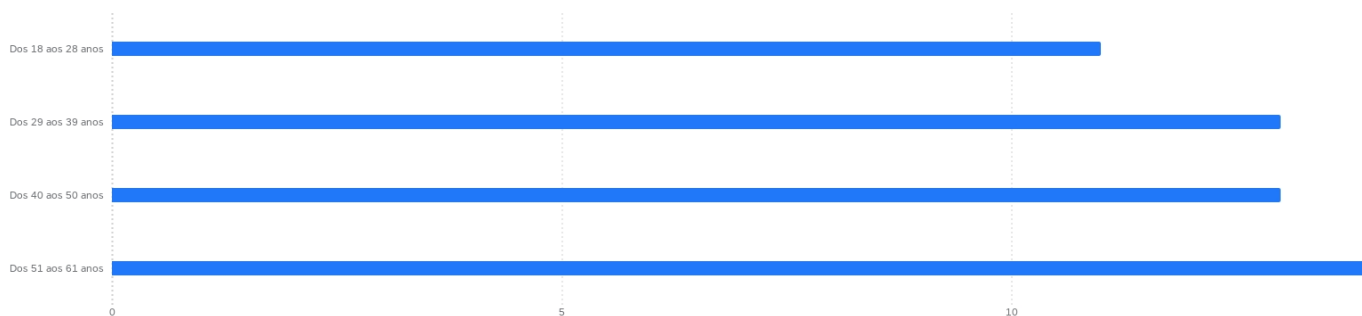
1. Indique o seu sexo (selecione apenas uma opção): 51 ⓘ

Q1 - 1. Indique o seu sexo (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Feminino	65%	33
Masculino	35%	18

1. Indique o seu sexo (selecione apenas uma opção): 51

1. Indique o seu sexo (selecione apenas uma opção):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Feminino	1,00	1,00	1,00	33
Masculino	2,00	2,00	2,00	18

2. Indique a sua idade (selecione apenas uma opção): 51



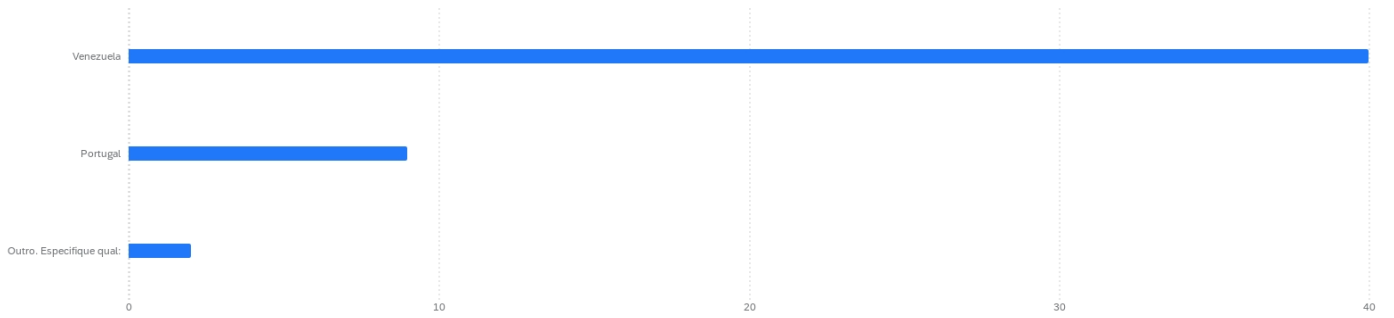
2. Indique a sua idade (selecione apenas uma opção): 51

Q2 - 2. Indique a sua idade (selecione apenas uma opção):	Percentagem	Contagem
Dos 18 aos 28 anos	22%	11
Dos 29 aos 39 anos	25%	13
Dos 40 aos 50 anos	25%	13
Dos 51 aos 61 anos	27%	14

2. Indique a sua idade (selecione apenas uma opção): 51

2. Indique a sua idade (selecione apenas uma opção):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Dos 18 aos 28 anos	1,00	1,00	1,00	11
Dos 29 aos 39 anos	2,00	2,00	2,00	13
Dos 40 aos 50 anos	3,00	3,00	3,00	13
Dos 51 aos 61 anos	4,00	4,00	4,00	14

3. Indique o seu país de nascimento (selecione apenas uma opção): 51 ⓘ



3. Indique o seu país de nascimento (selecione apenas uma opção): 51 ⓘ

Q3 - 3. Indique o seu país de nascimento (selecione apenas uma opção): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Venezuela	78%	40
Portugal	18%	9
Outro. Especifique qual:	4%	2

3. Indique o seu país de nascimento (selecione apenas uma opção): 51 ⓘ

3. Indique o seu país de nascimento (selecione apenas uma opção):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Venezuela	1,00	1,00	1,00	40
Portugal	2,00	2,00	2,00	9
Outro. Especifique qual:	3,00	3,00	3,00	2

3. Indique o seu país de nascimento (selecione apenas uma opção):: Outro. Especifique qual: 54 ⓘ

Outro. Especifique qual:

---



---



---



---



---



---

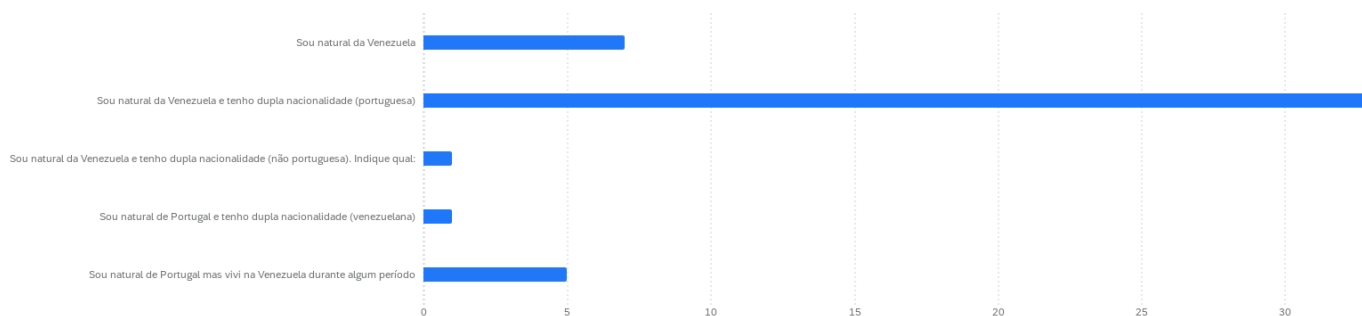


---



---

4. Indique com qual das seguintes opções, se identifica de acordo com a sua nacionalidade (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ



4. Indique com qual das seguintes opções, se identifica de acordo com a sua nacionalidade (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ

Q4 - 4. Indique com qual das seguintes opções, se identifica de acordo com a sua nacionalidade (selecione apenas uma opção): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Sou natural da Venezuela	15%	7
Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (portuguesa)	70%	33
Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (não portuguesa). Indique qual:	2%	1
Sou natural de Portugal e tenho dupla nacionalidade (venezuelana)	2%	1
Sou natural de Portugal mas vivi na Venezuela durante algum período	11%	5

4. Indique com qual das seguintes opções, se identifica de acordo com a sua nacionalidade (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ

4. Indique com qual das seguintes opções, se identifica de acordo com a sua...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sou natural da Venezuela	1,00	1,00	1,00	7
Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (portuguesa)	2,00	2,00	2,00	33
Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (não portuguesa). Indique qual:	3,00	3,00	3,00	1
Sou natural de Portugal e tenho dupla nacionalidade (venezuelana)	5,00	5,00	5,00	1
Sou natural de Portugal mas vivi na Venezuela durante algum período	4,00	4,00	4,00	5

4. Indique com qual das seguintes opções, se identifica de acordo com a sua nacionalidade (selecione apenas uma opção):: Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (não portuguesa). Indi... 54 ⓘ

Sou natural da Venezuela e tenho dupla nacionalidade (não portuguesa). Indi...

---



---



---



---



---



---

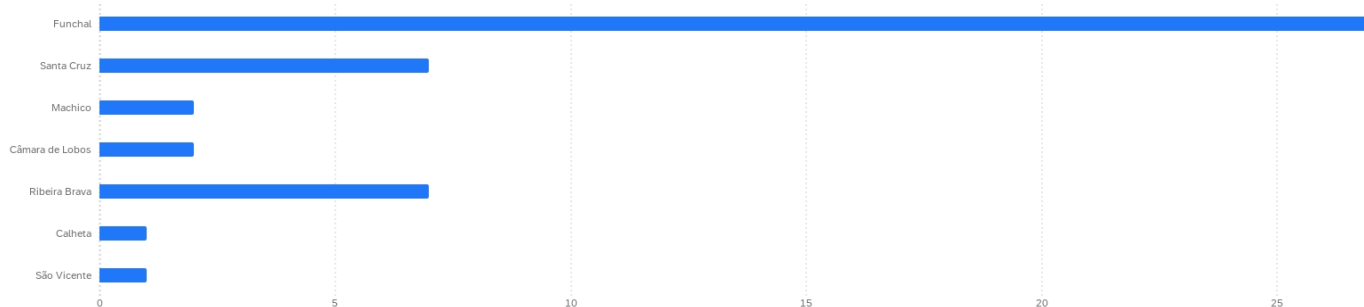


---



---

5. Indique o seu concelho de residência na RAM (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ



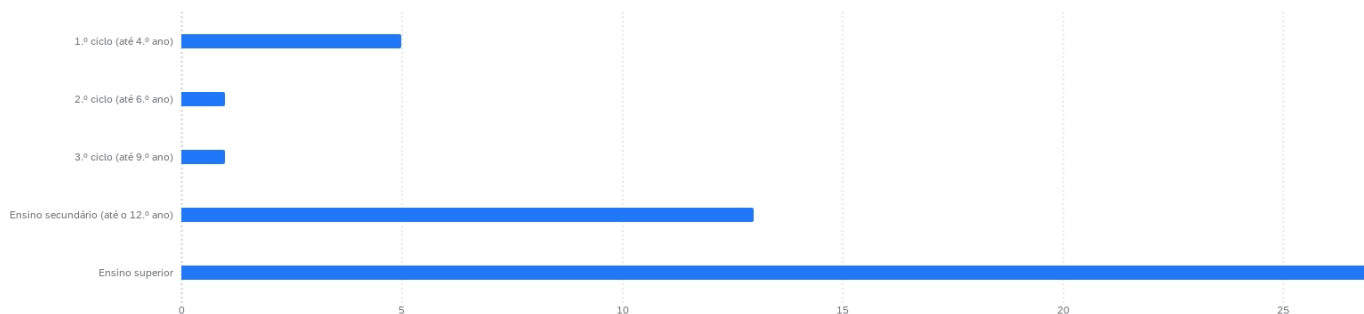
5. Indique o seu concelho de residência na RAM (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ

Q5 - 5. Indique o seu concelho de residência na RAM (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Funchal	57%	27
Santa Cruz	15%	7
Machico	4%	2
Câmara de Lobos	4%	2
Ribeira Brava	15%	7
Calheta	2%	1
São Vicente	2%	1

5. Indique o seu concelho de residência na RAM (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ

5. Indique o seu concelho de residência na RAM (selecione apenas uma opção)...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Funchal	1,00	1,00	1,00	27
Santa Cruz	2,00	2,00	2,00	7
Machico	3,00	3,00	3,00	2
Câmara de Lobos	4,00	4,00	4,00	2
Ribeira Brava	5,00	5,00	5,00	7
Calheta	7,00	7,00	7,00	1
São Vicente	9,00	9,00	9,00	1

6. Selecione qual o seu grau de habilitações académicas (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ



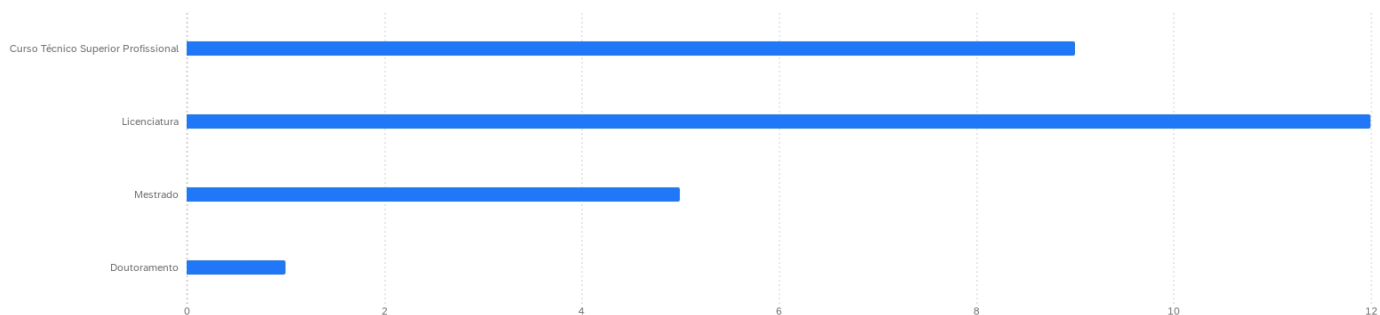
6. Selecione qual o seu grau de habilitações académicas (selecione apenas uma opção): 47

Q6 - 6. Selecione qual o seu grau de habilitações académicas (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
1.º ciclo (até 4.º ano)	11%	5
2.º ciclo (até 6.º ano)	2%	1
3.º ciclo (até 9.º ano)	2%	1
Ensino secundário (até o 12.º ano)	28%	13
Ensino superior	57%	27

6. Selecione qual o seu grau de habilitações académicas (selecione apenas uma opção): 47

6. Selecione qual o seu grau de habilitações académicas (selecione apenas u...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
1.º ciclo (até 4.º ano)	1,00	1,00	1,00	5
2.º ciclo (até 6.º ano)	2,00	2,00	2,00	1
3.º ciclo (até 9.º ano)	3,00	3,00	3,00	1
Ensino secundário (até o 12.º ano)	4,00	4,00	4,00	13
Ensino superior	5,00	5,00	5,00	27

7. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta anterior, indique qual o ciclo de estudos? (selecione uma opção): 27



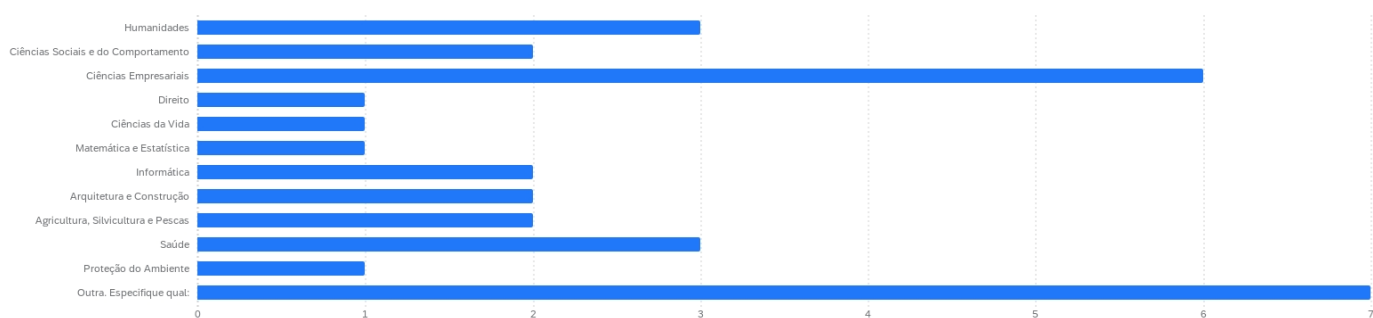
7. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta anterior, indique qual o ciclo de estudos? (selecione uma opção): 27

Q7 - 7. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta anterior, indique qual o ciclo de estudos? (selecione uma opção):	Porcentagem	Contagem
Curso Técnico Superior Profissional	33%	9
Licenciatura	44%	12
Mestrado	19%	5
Doutoramento	4%	1

7. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta anterior, indique qual o ciclo de estudos? (selecione uma opção): 27

7. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta anterior, indique...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Curso Técnico Superior Profissional	1,00	1,00	1,00	9
Licenciatura	2,00	2,00	2,00	12
Mestrado	3,00	3,00	3,00	5
Doutoramento	4,00	4,00	4,00	1

8. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta 6, indique qual a sua área de estudos (pode selecionar mais do que uma opção): 27



8. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta 6, indique qual a sua área de estudos (pode selecionar mais do que uma opção): 27

Q8 - 8. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta 6, indique qual a sua área de estudos (pode selecionar mais do que uma opção): - Selected Choice

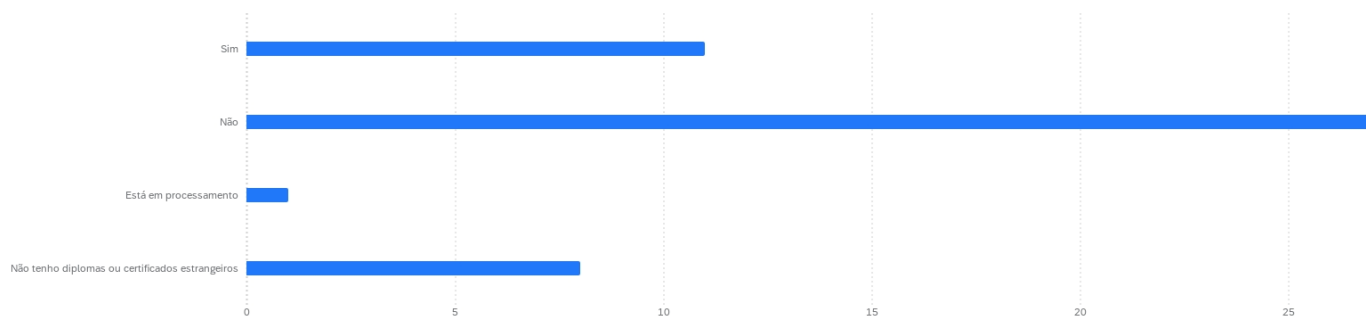
	Porcentagem	Contagem
Humanidades	11%	3
Ciências Sociais e do Comportamento	7%	2
Ciências Empresariais	22%	6
Direito	4%	1
Ciências da Vida	4%	1
Matemática e Estatística	4%	1
Informática	7%	2

8. Se respondeu à opção de "Ensino superior" na pergunta 6, indique qual a sua área de estudos (pode selecionar mais do que uma opção): Outra. Especifique qual: 54

Outra. Especifique qual:

Educação

9. O diploma ou certificado do seu nível de habilitações encontra-se acreditado/reconhecido em Portugal? (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ



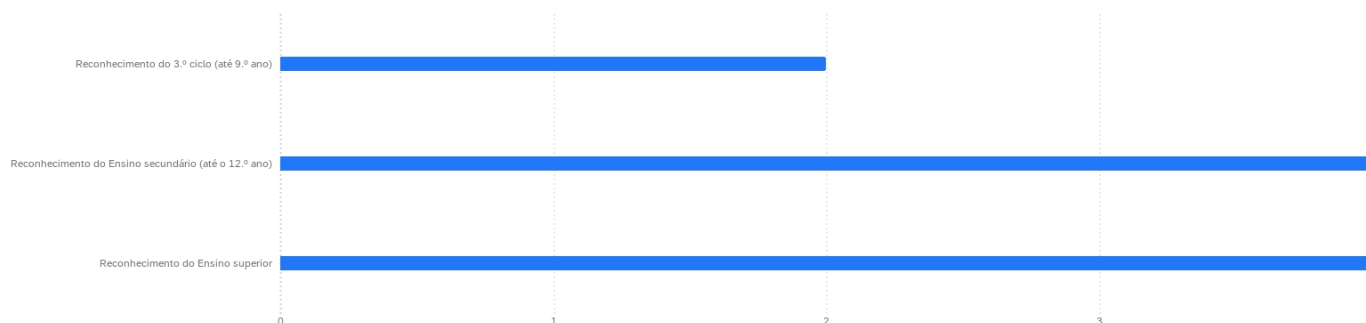
9. O diploma ou certificado do seu nível de habilitações encontra-se acreditado/reconhecido em Portugal? (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ

Q9 - 9. O diploma ou certificado do seu nível de habilitações encontra-se acreditado/reconhecido em Portugal? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	23%	11
Não	57%	27
Está em processamento	2%	1
Não tenho diplomas ou certificados estrangeiros	17%	8

9. O diploma ou certificado do seu nível de habilitações encontra-se acreditado/reconhecido em Portugal? (selecione apenas uma opção): 47 ⓘ

9. O diploma ou certificado do seu nível de habilitações encontra-se acredi...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	11
Não	2,00	2,00	2,00	27
Está em processamento	3,00	3,00	3,00	1
Não tenho diplomas ou certificados estrangeiros	4,00	4,00	4,00	8

10. Se realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados académicos de qual dos seguintes ciclos de estudo? (selecione apenas uma opção): 10 ⓘ



10. Se realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados académicos de qual dos seguintes ciclos de estudo? (selecione apenas uma opção): 10 ⓘ

Q10 - 10. Se realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados académicos de qual dos seguintes ciclos de estudo? (selecione apenas uma opção):	Percentagem	Contagem
Reconhecimento do 3.º ciclo (até 9.º ano)	20%	2
Reconhecimento do Ensino secundário (até o 12.º ano)	40%	4
Reconhecimento do Ensino superior	40%	4

10. Se realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados académicos de qual dos seguintes ciclos de estudo? (selecione apenas uma opção): 10 ⓘ

10. Se realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados acad...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Reconhecimento do 3.º ciclo (até 9.º ano)	3,00	3,00	3,00	2
Reconhecimento do Ensino secundário (até o 12.º ano)	4,00	4,00	4,00	4
Reconhecimento do Ensino superior	5,00	5,00	5,00	4

11. Se já realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados do ensino superior em Portugal, o tempo de espera deste trâmite foi (selecione apenas uma opção): 10 ⓘ



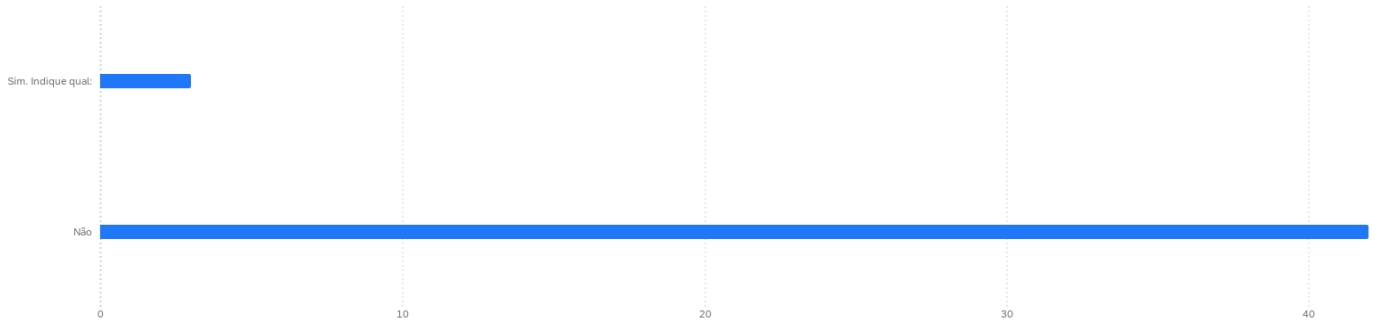
11. Se já realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados do ensino superior em Portugal, o tempo de espera deste trâmite foi (selecione apenas uma opção): 10 ⓘ

Q11 - 11. Se já realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados do ensino superior em Portugal, o tempo de espera deste trâmite foi (selecione apenas uma opção):	Percentagem	Contagem
De 0 a 6 meses	50%	5
De 7 a 12 meses	10%	1
Mais de ano e meio	40%	4

11. Se já realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados do ensino superior em Portugal, o tempo de espera deste trâmite foi (selecione apenas uma opção): 10

11. Se já realizou o pedido de reconhecimento de diplomas ou certificados d...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
De 0 a 6 meses	1,00	1,00	1,00	5
De 7 a 12 meses	2,00	2,00	2,00	1
Mais de ano e meio	4,00	4,00	4,00	4

12. Atualmente encontra-se a frequentar algum ciclo de estudos superior? (CTESP, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento) (selecione apenas uma opção): 45



12. Atualmente encontra-se a frequentar algum ciclo de estudos superior? (CTESP, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento) (selecione apenas uma opção): 45

Q12 - 12. Atualmente encontra-se a frequentar algum ciclo de estudos superior? (CTESP, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento) (selecione apenas uma opção): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Sim. Indique qual:	7%	3
Não	93%	42

12. Atualmente encontra-se a frequentar algum ciclo de estudos superior? (CTESP, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento) (selecione apenas uma opção): 45

12. Atualmente encontra-se a frequentar algum ciclo de estudos superior? (C...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim. Indique qual:	1,00	1,00	1,00	3
Não	2,00	2,00	2,00	42

12. Atualmente encontra-se a frequentar algum ciclo de estudos superior? (CTESP, Licenciatura, Mestrado ou Doutorado) (selecione apenas uma opção): Sim. Indique qual: 54 ⓘ

Sim. Indique qual:

---



---



---



---



---



---

Mestrado em Educação e Desenvolvimento Comunitário

13. Assinale se alguma vez teve pelo menos um trabalho sem direito a contrato de trabalho nem benefícios na RAM (selecione apenas uma opção): 42 ⓘ



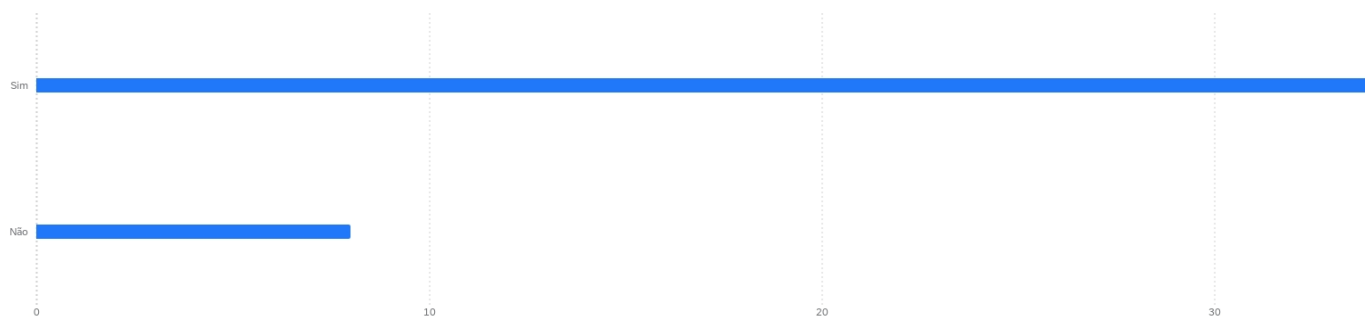
13. Assinale se alguma vez teve pelo menos um trabalho sem direito a contrato de trabalho nem benefícios na RAM (selecione apenas uma opção): 42 ⓘ

Q13 - 13. Assinale se alguma vez teve pelo menos um trabalho sem direito a contrato de trabalho nem benefícios na RAM (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	29%	12
Não	71%	30

13. Assinale se alguma vez teve pelo menos um trabalho sem direito a contrato de trabalho nem benefícios na RAM (selecione apenas uma opção): 42 ⓘ

13. Assinale se alguma vez teve pelo menos um trabalho sem direito a contra...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	12
Não	2,00	2,00	2,00	30

14. Indique se, atualmente, encontra-se a trabalhar (selecione apenas uma opção): 42 ①



14. Indique se, atualmente, encontra-se a trabalhar (selecione apenas uma opção): 42 ①

Q14 - 14. Indique se, atualmente, encontra-se a trabalhar (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	81%	34
Não	19%	8

14. Indique se, atualmente, encontra-se a trabalhar (selecione apenas uma opção): 42 ①

14. Indique se, atualmente, encontra-se a trabalhar (selecione apenas uma o...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	34
Não	2,00	2,00	2,00	8

15. Se respondeu à opção "sim" anterior, indique quanto tempo tem já no emprego atual? (selecione apenas uma opção): 33 ①



15. Se respondeu à opção "sim" anterior, indique quanto tempo tem já no emprego atual? (selecione apenas uma opção): 33 ①

Q15 - 15. Se respondeu à opção "sim" anterior, indique quanto tempo tem já no emprego atual? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
De 0 a 6 meses	24%	8
De 7 meses a 1 ano	6%	2
De 1 a 2 anos	24%	8
Mais de 2 anos	45%	15

15. Se respondeu à opção "sim" anterior, indique quanto tempo tem já no emprego atual? (selecione apenas uma opção): 33 ①

15. Se respondeu à opção "sim" anterior, indique quanto tempo tem já no emp...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
De 0 a 6 meses	1,00	1,00	1,00	8
De 7 meses a 1 ano	2,00	2,00	2,00	2
De 1 a 2 anos	3,00	3,00	3,00	8
Mais de 2 anos	4,00	4,00	4,00	15

16. Indique o tipo de contrato que possui no seu atual emprego (selecione apenas uma opção): 33 ①



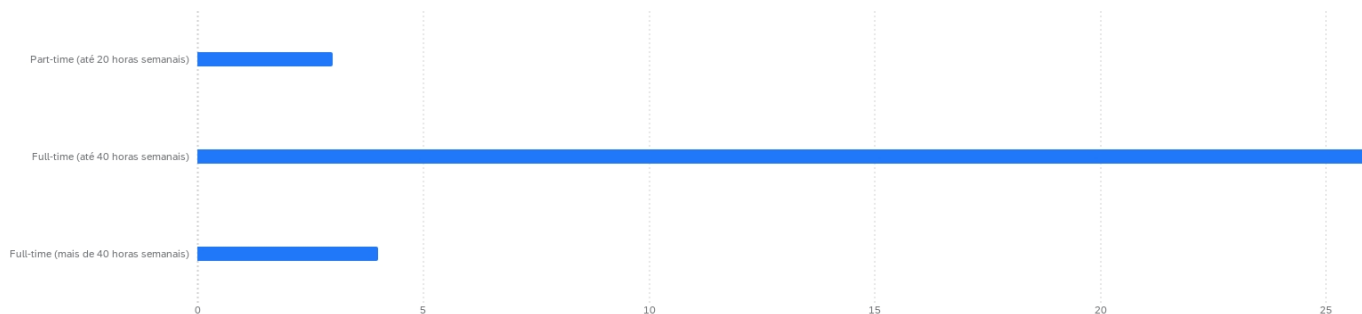
16. Indique o tipo de contrato que possui no seu atual emprego (selecione apenas uma opção): 33 ①

Q16 - 16. Indique o tipo de contrato que possui no seu atual emprego (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Termo incerto	15%	5
Termo certo	15%	5
Estou efetivo	55%	18
Não tenho contrato de trabalho	9%	3
Sou trabalhador independente	6%	2

16. Indique o tipo de contrato que possui no seu atual emprego (selecione apenas uma opção): 33 ⓘ

16. Indique o tipo de contrato que possui no seu atual emprego (selecione a...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Termo incerto	1,00	1,00	1,00	5
Termo certo	2,00	2,00	2,00	5
Estou efetivo	3,00	3,00	3,00	18
Não tenho contrato de trabalho	4,00	4,00	4,00	3
Sou trabalhador independente	5,00	5,00	5,00	2

17. Selecione a carga horária que realiza no seu trabalho (selecione apenas uma opção): 33 ⓘ



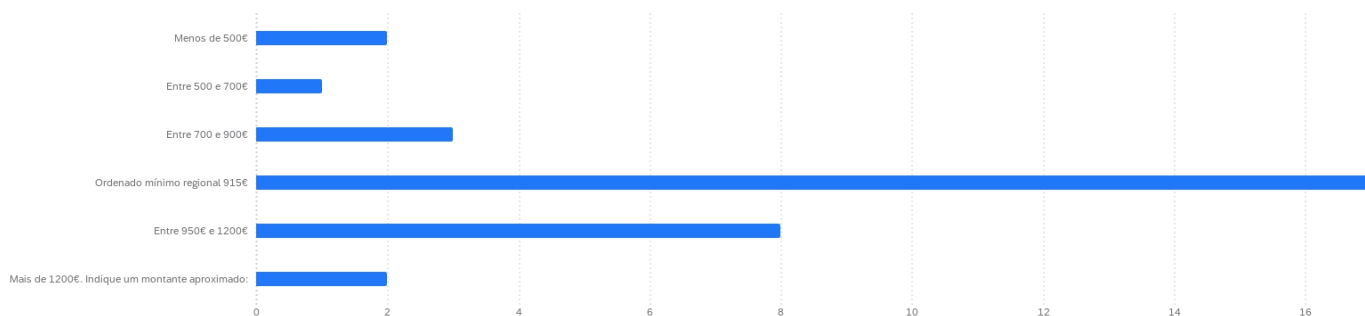
17. Selecione a carga horária que realiza no seu trabalho (selecione apenas uma opção): 33 ⓘ

Q17 - 17. Selecione a carga horária que realiza no seu trabalho (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Part-time (até 20 horas semanais)	9%	3
Full-time (até 40 horas semanais)	79%	26
Full-time (mais de 40 horas semanais)	12%	4

17. Selecione a carga horária que realiza no seu trabalho (selecione apenas uma opção): 33 ⓘ

17. Selecione a carga horária que realiza no seu trabalho (selecione apenas...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Part-time (até 20 horas semanais)	1,00	1,00	1,00	3
Full-time (até 40 horas semanais)	3,00	3,00	3,00	26
Full-time (mais de 40 horas semanais)	4,00	4,00	4,00	4

18. Indique o seu rango salarial mensal aproximado (selecione apenas uma opção): 33



18. Indique o seu rango salarial mensal aproximado (selecione apenas uma opção): 33

Q18 - 18. Indique o seu rango salarial mensal aproximado (selecione apenas uma opção): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Menos de 500€	6%	2
Entre 500 e 700€	3%	1
Entre 700 e 900€	9%	3
Ordenado mínimo regional 915€	52%	17
Entre 950€ e 1200€	24%	8
Mais de 1200€. Indique um montante aproximado:	6%	2

18. Indique o seu rango salarial mensal aproximado (selecione apenas uma opção): 33

18. Indique o seu rango salarial mensal aproximado (selecione apenas uma op...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Menos de 500€	1,00	1,00	1,00	2
Entre 500 e 700€	2,00	2,00	2,00	1
Entre 700 e 900€	3,00	3,00	3,00	3
Ordenado mínimo regional 915€	4,00	4,00	4,00	17
Entre 950€ e 1200€	5,00	5,00	5,00	8
Mais de 1200€. Indique um montante aproximado:	6,00	6,00	6,00	2

18. Indique o seu rango salarial mensal aproximado (selecione apenas uma opção): Mais de 1200€. Indique um montante aproximado: 54

Mais de 1200€. Indique um montante aproximado:

---



---



---



---



---



---

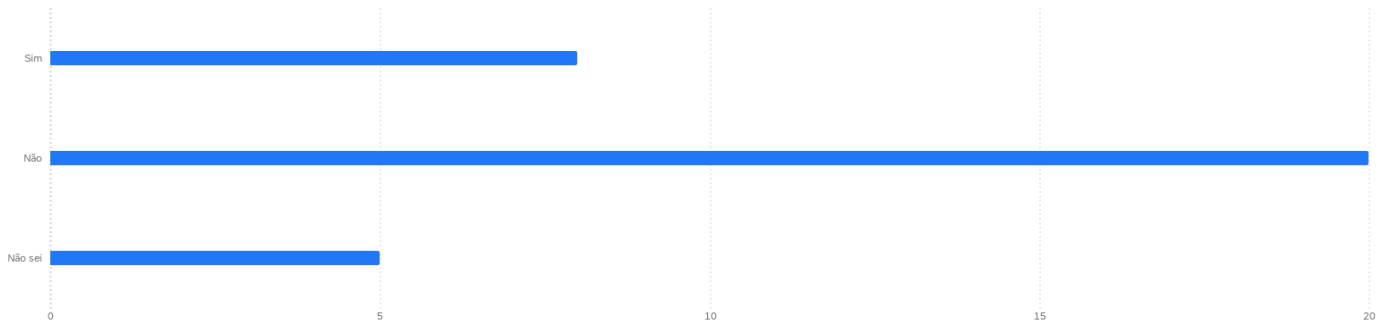


---



---

19. O trabalho que se encontra a desempenhar atualmente esta relacionado com o seu nível de habilitações académicas? (selecione apenas uma opção): 33 ①



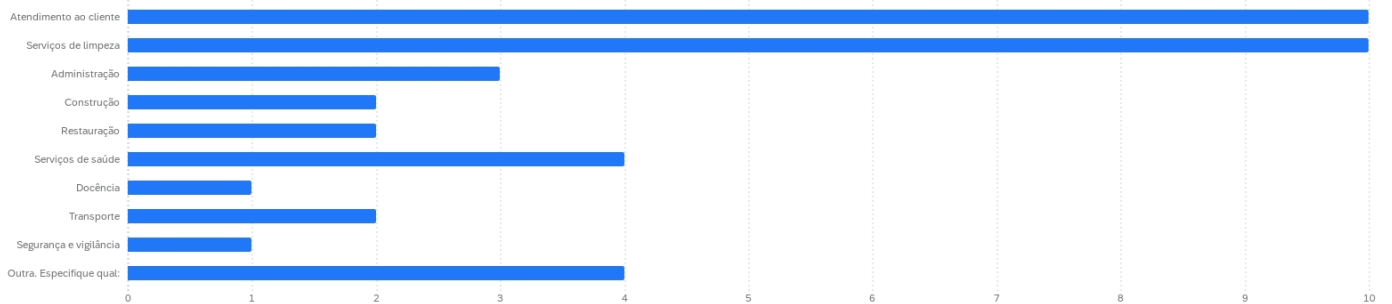
19. O trabalho que se encontra a desempenhar atualmente esta relacionado com o seu nível de habilitações académicas? (selecione apenas uma opção): 33 ①

Opção	Percentagem	Contagem
Sim	24%	8
Não	61%	20
Não sei	15%	5

19. O trabalho que se encontra a desempenhar atualmente esta relacionado com o seu nível de habilitações académicas? (selecione apenas uma opção): 33 ①

Opção	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	8
Não	2,00	2,00	2,00	20
Não sei	3,00	3,00	3,00	5

20. Indique a sua área de trabalho (pode selecionar mais do que uma opção): 33 ①



20. Indique a sua área de trabalho (pode selecionar mais do que uma opção): 33 ⓘ

Q20 - 20. Indique a sua área de trabalho (pode selecionar mais do que uma opção): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Atendimento ao cliente	30%	10
Serviços de limpeza	30%	10
Administração	9%	3
Construção	6%	2
Restauração	6%	2
Serviços de saúde	12%	4
Docência	3%	1

20. Indique a sua área de trabalho (pode selecionar mais do que uma opção): Outra. Especifique qual: 54 ⓘ

Outra. Especifique qual:

Escritório

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

21. De acordo com o seu nível de habilitações académicas, considera que se encontra a receber um ordenado (selecione apenas uma opção): 33 ⓘ



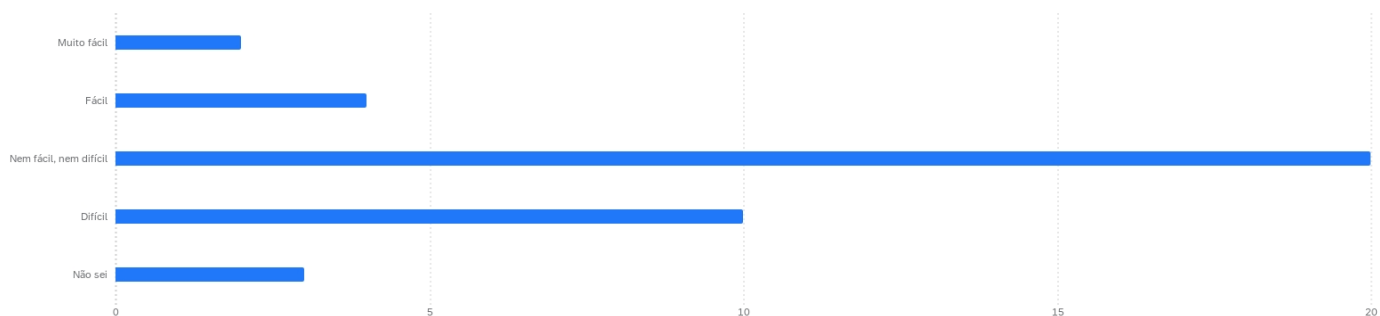
21. De acordo com o seu nível de habilitações académicas, considera que se encontra a receber um ordenado (selecione apenas uma opção): 33 ⓘ

Q21 - 21. De acordo com o seu nível de habilitações académicas, considera que se encontra a receber um ordenado (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Mais baixo do que corresponde	52%	17
De acordo com o correspondido	36%	12
Não sei	12%	4

21. De acordo com o seu nível de habilitações académicas, considera que se encontra a receber um ordenado (selecione apenas uma opção): 33 ⓘ

21. De acordo com o seu nível de habilitações académicas, considera que se...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Mais baixo do que corresponde	1,00	1,00	1,00	17
De acordo com o correspondido	2,00	2,00	2,00	12
Não sei	4,00	4,00	4,00	4

22. Desde à sua chegada a RAM considera que conseguir emprego é (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ



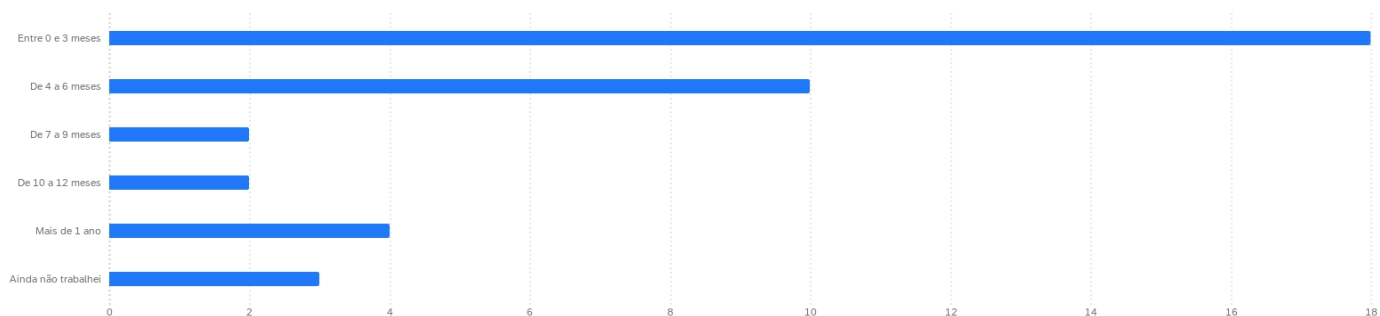
22. Desde à sua chegada a RAM considera que conseguir emprego é (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ

Q22 - 22. Desde à sua chegada a RAM considera que conseguir emprego é (selecione apenas uma opção):	Percentagem	Contagem
Muito fácil	5%	2
Fácil	10%	4
Nem fácil, nem difícil	51%	20
Difícil	26%	10
Não sei	8%	3

22. Desde à sua chegada a RAM considera que conseguir emprego é (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ

22. Desde à sua chegada a RAM considera que conseguir emprego é (selecione...)	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Muito fácil	1,00	1,00	1,00	2
Fácil	2,00	2,00	2,00	4
Nem fácil, nem difícil	3,00	3,00	3,00	20
Difícil	4,00	4,00	4,00	10
Não sei	6,00	6,00	6,00	3

23. Quanto tempo já esteve sem emprego enquanto estava em procura ativa do mesmo? (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ



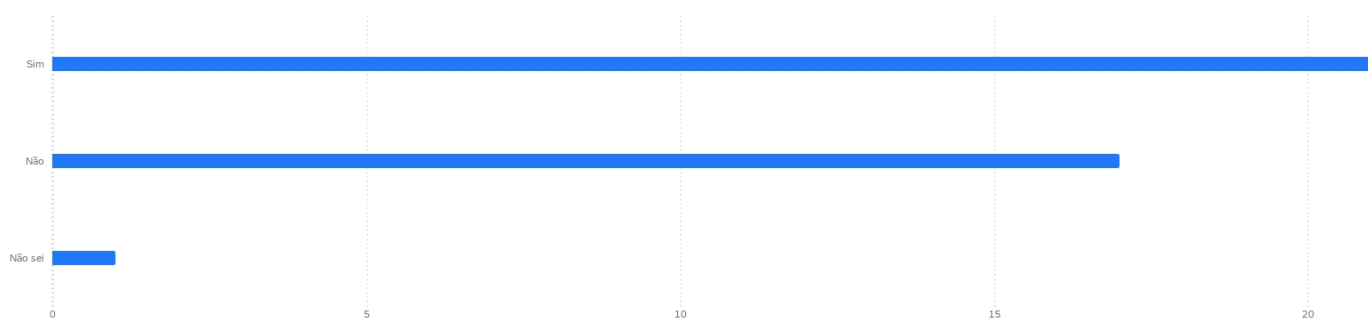
23. Quanto tempo já esteve sem emprego enquanto estava em procura ativa do mesmo? (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ

Q23 - 23. Quanto tempo já esteve sem emprego enquanto estava em procura ativa do mesmo? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Entre 0 e 3 meses	46%	18
De 4 a 6 meses	26%	10
De 7 a 9 meses	5%	2
De 10 a 12 meses	5%	2
Mais de 1 ano	10%	4
Ainda não trabalhei	8%	3

23. Quanto tempo já esteve sem emprego enquanto estava em procura ativa do mesmo? (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ

23. Quanto tempo já esteve sem emprego enquanto estava em procura ativa do...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Entre 0 e 3 meses	1,00	1,00	1,00	18
De 4 a 6 meses	2,00	2,00	2,00	10
De 7 a 9 meses	3,00	3,00	3,00	2
De 10 a 12 meses	4,00	4,00	4,00	2
Mais de 1 ano	5,00	5,00	5,00	4
Ainda não trabalhei	6,00	6,00	6,00	3

24. Já sentiu algum tipo de discriminação ou xenofobia no trabalho por ser migrante? (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ



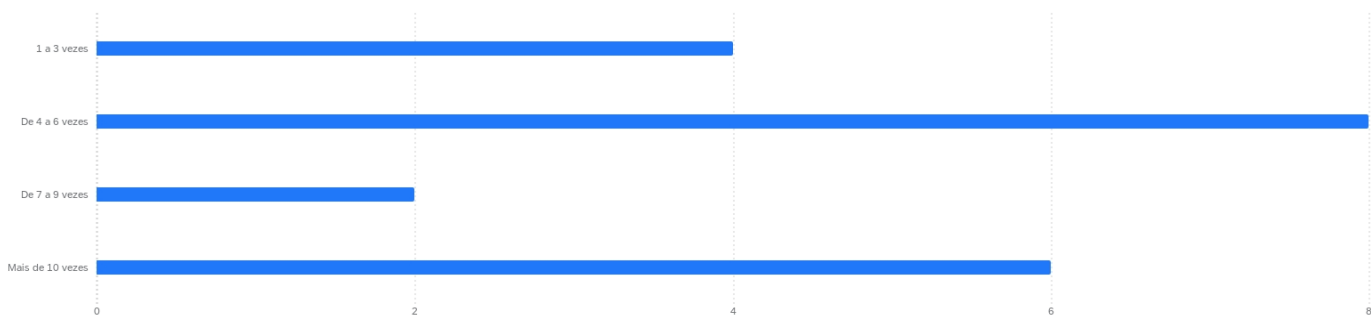
24. Já sentiu algum tipo de discriminação ou xenofobia no trabalho por ser migrante? (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ

Q24 - 24. Já sentiu algum tipo de discriminação ou xenofobia no trabalho por ser migrante? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	54%	21
Não	44%	17
Não sei	3%	1

24. Já sentiu algum tipo de discriminação ou xenofobia no trabalho por ser migrante? (selecione apenas uma opção): 39 ⓘ

Q24 - 24. Já sentiu algum tipo de discriminação ou xenofobia no trabalho por ser...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	21
Não	2,00	2,00	2,00	17
Não sei	3,00	3,00	3,00	1

25. Se respondeu "sim" na pergunte anterior, indique a quantidade de vezes que isto tem acontecido (selecione apenas uma opção): 20 ⓘ



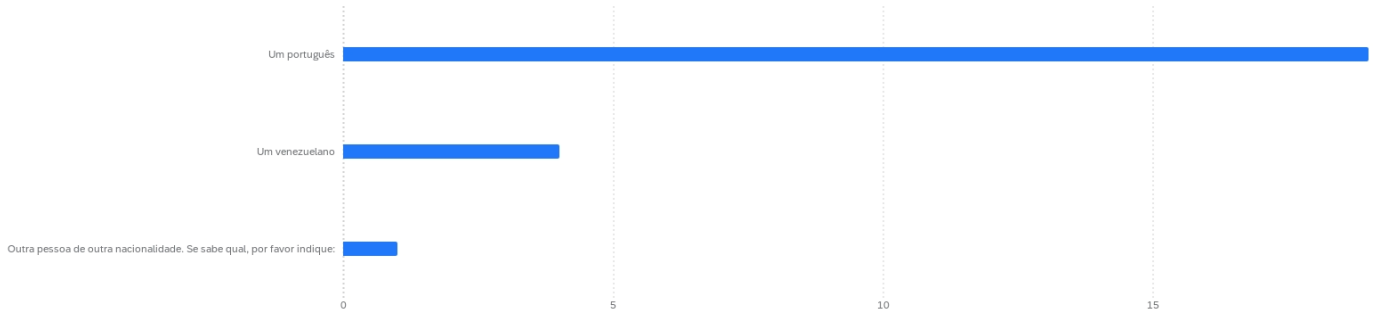
25. Se respondeu "sim" na pergunte anterior, indique a quantidade de vezes que isto tem acontecido (selecione apenas uma opção): 20 ⓘ

Q25 - 25. Se respondeu "sim" na pergunte anterior, indique a quantidade de vezes que isto tem acontecido (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
1 a 3 vezes	20%	4
De 4 a 6 vezes	40%	8
De 7 a 9 vezes	10%	2
Mais de 10 vezes	30%	6

25. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, indique a quantidade de vezes que isto tem acontecido (selecione apenas uma opção): 20 ⓘ

25. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, indique a quantidade de vezes...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
1 a 3 vezes	1,00	1,00	1,00	4
De 4 a 6 vezes	2,00	2,00	2,00	8
De 7 a 9 vezes	3,00	3,00	3,00	2
Mais de 10 vezes	4,00	4,00	4,00	6

26. Estas situações que tem vivenciado tem sido por parte de (selecione apenas uma opção): 20 ⓘ



26. Estas situações que tem vivenciado tem sido por parte de (selecione apenas uma opção): 20 ⓘ

Q26 - 26. Estas situações que tem vivenciado tem sido por parte de (selecione apenas uma opção): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Um português	95%	19
Um venezuelano	20%	4
Outra pessoa de outra nacionalidade. Se sabe qual, por favor indique:	5%	1

26. Estas situações que tem vivenciado tem sido por parte de (selecione apenas uma opção): ⓘ ⚠

Ocorreu um erro inesperado.

26. Estas situações que tem vivenciado tem sido por parte de (selecione apenas uma opção):: Outra pessoa de outra nacionalidade. Se sabe qual, por favor indique: 54

Outra pessoa de outra nacionalidade. Se sabe qual, por favor indique:

---



---



---



---



---

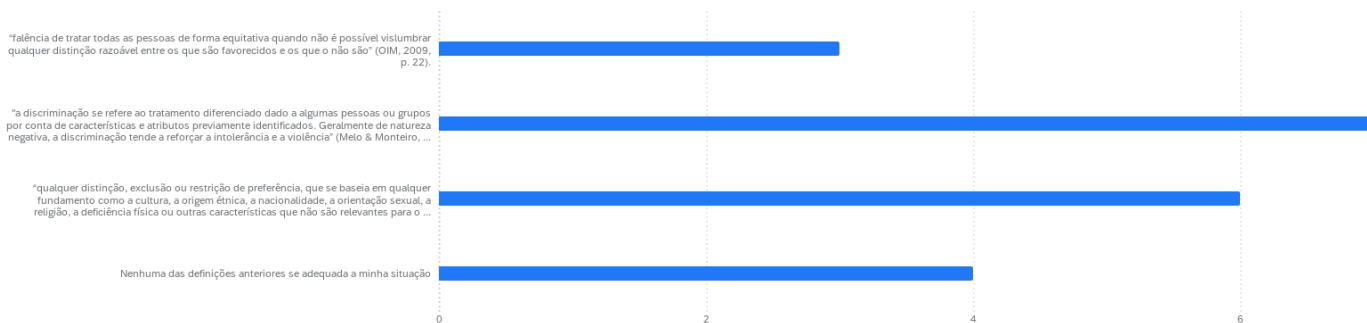


---



---

27. Das seguintes definições sobre a discriminação, selecione aquela que considera que se adequa melhor a sua situação (selecione apenas uma opção): 20



27. Das seguintes definições sobre a discriminação, selecione aquela que considera que se adequa melhor a sua situação (selecione apenas uma opção): 20

Q27 - 27. Das seguintes definições sobre a discriminação, selecione aquela que considera que se adequa melhor a sua situação (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
"falência de tratar todas as pessoas de forma equitativa quando não é possível vislumbrar qualquer distinção razoável entre os que são favorecidos e os que o não são" (OIM, 2009, p. 22).	15%	3
"a discriminação se refere ao tratamento diferenciado dado a algumas pessoas ou grupos por conta de características e atributos previamente identificados. Geralmente de natureza negativa, a discriminação tende a reforçar a intolerância e a violência" (Melo & Monteiro, 2021, p. 758).	35%	7
"qualquer distinção, exclusão ou restrição de preferência, que se baseia em qualquer fundamento como a cultura, a origem étnica, a nacionalidade, a orientação sexual, a religião, a deficiência física ou outras características que não são relevantes para o assunto em questão" (Concelho de Europa, 2016, p. 474).	30%	6
Nenhuma das definições anteriores se adequada a minha situação	20%	4

27. Das seguintes definições sobre a discriminação, selecione aquela que considera que se adequa melhor a sua situação (selecione apenas uma opção): 20

27. Das seguintes definições sobre a discriminação, selecione aquela que co...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
"falência de tratar todas as pessoas de forma equitativa quando não é possível vislumbrar qualquer distinção razoável entre os que são favorecidos e os que o não são" (OIM, 2009, p. 22).	1,00	1,00	1,00	3
"a discriminação se refere ao tratamento diferenciado dado a algumas pessoas ou grupos por conta de características e atributos previamente identificados. Geralmente de natureza negativa, a discriminação tende a reforçar a intolerância e a violência" (Melo & Monteiro, 2021, p. 758).	2,00	2,00	2,00	7
"qualquer distinção, exclusão ou restrição de preferência, que se baseia em qualquer fundamento como a cultura, a origem étnica, a nacionalidade, a orientação sexual, a religião, a deficiência física ou outras características que não são relevantes para o assunto em questão" (Concelho de Europa, 2016, p. 474).	3,00	3,00	3,00	6
Nenhuma das definições anteriores se adequada a minha situação	4,00	4,00	4,00	4

28. Atualmente sente-se integrado na comunidade madeirense? (selecione apenas uma opção): 38



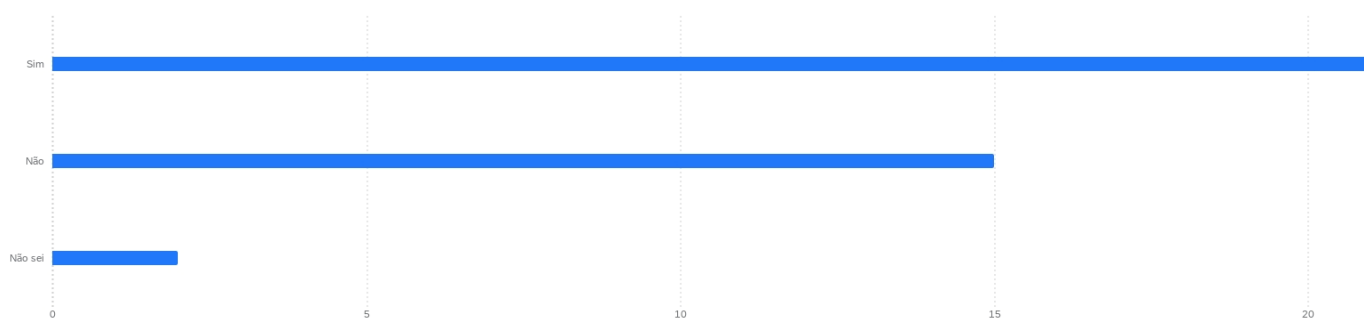
28. Atualmente sente-se integrado na comunidade madeirense? (selecione apenas uma opção): 38

Q28 - 28. Atualmente sente-se integrado na comunidade madeirense? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Integrado completamente	42%	16
Integrado parcialmente	45%	17
Não integrado	11%	4
Não sei	3%	1

28. Atualmente sente-se integrado na comunidade madeirense? (selecione apenas uma opção): 38

28. Atualmente sente-se integrado na comunidade madeirense? (selecione apenas uma opção):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Integrado completamente	1,00	1,00	1,00	16
Integrado parcialmente	2,00	2,00	2,00	17
Não integrado	3,00	3,00	3,00	4
Não sei	4,00	4,00	4,00	1

29. Sente que o facto de ser migrante tem levado a que tenha mais desafios na sua integração na comunidade? (selecione apenas uma opção): 38



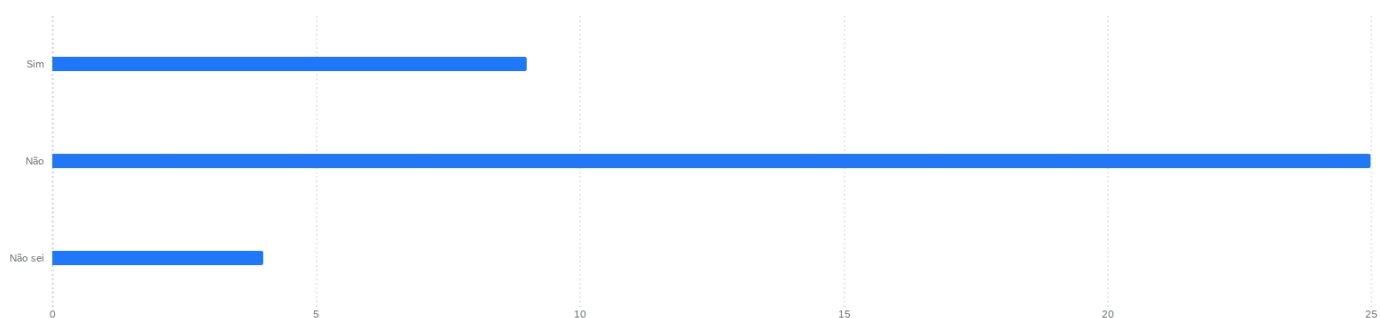
29. Sente que o facto de ser migrante tem levado a que tenha mais desafios na sua integração na comunidade? (selecione apenas uma opção): 38 ①

Q29 - 29. Sente que o facto de ser migrante tem levado a que tenha mais desafios na sua integração na comunidade? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	55%	21
Não	39%	15
Não sei	5%	2

29. Sente que o facto de ser migrante tem levado a que tenha mais desafios na sua integração na comunidade? (selecione apenas uma opção): 38 ①

29. Sente que o facto de ser migrante tem levado a que tenha mais desafios...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	21
Não	2,00	2,00	2,00	15
Não sei	3,00	3,00	3,00	2

30. Sente que o facto de ser migrante dificulta conseguir um emprego? (selecione apenas uma opção): 38 ①



30. Sente que o facto de ser migrante dificulta conseguir um emprego? (selecione apenas uma opção): 38 ①

Q30 - 30. Sente que o facto de ser migrante dificulta conseguir um emprego? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	24%	9
Não	66%	25
Não sei	11%	4

30. Sente que o facto de ser migrante dificulta conseguir um emprego? (selecione apenas uma opção): 38 ①

30. Sente que o facto de ser migrante dificulta conseguir um emprego? (sele...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	9
Não	2,00	2,00	2,00	25
Não sei	3,00	3,00	3,00	4

31. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, por favor indique o porquê (pode seleccionar mais do que uma opção): 9 ①



31. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, por favor indique o porquê (pode seleccionar mais do que uma opção): 9 ①

Q31 - 31. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, por favor indique o porquê (pode seleccionar mais do que uma opção): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Dificuldade na língua	33%	3
Diferença das culturas	33%	3
Preconceitos, xenofobia e/ou discriminação por parte dos empregadores	44%	4
Preconceitos, xenofobia e/ou discriminação por parte dos colegas de trabalho	11%	1
Não reconhecimento de certificados ou diplomas	33%	3
Não reconhecimento da experiência laboral realizada no estrangeiro	33%	3
Trabalho abaixo do nível das qualificações que possui	22%	2

31. Se respondeu "sim" na pergunta anterior, por favor indique o porquê (pode seleccionar mais do que uma opção): Outros. Especifique: 54 ①

Outros. Especifique:

---



---



---



---



---



---

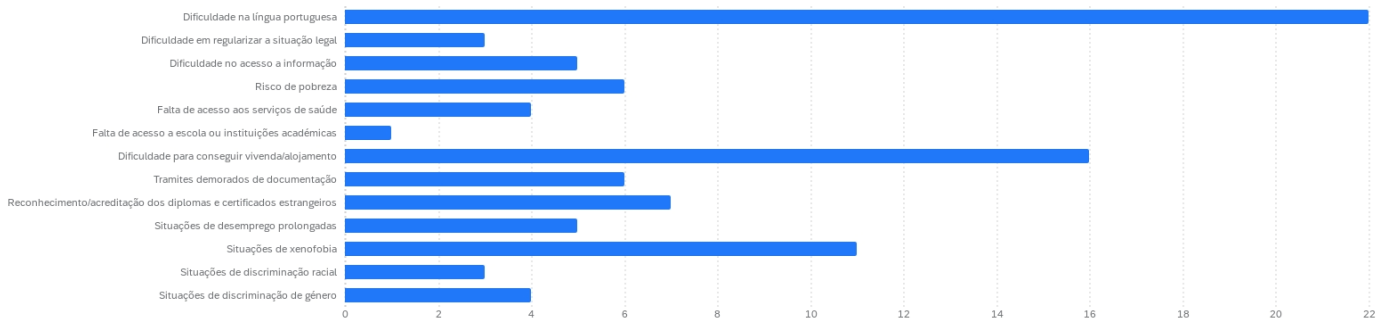


---



---

32. Das seguintes opções seleccione aquelas que se identifica relativamente a alguns desafios que pode ter atravessado como imigrante na RAM (pode seleccionar mais do que uma opção): 37



32. Das seguintes opções seleccione aquelas que se identifica relativamente a alguns desafios que pode ter atravessado como imigrante na RAM (pode seleccionar mais do que uma opção): 37

Q32 - 32. Das seguintes opções seleccione aquelas que se identifica relativamente a alguns desafios que pode ter atravessado como imigrante na RAM (pode seleccionar mais do que uma opção): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Dificuldade na língua portuguesa	59%	22
Dificuldade em regularizar a situação legal	8%	3
Dificuldade no acesso a informação	14%	5
Risco de pobreza	16%	6
Falta de acesso aos serviços de saúde	11%	4
Falta de acesso a escola ou instituições académicas	3%	1
Dificuldade para conseguir vivenda/alojamento	43%	16

32. Das seguintes opções seleccione aquelas que se identifica relativamente a alguns desafios que pode ter atravessado como imigrante na RAM (pode seleccionar mais do que uma opção): Outros desafios. Indique qual ou quais: 54

Outros desafios. Indique qual ou quais:

---



---



---



---



---



---



---



---

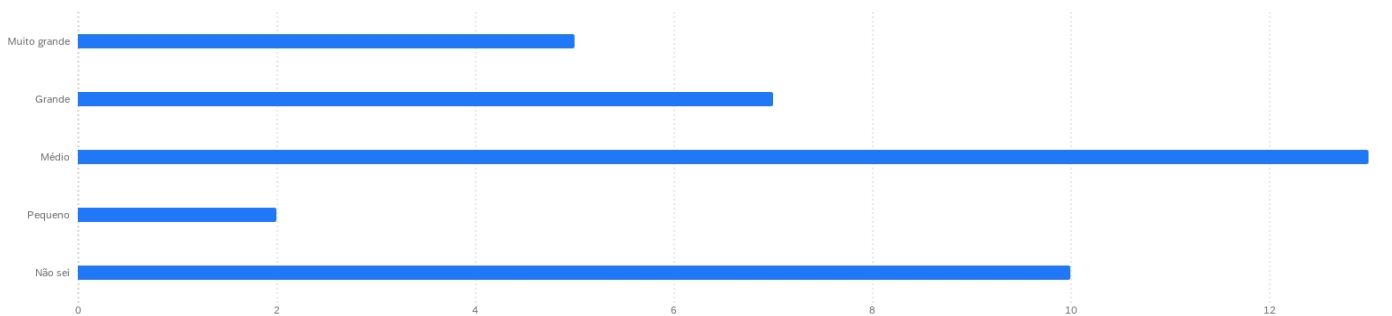


---



---

33. Considera que o aumento da qualificação superior tem impacto no desenvolvimento próprio e da comunidade em que esta inserido? (selecione apenas uma opção): 37



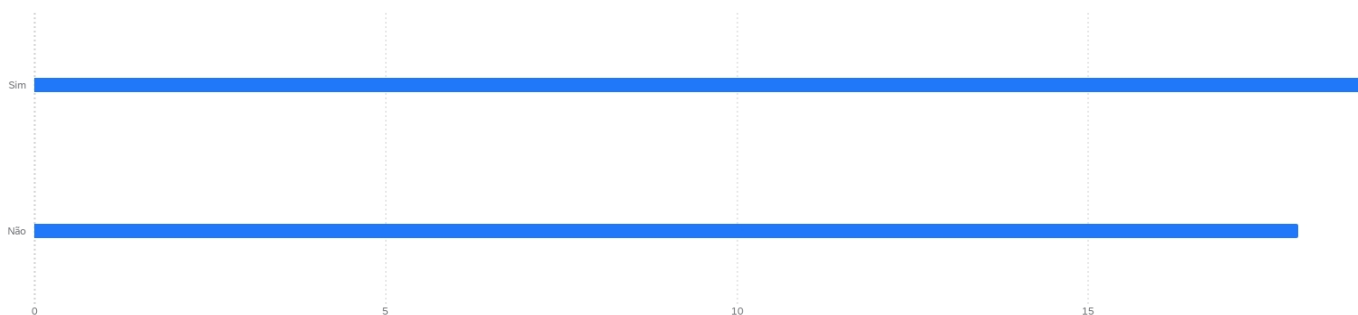
33. Considera que o aumento da qualificação superior tem impacto no desenvolvimento próprio e da comunidade em que esta inserido? (selecione apenas uma opção): 37

Q33 - 33. Considera que o aumento da qualificação superior tem impacto no desenvolvimento próprio e da comunidade em que esta inserido? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Muito grande	14%	5
Grande	19%	7
Médio	35%	13
Pequeno	5%	2
Não sei	27%	10

33. Considera que o aumento da qualificação superior tem impacto no desenvolvimento próprio e da comunidade em que esta inserido? (selecione apenas uma opção): 37

33. Considera que o aumento da qualificação superior tem impacto no desenvo...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Muito grande	1,00	1,00	1,00	5
Grande	2,00	2,00	2,00	7
Médio	3,00	3,00	3,00	13
Pequeno	4,00	4,00	4,00	2
Não sei	6,00	6,00	6,00	10

34. Desde a sua chegada à RAM tem realizado algum curso para aumentar o seu nível de qualificação? (selecione apenas uma opção): 37



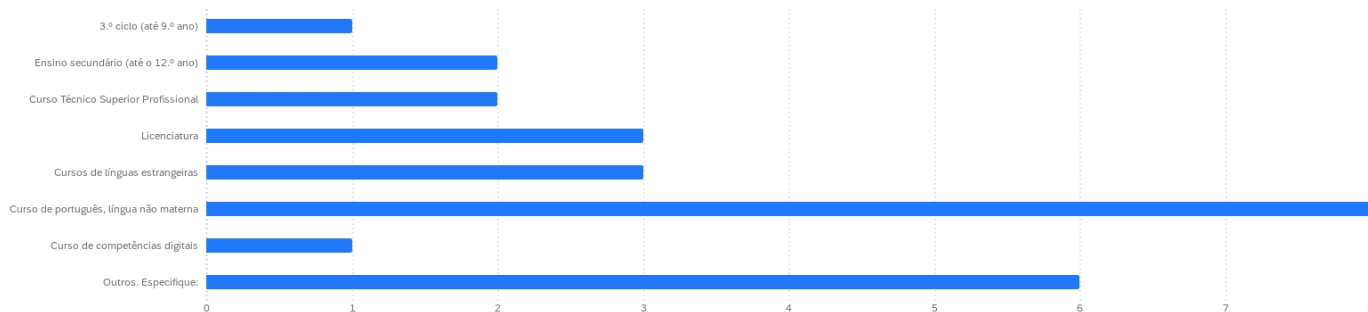
34. Desde a sua chegada à RAM tem realizado algum curso para aumentar o seu nível de qualificação? (selecione apenas uma opção): 37

Q34 - 34. Desde a sua chegada à RAM tem realizado algum curso para aumentar o seu nível de qualificação? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	51%	19
Não	49%	18

34. Desde a sua chegada à RAM tem realizado algum curso para aumentar o seu nível de qualificação? (selecione apenas uma opção): 37

34. Desde a sua chegada à RAM tem realizado algum curso para aumentar o seu...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	19
Não	2,00	2,00	2,00	18

35. Se respondeu à opção de "sim" na pergunta anterior, por favor indique qual ou quais os cursos ou formações académicas que realizou? (pode selecionar mais do que uma opção): 19



35. Se respondeu à opção de "sim" na pergunta anterior, por favor indique qual ou quais os cursos ou formações académicas que realizou? (pode selecionar mais do que uma opção): 19

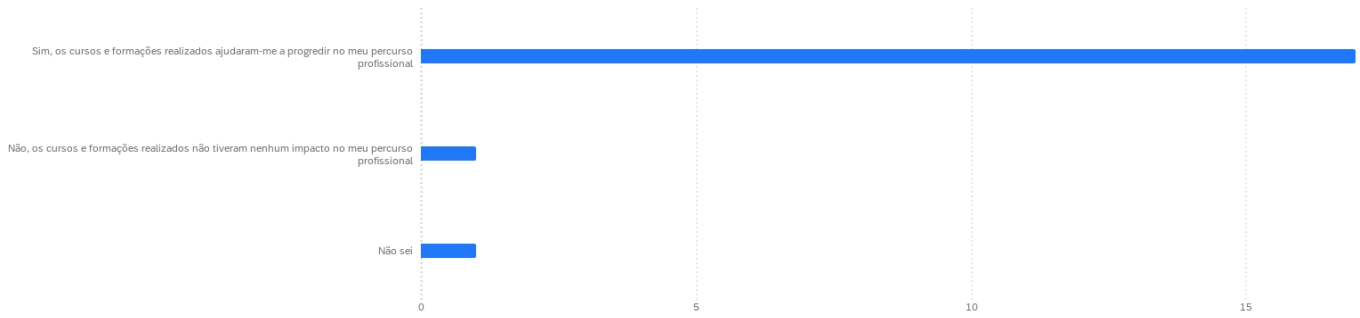
Q35 - 35. Se respondeu à opção de "sim" na pergunta anterior, por favor indique qual ou quais os cursos ou formações académicas que realizou? (pode selecionar mais do que uma opção) - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
3.º ciclo (até 9.º ano)	5%	1
Ensino secundário (até o 12.º ano)	11%	2
Curso Técnico Superior Profissional	11%	2
Licenciatura	16%	3
Cursos de línguas estrangeiras	16%	3
Curso de português, língua não materna	42%	8
Curso de competências digitais	5%	1

35. Se respondeu à opção de "sim" na pergunta anterior, por favor indique qual ou quais os cursos ou formações académicas que realizou? (pode selecionar mais do que uma opção):: Outros. Especifique: 54

Outros. Especifique:

Curso auxiliar ação educativa

36. Sente que a realização destes cursos e formações tem sido uma mais-valia para o seu percurso profissional? (selecione apenas uma opção): 19



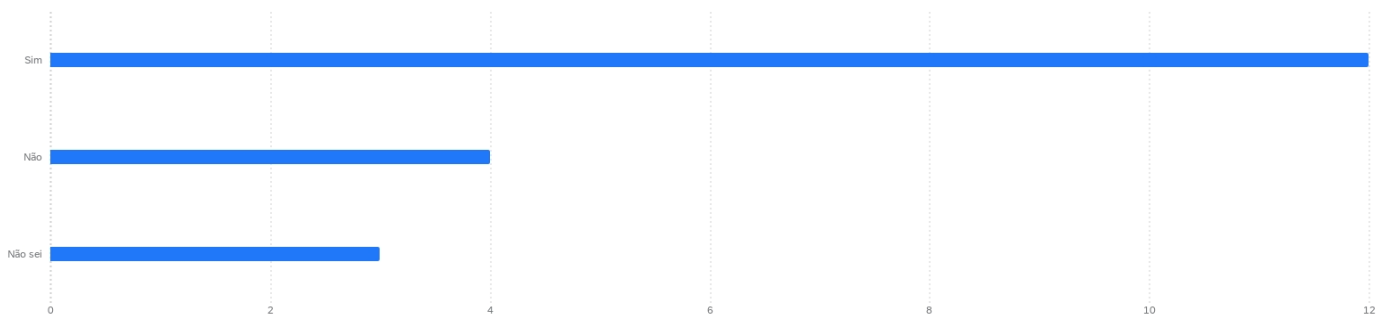
36. Sente que a realização destes cursos e formações tem sido uma mais-valia para o seu percurso profissional? (selecione apenas uma opção): 19

Q36 - 36. Sente que a realização destes cursos e formações tem sido uma mais-valia para o seu percurso profissional? (selecione apenas uma opção):	Percentagem	Contagem
Sim, os cursos e formações realizados ajudaram-me a progredir no meu percurso profissional	89%	17
Não, os cursos e formações realizados não tiveram nenhum impacto no meu percurso profissional	5%	1
Não sei	5%	1

36. Sente que a realização destes cursos e formações tem sido uma mais-valia para o seu percurso profissional? (selecione apenas uma opção): 19

36. Sente que a realização destes cursos e formações tem sido uma mais-vali...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim, os cursos e formações realizados ajudaram-me a progredir no meu percurso profissional	1,00	1,00	1,00	17
Não, os cursos e formações realizados não tiveram nenhum impacto no meu percurso profissional	2,00	2,00	2,00	1
Não sei	3,00	3,00	3,00	1

37. Considera que estes cursos e formações tem proporcionado uma via de integração na comunidade? (selecione apenas uma opção): 19



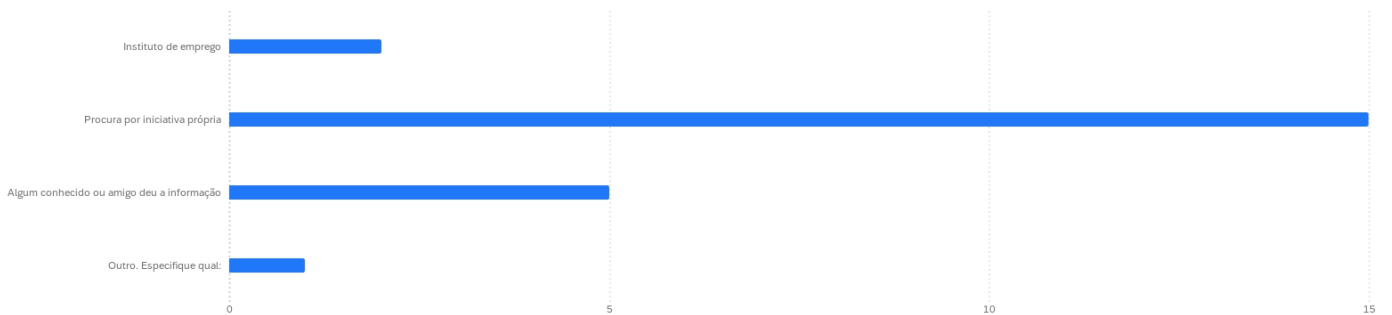
37. Considera que estes cursos e formações tem proporcionado uma via de integração na comunidade? (selecione apenas uma opção): 19 1

Q37 - 37. Considera que estes cursos e formações tem proporcionado uma via de integração na comunidade? (selecione apenas uma opção):	Porcentagem	Contagem
Sim	63%	12
Não	21%	4
Não sei	16%	3

37. Considera que estes cursos e formações tem proporcionado uma via de integração na comunidade? (selecione apenas uma opção): 19 1

37. Considera que estes cursos e formações tem proporcionado uma via de int...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sim	1,00	1,00	1,00	12
Não	2,00	2,00	2,00	4
Não sei	3,00	3,00	3,00	3

38. O conhecimento destes cursos e formações foram tidas por via de (pode selecionar mais do que uma opção): 19 1



38. O conhecimento destes cursos e formações foram tidas por via de (pode selecionar mais do que uma opção): 19 1

Q38 - 38. O conhecimento destes cursos e formações foram tidas por via de (pode selecionar mais do que uma opção): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Instituto de emprego	11%	2
Procura por iniciativa própria	79%	15
Algum conhecido ou amigo deu a informação	26%	5
Outro. Especifique qual:	5%	1

38. O conhecimento destes cursos e formações foram tidas por via de (pode seleccionar mais do que uma opção): Outro. Especifique qual: 54 ⓘ

Outro. Especifique qual:

---

---

---

---

---

---

---

---

39. Considera que o governo regional tem recursos e iniciativas para que os migrantes possam aumentar o seu nível de qualificações académicas e realizar cursos e formações? (selecione apenas uma opção): ⓘ ⚠

Ocorreu um erro inesperado.

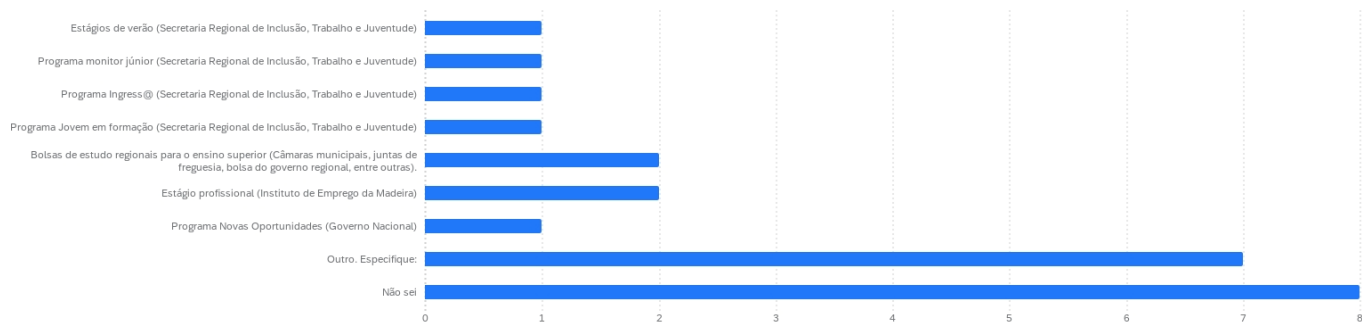
39. Considera que o governo regional tem recursos e iniciativas para que os migrantes possam aumentar o seu nível de qualificações académicas e realizar cursos e formações? (selecione apenas uma opção): ⓘ ⚠

Ocorreu um erro inesperado.

39. Considera que o governo regional tem recursos e iniciativas para que os migrantes possam aumentar o seu nível de qualificações académicas e realizar cursos e formações? (selecione apenas uma opção): ⓘ ⚠

Ocorreu um erro inesperado.

40. Se respondeu "sim" à pergunta anterior, indique qual a iniciativa, programa ou política regional que permitiu o alargamento das suas qualificações? (pode seleccionar mais do que uma opção): 19



40. Se respondeu "sim" à pergunta anterior, indique qual a iniciativa, programa ou política regional que permitiu o alargamento das suas qualificações? (pode seleccionar mais do que uma opção): 19

Q40 - 40. Se respondeu "sim" à pergunta anterior, indique qual a iniciativa, programa ou política regional que permitiu o alargamento das suas qualificações? (pode seleccionar mais do que uma opção): - Selected Choice

Porcentagem

Contagem

Iniciativa	Porcentagem	Contagem
Estágios de verão (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)	5%	1
Programa monitor júnior (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)	5%	1
Programa Ingress@ (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)	5%	1
Programa Jovem em formação (Secretaria Regional de Inclusão, Trabalho e Juventude)	5%	1
Bolsas de estudo regionais para o ensino superior (Câmaras municipais, juntas de freguesia, bolsa do governo regional, entre outras).	11%	2
Estágio profissional (Instituto de Emprego da Madeira)	11%	2
Programa Novas Oportunidades (Governo Nacional)	5%	1

40. Se respondeu "sim" à pergunta anterior, indique qual a iniciativa, programa ou política regional que permitiu o alargamento das suas qualificações? (pode seleccionar mais do que uma opção):: Outro. Especifique:

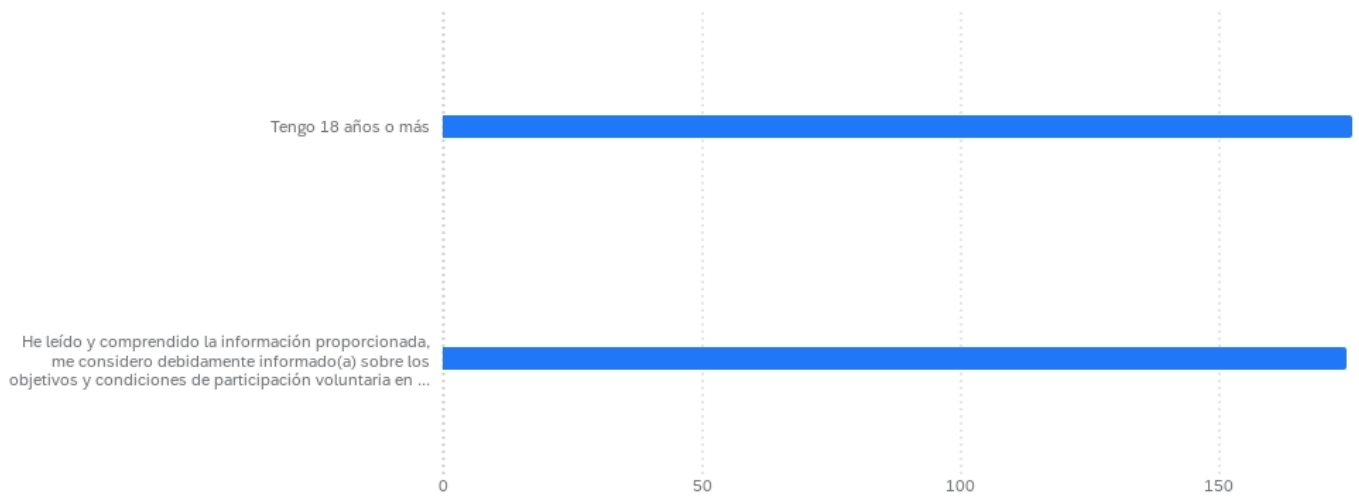
54

Outro. Especifique:

Curso de verão para desempregados

## Anexo 4: Relatório *Qualtrics* dos resultados dos inquéritos por questionário versão em espanhol

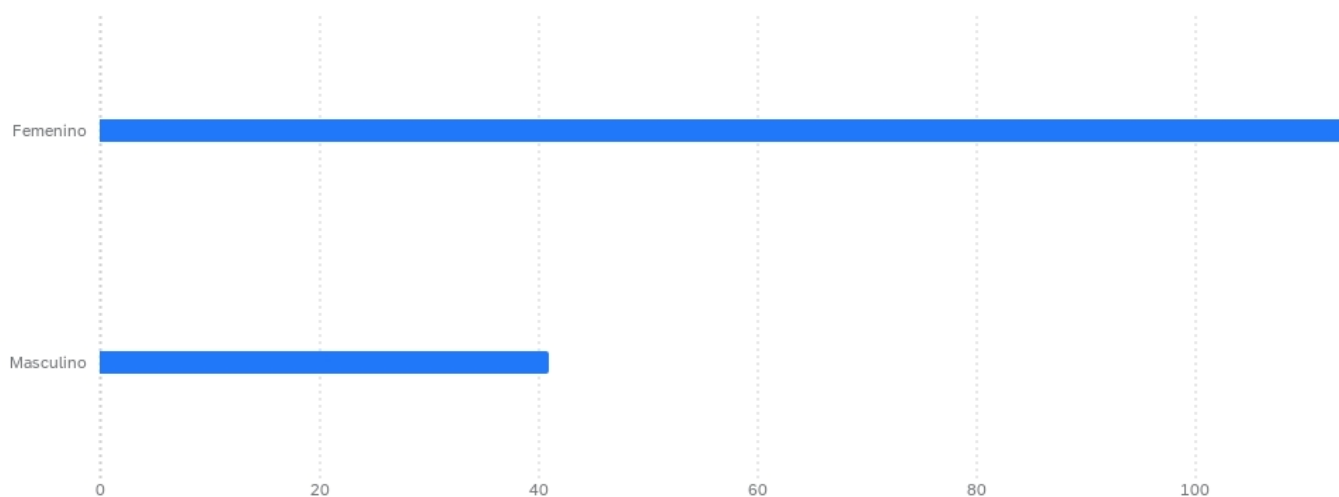
Si acepta participar en este estudio, declara que: 176 ⓘ



Si acepta participar en este estudio, declara que: 176 ⓘ

Q41 - Si acepta participar en este estudio, declara que:	Porcentagem	Contagem
Tengo 18 años o más	100%	176
He leído y comprendido la información proporcionada, me considero debidamente informado(a) sobre los objetivos y condiciones de participación voluntaria en este estudio, entiendo que puedo retirarme en cualquier momento sin perjuicio alguno, y acepto los términos y condiciones del estudio	99%	175

1. Indique su sexo (seleccione solo una opción): 155 ⓘ



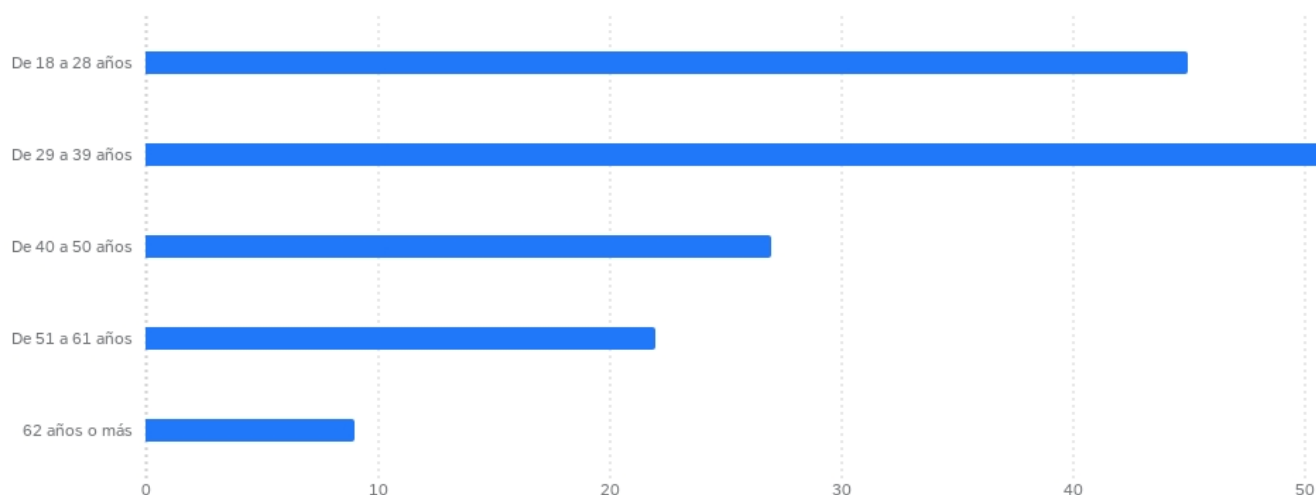
1. Indique su sexo (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

Q1 - 1. Indique su sexo (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Femenino	74%	114
Masculino	26%	41

1. Indique su sexo (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

1. Indique su sexo (seleccione solo una opción):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Femenino	1,00	1,00	1,00	114
Masculino	2,00	2,00	2,00	41

2. Indique su edad (seleccione solo una opción): 155 ⓘ



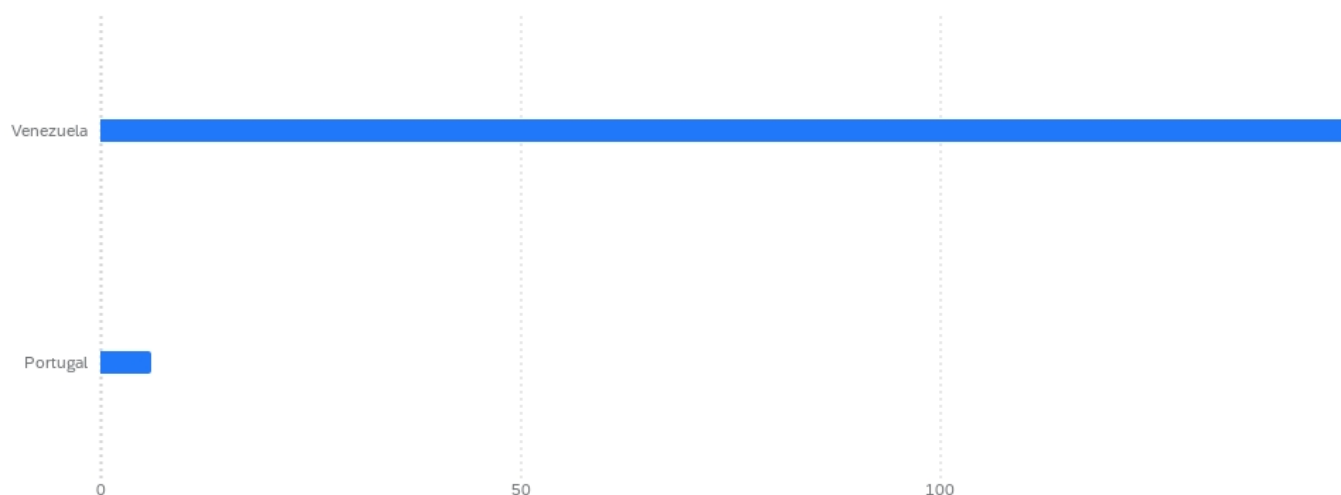
2. Indique su edad (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

Q2 - 2. Indique su edad (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
De 18 a 28 años	29%	45
De 29 a 39 años	34%	52
De 40 a 50 años	17%	27
De 51 a 61 años	14%	22
62 años o más	6%	9

2. Indique su edad (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

2. Indique su edad (seleccione solo una opción):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
De 18 a 28 años	1,00	1,00	1,00	45
De 29 a 39 años	2,00	2,00	2,00	52
De 40 a 50 años	3,00	3,00	3,00	27
De 51 a 61 años	4,00	4,00	4,00	22
62 años o más	5,00	5,00	5,00	9

3. Indique su país de nacimiento (seleccione solo una opción): 155 ⓘ



3. Indique su país de nacimiento (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

Q3 - 3. Indique su país de nacimiento (seleccione solo una opción) - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Venezuela	96%	149
Portugal	4%	6

3. Indique su país de nacimiento (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

3. Indique su país de nacimiento (seleccione solo una opción):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Venezuela	1,00	1,00	1,00	149
Portugal	2,00	2,00	2,00	6

3. Indique su país de nacimiento (seleccione solo una opción):: Otro. Especifique cuál: 176 ⓘ

Otro. Especifique cuál:

---



---



---



---



---



---

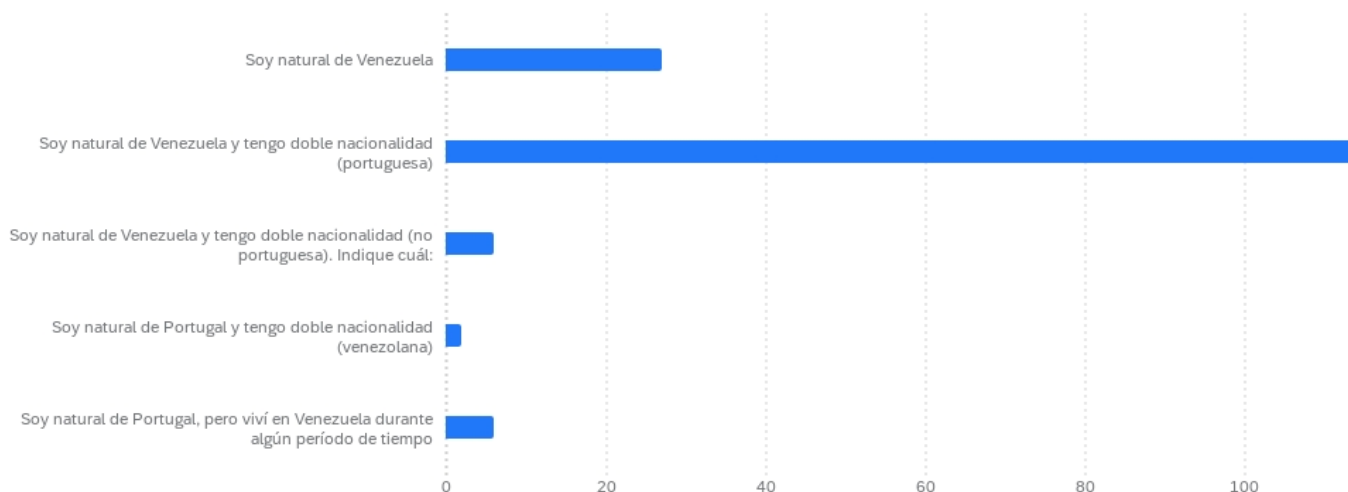


---



---

4. Indique con cuál de las siguientes opciones se identifica según su nacionalidad (seleccione solo una opción): 155 ⓘ



4. Indique con cuál de las siguientes opciones se identifica según su nacionalidad (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

Q4 - 4. Indique con cuál de las siguientes opciones se identifica según su nacionalidad (seleccione solo una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Soy natural de Venezuela	17%	27
Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (portuguesa)	74%	114
Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (no portuguesa). Indique cuál:	4%	6
Soy natural de Portugal y tengo doble nacionalidad (venezolana)	1%	2
Soy natural de Portugal, pero viví en Venezuela durante algún período de tiempo	4%	6

4. Indique con cuál de las siguientes opciones se identifica según su nacionalidad (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

4. Indique con cuál de las siguientes opciones se identifica según su nacio...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Soy natural de Venezuela	1,00	1,00	1,00	27
Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (portuguesa)	2,00	2,00	2,00	114
Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (no portuguesa). Indique cuál:	3,00	3,00	3,00	6
Soy natural de Portugal y tengo doble nacionalidad (venezolana)	5,00	5,00	5,00	2
Soy natural de Portugal, pero viví en Venezuela durante algún período de tiempo	4,00	4,00	4,00	6

4. Indique con cuál de las siguientes opciones se identifica según su nacionalidad (seleccione solo una opción):: Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (no portuguesa). Indiqu... 176 ⓘ

Soy natural de Venezuela y tengo doble nacionalidad (no portuguesa). Indiqu...

---



---



---



---



---



---



---



---

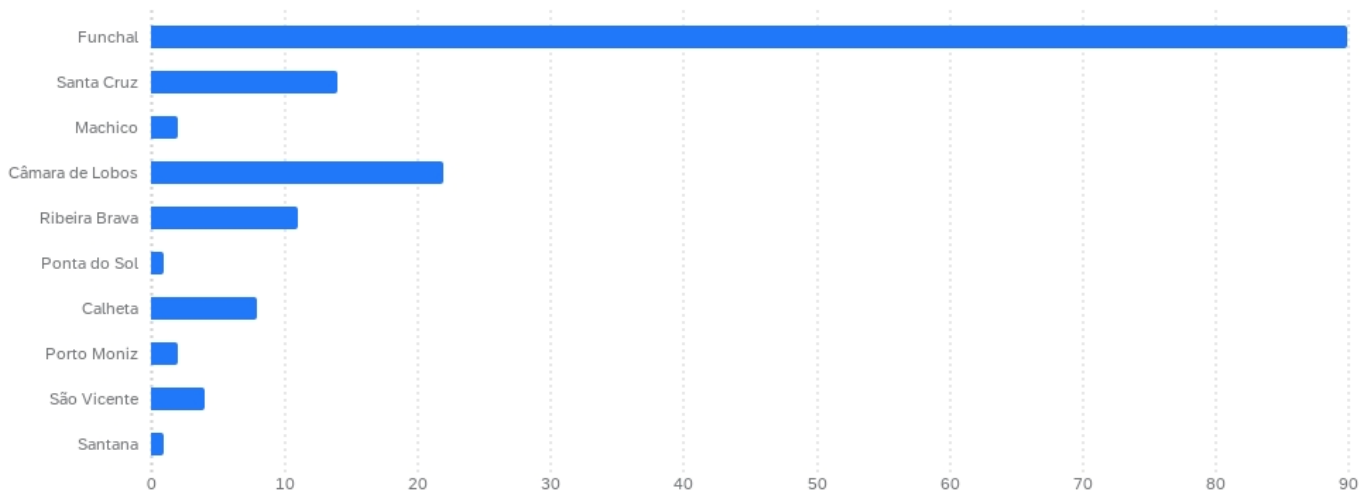


---



---

5. Indique su municipio de residencia en la RAM (seleccione solo una opción): 155 ⓘ



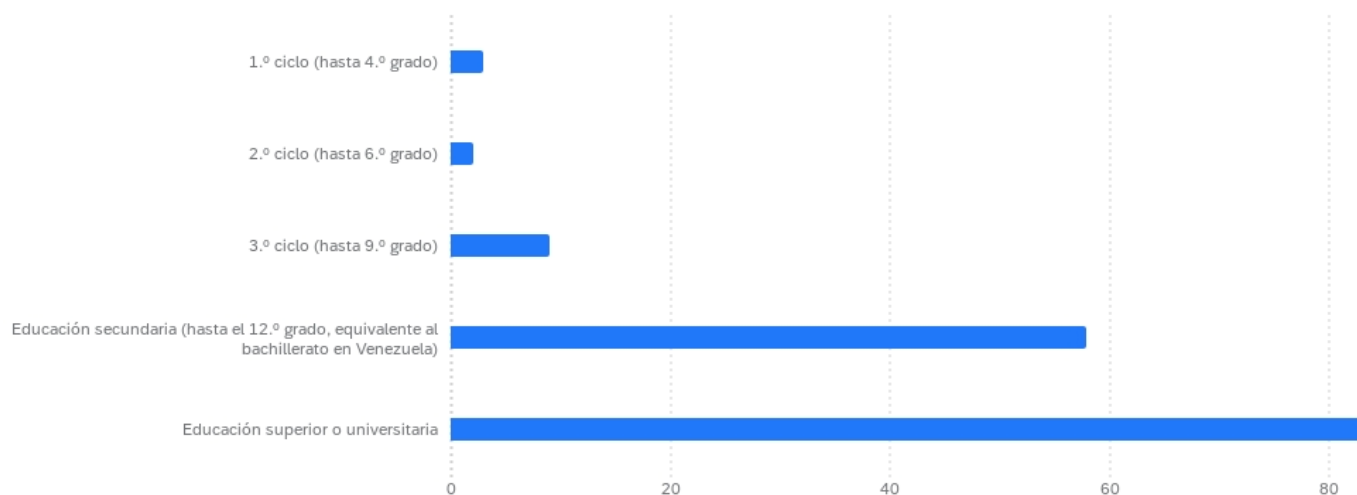
5. Indique su municipio de residencia en la RAM (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

Q5 - 5. Indique su municipio de residencia en la RAM (seleccione solo una opción):	Porcentagem	Contagem
Funchal	58%	90
Santa Cruz	9%	14
Machico	1%	2
Câmara de Lobos	14%	22
Ribeira Brava	7%	11
Ponta do Sol	1%	1
Calheta	5%	8

5. Indique su municipio de residencia en la RAM (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

5. Indique su municipio de residencia en la RAM (seleccione solo una opción...)	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Funchal	1,00	1,00	1,00	90
Santa Cruz	2,00	2,00	2,00	14
Machico	3,00	3,00	3,00	2
Câmara de Lobos	4,00	4,00	4,00	22
Ribeira Brava	5,00	5,00	5,00	11
Ponta do Sol	6,00	6,00	6,00	1
Calheta	7,00	7,00	7,00	8

6. Seleccione su nivel de educación académica (seleccione solo una opción): 155 ⓘ



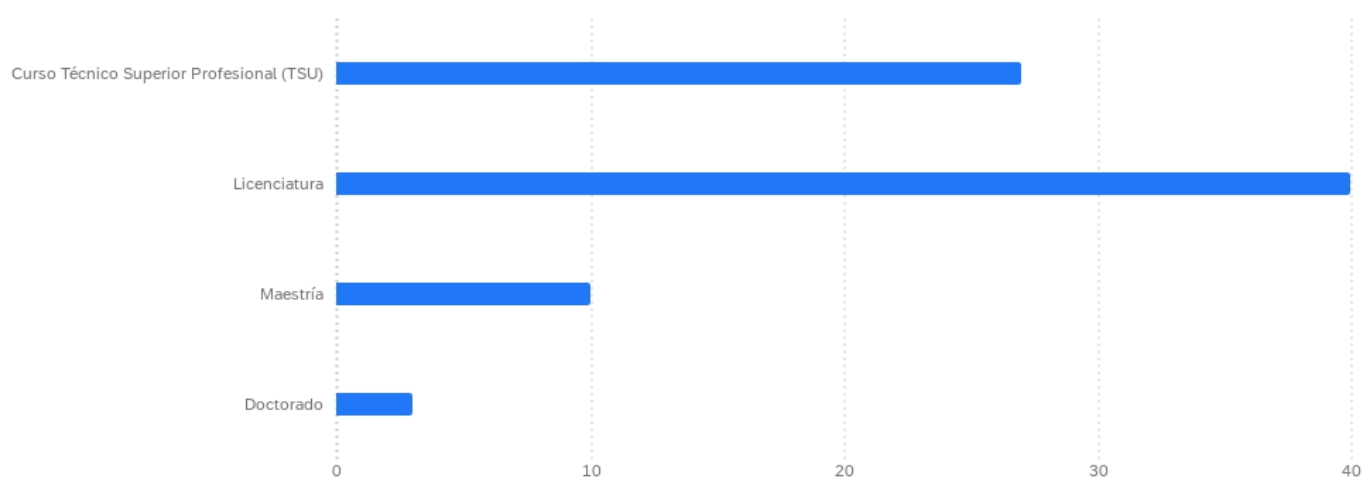
6. Seleccione su nivel de educación académica (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

Q6 - 6. Seleccione su nivel de educación académica (seleccione solo una opción):	Porcentaje	Contagem
1.º ciclo (hasta 4.º grado)	2%	3
2.º ciclo (hasta 6.º grado)	1%	2
3.º ciclo (hasta 9.º grado)	6%	9
Educación secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)	37%	58
Educación superior o universitaria	54%	83

6. Seleccione su nivel de educación académica (seleccione solo una opción): 155 ⓘ

6. Seleccione su nivel de educación académica (seleccione solo una opción):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
1.º ciclo (hasta 4.º grado)	1,00	1,00	1,00	3
2.º ciclo (hasta 6.º grado)	2,00	2,00	2,00	2
3.º ciclo (hasta 9.º grado)	3,00	3,00	3,00	9
Educación secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)	4,00	4,00	4,00	58
Educación superior o universitaria	5,00	5,00	5,00	83

7. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta anterior, indique el nivel de estudios alcanzado (seleccione solo una opción): 80 ⓘ



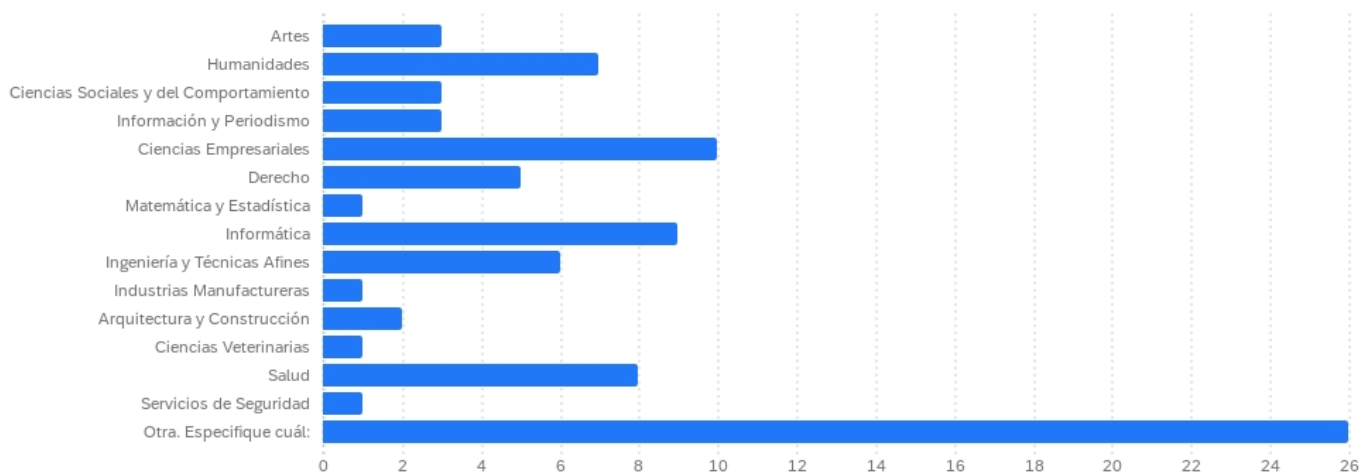
7. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta anterior, indique el nivel de estudios alcanzado (seleccione solo una opción): 80 ⓘ

Q7 - 7. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta anterior, indique el nivel de estudios alcanzado (seleccione solo una opción):	Porcentagem	Contagem
Curso Técnico Superior Profesional (TSU)	34%	27
Licenciatura	50%	40
Maestría	13%	10
Doctorado	4%	3

7. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta anterior, indique el nivel de estudios alcanzado (seleccione solo una opción): 80 ⓘ

7. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta anterior...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Curso Técnico Superior Profesional (TSU)	1,00	1,00	1,00	27
Licenciatura	2,00	2,00	2,00	40
Maestría	3,00	3,00	3,00	10
Doctorado	4,00	4,00	4,00	3

8. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta 6, indique su área de estudios (puede seleccionar más de una opción): 80 ⓘ



8. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta 6, indique su área de estudios (puede seleccionar más de una opción): 80 ⓘ

Q8 - 8. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta 6, indique su área de estudios (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Artes	4%	3
Humanidades	9%	7
Ciencias Sociales y del Comportamiento	4%	3
Información y Periodismo	4%	3
Ciencias Empresariales	13%	10
Derecho	6%	5
Otra. Especifique cuál:	40%	30

8. Si respondió "Educación superior o universitaria" en la pregunta 6, indique su área de estudios (puede seleccionar más de una opción):: Otra. Especifique cuál: 176 ⓘ

Otra. Especifique cuál:

---



---



---



---



---



---



---



---

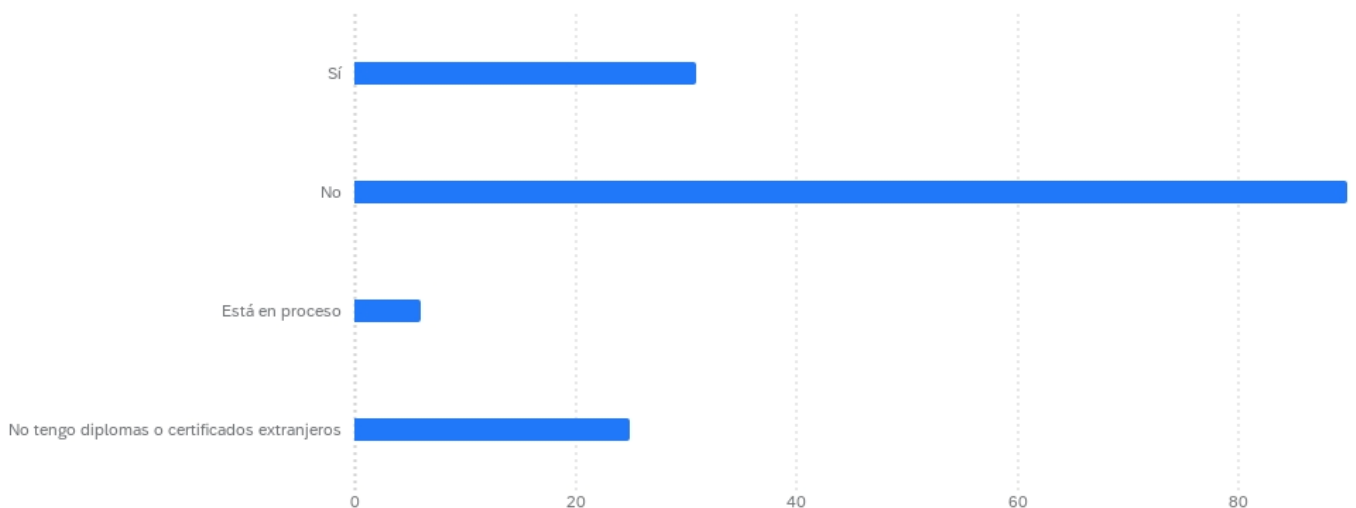


---



---

9. ¿Su diploma o certificado académico extranjero está acreditado/reconocido en Portugal? (seleccione solo una opción): 152 ⓘ



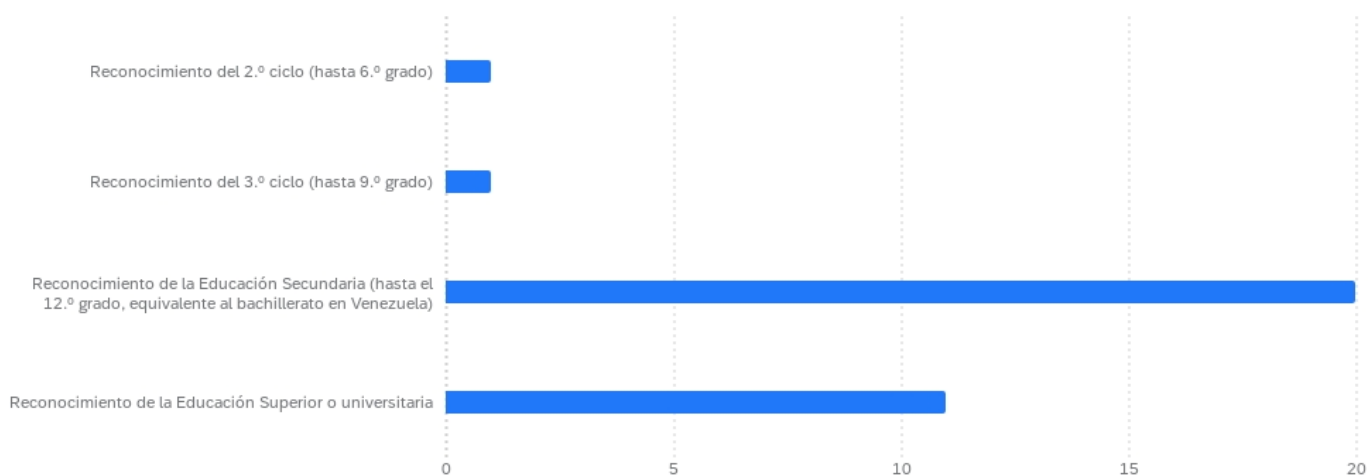
9. ¿Su diploma o certificado académico extranjero está acreditado/reconocido en Portugal? (seleccione solo una opción): 152 ⓘ

Q9 - 9. ¿Su diploma o certificado académico extranjero está acreditado/reconocido en Portugal? (seleccione solo una opción):	Porcentagem	Contagem
Sí	20%	31
No	59%	90
Está en proceso	4%	6
No tengo diplomas o certificados extranjeros	16%	25

9. ¿Su diploma o certificado académico extranjero está acreditado/reconocido en Portugal? (seleccione solo una opción): 152 ⓘ

9. ¿Su diploma o certificado académico extranjero está acreditado/reconocid...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí	1,00	1,00	1,00	31
No	2,00	2,00	2,00	90
Está en proceso	3,00	3,00	3,00	6
No tengo diplomas o certificados extranjeros	4,00	4,00	4,00	25

10. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados académicos, ¿cuál de los siguientes ciclos de estudio fue? (seleccione solo una opción): 33 ⓘ



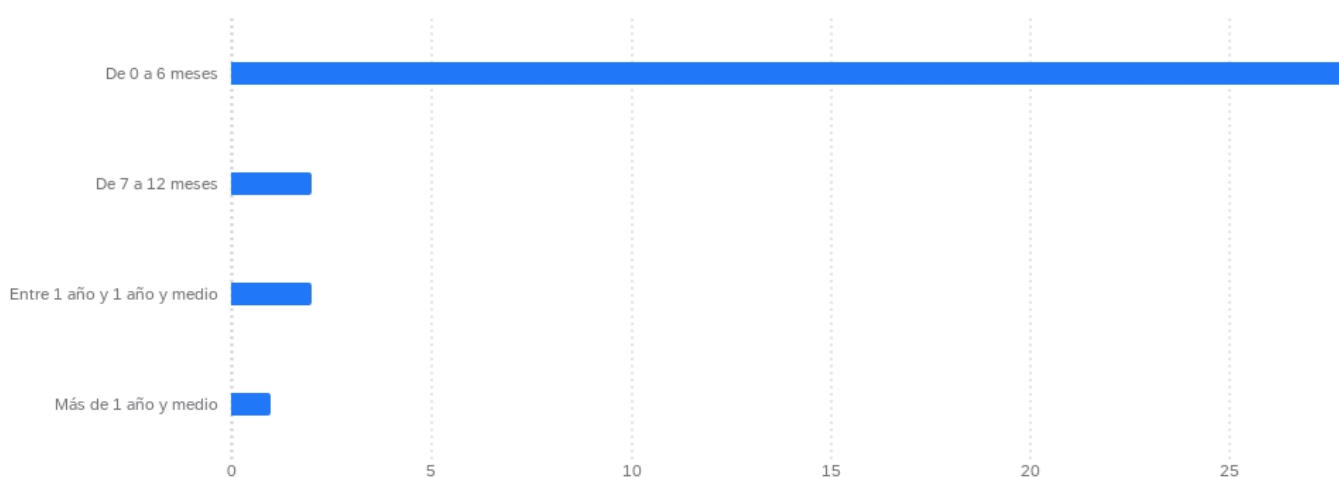
10. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados académicos, ¿cuál de los siguientes ciclos de estudio fue? (seleccione solo una opción): 33 ⓘ

Q10 - 10. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados académicos, ¿cuál de los siguientes ciclos de estudio fue? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Reconocimiento del 2.º ciclo (hasta 6.º grado)	3%	1
Reconocimiento del 3.º ciclo (hasta 9.º grado)	3%	1
Reconocimiento de la Educación Secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)	61%	20
Reconocimiento de la Educación Superior o universitaria	33%	11

10. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados académicos, ¿cuál de los siguientes ciclos de estudio fue? (seleccione solo una opción): 33 ⓘ

10. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados académico...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Reconocimiento del 2.º ciclo (hasta 6.º grado)	2,00	2,00	2,00	1
Reconocimiento del 3.º ciclo (hasta 9.º grado)	3,00	3,00	3,00	1
Reconocimiento de la Educación Secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)	4,00	4,00	4,00	20
Reconocimiento de la Educación Superior o universitaria	5,00	5,00	5,00	11

11. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados de educación superior en Portugal, ¿cuál fue el tiempo de espera para este trámite? (seleccione solo una opción): 33 ⓘ



11. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados de educación superior en Portugal, ¿cuál fue el tiempo de espera para este trámite? (seleccione solo una opción): 33 ⓘ

Q11 - 11. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados de educación superior en Portugal, ¿cuál fue el tiempo de espera para este trámite? (seleccione solo una opción):

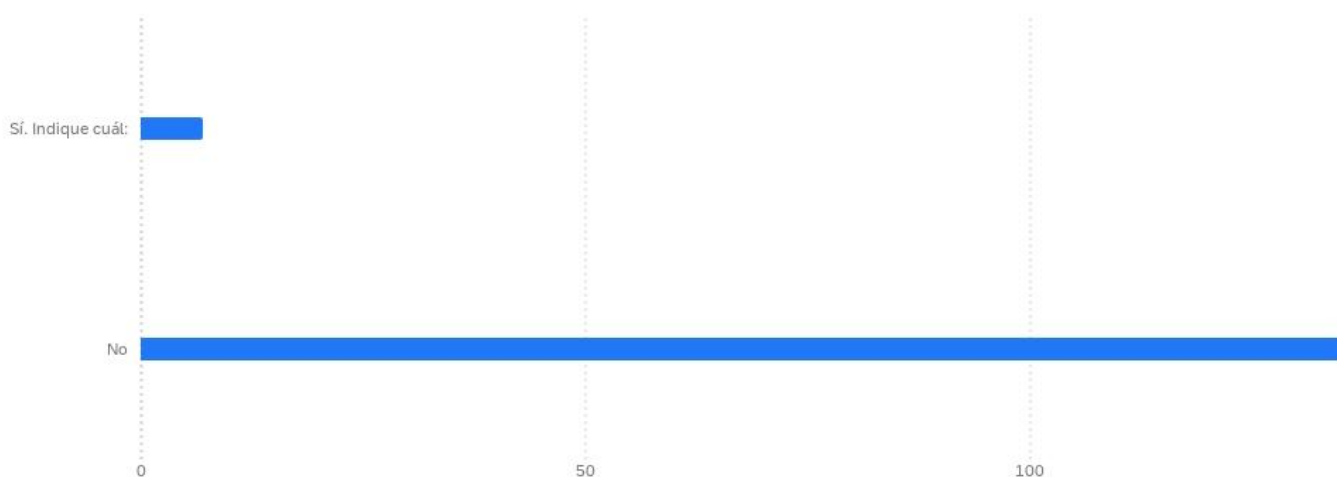
	Percentagem	Contagem
De 0 a 6 meses	85%	28
De 7 a 12 meses	6%	2
Entre 1 año y 1 año y medio	6%	2
Más de 1 año y medio	3%	1

11. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados de educación superior en Portugal, ¿cuál fue el tiempo de espera para este trámite? (seleccione solo una opción): 33 ⓘ

11. Si ha solicitado el reconocimiento de diplomas o certificados de educac...

	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
De 0 a 6 meses	1,00	1,00	1,00	28
De 7 a 12 meses	2,00	2,00	2,00	2
Entre 1 año y 1 año y medio	3,00	3,00	3,00	2
Más de 1 año y medio	4,00	4,00	4,00	1

12. ¿Actualmente está cursando algún ciclo de estudios superiores o universitarios? (CTESP, Grado/licenciatura, Máster o Doctorado) (seleccione solo una opción): 143 ⓘ



12. ¿Actualmente está cursando algún ciclo de estudios superiores o universitarios? (CTESP, Grado/licenciatura, Máster o Doctorado) (seleccione solo una opción): 143 ⓘ

Q12 - 12. ¿Actualmente está cursando algún ciclo de estudios superiores o universitarios? (CTESP, Grado/licenciatura, Máster o Doctorado) (seleccione solo una opción): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Sí. Indique cuál:	5%	7
No	95%	136

12. ¿Actualmente está cursando algún ciclo de estudios superiores o universitarios? (CTESP, Grado/licenciatura, Máster o Doctorado) (seleccione solo una opción): 143 ⓘ

12. ¿Actualmente está cursando algún ciclo de estudios superiores o univers...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí. Indique cuál:	1,00	1,00	1,00	7
No	2,00	2,00	2,00	136

12. ¿Actualmente está cursando algún ciclo de estudios superiores o universitarios? (CTESP, Grado/licenciatura, Máster o Doctorado) (seleccione solo una opción):: Sí. Indique cuál: 176 ⓘ

Sí. Indique cuál:

---



---



---



---



---



---



---



---

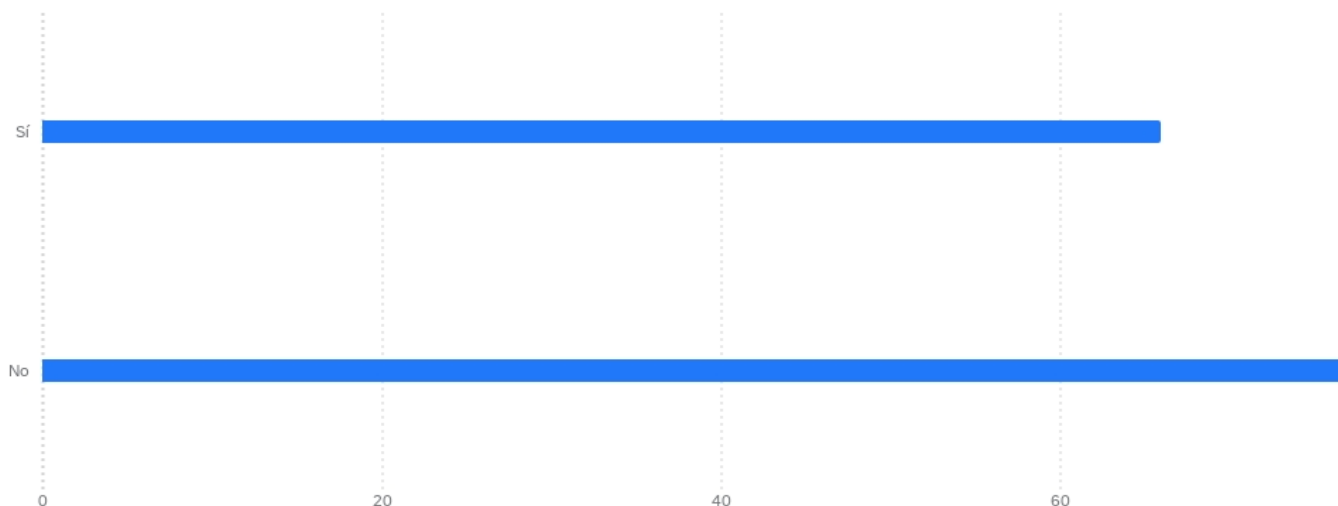


---



---

13. ¿Alguna vez ha tenido al menos un trabajo sin contrato ni beneficios en la RAM? (seleccione solo una opción): 143 ⓘ



13. ¿Alguna vez ha tenido al menos un trabajo sin contrato ni beneficios en la RAM? (seleccione solo una opción): 143 ⓘ

Q13 - 13. ¿Alguna vez ha tenido al menos un trabajo sin contrato ni beneficios en la RAM? (seleccione solo una opción):

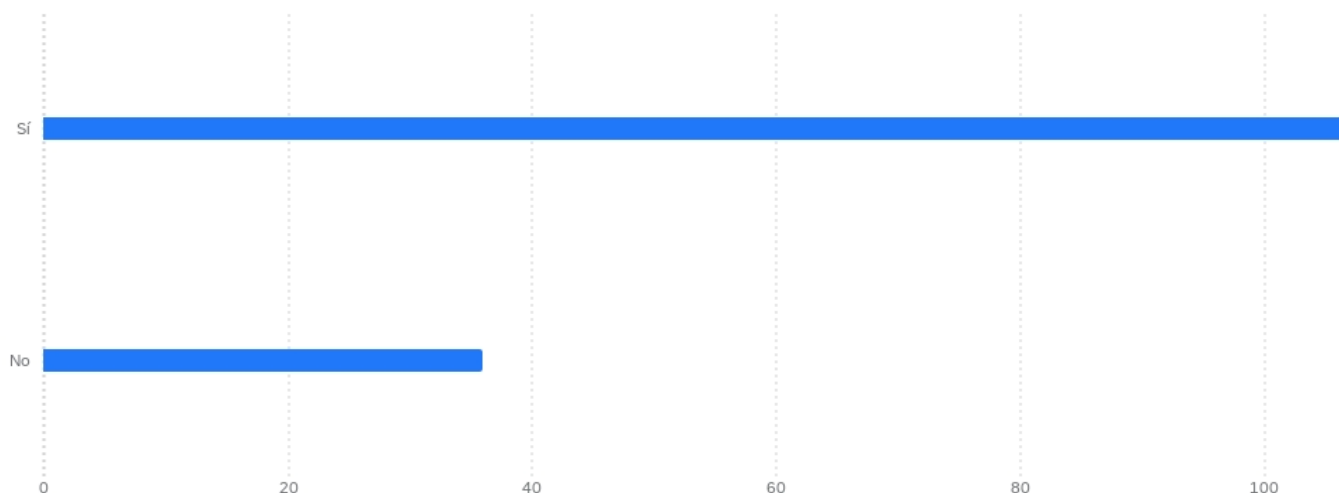
	Percentagem	Contagem
Sí	46%	66
No	54%	77

13. ¿Alguna vez ha tenido al menos un trabajo sin contrato ni beneficios en la RAM? (seleccione solo una opción): 143 ⓘ

13. ¿Alguna vez ha tenido al menos un trabajo sin contrato ni beneficios en...

	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí	1,00	1,00	1,00	66
No	2,00	2,00	2,00	77

14. ¿Actualmente está trabajando? (seleccione solo una opción): 143 ⓘ



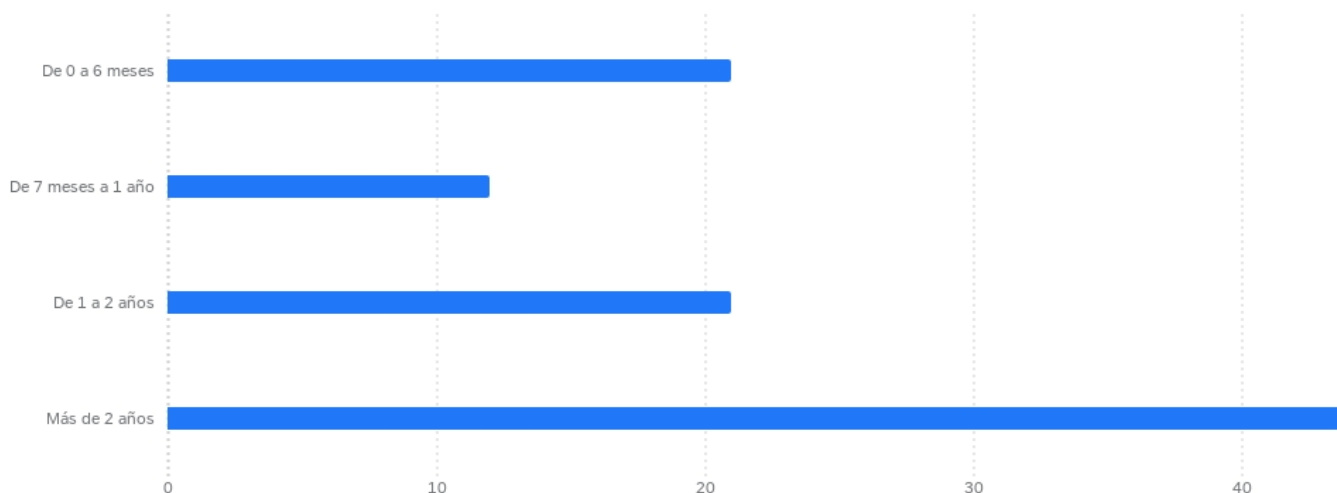
14. ¿Actualmente está trabajando? (seleccione solo una opción): 143 ⓘ

Q14 - 14. ¿Actualmente está trabajando? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Sí	75%	107
No	25%	36

14. ¿Actualmente está trabajando? (seleccione solo una opción): 143 ⓘ

14. ¿Actualmente está trabajando? (seleccione solo una opción):	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí	1,00	1,00	1,00	107
No	2,00	2,00	2,00	36

15. Si respondió "Sí", indique el tiempo que lleva en su empleo actual (seleccione solo una opción): 98 ⓘ



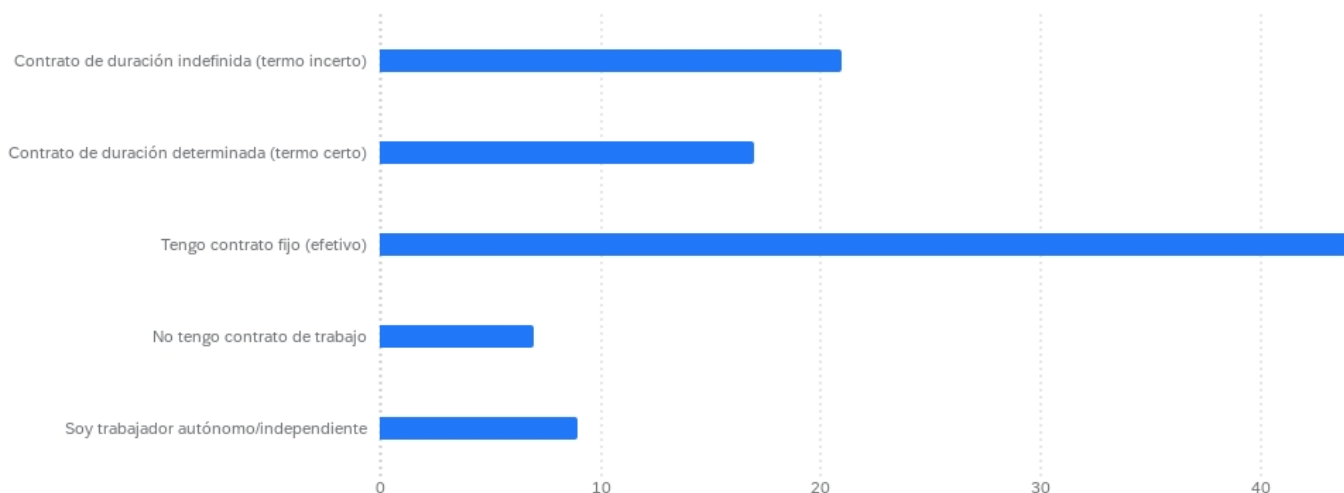
15. Si respondió "Sí", indique el tiempo que lleva en su empleo actual (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

Q15 - 15. Si respondió "Sí", indique el tiempo que lleva en su empleo actual (seleccione solo una opción):	Porcentagem	Contagem
De 0 a 6 meses	21%	21
De 7 meses a 1 año	12%	12
De 1 a 2 años	21%	21
Más de 2 años	45%	44

15. Si respondió "Sí", indique el tiempo que lleva en su empleo actual (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

15. Si respondió "Sí", indique el tiempo que lleva en su empleo actual (sel...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
De 0 a 6 meses	1,00	1,00	1,00	21
De 7 meses a 1 año	2,00	2,00	2,00	12
De 1 a 2 años	3,00	3,00	3,00	21
Más de 2 años	4,00	4,00	4,00	44

16. Indique el tipo de contrato que tiene en su empleo actual (seleccione solo una opción): 98 ⓘ



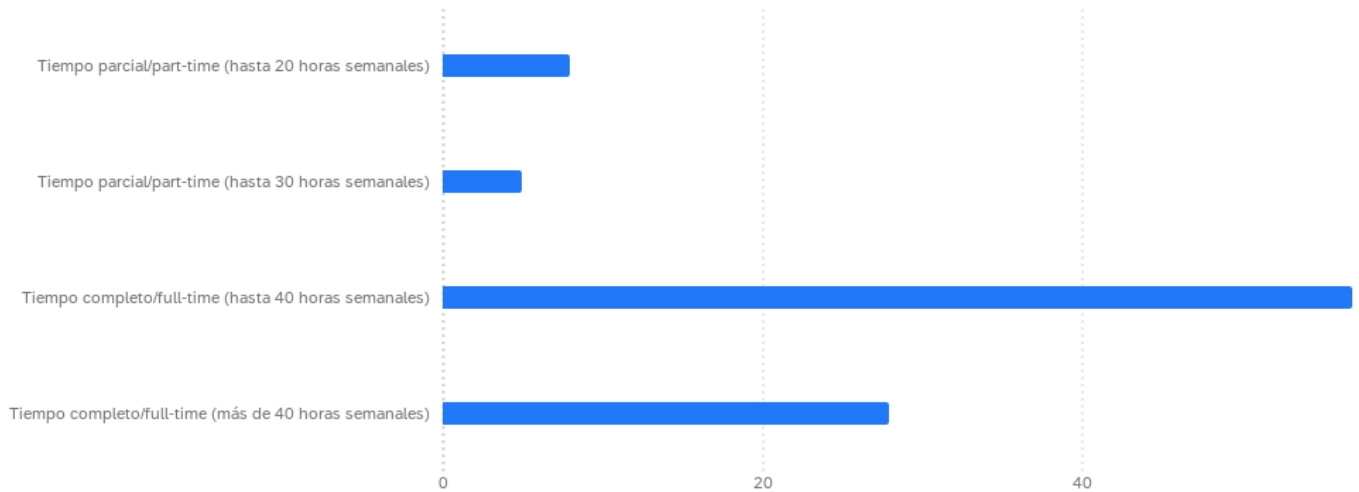
16. Indique el tipo de contrato que tiene en su empleo actual (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

Q16 - 16. Indique el tipo de contrato que tiene en su empleo actual (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Contrato de duración indefinida (termo incerto)	21%	21
Contrato de duración determinada (termo certo)	17%	17
Tengo contrato fijo (efetivo)	45%	44
No tengo contrato de trabajo	7%	7
Soy trabajador autónomo/independiente	9%	9

16. Indique el tipo de contrato que tiene en su empleo actual (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

16. Indique el tipo de contrato que tiene en su empleo actual (seleccione s...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Contrato de duración indefinida (termo incerto)	1,00	1,00	1,00	21
Contrato de duración determinada (termo certo)	2,00	2,00	2,00	17
Tengo contrato fijo (efetivo)	3,00	3,00	3,00	44
No tengo contrato de trabajo	4,00	4,00	4,00	7
Soy trabajador autónomo/independiente	5,00	5,00	5,00	9

17. Seleccione la jornada laboral que realiza en su trabajo (seleccione solo una opción): 98 ⓘ



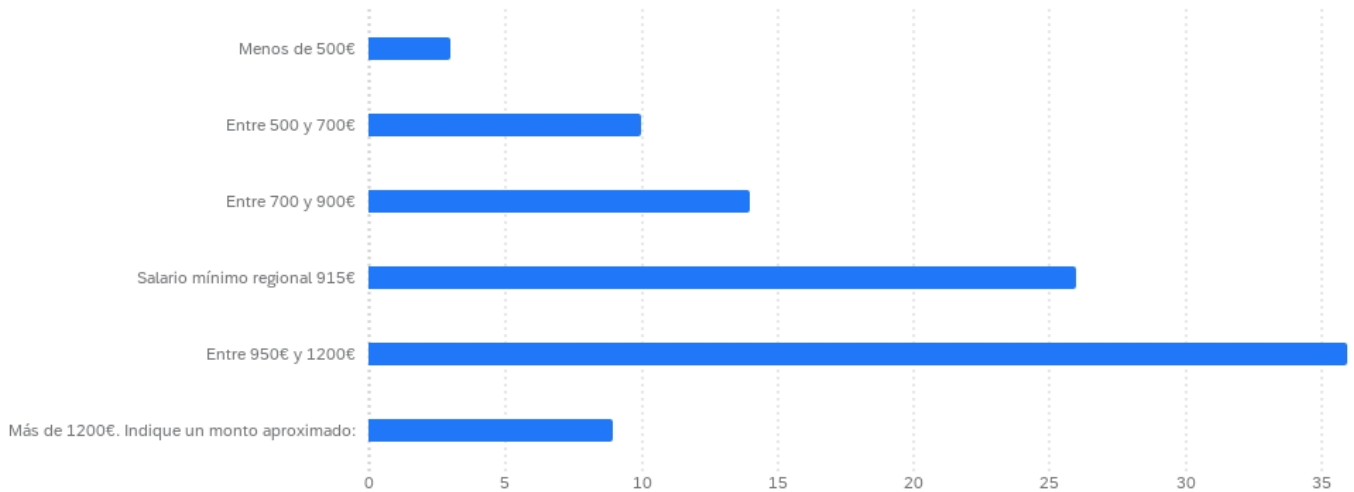
17. Seleccione la jornada laboral que realiza en su trabajo (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

Q17 - 17. Seleccione la jornada laboral que realiza en su trabajo (seleccione solo una opción):	Porcentagem	Contagem
Tiempo parcial/part-time (hasta 20 horas semanales)	8%	8
Tiempo parcial/part-time (hasta 30 horas semanales)	5%	5
Tiempo completo/full-time (hasta 40 horas semanales)	58%	57
Tiempo completo/full-time (más de 40 horas semanales)	29%	28

17. Seleccione la jornada laboral que realiza en su trabajo (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

17. Seleccione la jornada laboral que realiza en su trabajo (seleccione sol...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Tiempo parcial/part-time (hasta 20 horas semanales)	1,00	1,00	1,00	8
Tiempo parcial/part-time (hasta 30 horas semanales)	2,00	2,00	2,00	5
Tiempo completo/full-time (hasta 40 horas semanales)	3,00	3,00	3,00	57
Tiempo completo/full-time (más de 40 horas semanales)	4,00	4,00	4,00	28

18. Indique su rango salarial mensual aproximado (seleccione solo una opción): 98 ⓘ



18. Indique su rango salarial mensual aproximado (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

Q18 - 18. Indique su rango salarial mensual aproximado (seleccione solo una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Menos de 500€	3%	3
Entre 500 y 700€	10%	10
Entre 700 y 900€	14%	14
Salario mínimo regional 915€	27%	26
Entre 950€ y 1200€	37%	36
Más de 1200€. Indique un monto aproximado:	9%	9

18. Indique su rango salarial mensual aproximado (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

18. Indique su rango salarial mensual aproximado (seleccione solo una opción)	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Menos de 500€	1,00	1,00	1,00	3
Entre 500 y 700€	2,00	2,00	2,00	10
Entre 700 y 900€	3,00	3,00	3,00	14
Salario mínimo regional 915€	4,00	4,00	4,00	26
Entre 950€ y 1200€	5,00	5,00	5,00	36
Más de 1200€. Indique un monto aproximado:	6,00	6,00	6,00	9

18. Indique su rango salarial mensual aproximado (seleccione solo una opción):: Más de 1200€. Indique un monto aproximado:

176 ⓘ

Más de 1200€. Indique un monto aproximado:

---



---



---

1500€

---

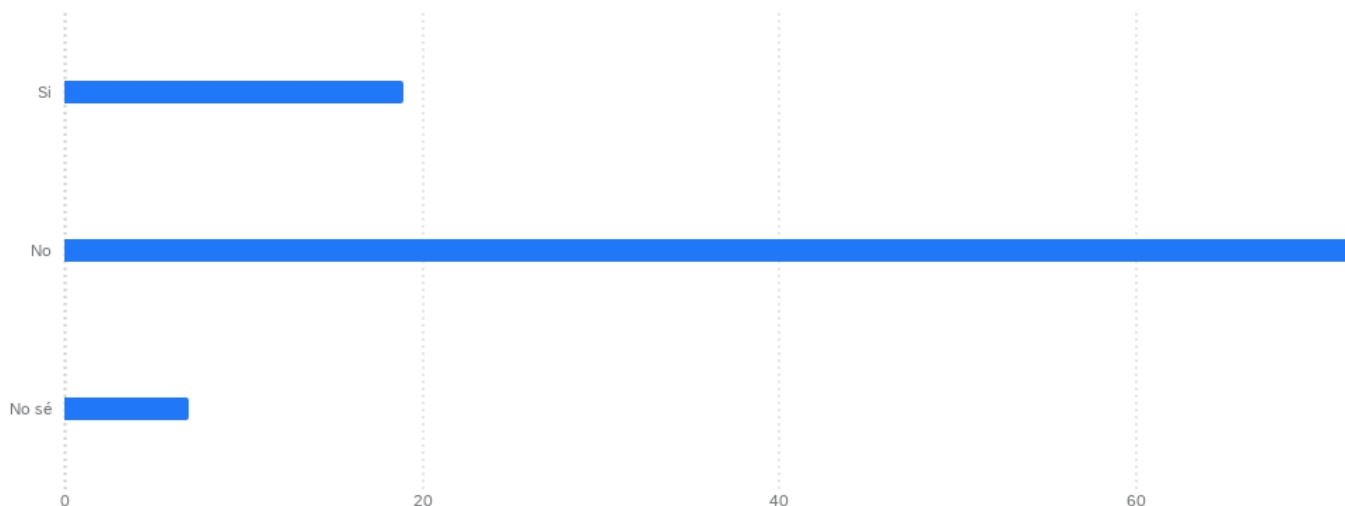


---



---

19. ¿El trabajo que desempeña actualmente está relacionado con su nivel de estudios? (seleccione solo una opción): 98 ⓘ



19. ¿El trabajo que desempeña actualmente está relacionado con su nivel de estudios? (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

Q19 - 19. ¿El trabajo que desempeña actualmente está relacionado con su nivel de estudios? (seleccione solo una opción):

Percentagem

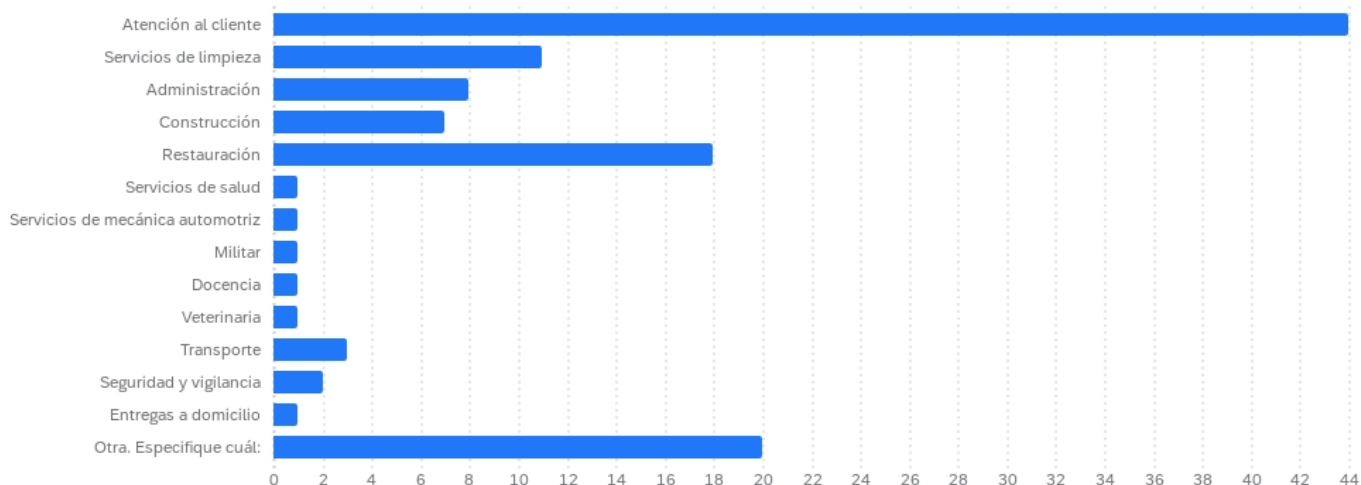
Contagem

	Percentagem	Contagem
Si	19%	19
No	73%	72
No sé	7%	7

19. ¿El trabajo que desempeña actualmente está relacionado con su nivel de estudios? (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

19. ¿El trabajo que desempeña actualmente está relacionado con su nivel de...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Si	1,00	1,00	1,00	19
No	2,00	2,00	2,00	72
No sé	3,00	3,00	3,00	7

20. Indique su área de trabajo (puede seleccionar más de una opción): 98 ⓘ



20. Indique su área de trabajo (puede seleccionar más de una opción): 98 ⓘ

Q20 - 20. Indique su área de trabajo (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Atención al cliente	45%	44
Servicios de limpieza	11%	11
Administración	8%	8
Construcción	7%	7
Restauración	18%	18
Servicios de salud	1%	1
Servicios de mecánica automotriz	1%	1

20. Indique su área de trabajo (puede seleccionar más de una opción):: Otra. Especifique cuál: 176 ⓘ

Otra. Especifique cuál:

---

---

---

Quality specialist para una global tech company

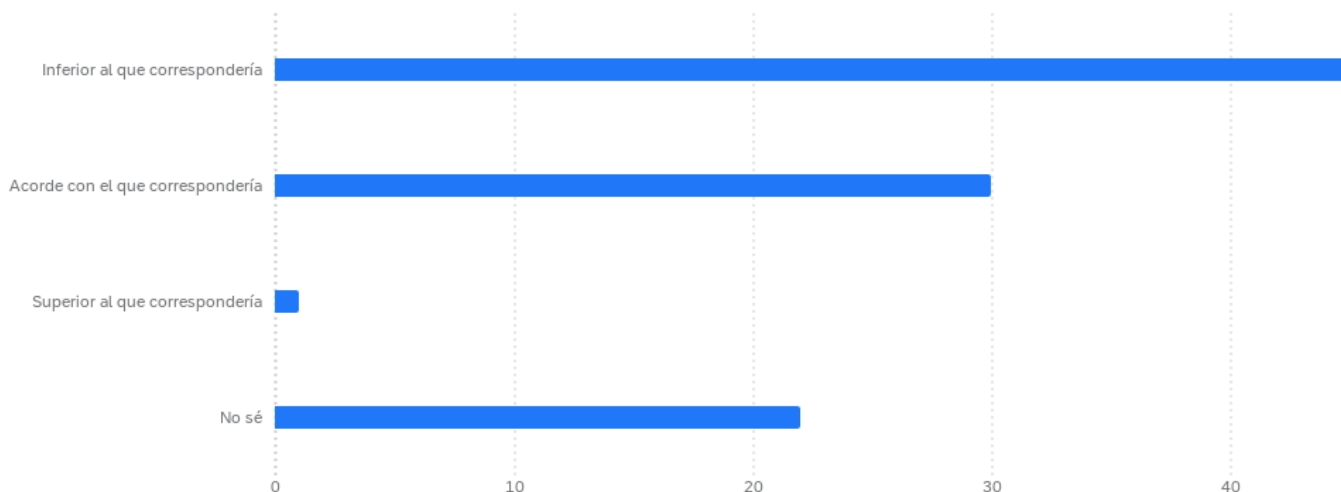
---

---

---

Chapa y pintura automotriz

21. De acuerdo con su nivel de estudios, considera que recibe un salario (seleccione solo una opción): 98 ⓘ



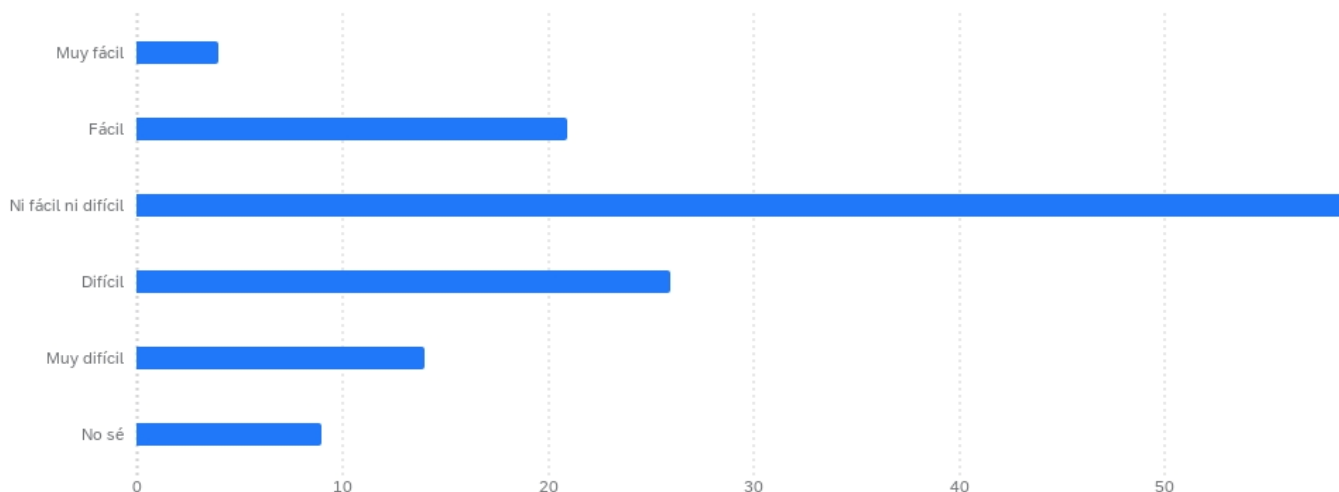
21. De acuerdo con su nivel de estudios, considera que recibe un salario (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

Q21 - 21. De acuerdo con su nivel de estudios, considera que recibe un salario (seleccione solo una opción):	Porcentagem	Contagem
Inferior al que correspondería	46%	45
Acorde con el que correspondería	31%	30
Superior al que correspondería	1%	1
No sé	22%	22

21. De acuerdo con su nivel de estudios, considera que recibe un salario (seleccione solo una opción): 98 ⓘ

21. De acuerdo con su nivel de estudios, considera que recibe un salario (s...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Inferior al que correspondería	1,00	1,00	1,00	45
Acorde con el que correspondería	2,00	2,00	2,00	30
Superior al que correspondería	3,00	3,00	3,00	1
No sé	4,00	4,00	4,00	22

22. Desde su llegada a la RAM, considera que conseguir empleo es (seleccione solo una opción): 133 ⓘ



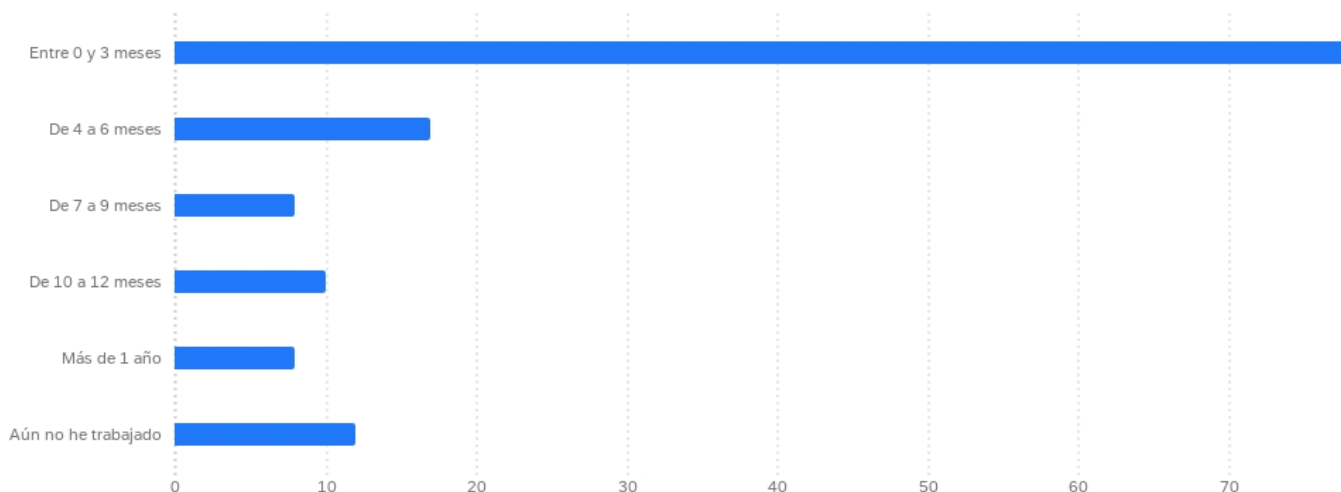
22. Desde su llegada a la RAM, considera que conseguir empleo es (seleccione solo una opción): 133 ⓘ

Q22 - 22. Desde su llegada a la RAM, considera que conseguir empleo es (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Muy fácil	3%	4
Fácil	16%	21
Ni fácil ni difícil	44%	59
Difícil	20%	26
Muy difícil	11%	14
No sé	7%	9

22. Desde su llegada a la RAM, considera que conseguir empleo es (seleccione solo una opción): 133 ⓘ

22. Desde su llegada a la RAM, considera que conseguir empleo es (selección...)	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Muy fácil	1,00	1,00	1,00	4
Fácil	2,00	2,00	2,00	21
Ni fácil ni difícil	3,00	3,00	3,00	59
Difícil	4,00	4,00	4,00	26
Muy difícil	5,00	5,00	5,00	14
No sé	6,00	6,00	6,00	9

23. ¿Cuánto tiempo ha estado sin empleo mientras buscaba activamente? (seleccione solo una opción): 133 ⓘ



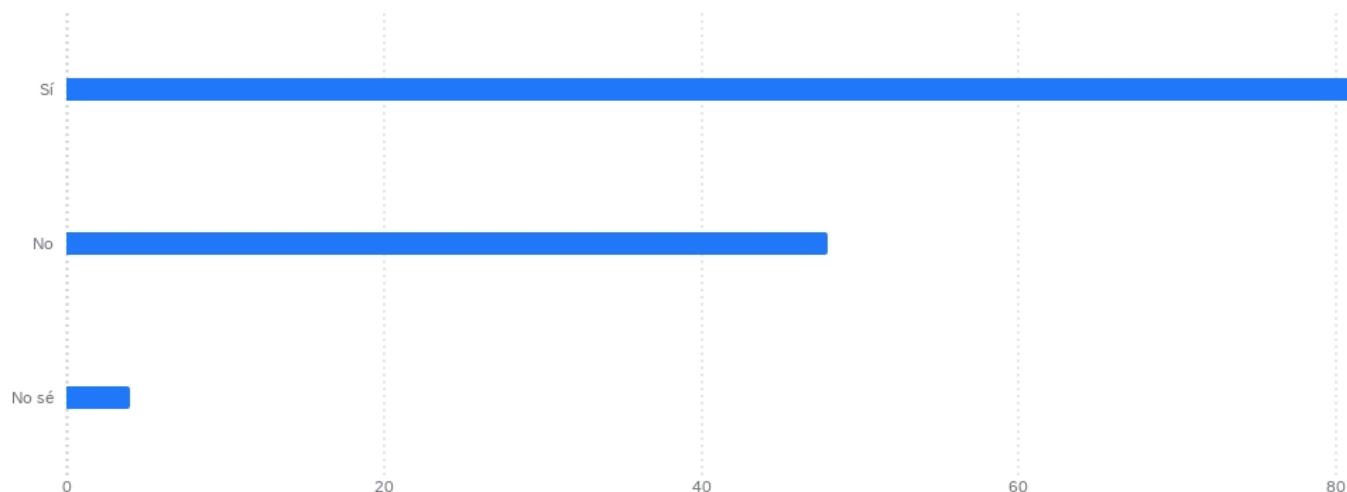
23. ¿Cuánto tiempo ha estado sin empleo mientras buscaba activamente? (seleccione solo una opción): 133 ⓘ

Q23 - 23. ¿Cuánto tiempo ha estado sin empleo mientras buscaba activamente? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Entre 0 y 3 meses	59%	78
De 4 a 6 meses	13%	17
De 7 a 9 meses	6%	8
De 10 a 12 meses	8%	10
Más de 1 año	6%	8
Aún no he trabajado	9%	12

23. ¿Cuánto tiempo ha estado sin empleo mientras buscaba activamente? (seleccione solo una opción): 133 ⓘ

23. ¿Cuánto tiempo ha estado sin empleo mientras buscaba activamente? (sele...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Entre 0 y 3 meses	1,00	1,00	1,00	78
De 4 a 6 meses	2,00	2,00	2,00	17
De 7 a 9 meses	3,00	3,00	3,00	8
De 10 a 12 meses	4,00	4,00	4,00	10
Más de 1 año	5,00	5,00	5,00	8
Aún no he trabajado	6,00	6,00	6,00	12

24. ¿Ha sentido algún tipo de discriminación o xenofobia por ser migrante? (seleccione solo una opción): 133 ⓘ



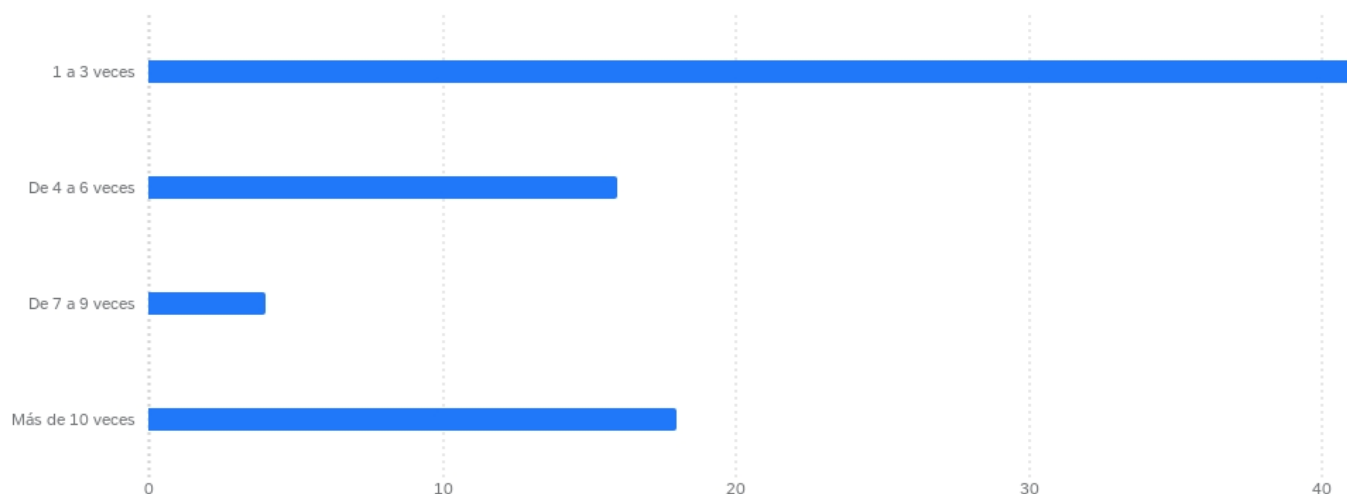
24. ¿Ha sentido algún tipo de discriminación o xenofobia por ser migrante? (seleccione solo una opción): 133 ⓘ

Q24 - 24. ¿Ha sentido algún tipo de discriminación o xenofobia por ser migrante? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Sí	61%	81
No	36%	48
No sé	3%	4

24. ¿Ha sentido algún tipo de discriminación o xenofobia por ser migrante? (seleccione solo una opción): 133 ⓘ

24. ¿Ha sentido algún tipo de discriminación o xenofobia por ser migrante?...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí	1,00	1,00	1,00	81
No	2,00	2,00	2,00	48
No sé	3,00	3,00	3,00	4

25. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique cuántas veces ha ocurrido (seleccione solo una opción): 79 ⓘ



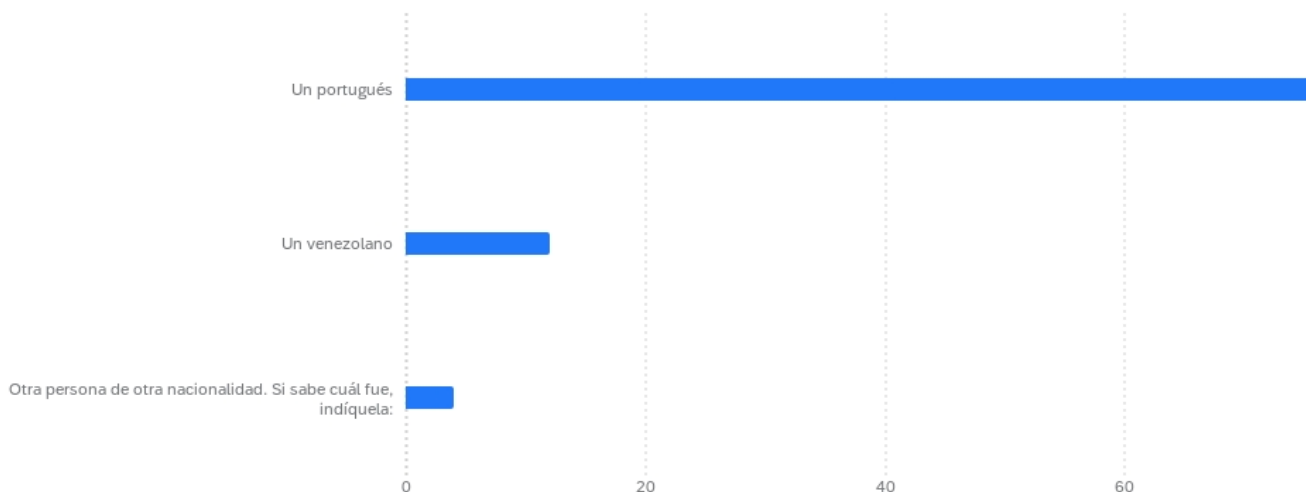
25. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique cuántas veces ha ocurrido (seleccione solo una opción): 79 ⓘ

Q25 - 25. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique cuántas veces ha ocurrido (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
1 a 3 veces	52%	41
De 4 a 6 veces	20%	16
De 7 a 9 veces	5%	4
Más de 10 veces	23%	18

25. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique cuántas veces ha ocurrido (seleccione solo una opción): 79 ⓘ

25. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique cuántas veces ha ocu...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
1 a 3 veces	1,00	1,00	1,00	41
De 4 a 6 veces	2,00	2,00	2,00	16
De 7 a 9 veces	3,00	3,00	3,00	4
Más de 10 veces	4,00	4,00	4,00	18

26. Estas situaciones han sido provocadas por (puede seleccionar más de una opción): 79 ⓘ



26. Estas situaciones han sido provocadas por (puede seleccionar más de una opción): 79 ⓘ

Q26 - 26. Estas situaciones han sido provocadas por (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Un portugués	96%	76
Un venezolano	15%	12
Otra persona de otra nacionalidad. Si sabe cuál fue, indíquela:	5%	4

26. Estas situaciones han sido provocadas por (puede seleccionar más de una opción):: Otra persona de otra nacionalidad. Si sabe cuál fue, indíquela: 176 ⓘ

Otra persona de otra nacionalidad. Si sabe cuál fue, indíquela:

---



---



---



---



---

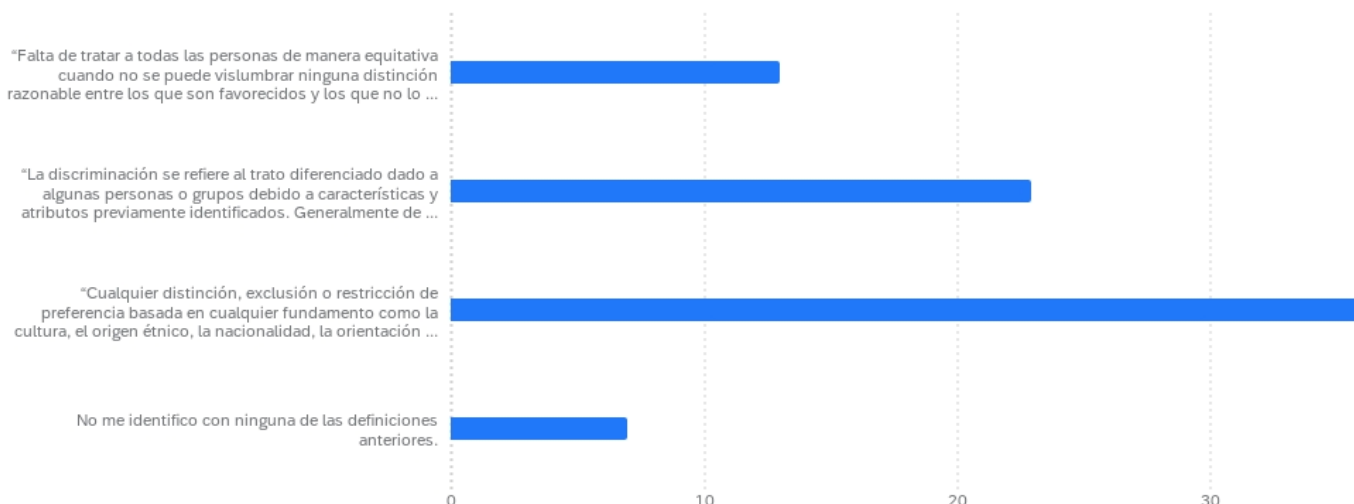


---



---

27. De las siguientes definiciones sobre discriminación, seleccione la que mejor se identifica (seleccione solo una opción): 79 ⓘ



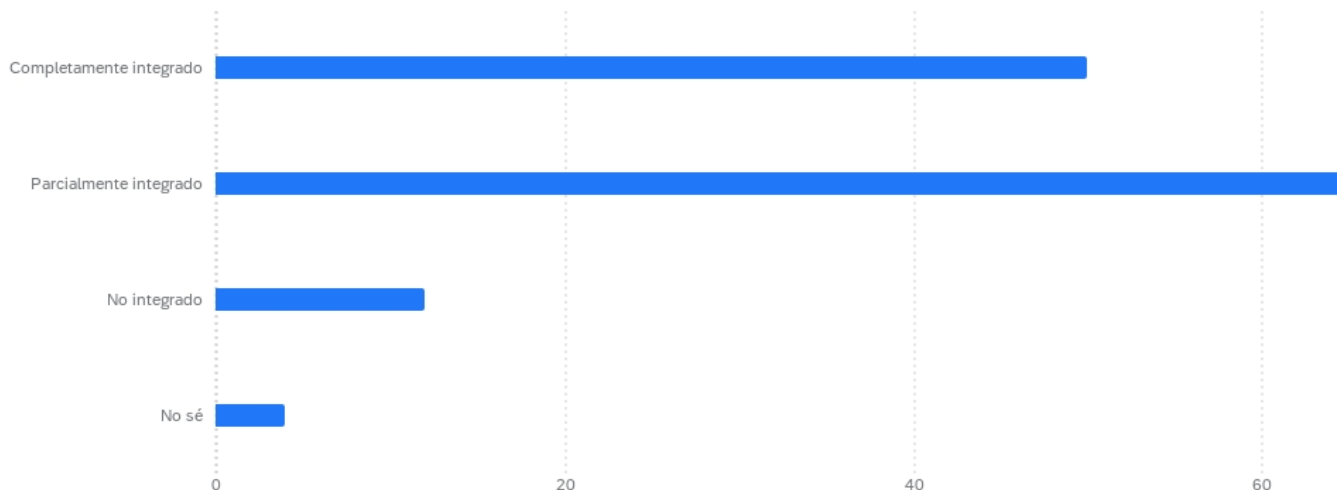
27. De las siguientes definiciones sobre discriminación, seleccione la que mejor se identifica (seleccione solo una opción): 79 ⓘ

Q27 - 27. De las siguientes definiciones sobre discriminación, seleccione la que mejor se identifica (seleccione solo una opción):	Porcentagem	Contagem
"Falta de tratar a todas las personas de manera equitativa cuando no se puede vislumbrar ninguna distinción razonable entre los que son favorecidos y los que no lo son" (OIM, 2009, p. 22).	16%	13
"La discriminación se refiere al trato diferenciado dado a algunas personas o grupos debido a características y atributos previamente identificados. Generalmente de naturaleza negativa, la discriminación tiende a reforzar la intolerancia y la violencia" (Melo & Monteiro, 2021, p. 758).	29%	23
"Cualquier distinción, exclusión o restricción de preferencia basada en cualquier fundamento como la cultura, el origen étnico, la nacionalidad, la orientación sexual, la religión, la discapacidad física u otras características que no son relevantes para el asunto en cuestión" (Consejo de Europa, 2016, p. 474).	46%	36
No me identifico con ninguna de las definiciones anteriores.	9%	7

27. De las siguientes definiciones sobre discriminación, seleccione la que mejor se identifica (seleccione solo una opción): 79 ⓘ

27. De las siguientes definiciones sobre discriminación, seleccione la que...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
"Falta de tratar a todas las personas de manera equitativa cuando no se puede vislumbrar ninguna distinción razonable entre los que son favorecidos y los que no lo son" (OIM, 2009, p. 22).	1,00	1,00	1,00	13
"La discriminación se refiere al trato diferenciado dado a algunas personas o grupos debido a características y atributos previamente identificados. Generalmente de naturaleza negativa, la discriminación tiende a reforzar la intolerancia y la violencia" (Melo & Monteiro, 2021, p. 758).	2,00	2,00	2,00	23
"Cualquier distinción, exclusión o restricción de preferencia basada en cualquier fundamento como la cultura, el origen étnico, la nacionalidad, la orientación sexual, la religión, la discapacidad física	3,00	3,00	3,00	36

28. Actualmente, ¿se siente integrado en la comunidad de Madeira? (seleccione solo una opción): 131 ⓘ



28. Actualmente, ¿se siente integrado en la comunidad de Madeira? (seleccione solo una opción): 131 ⓘ

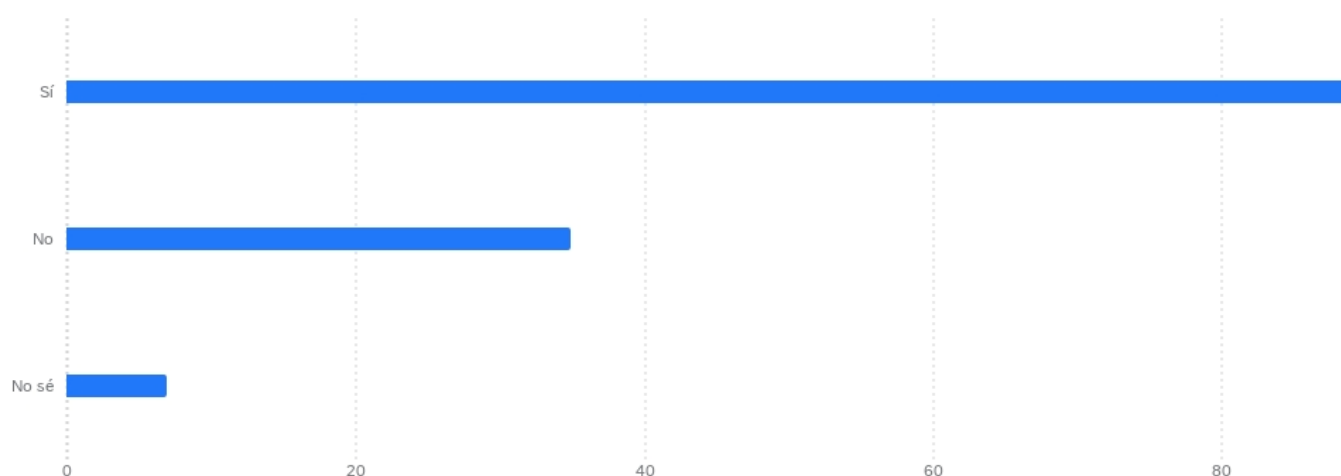
Q28 - 28. Actualmente, ¿se siente integrado en la comunidad de Madeira? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Completamente integrado	38%	50
Parcialmente integrado	50%	65
No integrado	9%	12
No sé	3%	4

28. Actualmente, ¿se siente integrado en la comunidad de Madeira? (seleccione solo una opción): 131 ⓘ

28. Actualmente, ¿se siente integrado en la comunidad de Madeira? (seleccio...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Completamente integrado	1,00	1,00	1,00	50
Parcialmente integrado	2,00	2,00	2,00	65
No integrado	3,00	3,00	3,00	12
No sé	4,00	4,00	4,00	4

29. ¿Cree que el hecho de ser migrante ha supuesto más desafíos en su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción):

131 ⓘ



29. ¿Cree que el hecho de ser migrante ha supuesto más desafíos en su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción):

131 ⓘ

Q29 - 29. ¿Cree que el hecho de ser migrante ha supuesto más desafíos en su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción):

	Percentagem	Contagem
Sí	68%	89
No	27%	35
No sé	5%	7

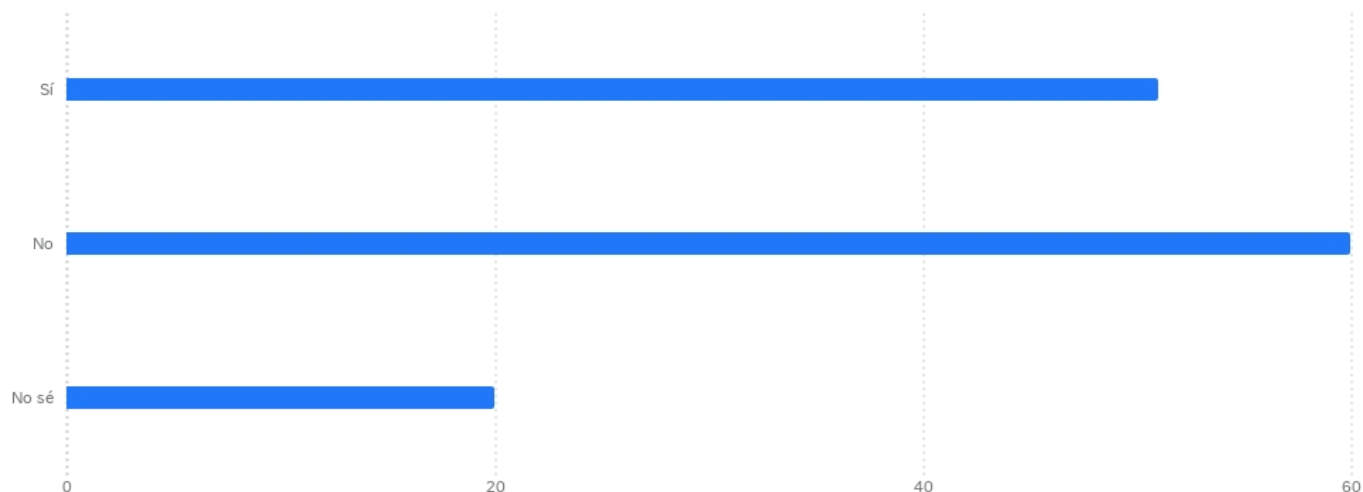
29. ¿Cree que el hecho de ser migrante ha supuesto más desafíos en su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción):

131 ⓘ

29. ¿Cree que el hecho de ser migrante ha supuesto más desafíos en su integ...

	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí	1,00	1,00	1,00	89
No	2,00	2,00	2,00	35
No sé	3,00	3,00	3,00	7

30. ¿Cree que el hecho de ser migrante dificulta conseguir empleo? (seleccione solo una opción): 131 ⓘ



30. ¿Cree que el hecho de ser migrante dificulta conseguir empleo? (seleccione solo una opción): 131 ⓘ

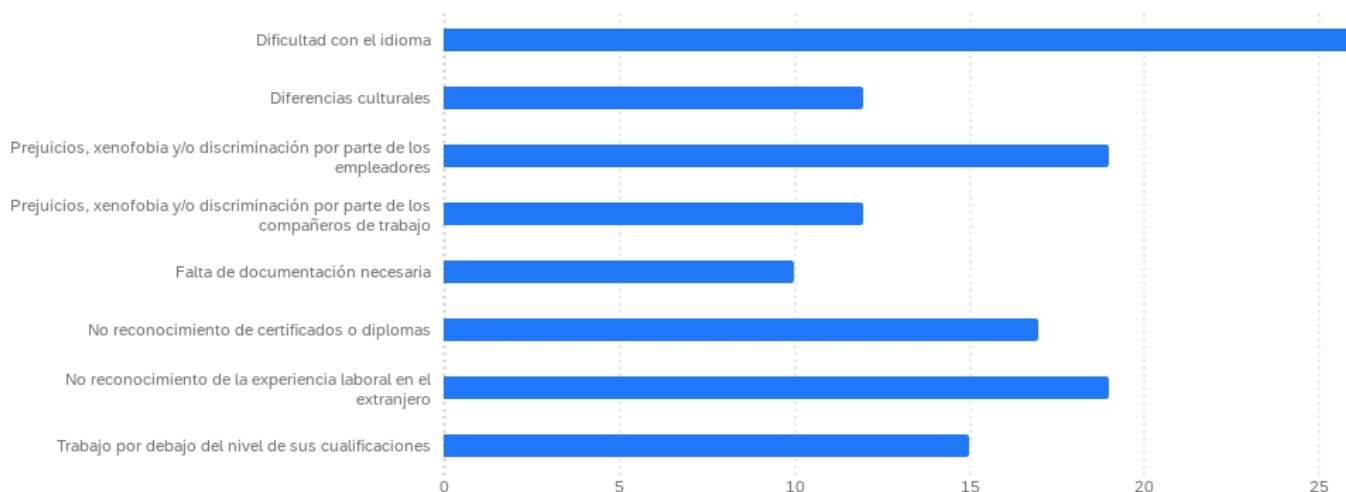
Q30 - 30. ¿Cree que el hecho de ser migrante dificulta conseguir empleo? (seleccione solo una opción):

	Percentagem	Contagem
Sí	39%	51
No	46%	60
No sé	15%	20

30. ¿Cree que el hecho de ser migrante dificulta conseguir empleo? (seleccione solo una opción): 131 ⓘ

30. ¿Cree que el hecho de ser migrante dificulta conseguir empleo? (selecci...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí	1,00	1,00	1,00	51
No	2,00	2,00	2,00	60
No sé	3,00	3,00	3,00	20

31. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique la razón (puede seleccionar más de una opción): 50 ⓘ



31. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique la razón (puede seleccionar más de una opción): 50 ⓘ

Q31 - 31. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique la razón (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Porcentagem	Contagem
Dificultad con el idioma	52%	26
Diferencias culturales	24%	12
Prejuicios, xenofobia y/o discriminación por parte de los empleadores	38%	19
Prejuicios, xenofobia y/o discriminación por parte de los compañeros de trabajo	24%	12
Falta de documentación necesaria	20%	10
No reconocimiento de certificados o diplomas	34%	17
No reconocimiento de la experiencia laboral en el extranjero	38%	19

31. Si respondió "sí" en la pregunta anterior, indique la razón (puede seleccionar más de una opción):: Otros. Especifique: 176 ⓘ

Otros. Especifique:

---

---

---

---

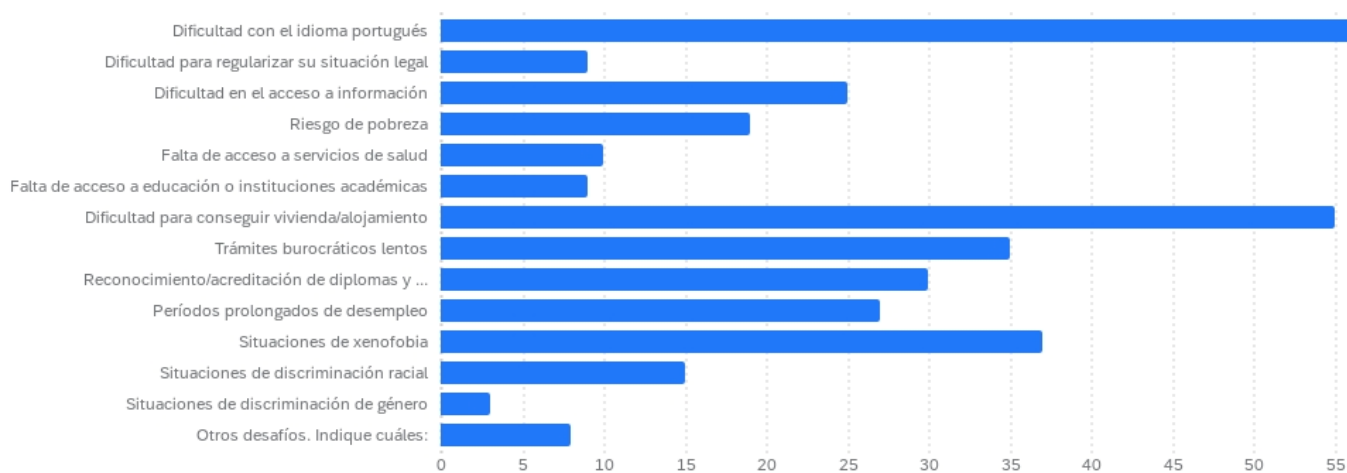
---

---

---

---

32. De las siguientes opciones, seleccione aquellas con las que se identifique en relación con desafíos que haya enfrentado como migrante en RAM (puede seleccionar más de una opción): 125 ⓘ



32. De las siguientes opciones, seleccione aquellas con las que se identifique en relación con desafíos que haya enfrentado como migrante en RAM (puede seleccionar más de una opción): 125 ⓘ

Q32 - 32. De las siguientes opciones, seleccione aquellas con las que se identifique en relación con desafíos que haya enfrentado como migrante en RAM (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Dificultad con el idioma portugués	45%	56
Dificultad para regularizar su situación legal	7%	9
Dificultad en el acceso a información	20%	25
Riesgo de pobreza	15%	19
Falta de acceso a servicios de salud	8%	10
Falta de acceso a educación o instituciones académicas	7%	9
...	...	...

32. De las siguientes opciones, seleccione aquellas con las que se identifique en relación con desafíos que haya enfrentado como migrante en RAM (puede seleccionar más de una opción):: Otros desafíos. Indique cuáles: 176 ⓘ

Otros desafíos. Indique cuáles:

---



---



---



---



---



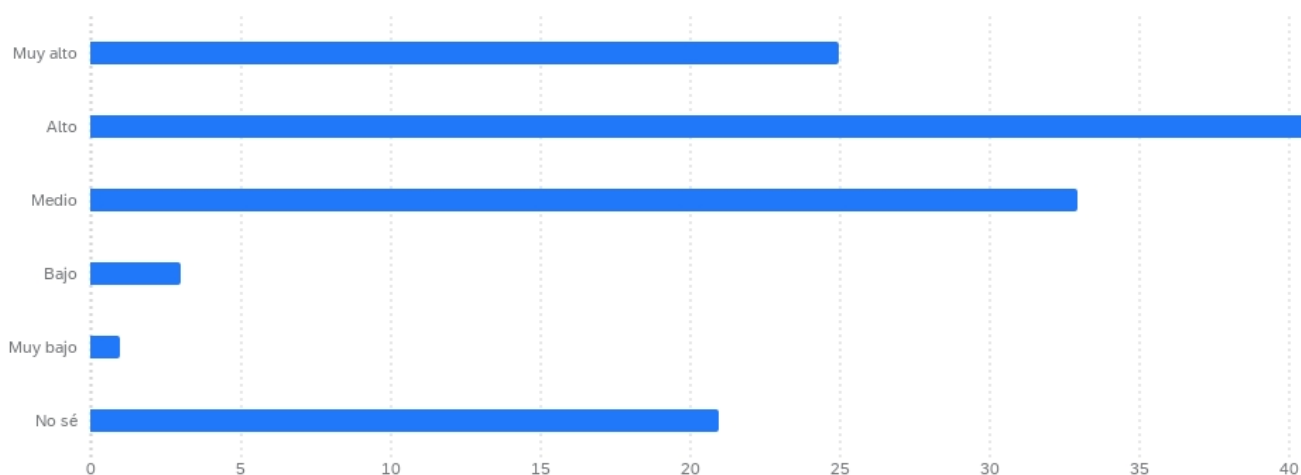
---



---

Integración a la sociedad

33. ¿Considera que la mejora de la cualificación académica impacta en el desarrollo propio y de la comunidad en la que está incluido? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ



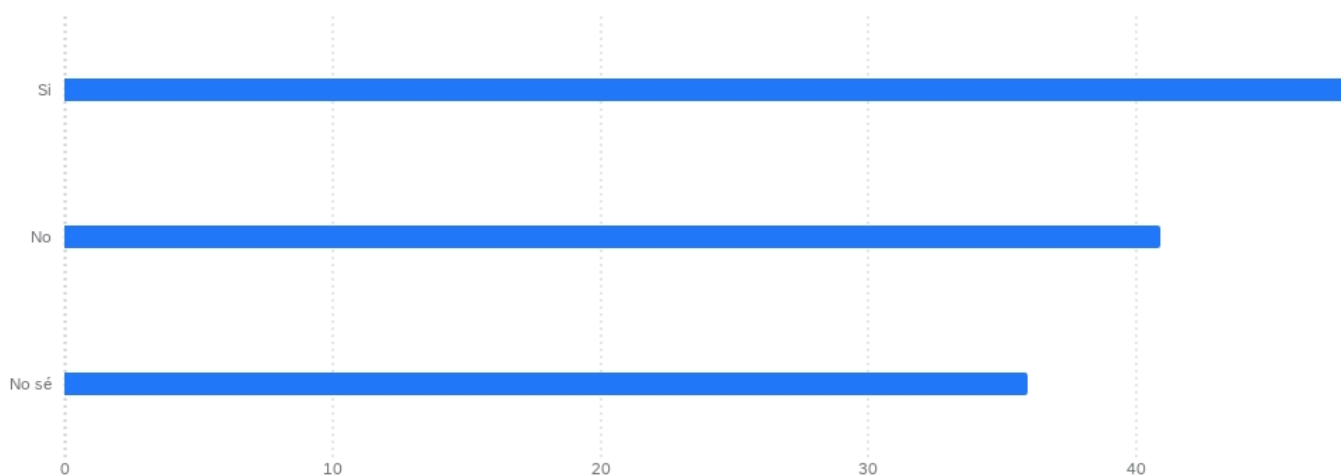
33. ¿Considera que la mejora de la cualificación académica impacta en el desarrollo propio y de la comunidad en la que está incluido? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ

Q33 - 33. ¿Considera que la mejora de la cualificación académica impacta en el desarrollo propio y de la comunidad en la que está incluido? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Muy alto	20%	25
Alto	34%	42
Medio	26%	33
Bajo	2%	3
Muy bajo	1%	1
No sé	17%	21

33. ¿Considera que la mejora de la cualificación académica impacta en el desarrollo propio y de la comunidad en la que está incluido? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ

33. ¿Considera que la mejora de la cualificación académica impacta en el de...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Muy alto	1,00	1,00	1,00	25
Alto	2,00	2,00	2,00	42
Medio	3,00	3,00	3,00	33
Bajo	4,00	4,00	4,00	3
Muy bajo	5,00	5,00	5,00	1
No sé	6,00	6,00	6,00	21

34. ¿Considera que el gobierno regional dispone de recursos e iniciativas para que los migrantes puedan aumentar su nivel de cualificación académica y realizar cursos y formaciones? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ



34. ¿Considera que el gobierno regional dispone de recursos e iniciativas para que los migrantes puedan aumentar su nivel de cualificación académica y realizar cursos y formaciones? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ

Q42 - 34. ¿Considera que el gobierno regional dispone de recursos e iniciativas para que los migrantes puedan aumentar su nivel de cualificación académica y realizar cursos y formaciones? (seleccione solo una opción):

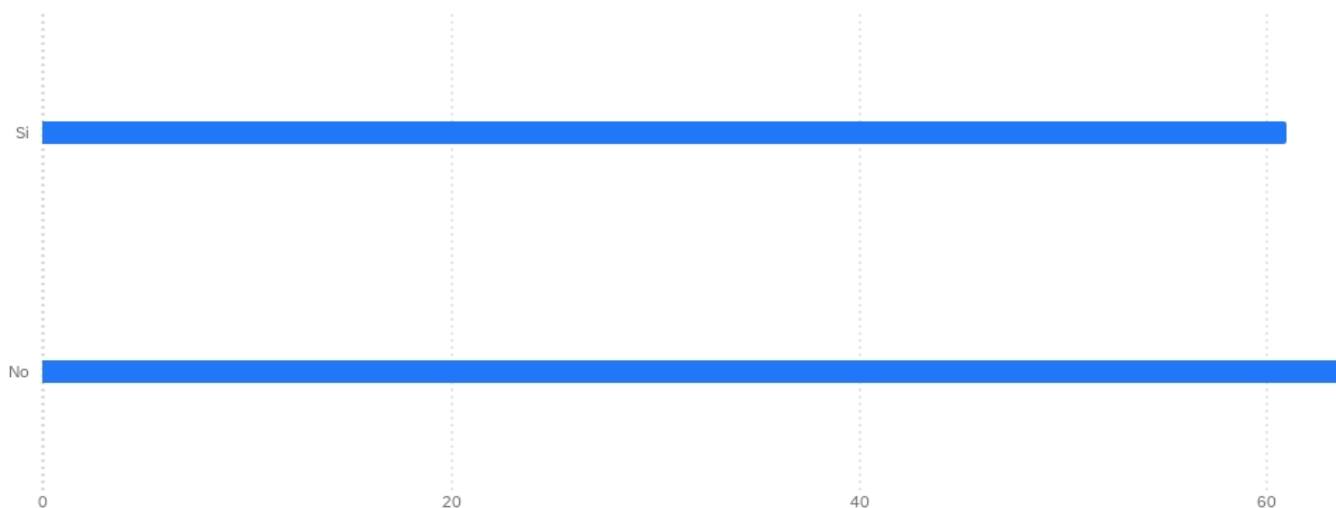
	Porcentaje	Contagem
Si	38%	48
No	33%	41
No sé	29%	36

34. ¿Considera que el gobierno regional dispone de recursos e iniciativas para que los migrantes puedan aumentar su nivel de cualificación académica y realizar cursos y formaciones? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ

34. ¿Considera que el gobierno regional dispone de recursos e iniciativas p...

	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Si	1,00	1,00	1,00	48
No	2,00	2,00	2,00	41
No sé	3,00	3,00	3,00	36

35. Desde su llegada a RAM, ¿ha realizado algún curso para mejorar su nivel de cualificación? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ



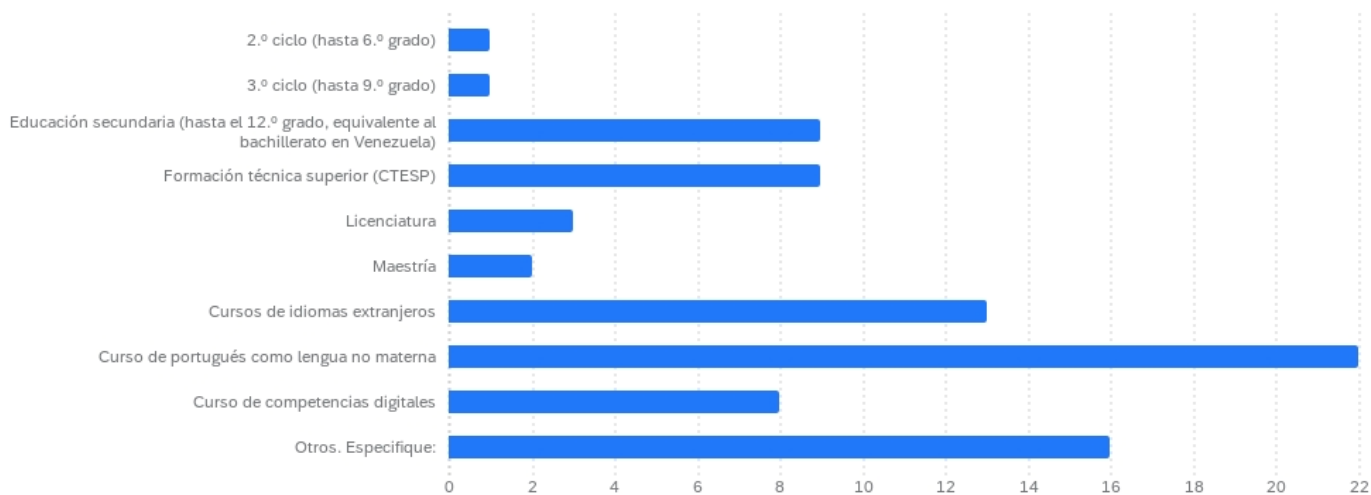
35. Desde su llegada a RAM, ¿ha realizado algún curso para mejorar su nivel de cualificación? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ

Q34 - 35. Desde su llegada a RAM, ¿ha realizado algún curso para mejorar su nivel de cualificación? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Si	49%	61
No	51%	64

35. Desde su llegada a RAM, ¿ha realizado algún curso para mejorar su nivel de cualificación? (seleccione solo una opción): 125 ⓘ

35. Desde su llegada a RAM, ¿ha realizado algún curso para mejorar su nivel...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Si	1,00	1,00	1,00	61
No	2,00	2,00	2,00	64

36. Si respondió "sí", indique los cursos o formaciones que ha realizado (puede seleccionar más de una opción): 56 ⓘ



36. Si respondió "sí", indique los cursos o formaciones que ha realizado (puede seleccionar más de una opción): 56 ⓘ

Q35 - 36. Si respondió "sí", indique los cursos o formaciones que ha realizado (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
2.º ciclo (hasta 6.º grado)	2%	1
3.º ciclo (hasta 9.º grado)	2%	1
Educación secundaria (hasta el 12.º grado, equivalente al bachillerato en Venezuela)	16%	9
Formación técnica superior (CTESP)	16%	9
Licenciatura	5%	3
Maestría	4%	2
...	...	...

36. Si respondió "sí", indique los cursos o formaciones que ha realizado (puede seleccionar más de una opción):: Otros. Especifique:

176 ⓘ

Otros. Especifique:

---



---



---

Cursos de otras áreas

---

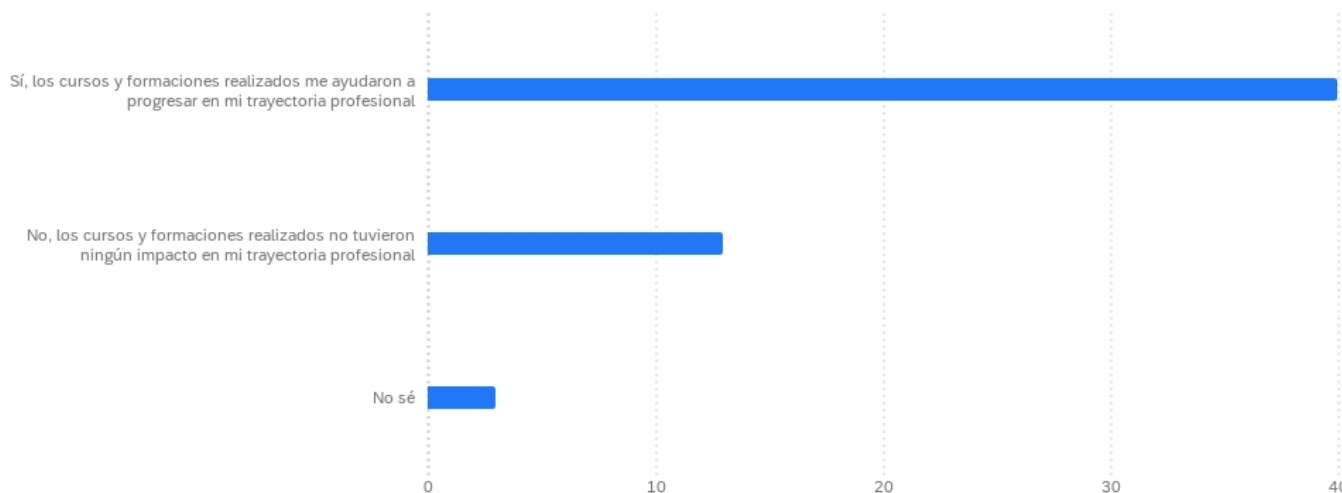


---



---

37. ¿Cree que estos cursos han sido beneficiosos para su desarrollo profesional? (seleccione solo una opción): 56 ⓘ



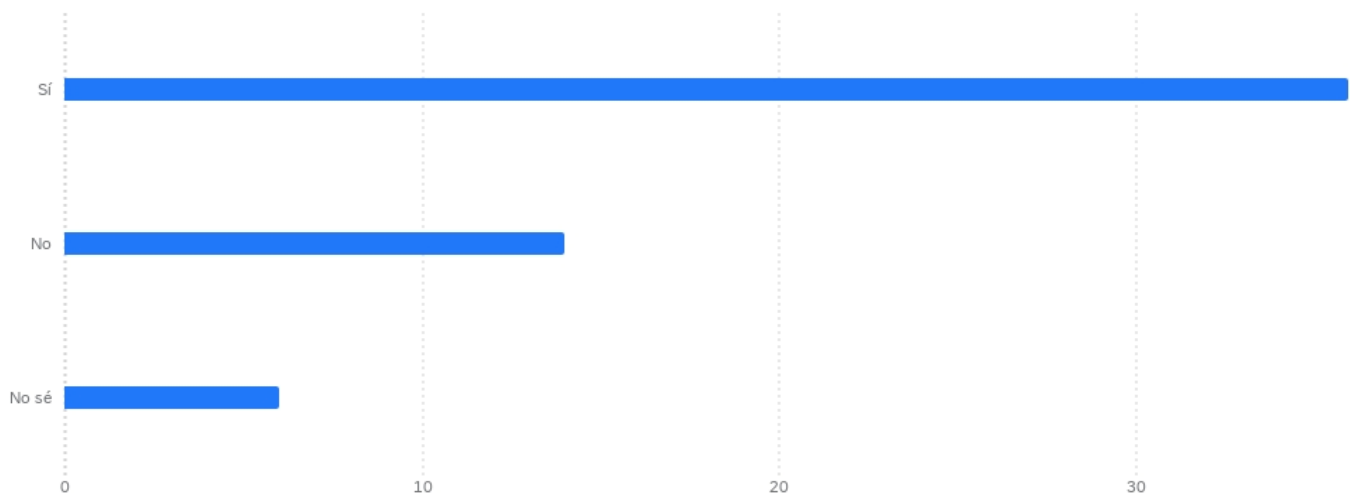
37. ¿Cree que estos cursos han sido beneficiosos para su desarrollo profesional? (seleccione solo una opción): 56 ⓘ

Q36 - 37. ¿Cree que estos cursos han sido beneficiosos para su desarrollo profesional? (seleccione solo una opción):	Percentagem	Contagem
Sí, los cursos y formaciones realizados me ayudaron a progresar en mi trayectoria profesional	71%	40
No, los cursos y formaciones realizados no tuvieron ningún impacto en mi trayectoria profesional	23%	13
No sé	5%	3

37. ¿Cree que estos cursos han sido beneficiosos para su desarrollo profesional? (seleccione solo una opción): 56 ⓘ

37. ¿Cree que estos cursos han sido beneficiosos para su desarrollo profesi...	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí, los cursos y formaciones realizados me ayudaron a progresar en mi trayectoria profesional	1,00	1,00	1,00	40
No, los cursos y formaciones realizados no tuvieron ningún impacto en mi trayectoria profesional	2,00	2,00	2,00	13
No sé	3,00	3,00	3,00	3

38. ¿Cree que estos cursos han facilitado su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción): 56 ⓘ



38. ¿Cree que estos cursos han facilitado su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción): 56 ⓘ

Q37 - 38. ¿Cree que estos cursos han facilitado su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción):

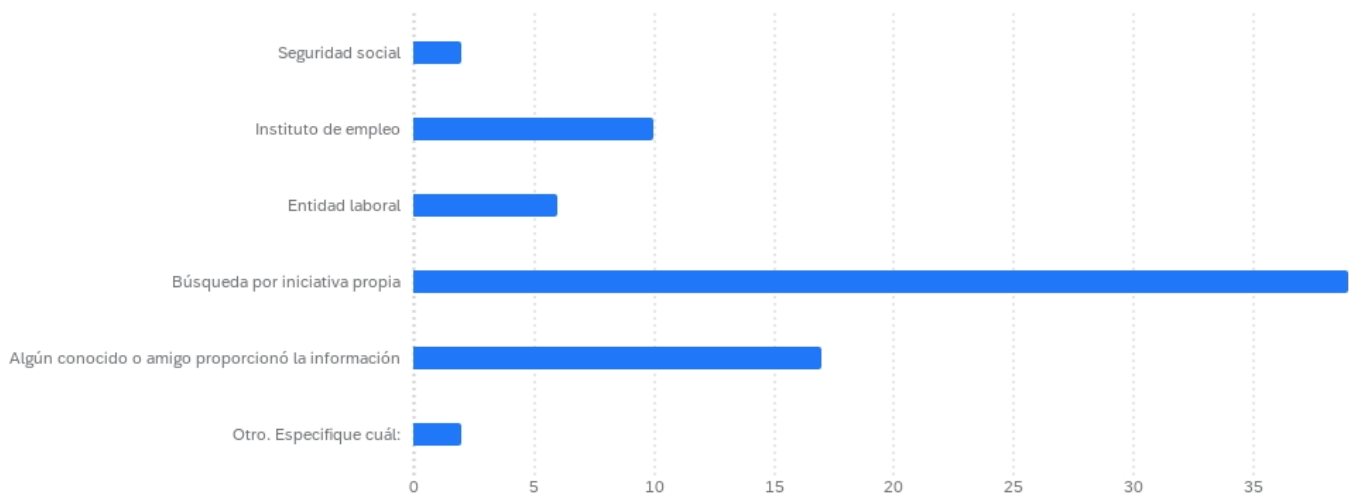
	Percentagem	Contagem
Sí	64%	36
No	25%	14
No sé	11%	6

38. ¿Cree que estos cursos han facilitado su integración en la comunidad? (seleccione solo una opción): 56 ⓘ

38. ¿Cree que estos cursos han facilitado su integración en la comunidad? (...)

	Média	Mínimo	Máximo	Contagem
Sí	1,00	1,00	1,00	36
No	2,00	2,00	2,00	14
No sé	3,00	3,00	3,00	6

39. ¿Cómo se enteró de estos cursos y formaciones? (puede seleccionar más de una opción): 56 ⓘ



39. ¿Cómo se enteró de estos cursos y formaciones? (puede seleccionar más de una opción): 56 ⓘ

Q38 - 39. ¿Cómo se enteró de estos cursos y formaciones? (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Seguridad social	4%	2
Instituto de empleo	18%	10
Entidad laboral	11%	6
Búsqueda por iniciativa propia	70%	39
Algún conocido o amigo proporcionó la información	30%	17
Otro. Especifique cuál:	4%	2

39. ¿Cómo se enteró de estos cursos y formaciones? (puede seleccionar más de una opción):: Otro. Especifique cuál: 176 ⓘ

Otro. Especifique cuál:

---



---



---



---



---



---



---



---

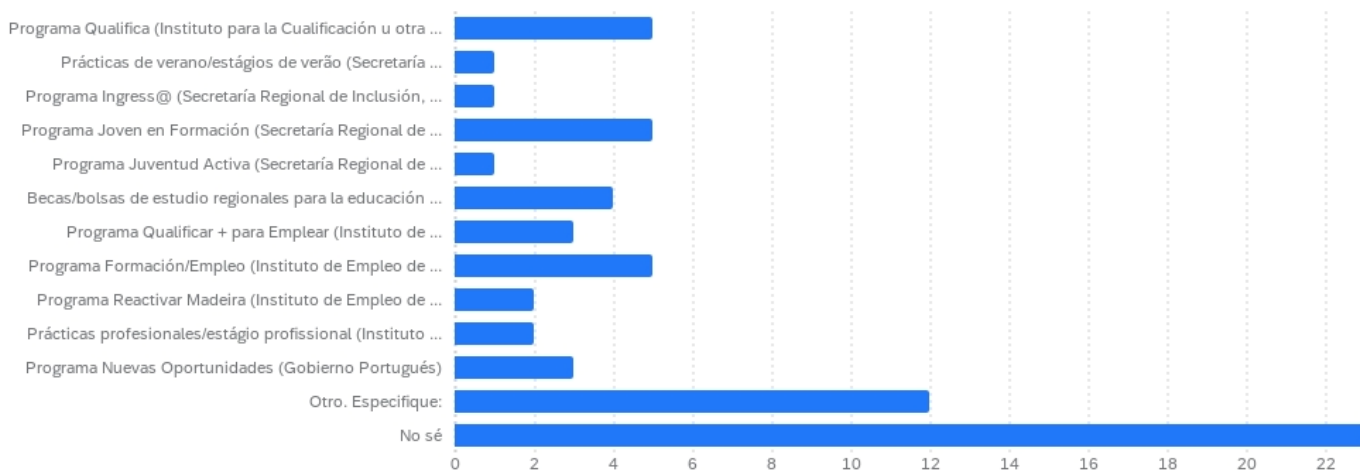


---



---

40. Indique cuál es la iniciativa, programa o política regional que le permitió ampliar sus cualificaciones (puede seleccionar más de una opción): 56 ⓘ



40. Indique cuál es la iniciativa, programa o política regional que le permitió ampliar sus cualificaciones (puede seleccionar más de una opción): 56 ⓘ

Q39 - 40. Indique cuál es la iniciativa, programa o política regional que le permitió ampliar sus cualificaciones (puede seleccionar más de una opción): - Selected Choice	Percentagem	Contagem
Programa Qualifica (Instituto para la Cualificación u otra institución)	9%	5
Prácticas de verano/estágios de verão (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)	2%	1
Programa Ingress@ (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)	2%	1
Programa Joven en Formación (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)	9%	5
Programa Juventud Activa (Secretaría Regional de Inclusión, Trabajo y Juventud)	2%	1
Becas/bolsas de estudio regionales para la educación superior (cámaras municipales, juntas de freguesia, bolsas del gobierno regional, entre otras)	7%	4

40. Indique cuál es la iniciativa, programa o política regional que le permitió ampliar sus cualificaciones (puede seleccionar más de una opción):: Otro. Especifique: 176 ⓘ

Otro. Especifique:

---



---



---



---



---



---



---



---